Dora Joana Madureira da Costa Fonseca

Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise.

O caso português: alianças ou tensões latentes?

Tese de Doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Professor Doutor Elísio Guerreiro Estanque, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2016

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dora Joana Madureira da Costa Fonseca

Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise.
O caso português: alianças ou tensões latentes?

Tese de Doutoramento em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientador: Prof. Doutor Elísio Guerreiro Estanque

Coimbra

Setembro de 2016

À Té, por quem foi.

À Mimi, por quem tem sido, sempre ao meu lado.

Ao Artur, por quem é, pelo futuro.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao meu orientador científico, o Professor Doutor Elísio Estanque. Agradeço-lhe pelo apoio e solidariedade, pelos desafios intelectuais constantes, pelas críticas e pelos encorajamentos, pela amizade. Agradeço também ao Professor Doutor Hermes Costa, muito presente ao longo de todo o processo.

Estou imensamente grata a todos aqueles que se predispuseram a falar comigo, em entrevista ou informalmente, que partilharam as suas perceções e experiências, ativistas sindicais e ativistas sociais, ao longo destes anos. Espero ter sido fiel ao que me confiaram. Dirijo um agradecimento muito especial aos Precários Inflexíveis, que acolheram a minha presença e que nunca deixaram as minhas perguntas sem resposta, e também aos outros grupos que acompanhei (Ferve, *MayDay*, Que Se Lixe a Troika, 15 de Outubro, etc.). Não posso deixar de agradecer também ao Paulo Pimenta por me ter "emprestado" o seu olhar fotográfico. A ele devo a capa deste trabalho.

Os meus agradecimentos mais profundos são dirigidos à minha mãe, minha companheira inseparável de todas as horas, a quem devo tudo, inclusive a oportunidade de cumprir os meus sonhos. Ao Artur, também ele companheiro inseparável, presente nas horas de maior angústia e das dúvidas intermináveis, que não me permitiu deixar de acreditar em mim. E à Tatiana, a quem agradeço por uma amizade que não tem preço. A sua ajuda foi determinante. Agradeço ao meu irmão e à Sara, ao Zé Manel, a toda a minha família. Não posso deixar de agradecer também ao Zé Soeiro que tantas palavras de incentivo me dirigiu e à Irina Castro que me encorajou na reta final. Agradeço aos meus amigos e a todos os que, com maior ou menor intensidade, fizeram parte desta caminhada e de outras. Espero não me ter esquecido de ninguém. Se o fiz, foi momentaneamente e por mero lapso. Vocês estiveram comigo e sabem quem são.

A realização deste trabalho beneficiou do financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de bolsa individual de Doutoramento com a referência SFRH/BD/66259/2009.

RESUMO

Os anos de 2011 a 2013 foram de forte contestação. Amplos setores da sociedade civil mobilizaram-se em oposição às sociedades de austeridade, conformando-se um ciclo de protesto em que a indignação foi a nota dominante. O campo sindical também se mobilizou, tendo aquele período sido marcado por várias greves gerais, inúmeras greves setoriais e outras ações de luta do foro sindical.

Em Portugal, os atores envolvidos na contestação enfrentaram um contexto marcado pela degradação da situação económica, social e política do país. Se essa situação impulsionou a emergência de vários atores coletivos que se enquadravam no espectro dos movimentos sociais em rede, colocou também ainda mais obstáculos a um movimento sindical já muito fragilizado pelos vários aspetos associados à crise do sindicalismo, nomeadamente pela deterioração acelerada das relações de trabalho e tendências de precarização. Movimento sindical e movimentos sociais confrontaram-se também com a amplificação da crise no território europeu.

A similitude de objetivos e a situação de ameaça (no sentido de que se nada fosse feito, a imposição da austeridade progrediria em direção a níveis insustentáveis) colocou lado a lado atores sindicais e movimentos sociais, delineando-se a possibilidade de uma colaboração/articulação entre eles. Ao que aos movimentos sociais e suas organizações diz respeito, a colaboração/articulação podia proporcionar o fortalecimento da sua ação e contribuir para a concretização das suas aspirações. Enquanto para o movimento sindical, a colaboração/articulação podia conferir mais força à sua ação e objetivos e também contribuir para dinâmicas importantes no quadro de renovação do movimento sindical.

Os principais interesses que norteiam a condução deste estudo são dois e estão interrelacionados. Por um lado, o mapeamento dos atores coletivos que conduziram a contestação durante o período de maior incidência da imposição da austeridade em Portugal. Nesse sentido, é levada a cabo uma caracterização desses atores quanto a objetivos, formas de organização, dinâmicas intra e inter organizações, estratégias adotadas e processos de mobilização levados a cabo. Esse mapeamento abrange também

os atores coletivos centrados no combate à precariedade. Por outro, procura identificar os pontos de articulação entre os campos sindical e dos movimentos sociais no âmbito da oposição à austeridade, o que remete para a identificação e análise das relações de colaboração/articulação entre esses atores. O enfoque é colocado nos fatores que condicionaram ou limitaram essas relações. No que diz respeito ao campo sindical o estudo centra-se na CGTP, enquanto o campo dos movimentos sociais é analisado a partir de vários estudos de caso. São contemplados a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA), Ferve – Fartos D'Estes Recibos Verdes, *MayDay*, Precários Inflexíveis, Geração À Rasca, 15 de Outubro (15O) e *Que Se Lixe a Troika*. Os estudos de caso foram abordados a partir de uma metodologia qualitativa.

Os atores, processos e relações que constituem o enfoque deste estudo revestem-se de enorme complexidade. Nesse sentido, a conclusão constituirá uma reflexão que procura juntar as peças do puzzle e assim apontar caminhos para o futuro das conexões entre o campo sindical e o dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Austeridade, movimento sindical, movimentos sociais, colaboração/articulação, tensões

ABTRACT

The period between 2011 and 2013 was one of strong political contestation. Broad sectors of civil society were mobilised to oppose the austerity societies, shaping a protest cycle where the indignation was the dominant note. Trade unions were also mobilised, and the period was marked by several general strikes, numerous sectoral strikes and by other protest actions with a trade union nature.

In Portugal, the actors involved in the contestations faced a context marked by the economic, social and political deterioration of the country. Even so, and although this situation spurred the emergence of several collective actors who fit in the spectrum of the network of social movements, it has also created obstacles to the trade unions movement already weakened by the various aspects associated with the unionism crisis, particularly the accelerated decay of labour relations and its tendency to precariousness. Trade unions movement and social movements were also confronted with the amplification of the crisis in Europe.

The resemblance of goals and the situation of threat (in the sense that, if nothing was done, the imposition of austerity would progress to unsustainable levels) has placed trade unions and social movements side by side, outlining the possibility of a collaboration/articulation strategy between them. For social movements and its organisations, strategies of collaboration/articulation could strengthen their action and contribute to the accomplishment of their aspirations. While for trade unions, collaboration/articulation strategies could foster new frameworks for action and new goals in a context of unionism renewal.

In this sense, the two main interests that guide this study are interrelated. On one hand, it maps the collective actors that staged the contestation and protests during the period of greatest incidence of the imposed austerity in Portugal. To this, it is carried out a characterization of these actors based on their objectives, forms of organisation, dynamics within and between organisations, strategies adopted and mobilisation processes undertaken by them. This mapping also covers collective actors focused on combating

precariousness. On the other, it seeks to identify the points of articulation between trade unions and social movements in the context of their opposition to austerity, which refers to the identification and analysis of collaboration/articulation strategies between these actors, focusing particularly on the factors that conditioned or limited these relationships.

Regarding trade unionism, the study focuses on CGTP, while in the field of social movements several case studies are analysed. They are: Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA), Ferve – Fartos D'Estes Recibos Verdes, MayDay, Precários Inflexíveis, Geração À Rasca, 15 de Outubro (15O) and Que Se Lixe a Troika. The case studies were discussed from a qualitative methodology approach.

The actors, processes and relationships that are the focus of this study are of enormous complexity. In this sense, the conclusion constituted a reflection that seeks to bring together some of the puzzle pieces and thus show ways for the future connections between the trade unions and social movements.

Keywords: Austerity, trade unions movement, social movements, collaboration/articulation, tensions

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

ACP-PI – Associação de Combate à Precariedade ---Precários Inflexíveis

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

AIP – Associação de Imagem Portuguesa

APRE! – Ativistas Precários

APRe! – Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados

AR – Assembleia da República

ATTAC – Associação para a Taxação das Transações por Ação Cidadã

ARA – Assistentes de Realização e Anotação

ATSP – Associação dos Técnicos de Som Profissional

BE – Bloco de Esquerda

BES – Banco Espírito Santo

CDS/PP – Centro Democrático Social/Partido Popular

CES – Confederação Europeia de Sindicatos

CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CIP – Coletivo de Intervenção Popular

CISL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres

CGT – Confédération Générale du Travail

CPAV – Centro Profissional do Setor Audiovisual

DOT – Departamento de Operações em Terra

FERVE – Fartos d'Estes Recibos Verdes

FSM – Federação Sindical Mundial

GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

ILC – Iniciativa Legislativa dos Cidadãos

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

JOC – Juventude Operária Católica

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero

M12M – Movimento 12 de Março

NMS – novos movimentos sociais

OMS – Organizações de Movimento Social

PCP – Partido Comunista Português

PEC – Programas de Estabilidade e Crescimento

PI – Precários Inflexíveis

PIEA – Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual

PRI – Política de Relações Internacionais

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

QSLT – Que Se Lixe A Troika!

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

SINTTAV – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual

SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

STCDE – Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas de Portugal no Estrangeiro

STE – Sindicato das Artes do Espetáculo

TAP – Transportadora Aérea Portuguesa

TSU – Taxa Social Única

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

USL – União de Sindicatos de Lisboa

WUNC – worthiness, unity, numbers, and commitment

15O – 15 de Outubro

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Sindicalização e greves em Portugal: 1974--2012……..127

QUADRO 2 - Síntese das características das OMSs de combate à precariedade e das organizações sindicais……..252

QUADRO 3 - Comparação entre as características das plataformas de mobilização para os protestos e as características da CGTP-IN……..274

QUADRO 4 - Caracterização das greves gerais (2010 – 2013) quanto a atores, reivindicações e ações……296

SUMÁRIO

Introdução 1

PARTE I – Trabalho, Precariedade e Sindicalismo 7

Capítulo 1 - Transformações no mundo do trabalho e a precarização do trabalho e do emprego 9

1.1. Do Fordismo à Acumulação Flexível 10

Um novo modelo de regulação 13

1.2. A marcha de precarização do trabalho e do emprego 14

O precariado 17

1.3. A nova ideologia do capitalismo 18

Consenso e hegemonia 19

O capitalismo e a sua crítica 22

Capítulo 2 - A nova questão salarial e a precariedade 25

2.1. O estatuto precário do emprego 26

2.2. O regime de risco, precariedade e juventude: a insegurança omnipresente 29

Precariedade e juventude 31

Capítulo 3 - O movimento sindical: crise do sindicalismo e perspetivas de renovação 35

3.1. Aspetos gerais da crise do sindicalismo 36

3.2. A precariedade, os sindicatos e a organização dos "não organizados" 39

3.3. Principais efeitos da austeridade sobre o sindicalismo 42

3.4. A renovação do sindicalismo 45

Parte II - Ação Coletiva e Movimentos Sociais na Contemporaneidade 47

Capítulo 1 – Paradigmas e teorias da ação coletiva 49

1.1. As abordagens da mobilização de recursos, processo político e novos movimentos sociais: elementos gerais de caracterização 51

Abordagem da mobilização de recursos 51

Abordagem do processo político 52

Abordagem dos novos movimentos sociais 57

1.2. Organizações de movimento social e tendências oligárquicas 61

1.2.1.Fatores externos do desenvolvimento das OMSs 64

1.2.2. Fatores internos do desenvolvimento das OMSs 65

A oligarquização e o conservadorismo são inevitáveis? 67

1.3. Um modelo de estrutura de oportunidades políticas para a análise dos movimentos sociais 69

Estrutura de clivagens nacionais 69

Estruturas institucionais 71

Procedimentos informais e estratégias prevalecentes 74

Estrutura de alianças 76

Capítulo 2 - Os movimentos sociais da era da internet e da austeridade 81

2.1. Principais características dos movimentos sociais em rede 82

2.2. Ativismo em rede e ciberespaço: potencialidades e limites 84

2.3. Os movimentos sociais da atualidade e a pulsão plebeia 86

2.4. Movimentos Sociais, Democracia e Antagonismo 89

Parte III - Ação coletiva na crise europeia 93

Capítulo 1 – Metodologia e Hipóteses de Trabalho 95

1.1. A ciência moderna em crise e o novo paradigma 97
1.2. O estudo de caso alargado como método da ciência reflexiva: potencialidades e limites 101
1.2.1. Observação participante e etnografia 103
1.3. Estratégia metodológica: o objeto de estudo e a investigação 107
1.4. Hipóteses de trabalho 110
Hipótese 1 111
Hipótese 2 113
Hipótese 3 115
Hipótese 4 116
Hipótese 5 116
Hipótese 6 117

Capítulo 2 - A realidade portuguesa em análise: trabalho, sindicalismo e movimentos sociais 119

2.1. O mercado de trabalho e a precariedade do emprego 119
2.2. O movimento sindical português e a crise do sindicalismo 125
2.3. Os movimentos sociais portugueses: da luta pela democracia à rejeição da austeridade 132

Capítulo 3 - Na antecâmara da austeridade: os atores coletivos do combate à precaridade 137

3.1. A Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual 141
3.2. Fartos D'Estes Recibos Verdes 144
A luta contra os falsos recibos verdes 146
Da desmobilização ao declínio: o desaparecimento do Ferve 149
3.3. *MayDay* 151
O MayDay em Portugal 154

3.4. Precários Inflexíveis 155

"*Precários nos querem, rebeldes nos terão!*": as ações do PI 157

Capítulo 4 - O movimento antiausteridade: da Geração À Rasca ao Que Se Lixe a *Troika* 163

4.1. A Geração À Rasca 165

4.2. O 15 de Outubro 168

4.3. A Primavera Global: "podem cortar as flores mas não podem parar a Primavera" 172

4.4. Que Se Lixe a *Troika*! 173

4.5. A relação entre austeridade e democracia no contexto da ação coletiva antiausteridade 178

A austeridade, a democracia e a (crise de) hegemonia 183

Capítulo 5 - Do *facebook* às ruas: os processos de mobilização no ciclo de protestos antiausteridade 187

5.1. Ciberativismo: o eixo central dos processos de mobilização 189

5.2. A "organização" do descontentamento 193

Os media, os processos de mobilização e a inovação 200

O contacto com outros atores 203

5.3. Protestos inconsequentes ou atores relevantes? Os impactos dos protestos antiausteridade 205

5.4. A continuidade da mobilização: os protestos antiausteridade e o "dia seguinte" 211

Capítulo 6 – As dinâmicas das organizações de movimento no contexto antiausteridade 219

6.1. As coligações como estratégia: "Antes da Dívida Temos Direitos!" e a "Lei Contra a Precariedade" 220

O impacto das coligações 228

6.2. Fusões e formalização: um retrato dos processos 231
A PIEA e a formação de um novo sindicado: o Cena 231
A Associação de Combate à Precariedade-Precários Inflexíveis (ACP-PI) 235
Consequências da constituição da associação 238
6.3. As tensões entre as OMSs antiausteridade 242

Capítulo 7 - O movimento sindical, os movimentos de combate à precariedade e antiausteridade e a crise 247
7.1. A CGTP e as organizações de movimento de combate à precariedade: as relações de colaboração/articulação 251
… Concretizando a colaboração… 256
7.2. A colaboração/articulação no período da austeridade 272
O apoio da CGTP aos protestos antiausteridade 277
Colaboração ou autonomia? O comportamento das plataformas de mobilização face à CGTP 283
7.2.1. As greves gerais entre 2010 e 2013 290
As duas centrais e as greves gerais: em conjunto ou separadas? 291
As organizações de movimento e a participação nas greves gerais: qual o alcance da colaboração/articulação? 295

Conclusão 315
Lista de Referências Bibliográficas 323
Anexos 347

INTRODUÇÃO

Em 1995, John Rifkin referiu o fim do trabalho (Rifkin, 1995), indo ao encontro das teses da perda da sua centralidade, tão popularizadas por autores como Claus Offe (1986), André Gorz (1997, 1999) ou Jürgen Habermas (1984a, 1984b). Uma implicação dessas teses é que as possibilidades de emancipação deixam de encontrar sentido na esfera do trabalho, antevendo-se assim a pacificação do conflito de classes. Porém, atualmente evidencia-se um paradoxo que decorre, por um lado, de sermos capazes de produzir cada vez mais com cada vez menos trabalho, parecendo ser possível o alívio da pressão exercida sobre os indivíduos, e, por outro, do facto de essa evolução ser acompanhada por uma disseminação do descontentamento (Méda, 1999).

A profecia não se cumpriu. O trabalho não desapareceu mas modificou-se, podendo falar-se do fim do trabalho tal como o conhecíamos ou como o imaginávamos. Ao longo desse processo de transformação, a utopia da sociedade sem trabalho metamorfoseou-se no pesadelo da sociedade do desemprego estrutural e do emprego sem qualidade e sem dignidade. Em contraposição às teses mencionadas, uma gama de autores, entre os quais Ricardo Antunes (2002, 2005, 2013), defende que a categoria trabalho continua a ser central, considerando-a um invariante da natureza humana que permite a realização de si e estrutura a relação dos indivíduos com o mundo e as relações sociais.

O debate em torno da centralidade do trabalho tem implicações no que diz respeito à ação coletiva. Porquê estudar o trabalho em conexão com os movimentos sociais? A resposta a essa pergunta estrutura-se a partir daquele debate. Confirmando-se a perda de centralidade, seria de esperar que a ação coletiva relevasse cada vez menos do conflito entre capital e trabalho e das questões que lhe são inerentes, assumindo preponderância outros temas. Reformulando, seria expectável que o trabalho deixasse de ser o principal motor propulsor da ação coletiva, cedendo o lugar a outro tipo de conflitos. No entanto, a observação das ações de resistência ou rebeliões mais recentes aponta para formas de confrontação social que apesar de novas ou inovadoras, continuam a apresentar como pano de fundo, ou pelo menos como substrato pertinente, o trabalho, articulando-o com outros temas e lutas. Na semiperiferia capitalista, ocorreram rebeliões sociais mais ou

menos espontâneas que têm transformado o panorama político de países como Portugal, Espanha, Grécia, Turquia e Brasil, e que estão relacionadas com a ampliação e/ou preservação de um conjunto de conquistas sociais de uma forma geral.

Os movimentos sociais portugueses que compõem a ação coletiva na crise europeia, os movimentos de combate à precariedade e antiausteridade, conferem centralidade às questões do trabalho e do emprego, batendo-se contra a degradação da sociedade salarial moderna em articulação com questões relativas à qualidade da democracia. Na medida em que assumem como suas questões tradicionalmente ligadas ao movimento sindical, cabe indagar sobre a natureza da ação coletiva em sociedades em que a precarização do trabalho e do emprego está na ordem do dia e a austeridade foi (ou é ainda) imposta como se da única alternativa se tratasse. Essa questão desdobra-se em duas outras: uma acerca do processo de formação dos atores coletivos no contexto de uma crise europeia marcada pela precariedade e pela austeridade; a outra a propósito das (possíveis) interações desses atores coletivos entre si e com o movimento sindical. Essas são as questões de partida que orientam o presente estudo.

A eleição do objeto de estudo teve por base, para além de motivações e inclinações pessoais, comuns a qualquer investigador, motivos que se prenderam com a importância sociológica e também social num sentido mais amplo das novas formas de ação coletiva no contexto atual. As últimas indiciam mudanças cujo alcance está ainda por determinar, pelo menos na sua totalidade. Em finais da primeira década dos anos 2000, aquando o início da investigação que subjaz ao presente estudo, o tema da precarização do trabalho e do emprego estava na ordem do dia e começava a ocupar um lugar de destaque nos debates político e público. Temas fortes eram também a ação sindical e a constatação do seu desfasamento e limitações face às novas realidades laborais, cada vez mais inseguras e insatisfatórias a vários níveis. Ao mesmo tempo, emergiam novos atores coletivos preocupados com as questões do trabalho e do emprego que atuavam à margem do campo institucional. A ação coletiva era assim orientada para questões que decorriam da problemática da transformação da condição salarial moderna e das tendências de precarização. O facto de as questões da precariedade do trabalho e do emprego dominarem as agendas de discussão, tanto do poder político como da sociedade civil,

reforça a tese da centralidade do trabalho na nossa sociedade. Posteriormente, em 2011, centenas de milhares de portugueses saíram às ruas e foi lançada a "primeira pedra" de um ciclo de protesto que colocou em diálogo diversos tipos de reivindicações, bem como novos e velhos atores coletivos. Decorre daí a pertinência do objeto de estudo e da investigação realizada. Se as nossas sociedades são agora identificadas com a mudança, com a transformação, ao invés de se caracterizarem pela coesão e pela estabilidade, e se a ação coletiva está no centro desse movimento de transformação, é inegável a pertinência do estudo das suas condições de possibilidade, da sua natureza e dos atores que a levam a cabo. Por outro lado, ao colocar também o enfoque nas imbrincadas relações entre movimentos sociais e movimento sindical, este estudo procurou revelar dimensões que ao nos ajudarem a compreender o passado e o presente, abrem novos caminhos para o futuro.

A origem dos movimentos sociais da era da precariedade e da austeridade pode ser situada nas transformações que ocorreram ao longo das últimas quatro décadas e que marcaram as relações de e na produção. A transição entre paradigmas produtivos induziu mudanças consideráveis, conducentes à emergência e expansão de novas tendências que redundaram numa metamorfose profunda da condição salarial moderna. Numa espécie de "ajuste de contas" do mercado com o fordismo-keynesianismo, a precariedade do trabalho e do emprego expandiu-se, almejando a constituir-se como norma. As implicações desse processo são várias. Desde logo, podem ser mencionadas a insegurança e a incerteza que marcam as trajetórias de muitos trabalhadores e que ensombram as de muitos outros. Paralelamente, dada a inconstância a que se encontram sujeitas as trajetórias profissionais, pode falar-se de uma desestruturação das identidades fundadas no trabalho que, entre outras coisas, favorece a inculcação do individualismo em detrimento da adoção de perspetivas de cariz coletivo.

O impacto dessas mudanças fez-se sentir no movimento sindical, que foi forçado a acompanhá-las, transformando-se ele próprio no curso de um processo que continua a ser problemático, podendo ser apontados desfasamentos em termos de ritmo e de escala entre o processo de globalização num sentido lato e o de adaptação do sindicalismo ao novo contexto. Entre os vários problemas que se colocam conta-se a forma como é abordada a realidade da precariedade em expansão. Somam-se outros fatores como a

descrença no papel dos sindicatos e atitudes refratárias à organização coletiva mediada por essas estruturas.

É na confluência desses dois vetores interrelacionados, das transformações do mundo do trabalho e da crise do sindicalismo, que pode ser perspetivada a emergência dos movimentos de combate à precariedade e antiausteridade. A necessidade de alguma espécie de representação e de observância dos problemas específicos com que se confrontam aqueles que estão enredados nas malhas da precariedade impulsionaram a constituição de organizações vocacionadas para o seu combate. Especialmente o movimento de combate à precariedade, mas também o antiausteridade, move-se num campo de relações dominado quase exclusivamente pelo movimento sindical até à data, colocando-se a inevitabilidade do contacto entre os dois atores. Por sua vez, o movimento antiausteridade surge, como a própria designação o indica, no contexto de imposição de um ideário austeritário, contra o qual se erguem uma miríade de atores sociais oriundos tanto do campo político como da sociedade civil. As relações entre movimentos sociais e movimento sindical são permeadas por dificuldades de várias ordens cujas causas e implicações importa identificar pois têm efeitos assinaláveis ao nível da ação coletiva presente e futura.

A presente dissertação está estruturada em três partes, sendo cada uma delas dividida em vários capítulos. A primeira parte é composta por três capítulos, a segunda por dois e a terceira por sete capítulos. A primeira parte é dedicada ao tratamento das principais questões relativas ao mundo do trabalho, enfocando as transformações ocorridas e a forma como se traduziram numa tendência geral de precarização do trabalho e do emprego. No primeiro capítulo são abordadas as transformações no processo de produção e a sua repercussão na emergência de um paradigma produtivo e de um modelo de regulação novos, correlacionando-as com as transformações ideológicas destinadas a acomodar as realidades emergentes e a gerar o consentimento necessário à neutralização da oposição. No segundo capítulo é retratado o processo de erosão da condição salarial moderna e caracterizado o novo regime de risco que permeia as trajetórias profissionais e de vida. A análise procura sublinhar a ligação intrínseca entre precariedade e juventude. No terceiro capítulo, votado ao movimento sindical, são identificados os traços gerais da

crise que o assola. A perda de força do movimento sindical é apresentada como intimamente relacionada com a tendência de crescimento do trabalho precário e do precariado, sendo dada particular atenção às dificuldades de que se reveste a representação sindical desses trabalhadores. São também abordados os principais efeitos da austeridade sobre o sindicalismo. Por último, partindo desse quadro geral, é abordada a necessidade da renovação do sindicalismo.

A parte II é votada à ação coletiva e aos movimentos sociais. Ao longo de dois capítulos compostos por várias secções são apresentadas as principais questões que têm animado o debate teórico. No primeiro capítulo são revisitadas as características gerais e principais contribuições dos paradigmas e teorias da ação coletiva. Esse curto excurso é seguido de uma secção dedicada às transformações que marcam as trajetórias das organizações de movimento social, mais concretamente os fatores externos e internos ao seu desenvolvimento e os fenómenos de burocratização e oligarquização. Por último, é apresentado um modelo de estrutura de oportunidades políticas que servirá de apoio à análise de alguns aspetos da ação e impactos dos movimentos sociais e da relação que estabelecem com atores relevantes do contexto externo em que se situam. No segundo capítulo, são apresentadas as principais características dos movimentos sociais da era da internet e os argumentos em torno das potencialidades e limites da utilização do ciberativismo como ferramenta de mobilização e de ação. É abordada a presença de uma pulsão plebeia nos movimentos sociais da atualidade, bem como a relação intrincada entre movimentos sociais e democracia, dando relevo à centralidade do antagonismo e do conflito na busca de uma radicalização da democracia.

A parte III é dedicada à ação coletiva na crise europeia. À luz dos elementos e discussões teóricas apresentadas nas partes I e II, são analisados os dados recolhidos ao longo do trabalho de campo que se desenrolou de 2009 a 2013 e que acompanhou muito de perto e por dentro as mobilizações antiausteridade. É composta por sete capítulos, seguindo-se a apresentação das conclusões proporcionadas pela realização do estudo. No primeiro capítulo são abordadas questões metodológicas e explicitados os princípios do método de estudo de caso alargado, seguidas da apresentação das hipóteses que orientaram a presente dissertação. A situação concreta de Portugal é abordada no segundo

capítulo, situando-o nos contextos global e europeu no que concerne o mercado de trabalho e a expressão da precariedade, a realidade específica do sindicalismo português, e o percurso dos movimentos sociais.

O terceiro capítulo incide sobre o movimento de combate à precariedade. São identificados o contexto da sua emergência e as principais características e objetivos, seguindo-se a caracterização das organizações de movimento que o compuseram: Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, Ferve, *MayDay* e Precários Inflexíveis. O quarto capítulo é dedicado aos protestos anti austeridade e aborda a relação entre austeridade e democracia. O quinto capítulo tem como foco principal os processos de mobilização concretizados pelos atores coletivos em análise. Os estudos de caso são abordados a partir de aspetos-chave como as estratégias utilizadas, redes de ciberativismo, contactos com outros atores sociais ou a continuidade no rescaldo das mobilizações. São também explorados os impactos proporcionados pelos protestos.

No capítulo 6 são analisadas as dinâmicas das organizações de movimento no contexto antiausteridade, dando particular destaque ao papel das coligações como estratégia mas também a outro tipo de processos como a fusão e a formalização de organizações de movimento. São também analisadas as tensões inerentes ao funcionamento intra e inter organizações de movimento anti austeridade.

O último capítulo, o capítulo 7, é dedicado às relações estabelecidas entre o movimento sindical e os movimentos de combate à precariedade e antiausteridade durante o período da crise. Está subdividido em duas secções. Uma delas incide sobre os contornos das relações de colaboração/articulação entre a CGTP e as organizações de movimento de combate à precariedade. São tidas em conta as complementaridades existentes e também as fontes de tensão que constituíram obstáculos a essas relações. A segunda secção tem como enfoque as relações de colaboração/articulação no período da imposição da austeridade, atendendo ao apoio da CGTP aos protestos e aos comportamentos das plataformas de mobilização face a esse apoio. É também desenvolvido um aspeto particular que concerne a colaboração/articulação no quadro das greves gerais. Essa análise é precedida por uma avaliação, superficial, da postura das duas maiores centrais sindicais face a utilização da greve geral como estratégia de luta.

PARTE I

Trabalho, Precariedade e Sindicalismo

Capítulo 1 - Transformações no mundo do trabalho e a precarização do trabalho e do emprego

O processo de produção tem vindo a sofrer transformações cujos efeitos se fazem sentir ao nível das relações de e na produção. Ocorridas no contexto da globalização - um processo de desenvolvimento desigual, alicerçado em novas formas de interdependência geradoras de novos tipos de risco (Giddens, 1996) - e de relações industriais conflituais que opõem os interesses de empregadores e empregados de forma radical e sistemática (Hyman, 1975), essas transformações materializam-se na reestruturação produtiva e na implementação de novas tendências de organização do trabalho, com um impacto inequívoco no mundo do trabalho de uma forma geral.

A partir dos anos 1980, fruto de uma viragem na economia internacional impulsionada pela globalização e pela adoção dos princípios prescritos pelo Consenso de Washington de 1989, as mudanças a que aludo confluíram num processo de precarização do trabalho e do emprego que se estende até aos nossos dias. Tal ocorreu no quadro da vigência de um pensamento unidimensional que transforma as alternativas em utopias, contribuindo assim para a naturalização e universalização de uma ideologia dominante alicerçada na racionalidade técnico-científica. Gizou-se o consenso em torno da supremacia do sistema capitalista relativamente a qualquer outro. Nesse sentido, é possível falar da existência de uma ideologia que justifica o envolvimento e o comprometimento com o capitalismo - o "espírito do capitalismo" (Boltanski e Chiapello, 2009).

Neste capítulo procuro explicitar a ligação existente entre as alterações que se verificaram na esfera da produção e da regulação e a flexibilização do trabalho e do emprego. A análise foca os processos de controlo sobre as relações de trabalho, destacando aqueles que envolvem a organização coletiva dos trabalhadores e a sua ação, e a emergência de um paradigma produtivo e de um modelo de regulação novos. Reconhecendo a sua transversalidade relativamente a esses processos, são abordadas as condições que permitiram a aceitação e incorporação dessas transformações pela classe trabalhadora.

1.1. Do Fordismo à Acumulação Flexível

O desenvolvimento e generalização da mecanização forneceram, desde o século XIX, a base técnica adequada para o aumento da produtividade. O modelo de produção fordista, baseado na produção em massa, homogénea e verticalizada, foi universalizado e combinado com as técnicas de administração científica tayloristas que, através do estudo minucioso do tempo e movimentos e da separação entre os momentos de planeamento e execução do trabalho, instituíram normas, princípios e leis científicas da administração do trabalho visando a sua exploração máxima (Antunes, 2013).

Em meados do século XX (pós-45), surgiu, no Japão, o toyotismo (ou *ohnismo*, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica da Toyota) como via de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial (idem). Trata-se de uma forma de organização do trabalho que se diferencia do fordismo por ser uma produção muito vinculada à procura e, portanto, heterogénea, fundamentada no trabalho em equipa, estruturada num processo flexível orientado pelo princípio do *just in time* que funciona segundo o sistema *kanban* e com *stocks* mínimos[1]. Vale a pena sublinhar que o toyotismo implantou o "emprego vitalício" e instituiu ganhos salariais vinculados ao aumento da produtividade.

O processo de mecanização, portador da promessa de tornar o trabalho mais suportável, teve repercussões imediatas na experiência dos trabalhadores. Alterou a forma e o conteúdo do seu trabalho, transformou-os em mero apêndice da máquina, e reduziu o trabalho a um ciclo de movimentos repetitivos, homogeneizando-o (Aglietta, 1987), verificando-se, com a destruição de competências, um processo de desespecialização (Braverman, 1974). Ao incorporar os princípios tayloristas da organização científica do trabalho, o fordismo tornou possível uma intensificação do trabalho cada vez maior e obteve a subordinação completa da força de trabalho. O binómio taylorismo/fordismo

[1] As empresas toyotistas têm uma estrutura horizontalizada, as suas fábricas são responsáveis por uma parcela mínima da produção, na qual se especializam, transferindo para terceiros grande parte do que antes era produzido dentro do seu espaço produtivo. Flexibilização, terceirização, subcontratação, Círculos de Controlo de Qualidade (constituídos por grupos de trabalhadores que são instigados a discutir o seu trabalho e desempenho de forma a melhorar a produtividade das empresas, constituindo um instrumento importante de apropriação do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalho), *kanban*, *just in time*, *kaizen*, trabalho em equipa, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre outros, caracterizam a organização do trabalho toyotista.

tornou-se hegemónico. É importante sublinhar que a tese da desespecialização não é consensualmente aceite. Revelou menor aplicabilidade ao período que se iniciou com os anos 1980 pois a utilização de novas tecnologias no processo de produção exigiu uma crescente especialização em vários domínios e o desenvolvimento da polivalência do trabalhador (pluriespecialização), ambos necessários à flexibilidade e adaptabilidade procuradas pelo capital (Harvey, 1982; Burawoy, 1985, Esping-Anderson, 1993).

A partir dos anos 1970, o capitalismo deparou-se com um quadro crítico de mutações económicas, sociais, políticas e ideológicas que tiveram um forte impacto, colocando em causa o imperativo do aumento ilimitado da produção de mais-valia[2]. Perante a manifesta incapacidade do *fordismo* e do *keynesianismo* em conterem as contradições do capitalismo, surgiu um novo paradigma produtivo, a acumulação flexível (Aglietta, 1987; Antunes, 2002, 2013; Harvey, 2012). Foi implementado através de um processo de reestruturação da produção e do trabalho à escala global que visou tanto a recuperação do padrão de acumulação prévio como a reposição da hegemonia perdida no interior da produção. A reestruturação foi obtida por meio do *downsizing*, formas de gestão organizacional, avanço tecnológico, modelos alternativos ao binómio taylorismo/fordismo (destacando-se o toyotismo), e da produção enxuta (ou *lean production*). Essas estratégias proporcionaram não só a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, redução ou eliminação do trabalho improdutivo, e a imbricação crescente entre trabalho material e imaterial (com a ampliação do último), mas também o controlo mais abstrato e rigoroso sobre a totalidade do processo produtivo (Antunes, 2013).

Certas funções passaram a ser incorporadas diretamente ao trabalhador produtivo, emergindo um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente. O "novo trabalhador" articulou-se com a emergência de um paradigma tecnológico também ele novo (Castells, 2000, 2006) e com uma "revolução informacional" responsável por uma transformação produtiva radical que transferiu os conflitos sociais

[2] Segundo Antunes (2013), os traços mais evidentes desse quadro crítico eram: queda da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (incapacidade de responder à retração do consumo); hipertrofia e autonomização da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do *Welfare State*; tendência de generalização das privatizações, de desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

para a esfera do controlo social da informação (Lojkine, 1995). Assim, acentuou-se a perda de peso do trabalho industrial e o papel desempenhado pela ciência, tecnologia e informação na produção expandiu-se. Principalmente a partir dos anos 1990 sobressaiu um otimismo (tecnológico) que atribuía à tecnologia a função de elemento libertador da dominação burocrática.

Porém, podem ser referidos vários aspetos que deitam por terra as esperanças formuladas no alvor do novo século: configuração do *infotaylorismo*[3], formação de uma nova condição proletária, capacidade de o capital dispor quase totalmente da força de trabalho, passagem do controlo do processo de trabalho para o controlo exercido sobre o trabalhador, e aprofundamento das táticas do Taylorismo (Braga, 2009; Huws, 2009). Ao produzir excedentes de força de trabalho que diminuem o poder do trabalho organizado, a mudança tecnológica teve e tem um efeito regulador sobre os níveis salariais e no que concerne a disciplina exercida sobre a mão-de-obra (Harvey, 1982). Por outro lado, a sofisticação tecnológica também torna os empregadores mais vulneráveis às ações hostis dos trabalhadores (Hyman, 1975).

Sustentada por essas transformações, principalmente a partir dos anos 2000, a ofensiva do capital ganhou forma através da precarização do trabalho e do emprego e da constituição de contingentes de trabalhadores dispensáveis que contribuíram para a elevação dos níveis de desemprego estrutural (Antunes, 2013). Uma consequência é que ao fragmentar e desestruturar a condição operária, o capitalismo global despolitiza as relações sociais na produção e inviabiliza, ou torna mais difíceis, as formas coletivas de ação social (Braga, 2009).

[3] O *infotaylorismo* é a tendência contemporânea no setor das telecomunicações e na economia informacional e é sinónimo de simplificação, desqualificação e degradação do trabalho (Braga, 2009). Sob a sua vigência, a tendência de rotinização supera a possibilidade de emergência de um trabalho mais criativo, tácito e multiplamente habilitado, ocorrendo a transformação das atividades de serviço em mercadorias (Huws, 2009).

Um novo modelo de regulação

Durante os "trinta anos dourados" do fordismo e do capitalismo organizado existiu um compromisso entre capital e trabalho que além de funcionar como garante da paz social, era uma forma de "liberalismo embutido" que produziu taxas de crescimento económico elevadas e serviu de base à construção do Estado de Bem-Estar Social (Harvey, 2007). Em termos políticos, o contexto caracterizava-se pela existência de uma variedade de Estados que assumiam uma forma democrática liberal e que estabeleciam como objetivos o pleno emprego, crescimento económico e bem-estar, e a implementação de políticas fiscais e monetárias *keynesianas*.

No final dos anos 1960, esse padrão foi colocado em causa pela crise de acumulação – o desemprego e inflação elevados que a caracterizaram deram o mote para o ressurgimento de ações ofensivas por parte dos trabalhadores[4] -, crises fiscais de vários Estados e pelo esgotamento das políticas *keynesianas*. Pouco depois, o primeiro choque petrolífero em 1973 e a recessão profunda de 1974-75 colocaram em marcha um conjunto de processos que comprometeram o compromisso fordista e questionaram a "grande política contratual", seguindo-se um período de reestruturação económica e de reajustamento social e político conturbado (idem, 2012; Boltanski e Chiapello, 2009).

A crise do fordismo e do keynesianismo e a substituição do modelo de regulação social democrático pela (des)regulação neoliberal exprimiram uma crise estrutural do capitalismo que evidenciou a rutura do padrão de dominação vigente (Antunes, 2013; Beluzzo, 2013). A restauração dos patamares de acumulação implicou a criação de um suporte institucional transnacional constituído pelas agências financeiras e monetárias internacionais pelos países capitalistas (Santos, 2002). De uma forma geral, a viragem estrutural para a desindustrialização e a incapacidade dos partidos de centro-esquerda em lidarem com a conjuntura de desemprego em massa e inflação crescente prepararam o caminho para a "vingança do neoliberalismo" (Theborn, 2012: 99).

[4] Segundo Antunes, o ressurgimento da luta dos trabalhadores levou a um transbordamento da luta de classes e constituiu outro sinal claro do esgotamento do fordismo-keynesianismo (Antunes, 2013). Podem ser referidos como exemplo os movimentos para o controlo social da produção no final dos anos 60.

1.2. A marcha de precarização do trabalho e do emprego

Por volta dos anos 1990, sob a influência do toyotismo, o ambiente institucional das empresas alterou-se radicalmente com a emergência da empresa neoliberal em rede, a "nova utopia capitalista"[5] (Braga, 2009). Surgiu uma gestão empresarial apoiada na flexibilização interna - através da polivalência, autocontrolo e desenvolvimento da autonomia - e externa (Boltanski e Chiapello, 2009). A última pressupõe a organização do trabalho em rede e empresas "enxutas" que recorrem à subcontratação e mão-de-obra maleável em termos de regime de contratação (empregos precários, temporários e trabalho autónomo), de horário ou de jornada de trabalho (tempo parcial, horário variável).

Podem ser referidas duas outras tipologias a propósito da flexibilidade. A primeira é proposta por Guy Standing e surge a partir de um balanço dos modelos de organização do trabalho que vigoraram a partir do pós-guerra (Standing, 2011). O autor assinala a existência de três formas de flexibilidade: numérica, funcional e salarial. A segunda surgiu pela mão de Kovács e Castillo e aponta dois caminhos para a flexibilização da produção: uma *via alta* (qualitativa) e uma *baixa* (quantitativa) (Kovács e Castillo, 1998). Segundo os autores, os recursos humanos nucleares essenciais às atividades de forte valor acrescentado são valorizados enquanto os ligados às de baixo valor acrescentado são contratados, despedidos ou externalizados em função das necessidades de flexibilização das empresas face aos mercados.

Relativamente à tipologia proposta por Standing, a flexibilidade numérica está ligada à maior ou menor facilidade de despedimentos e à utilização de trabalho temporário ou em *part-time*. Esse tipo de flexibilidade é parte integrante das estratégias de competitividade das empresas, permite fazer face às flutuações da procura e é apresentado como um impulso para a criação de novos empregos, apesar de gerar insegurança no emprego. A flexibilidade funcional possibilita a alteração rápida e sem custos da divisão do trabalho e a modificação discricionária das tarefas, posições e locais de trabalho. Gera insegurança no trabalho e constitui um obstáculo à construção de carreiras. A flexibilidade

[5] A expressão é de Coutrot (1999 *cit in* Braga, 2009).

salarial é o terceiro tipo e é um dos elementos mais importantes na expansão do precariado. Significa não só que o salário da maior parte dos trabalhadores desceu mas também que a insegurança em termos salariais aumentou[6]. De uma forma geral, a flexibilidade salarial tem expressão no facto de os salários serem mais baixos, mais variáveis e mais imprevisíveis. Quanto à segunda proposta, a *via alta* de flexibilização (*qualitativa*) aposta na qualificação, novos perfis profissionais, práticas de gestão participativas e compromisso de longo prazo entre empregadores e empregados; enquanto a *baixa* (*quantitativa*) tem por base o recurso a baixos salários e o mercado de trabalho desregulado.

Os deslocamentos implementados no âmbito da flexibilidade externa (que corresponde à flexibilidade numérica e à flexibilidade salarial de Standing) conduziram a uma precarização do emprego que coexiste, no interior das empresas, com a manutenção de um núcleo de assalariados reduzido mas estável, mantido à custa de uma reserva de mão-de-obra móvel, terceirizada e subcontratada. Nesse sentido, ocorreu uma segmentação e dualização do mercado de trabalho entre assalariados estáveis "privilegiados" e precários, entre um núcleo reduzido de trabalhadores polivalentes e qualificados e uma massa de trabalhadores precarizados e sem qualificações (Costa, 2008; Doeringer e Piore, 1971).

Essa segmentação e dualização reflete a aplicação tanto da *via alta* como da *via baixa* para a flexibilização. É acompanhada pela redução generalizada da proteção no emprego, alimentando um processo de regressão nos empregos mais estáveis que, por sua vez, potenciou formas de trabalho precárias e inseguras, contribuindo para a erosão da condição salarial. Uma vez que os contratos de trabalho são, por natureza, assimétricos nos seus conteúdos, refletindo o poder desigual de empregadores e trabalhadores (Hyman, 1975), as novas modalidades contratuais vieram enfraquecer ainda mais a posição dos últimos. Ao mesmo tempo, os poderes públicos enveredaram pelo caminho da flexibilização do trabalho e tornaram-se menos hostis à contratação precária a partir de

[6] Essa situação é agravada pelo retorno dos salários à sua forma direta (os complementos ficam reservados para o núcleo estável de trabalhadores) (Standing, 2011).

finais dos anos 1970, passando a ver no direito do trabalho o principal obstáculo, o que motivou uma flexibilização da legislação laboral.

No quadro de uma retração do Estado social, a implementação da flexibilidade conduziu a níveis relativamente altos de desemprego estrutural e ao retrocesso do poder sindical, transferindo assim o fardo da incerteza para os assalariados e para outros provedores de serviços (Boltanski e Chiapello, 2009). Conformou-se um cenário de inversão das tendências que marcaram o período de vigência de um compromisso de classe positivo (Wright, 2012). Com o crescimento cada vez maior dos setores do trabalho flexível e do trabalho precário, caracterizados pela informalidade e pela individualização, o compromisso económico-político do "cidadão trabalhador" entrou em colapso (Beck, 1998, 2000; Castel, 1998, 2010).

No seu lugar emergiu um sistema de subemprego desestandardizado, fragmentado e plural, com formas de trabalho retribuído altamente flexíveis, descentralizadas, temporal e espacialmente, e desregulamentadas. O setor informal ganhou terreno ao sistema regulamentado e seguro das relações laborais, configurando-se um cenário de "brasileirização do ocidente" (Beck, 2000; Costa, 2008). É de assinalar a presença de outros fenómenos que reforçam essa realidade, como a introdução em massa da força de trabalho feminina no processo de produção, que acarretou a desvalorização da força de trabalho no geral, potenciando as assimetrias salariais em termos de género (Hirata, 2002). Essa tendência complementa o quadro de desregulamentação das relações laborais e permite falar da existência de um exército industrial de reserva predominantemente feminino (Casaca, 2009).

Os efeitos da precarização do trabalho e do emprego concentram-se de forma prolongada em certos segmentos da população, aprofundando os processos de exclusão que são reforçados pela dificuldade crescente em aceder a qualificações adequadas (Boltanski e Chiapello, 2009). Para além das qualificações e do género, enquanto critérios de empregabilidade intervêm outros fatores como idade e a nacionalidade (Esping-Andersen, 1993). No respeitante à idade, a nova tendência de seleção contraria as regras

vigentes durante o segundo espírito do capitalismo[7]: em vez de ser premiada, a antiguidade tornou-se um fator de precariedade e não uma garantia. Os mecanismos e critérios de seleção referidos são reforçados pela individualização das situações de trabalho e das remunerações.

Em suma, é possível falar de um processo de precarização estrutural do trabalho e de uma nova morfologia da classe trabalhadora contemporânea (Antunes, 2002, 2003, 2013; Antunes e Alves, 2004). A classe trabalhadora contemporânea é heterogénea e multifacetada (sujeita a processos paralelos de *desproletarização* e de *subproletarização* do trabalho), na sua base encontram-se as tradicionais clivagens mas também novas estratificações e fragmentações, sendo por isso mais adequada a utilização de uma noção ampliada da mesma. O exemplo mais premente dessa realidade nova são os setores precarizados da classe-que-vive-do-trabalho[8], cujo quotidiano é moldado pela ameaça do desemprego estrutural e que compõem o segmento dos *novos proletários do mundo* (Antunes, 2013).

O precariado

A existência de uma nova classe, o precariado, tem suscitado alguma discussão. De acordo com Standing, o precariado corresponde a um grupo de pessoas destituídas das garantias sociais associadas ao vínculo laboral, que convivem com vários tipos de insegurança (Standing, 2011). Destacam-se a insegurança no emprego e no trabalho, dos rendimentos, a insegurança no que respeita a reprodução das qualificações, e o facto de não terem assegurada uma representação política efetiva. Para o autor mencionado, o precariado não faz parte da classe trabalhadora. Constitui antes uma classe social de novo

[7] Ver Boltanski e Chiapello (2009).

[8] A expressão "classe-que-vive-do-trabalho" é utilizada por Antunes (2013) com o objetivo de conferir validade contemporânea ao conceito de *classe trabalhadora*. Pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora. Inclui a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho, tem como núcleo central os trabalhadores produtivos mas abrange também os trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, e os desempregados. Nesse sentido, num tempo de crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo, a "classe-que-vive-do-trabalho" abrange a totalidade dos trabalhadores assalariados.

tipo que emerge da combinação entre a globalização capitalista e a flexibilização do trabalho e do emprego.

O precariado é apresentado como a "nova classe perigosa", uma classe que vê ser-lhe negada a cidadania salarial fordista. Por esse motivo, na opinião de Standing, o precariado tende a assumir não só uma postura socialmente ressentida mas também uma atitude refratária ao movimento sindical que se traduz numa incompatibilidade política com aquele. Esses fatores redundam em inclinações autoritárias e na tendência de deriva em direção à direita do espectro político. Aponta como principal bandeira de mobilização da *nova classe* a questão do rendimento básico incondicional.

1.3. A nova ideologia do capitalismo

A civilização industrial avançada conta com um projeto tecnológico que envolve modos de pensamento e de comportamento unidimensionais contrastantes com a racionalidade de um universo bidimensional do discurso[9] e que eliminam a possibilidade de formulação de alternativas (Marcuse, 2002). Nesse contexto, o consentimento face a uma exploração cada vez maior é explicado pelo duplo sentido da racionalização no quadro do progresso tecnológico, ligado à elevação dos padrões de vida e que produz um padrão de pensamento e comportamento que absolve o progresso técnico dos seus efeitos mais negativos. Em conjunto, a racionalidade técnico-científica e a manipulação dão origem a novas formas de controlo social. No universo do pensamento unidimensional, as alternativas adquirem um caráter utópico (o pré-requisito fundamental da racionalidade e continuidade da ordem estabelecida) que contribui para a perpetuação desse tipo de pensamento.

[9] De acordo com Marcuse (2002), o pensamento dialético que marca o pensamento bidimensional comporta a tensão crítica entre o "ser" e o "dever ser", tensão essa que é uma condição ontológica, própria da estrutura do "ser". A transformação da dialética ontológica em dialética histórica retém a bidimensionalidade do pensamento filosófico enquanto pensamento crítico e negativo. Considera que se a lógica dialética entende a contradição como "necessidade" que é parte integrante da "natureza do pensamento", tal acontece porque a contradição faz também ela parte da natureza do objeto de pensamento, da própria realidade.

No discurso dominante, a ideia de racionalidade atua como elemento neutralizante e confere um caráter universal à sua ideologia (Mészáros, 2004). É nesse sentido que a defesa e idealização do sistema capitalista levam à recusa da existência de alternativas à ordem vigente, reforçando a reprodução da ideologia dominante e das desigualdades geradas pela mesma. Essa ideologia apresenta-se como consensual, objetiva, científica e isenta de qualquer viés ideológico. Ao naturalizar-se, coloca de parte a perspetiva de alternativas viáveis, o que lhe permite focar-se na manutenção da ordem estabelecida. Como diria Ellen Meiksins Wood, o período que vivemos é um de maturação e universalização do capitalismo (Wood, 2003).

As transformações decorrentes, por um lado, da concorrência inter capitalista e, por outro, da necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do mundo do trabalho suscitaram uma resposta do capital que colocou em marcha um processo de reorganização das formas de dominação social, procurando não só reorganizar o processo produtivo mas também recuperar a hegemonia nas mais diversas esferas de sociabilidade. Essa reconquista exigia que o compromisso e a iniciativa dos trabalhadores fossem assegurados (Hyman, 1975). No plano ideológico, o capitalismo fez a apologia do individualismo contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (Antunes, 2013). Podemos questionar-nos como foi possível a aceitação sem grande conflitualidade das mudanças que se verificaram na esfera das relações de e na produção. Ocorreram de forma relativamente pacífica, mascaradas de mecanismos do progresso, e, portanto, a sua necessidade inquestionável foi, e ainda é, afirmada, até certo ponto, sem qualquer ou com muito pouca oposição.

Consenso e hegemonia

O capitalismo obedece ao imperativo da acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos, o que pressupõe o envolvimento da força de trabalho nas relações de produção capitalistas, e isso só pode ser entendido, dizem-nos Boltanski e Chiapello, partindo do princípio que existe uma ideologia que justifica o envolvimento e o

comprometimento com o capitalismo - o "espírito do capitalismo"[10] (Boltanski e Chiapello, 2009). Para esses autores, a sobrevivência e expansão ilimitada do capitalismo e do seu modo de produção foram e são ainda possíveis graças ao facto de se apoiaram sobre um conjunto de representações partilhadas e de justificações que o apresentam como a única ordem possível ou a melhor das ordens possíveis. Para se apresentarem como autoevidentes, essas justificações têm de basear-se em argumentos inquestionáveis para um conjunto alargado de indivíduos. Assim, o espírito do capitalismo é "o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que ajudam a justificar essa mesma ordem, e ao legitimá-las, a sustentar as formas de ação e predisposições compatíveis com a mesma", sendo por isso a persistência do capitalismo indissociável do seu aparelho ideológico (idem: 10).

O consentimento em relação às regras e normas do capitalismo e às relações da e na produção pode ser gerado através da participação nas escolhas impostas pelo sistema capitalista, apesar de essa participação não o garantir e de poder até minar as condições de reprodução do sistema (Burawoy, 1979; Theborn, 1999). Como prevê a tese gramsciana, o consenso é fruto da hegemonia que estabelece a supremacia do sistema capitalista relativamente a um qualquer outro sistema e essa hegemonia desenvolve-se no campo da sociedade civil, envolve uma visão do mundo que sustenta os interesses das classes dominantes e é ativamente apoiada e articulada pelas classes dominadas e grupos aliados (Gramsci, 1971, 1974, 1999). Corresponde ao consentimento espontâneo das massas em

[10] Ao longo da história recente, Boltanski e Chiapello (2009) identificam a presença de três espíritos do capitalismo que correspondem a períodos históricos distintos e refletem as crenças subjacentes ao desenvolvimento da sociedade e a um modo de produção específico. O primeiro espírito do capitalismo gira em torno da crença no progresso e no futuro, na ciência e na tecnologia, nos benefícios da indústria, no empreendedorismo individual, baseando-se no utilitarismo. O segundo espírito é orientado pelo ideal da ordem industrial, pela crença no progresso sustentado pela ciência e tecnologia, produtividade e eficiência, é impulsionado pelo ideal de justiça social e comporta mudanças que atenuam a luta de classes. Esse foi o espírito do capitalismo vigente durante o período do capitalismo industrial e que atualmente está em crise. O terceiro espírito é o do capitalismo globalizado e do mercado autorregulado, da competição, que depende diretamente dos interesses das multinacionais. Como referido, o capitalismo precisa de mobilizar um conjunto de justificações congruentes com as formas concretas que o seu regime de acumulação assume num determinado período. No entanto, não consegue encontrar as justificações para o comprometimento no interior de si mesmo e, na medida em que se encontra completamente dissociado da esfera moral, é impelido a apoiar-se em produtos culturais já existentes que são ressignificados à luz dos seus imperativos.

relação à direção da vida social imposta pelo grupo dominante fundamental e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma conceção do real que superou o senso comum e se tornou crítica. Envolve um processo de articulação de diferentes interesses em torno da implementação de um projeto de transformação da sociedade, projeto esse que implica o reconhecimento e o respeito pelos interesses daqueles sobre quem é exercida a hegemonia.

O facto de as classes dominantes ignorarem o compromisso em relação aos diferentes interesses pode levar à rutura do consenso que sustenta o domínio que exercem e, portanto, a uma crise orgânica e de hegemonia e à formação de um novo bloco histórico[11]. A crise orgânica é algo que abala profundamente um bloco histórico, como uma crise económica, e que se manifesta na perda de hegemonia da classe dominante, proliferação de antagonismos e crise generalizada das identidades sociais. Já a crise de hegemonia corresponde ao rompimento do vínculo entre representantes e representados. É uma crise do Estado no seu conjunto, em que a classe dirigente vê a sua autoridade ser posta em causa, quer porque fracassou na consecução de determinados objetivos quer porque se verifica uma mobilização ativa e consciente de camadas sociais antes inativas[12]. Outros conceitos centrais que se articulam com o de hegemonia são a guerra de movimento e a guerra de posição[13].

[11] A noção de bloco histórico pressupõe a existência de uma ligação entre estrutura e superestrutura, entre os domínios da economia e da ideologia.

[12] A nova hegemonia manifesta-se através da constituição de uma direção intelectual e moral baseada numa visão partilhada do mundo, exercida no campo cultural e capaz de construir tanto o consenso como a base social que o suporta. Assume a forma de senso comum. Nesse sentido, as instituições culturais desempenham um papel fundamental na manutenção do consenso por meios não coercivos. A hegemonia é a construção que permite a uma classe assumir uma tarefa universal e assim dirigir os outros grupos sociais. A classe hegemónica aparece como sendo uma classe progressiva que realizará os interesses da sociedade no seu conjunto. Na visão gramsciana, a união política e ideológica das classes subordinadas é realizada através do partido.

[13] Essa metáfora militar alude à alteração do caráter da luta política à medida que as sociedades se tornam mais complexas, com um aparelho de Estado e uma sociedade civil mais desenvolvidos. Para Gramsci, a guerra de movimento torna-se cada vez mais uma guerra de posição. A confrontação direta, o movimento, continua a existir como componente parcial, mas a guerra de posição proporciona a conquista de posições decisivas. A guerra de posição corresponde ao conceito de hegemonia, que só é possível porque existem organizações da sociedade civil modernas que representam as trincheiras e fortificações permanentes da guerra de posições.

O capitalismo e a sua crítica

A noção de espírito do capitalismo permite associar a evolução do capitalismo e as críticas ao mesmo numa mesma dinâmica (Boltanski e Chiapello, 2009). Ao longo dos tempos, o capitalismo tem demonstrado grande perícia em responder e superar as críticas que lhe são dirigidas, facto que se deve em grande medida à sua capacidade de assimilar parte delas. Boltanski e Chiapello referem a existência de dois tipos de crítica, a crítica artística e a crítica social, associadas à experiência de uma inquietação[14] desenvolvida a partir de quatro fontes de indignação: a) o capitalismo como fonte de desencantamento e de inautenticidade; b) o capitalismo como fonte de opressão; c) o capitalismo como fonte de misérias e desigualdades; e d) o capitalismo como fonte de oportunismo e egoísmo. As duas primeiras fontes de indignação conformam a crítica artística e as duas últimas a crítica social. O impacto da crítica sobre o espírito do capitalismo pode ser de três tipos: deslegitimação dos espíritos anteriores e subtração da sua eficácia; a crítica coage os porta-vozes do capitalismo a justificá-lo em termos do bem comum; ou o espírito do capitalismo pode conseguir escapar à exigência de reforço dos dispositivos de justiça social e assim contornar a crítica que lhe é dirigida.

O esgotamento, derrota ou perda de intensidade da crítica permitem ao capitalismo afrouxar os dispositivos de justiça e modificar os processos de produção sem resistência. A mudança nos dispositivos de acumulação conduz à formulação de um novo espírito do capitalismo que permite restabelecer o envolvimento dos trabalhadores. No tempo presente, esse envolvimento tem por base o terceiro espírito do capitalismo, que atribui primazia a um projeto de autorrealização centrado no desempenho individual, na exaltação da mobilidade e em conceções reticulares do vínculo social, apesar de ser acompanhado pela degradação da situação económica, da estabilidade profissional e da posição social. Uma vez satisfeita, a crítica pode deslocar-se para outro foco, deixando espaço para uma mudança nas regras do jogo. Contudo, a degradação da situação conduz a um novo despontar da crítica. A crítica é por isso um aspeto fundamental da engrenagem do capitalismo e do seu espírito: por um lado, ao obrigar o capitalismo a justificar-se,

[14] Essa inquietação dá lugar a um mal-estar provocado pela dificuldade em identificar a origem da ameaça e elaborar de estratégias para superá-la (Boltanski e Chiapello, 2009). Os indícios dessas inquietações devem ser procurados na presença de indicadores de anomia, principalmente na desagregação dos elos sociais.

compele-o a reforçar os seus dispositivos de justiça, e, por outro, incita-o a deslocar-se para escapar-lhe.

Foi o que aconteceu em finais dos anos 1960 e nos anos 1970, quando a contestação obrigou, como constataram os autores supracitados, o capitalismo a transformar o seu modo de funcionamento ao mesmo tempo que, furtando-se a responder à crítica contida na contestação, satisfez críticas de outra natureza e desorientou os atores sociais envolvidos. Nesse período, os dois tipos de crítica surgiram combinados.

Durante os anos 1980, alguns temas da crítica artística foram integrados no discurso do capitalismo. A crítica social foi desmontada, reemergindo nos anos 1990 em resposta à degradação dos modos de vida associada ao desenvolvimento de um capitalismo liberto das coerções próprias do segundo espírito. Por seu turno, a crítica artística começou também a dar sinais de o seu esgotamento não ser afinal definitivo pois as fontes de indignação que a motivaram não foram superadas. Emergiu assim um novo espírito do capitalismo que tenta apaziguar a inquietação ligada ao crescimento da incerteza através do que Boltanski e Chiapello chamam de *cidade por projetos*, que confere legitimidade à natureza transitória. Atualmente, os dois tipos de crítica combinam-se novamente e é dada voz a exigências de garantias no que concerne a crítica social e de autonomia e realização em termos de crítica artística[15].

[15] Esta combinação pode constituir um problema pois a reivindicação de autonomia remete para a ênfase nas provas de desempenho individual, enquanto a crítica social associada à distribuição desigual do risco imposto pelo mercado impele para provas centradas no *status*, sendo que a valorização equitativa dos dois tipos de prova pode redundar na reivindicação de um mundo sem provas (Boltanski e Chiapello, 2009).

Capítulo 2 - A nova questão salarial e a precariedade

O compromisso social do capitalismo industrial tinha por base a existência de possibilidades concretas de melhoria da situação de cada categoria social por meio da consolidação de um conjunto de conquistas, com destaque para o salário mínimo e sua indexação ao crescimento, um direito de trabalho que protegia contra as arbitrariedades patronais e um sistema de proteção contra os principais avatares da existência (Santos, 2002). Esse modelo de regulação socioeconómica, centrado numa forma de subordinação estandardizada e na institucionalização dos atores coletivos no quadro dos Estados nacionais, em que se baseou o direito do trabalho desde o início do século XX, encontra-se claramente em crise (Supiot, 1999). Coloca-se por isso a necessidade de construir um compromisso de classe positivo de novo tipo (Wright, 2012).

No início dos anos 1970, a consistência da sociedade salarial – uma sociedade comprometida com uma dinâmica crescente que associava o desenvolvimento económico e o aperfeiçoamento social, o progresso e a melhoria das condições de vida - dependia da inscrição dos seus membros em coletivos que permitiam a superação do isolamento e a inclusão no sistema de garantias coletivas do estatuto do emprego e da proteção social (Castel, 2010). Essa situação sustentou as perspetivas de mobilidade ascendente partilhadas por vários segmentos da população e em particular pelos jovens. No entanto, os trinta anos que sucederam à Segunda Guerra Mundial não foram uma "era dourada". A segurança no emprego tinha como contraparte o bloqueio do desenvolvimento ocupacional e resultou na erosão dos incentivos ao trabalho e à mobilidade (Standing, 2009).

Nas últimas décadas tem vindo a desenhar-se uma "zona híbrida da vida social entre trabalho e não trabalho, segurança e assistência, integração e desfiliação", com o reforço da flexibilidade na periferia do mercado de trabalho (Castel, 2010: 10). Existe um risco acrescido de permanência prolongada nesse segmento periférico e de experiências de desemprego para certas categorias de trabalhadores. Simultaneamente, no contexto de desaceleração da economia, ganha força a ideia de que o crescimento e o emprego requerem tanto a flexibilização como o alargamento da desproteção, apesar de a adoção

desse tipo de políticas significar não só que os novos empregos criados são precários mas também que os existentes são sujeitos a uma precarização. Paralelamente a um recurso generalizado a estratégia de diminuição dos custos do trabalho pelas empresas, grandes grupos económicos e até pelo Estado, a inserção no mercado de trabalho rege-se cada vez mais pelo conceito de empregabilidade, o que remete para a coexistência de tendências diversas e contraditórias na evolução dos padrões do emprego e nas qualificações (Kovács, 2005).

No seu conjunto, as tendências de flexibilização e de precarização têm um impacto forte sobre a condição salarial. Os efeitos do processo de precarização do trabalho e do emprego manifestam-se tanto no plano individual como no coletivo. Transcendem os limites do campo das relações laborais, definindo identidades e modos de vida. É reconhecido que a precariedade afeta de forma particular os mais jovens, podendo falar-se da existência de uma relação "privilegiada" entre precariedade e juventude, mas também que tem vindo a expandir-se, atingindo outras franjas da população, nomeadamente as médias, o que remete para a emergência do precariado.

Reconhecendo a existência de uma interconexão entre as transformações no mundo do trabalho e a emergência de uma nova condição salarial, o propósito deste capítulo é apresentar os principais elementos caracterizadores do emprego precário e estabelecer a sua ligação com a emergência de um regime de risco marcado pela precariedade e que afeta indelevelmente a juventude.

2.1. O estatuto precário do emprego

As novas tendências do mundo do trabalho impõem dinâmicas que degradam a condição salarial moderna, redefinem as suas características e limites, retiram-lhe o estatuto de norma e dissolvem o vínculo que a associava à ideia de progresso que dominou grande parte do século XX. Apesar de as mudanças no emprego apontarem no sentido da heterogeneização das condições de trabalho e de emprego, e consequentemente das condições e oportunidades de vida, a verdade é que, sob a égide da flexibilidade, uma parte substancial dos empregos é precária (Kovács e Chagas Lopes, 2012). A precariedade tem

vindo a assumir-se como tendência dominante e conta com mecanismos de disciplinação da força de trabalho que produzem a insecurização da condição e do vínculo com a empresa e a invisibilização da sua representação coletiva (Castel, 2010; Soeiro, 2015). Trata-se no entanto de uma tendência que não é nova, representando antes um regresso a antigas formas de trabalho pré-*fordistas* (Kovács, 2005).

No discurso político e público é feita a apologia do mercado, da competição, da inovação e da flexibilidade como garantias para mais e melhores oportunidades para todos, ao mesmo tempo que a precariedade do trabalho e do emprego é justificada com base na inevitabilidade, da liberalização estrutural e organizacional da economia e do trabalho, e no esgotamento da regulamentação coletiva e do direito do trabalho (Casaca, 2012; Silva, 2007). A exaltação desses princípios e a implementação da precariedade escondem na verdade um programa de ação que serve o propósito de fragmentação da classe trabalhadora, a degradação das condições de trabalho, e a desagregação de comunidades operárias e das suas formas de solidariedade (Beaud e Pialoux, 1999; Kovács, 2002; Soeiro, 2015), sendo cada vez mais evidente que o estatuto precário do emprego limita o acesso aos direitos sociais e influi negativamente sobre a cidadania e a constituição da identidade social.

De uma forma geral, apesar da diversidade das definições propostas, na literatura são sublinhados o caráter involuntário do emprego precário e o facto de os empregos precários estarem normalmente associados a baixos rendimentos e a uma redução dos direitos sociais dos trabalhadores ou mesmo à sua ausência (Santana e Centeno, 2000; Kovács, 2005; Duarte, 2009; Dornelas *et al*., 2010). São também salientados a heterogeneidade do fenómeno, dado afetar categorias e grupos sociais distintos, e o facto de apresentar como elemento transversal a incerteza face ao futuro (Rebelo, 2004). Como esforço de sistematização, vale a pena mencionar a tipologia proposta por Kovács (2002) pois abrange situações diversas, refletindo vários potenciais de empregabilidade em função das qualificações e da possibilidade de aprendizagem: precariedade continuada,

estabilidade ameaçada, estabilidade continuada, flexibilidade qualificante e flexibilidade precária transitória[16].

A precariedade pode derivar tanto da relação com o emprego como da relação com o trabalho[17], devendo por isso ser analisada nessas duas vertentes. Essas são as duas dimensões fundamentais da integração profissional que pode ser de três tipos: integração incerta (satisfação no trabalho com instabilidade do emprego), integração laboral (insatisfação no trabalho mas estabilidade do emprego), e integração desqualificante (insatisfação no trabalho e instabilidade do emprego) (Paugam, 2000). De uma forma generalizada, cada vez mais proliferaram as formas de integração desqualificante e as situações de precariedade continuada e de flexibilidade precária transitória. Traduzem-se em *trajetórias de emprego em carrossel,* marcadas por uma grande mobilidade ocupacional (portanto, horizontal), mudanças sucessivas entre empregos sem estabilidade, eventualmente intercalados com situações de desemprego, num recomeçar permanente de um percurso profissional que se define principalmente pela ausência de benefícios materiais, sociais ou simbólicos (Diogo, 2012), mas também pela impossibilidade de

[16] A precariedade continuada diz respeito a trabalhadores pouco qualificados e inseridos em relações de emprego precárias de trabalho periférico ou externo às empresas, com percurso profissional de mobilidade lateral frequente, entre empregos do mesmo tipo e, eventualmente, alternando com períodos de desemprego. A estabilidade ameaçada aplica-se a trabalhadores igualmente pouco qualificados em trabalhos desqualificados mas algo protegidos por uma relação de emprego estável, correndo, no entanto, riscos em caso de falência ou despedimento. As duas situações partilham uma reduzida capacidade de negociação individual e coletiva. Os trabalhadores em situação de estabilidade continuada ocupam lugares centrais na empresa, que procura garantir a sua permanência, e acedem a melhores remunerações e condições de trabalho, factos a que não é alheia a maior capacidade negocial desses trabalhadores. Os trabalhadores em situação de flexibilidade qualificante, também centrais às empresas e altamente qualificados, têm uma ligação ténue às empresas por opção pessoal. São fundamentais à competitividade das empresas, pelo que detêm uma grande capacidade negocial. Apresentam percursos de mobilidade lateral entre empregos qualificados e frequentemente ascendentes. Por último, a flexibilidade precária transitória diz respeito, essencialmente, a jovens qualificados e corresponde à entrada no mercado de emprego, em trabalhos pobres em conteúdo que não permitem a aplicação das qualificações nem quaisquer aprendizagens. Os indivíduos em situação de flexibilidade precária transitória têm uma capacidade negocial reduzida.

[17] A relação com o emprego inscreve-se na lógica de proteção do Estado – providência, que assegura aos cidadãos o acesso a direitos sociais em função da sua contribuição em termos da atividade produtiva, mas também em função do princípio da cidadania (Paugam, 2000). A análise da relação com o emprego permite distinguir os assalariados segundo o grau de estabilidade no que diz respeito à situação profissional, sendo a estabilidade definida pela natureza do contrato de trabalho. A relação com o trabalho insere-se na lógica produtiva da sociedade industrial, na medida em que esta faz de cada indivíduo um produtor potencial que adquire a sua identidade e o sentimento de ser útil por meio do princípio de complementaridade de funções, reportando-se à verificação de más condições de trabalho e de salários baixos (idem).

constituir grupos de identidades estáveis baseados em habilidades compartilhadas (Huws, 2009).

Vale a pena salientar que entre aqueles que são mais afetados pela precariedade estão as mulheres e os jovens. Sobre os últimos falarei mais à frente. Relativamente às primeiras, a sua participação crescente no mercado de trabalho tem coexistido com o aumento das formas flexíveis e precárias de emprego (Casaca, 2012). Nessa linha, é possível identificar alguns vetores de segregação sexual gerados pelas atuais tendências laborais: a evolução dos vínculos contratuais não permanentes e a sua feminização, o crescimento do emprego a tempo parcial e a sua involuntariedade, sobretudo no caso das mulheres, e o crescimento assinalável dos níveis de desemprego (idem). Os últimos têm uma incidência assinalável sobre aquele grupo populacional, quer à entrada no mercado de trabalho quer em situações posteriores de perda de emprego.

Em vez de constituir um registo transitório, a precariedade do emprego assume um caráter permanente, dá origem a uma espécie de infra salariato no interior do salariato, e torna mais provável a verificação da precariedade das condições de vida. Importa portanto ter presente os efeitos da precariedade na vida concreta dos indivíduos. Não são despiciendos os efeitos da recomposição e fragmentação da força de trabalho sobre as trajetórias individuais. Manifestam-se, por exemplo, na impossibilidade de construção de uma carreira, no fim do "longo prazo" e das narrativas integradas e plenas de sentido. A nova linguagem da flexibilidade remete para um novo tipo de liberdade que no entanto é mediada por novas estruturas de poder e de controlo (Sennett, 2009). A verdade é que a combinação de tendências de flexibilização e de retração do Estado Social convertem a sociedade salarial moderna em um regime de risco (Beck, 1998, 2000).

2.2. O regime de risco, precariedade e juventude: a insegurança omnipresente

Sob o impulso da reestruturação do trabalho e do emprego impostas pela modernização e pela recuperação do capital, a sociedade salarial moderna converteu-se num regime de risco que coloca a ênfase nos projetos pessoais, mobilidade e competitividade, impulsionando assim a emergência de individualismos (Beck, 1998, 2000;

Castel, 2010). As formas de flexibilidade utilizadas conduzem à precarização das relações laborais e ao desemprego, dando lugar à insegurança. Essa insegurança não resulta de processos inevitáveis mas sim de opções políticas, combina-se com o individualismo – um individualismo negativo - que distancia o indivíduo de pertenças coletivas e promove a desfiliação social, gerando-se uma vulnerabilidade em massa (Castel, 1998; Kovács, 2002; Kóvacs e Chagas Lopes, 2012).

As novas configurações assumidas pelo trabalho submetem os indivíduos a estados contínuos de vulnerabilidade e de exposição ao risco e transformam a ética do trabalho (Sennett, 2009). A vida produtiva é alvo de uma compressão que se articula com dinâmicas de desqualificação, o "longo prazo" desaparece, a necessidade de mudança torna-se constante e a incapacidade de a concretizar é interpretada como um sinal de fracasso. A ética do trabalho moderna[18] privilegia um "eu maleável", indissociável da dificuldade de projeção no futuro e da existência de um conflito entre, por um lado, normas que valorizam a continuidade ao logo do tempo e, por outro, a condição humana, volúvel, num mundo flexível (Boltanski e Chiapello, 2009). No contexto do "curto prazo", as trajetórias de vida são precárias, ou precarizantes (de forma a evidenciar a dimensão processual subjacente), e caracterizam-se pela instabilidade e incerteza (agora elevadas à condição de normalidade), aumento e diversificação dos riscos, ausência de perspetivas de futuro e dificuldade de autonomização pessoal.

A exposição ao contexto do capitalismo "de curto prazo", ao impor narrativas incertas[19] que retornam consecutivamente ao ponto de partida, "corrói o caráter" dos indivíduos, tornando impossíveis identidades sustentáveis e narrativas unificadas e com sentido (Sennett, 2009). É colocada em a causa a "capacidade de viver o presente e poder planear o futuro com um nível módico de segurança e previsibilidade" (Alves *et al*., 2011: 2). Nesse sentido, é apropriado falar de modelos biográficos e de carreiras profissionais

[18] Para Sennett, a ética do trabalho moderna é a do trabalho em equipa e em linha com uma economia política flexível (Sennett, 2009).

[19] A incerteza pode manifestar-se de três formas: mudanças laterais ambíguas (o indivíduo desloca-se horizontalmente mas acredita que o seu movimento é vertical, de subida da pirâmide), perdas retrospetivas (na medida em que as decisões, no contexto das empresas flexíveis, são tomadas muitas vezes com base em informação escassa, as perdas só podem ser avaliadas posteriormente) e resultados salariais imprevisíveis (Sennett, 2009).

descontínuas (Beck, 1998). Carecem das certezas e seguranças oferecidas pela sociedade salarial e marcam a reflexividade do indivíduo, constrangendo-o nas suas escolhas e na projeção do futuro.

Ao longo da última década, em articulação com a instauração do regime de risco mencionado, estabeleceu-se um modelo político-económico que procede "à implementação de um arrojado projeto de erosão dos direitos sociais e de liberalização económica da sociedade", produzindo-se em decorrência "uma perturbação coletiva dos padrões institucionais e individuais" (Ferreira, 2012: 13). No quadro da "nova era das desigualdades" (Fitoussi e Rosanvallon, 1997) cindem-se dois perfis de indivíduos: os que têm à sua disposição todos os recursos e os a quem faltam os meios para realizarem as suas aspirações sociais (Castel, 2010). É possível falar de um contexto em que os indivíduos agem segundo uma "autodeterminação compulsiva e obrigatória" (Beck e Beck-Gernsheim, 2003), que fornece o terreno para a expansão do individualismo deferente ("a adoração da riqueza e do sucesso sob qualquer forma") e para o reaparecimento e reforço do darwinismo social (Theborn, 2012: 26).

As características mencionadas atuam em conjunto na produção de vivências que são conducentes à aceitação e resignação (Estanque, Ferreira, Costa e Lima, 2005), com reflexos evidentes sobre a natureza e estratégias da ação coletiva, parecendo-me que essa influência se manifesta em dois sentidos, isto é, no sentido negativo, na medida em que tem afetado a dinâmica da ação sindical, e no positivo, uma vez que lançou o mote para a configuração de novos tipos de ação coletiva.

Precariedade e juventude

Na transição para a vida ativa, as trajetórias juvenis podem assumir múltiplas formas, sendo muitas vezes marcadas por instabilidade, incerteza e perspetivas que não são suficientemente gratificantes (Kovács e Chagas Lopes, 2012). As dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o adiamento dos projetos pessoais e a dependência da rede familiar, a combinação de estudo com trabalho a tempo parcial, as transições morosas entre ensino e emprego, os baixos níveis salariais, e o risco de desemprego (a taxa de desemprego da população jovem é mais elevada que a da população adulta) são traços que

caracterizam cada vez mais as trajetórias dos jovens. A degradação da situação do emprego das pessoas jovens tem tradução no bloqueio da ascensão social, acentuando-se as desigualdades entre jovens e pessoas adultas, bem como na segmentação do mercado de trabalho em "mercado de trabalho jovem" e "mercado de trabalho adulto" (idem). Essas tendências sofrem um agravamento no atual contexto de crise.

Já em 2011, no seu relatório sobre emprego e juventude, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) referiu-se à geração em idade ativa como uma "geração perdida" (OIT, 2011). Dois anos mais tarde, em 2013, um novo relatório da organização continua a referir-se a essa geração como uma "geração em risco", dando nota do agravamento de algumas tendências em consequência do desacelerar da recuperação global em 2012 e 2013 (idem, 2013). A desistência da procura de emprego, maior disponibilidade para aceitar qualquer tipo de emprego, mesmo que este em nada corresponda às expectativas criadas, e a descoincidência entre competências e empregos disponíveis tornaram-se tendências persistentes e em franco crescimento.

Duas das expressões mais prementes da fragilidade do emprego jovem são o trabalho a tempo parcial, principalmente quando é involuntário, e o trabalho temporário (Casaca, 2009; Kovács e Chagas Lopes, 2012). Tanto um como outro atingem principalmente as mulheres que são assim particularmente afetadas pelo peso de horários antissociais. Segundo a OIT (2011, 2013), um número crescente de jovens trabalha a tempo parcial (25% em 2011) ou envereda pelo trabalho temporário (40,5% no mesmo período). Essa opção é involuntária e decorre do facto de esses jovens verem vedado o acesso a empregos seguros e a tempo inteiro. Nas economias avançadas e na União Europeia (UE), o desemprego jovem cresceu 24,9% entre 2008 e 2012 e foi estimado em 12,6% em 2013. A crise do emprego jovem reflete-se também em períodos de procura de emprego mais longos, que nos países da OCDE ascendem aos seis meses para um terço ou mais dos jovens. De uma forma geral, as estatísticas existentes apontam para relações laborais crescentemente informais e transições para empregos "seguros" e "decentes" cada vez mais difíceis, o que permite concluir que o universo dos jovens é um de empregos de baixa qualidade.

As qualificações são um aspeto importante da relação dos jovens com o emprego. Constituem um fator de estratificação social que influi na aplicação dos modelos de *via alta* e *via baixa* para a flexibilização (Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa, 2006). No entanto, se é certo que o prosseguimento de estudos e a conclusão do Ensino Superior contribuem, a longo prazo, para dar maior proteção à população jovem face ao desemprego e emprego precário, a curto e a médio prazo o capital educacional deixou de constituir uma barreira contra aqueles (Kovács e Chagas Lopes, 2012). A sobrequalificação e o excesso de competências coexistem lado a lado com a subqualificação e o défice de competências requeridas para o desempenho de uma determinada função ou atividade (OIT, 2011, 2013). De uma forma geral, os estudos recentes apontam para o desempenho de trabalho qualificado em condições de emprego precário, sobretudo entre os jovens (Marques e Alves, 2010; Silva, 2007). O sistema de ensino superior, normalmente considerado um dos principais canais de promoção da mobilidade, já não representa uma garantia de acesso a profissões associadas a um estatuto socioprofissional superior ao das famílias de origem (Estanque, 2009, 2012b).

A questão anterior concatena-se com a das perspetivas de construção de uma carreira. A noção tradicional de carreira, bem como a utilização de um único conjunto de qualificações ao longo da trajetória profissional, numa perspetiva de longo prazo, de narrativa integrada, como era característico do período anterior, já não dispõe de condições de concretização. Aliás, experiências desse tipo tornaram-se disfuncionais no quadro do capitalismo atual (Sennett, 2009). Em suma, face ao apresentado, é possível concluir pela existência de uma tendência acentuada de degradação da qualidade do emprego disponível para os jovens, mesmo para os mais qualificados. Precariedade e juventude andam de facto de “mãos dadas”.

Capítulo 3 - O movimento sindical: crise do sindicalismo e perspetivas de renovação

O movimento sindical de índole nacional-industrial de base operária tem predominado desde o século XIX até aos nossos dias. Esse sindicalismo de classe debate-se com inúmeros problemas e fragilidades atualmente. De um modo geral, na literatura são destacados um conjunto de aspetos estruturais que configuram um cenário de crise para o sindicalismo (Santos e Costa, 2004; Costa, 2008; Hyman, 2005; Moody, 1997; Waterman, 2002,2004).

Os problemas e fragilidades a que aludo podem ser reconduzidos a vários fatores, como sejam a dinâmica do capitalismo e a emergência de novas realidades laborais, a burocratização e profissionalização das estruturas sindicais, ou a crescente influência do sindicalismo no plano institucional que reflete uma conceção estatista do movimento operário que tem como contraponto a perda de influência junto das suas bases (Bihr, 1991; Gorz, 1999; Estanque, 2005, 2008a). Outra fragilidade que pode ser assinalada é o facto de as estruturas sindicais ainda estarem sujeitas à influência de identificações ideológicas com determinados partidos políticos (Hyman, 1994). De uma forma geral, o movimento sindical tem demonstrando alguma dificuldade na incorporação das novas realidades do trabalho, nomeadamente no que diz respeito à precarização do trabalho e do emprego.

Partindo do reconhecimento da existência da crise que assola o sindicalismo, neste capítulo o intuito passa, em primeiro lugar, pela caracterização dos seus traços gerais. Em segundo lugar, em articulação com a referida crise, é abordada a questão da representação dos trabalhadores precários. Obviamente que os efeitos da austeridade sobre o movimento sindical não podem ser esquecidos, pelo que a terceira secção incide sobre essa questão em específico. O panorama traçado fornece os principais elementos para a caracterização da crise do movimento sindical português. O último reflete essas tendências gerais, como é assinalado na quarta secção, muito embora não possam deixar de ser apontadas algumas singularidades. Por último, é abordada a necessidade de renovação do sindicalismo e são sublinhadas as suas diretrizes estratégicas.

3.1. Aspetos gerais da crise do sindicalismo

A crise do movimento sindical nacional-industrial de base operária decorre de uma série de fatores exógenos e endógenos ao próprio sindicalismo. De forma sucinta, assinalarei, em primeiro lugar, os fatores endógenos que têm vindo a motivar essa crise e, posteriormente, um conjunto de fatores endógenos que, como a designação o indica, decorrem do funcionamento das próprias estruturas sindicais.

Com o processo de globalização ocorreu um deslocamento do enfoque dos espaços nacionais para os internacionais. No entanto, o movimento sindical não acompanhou essa transformação. O contexto nacional continuou a ser o palco de ação privilegiado não obstante as transformações económicas globais em curso (Santos e Costa, 2004; Estanque, 2004; Webster e Lambert, 2004; entre outros). Apesar da presença de uma "retórica do internacionalismo" no seio do movimento sindical desde sempre, os discursos internacionalistas corresponderam a práticas de recorte nacional na maior parte das vezes (Costa, 2005).

Ao mesmo tempo que as decisões macroeconómicas passaram a ser produzidas em níveis que superam claramente a capacidade de ação das estruturas sindicais, as pressões do mercado e da economia global promoveram a desregulamentação das relações laborais e fomentaram novas divisões de interesses entre os trabalhadores, o que subtraiu poder negocial aos sindicatos (Hyman, 1994; Beck, 2000; Estanque, 2008b). Essa desregulamentação proporcionou às empresas a base instrumental necessária para impulsionar a desestruturação dos grandes coletivos de trabalho, facilitando também a destruição das antigas relações políticas (Braga, 2009). O "coletivismo irreverente", cuja principal força dinamizadora era o movimento da classe trabalhadora industrial, enfraqueceu (Theborn, 2012), o que se refletiu negativamente sobre o movimento sindical.

Ao longo da década de 1980 e até meados da seguinte, as transformações no mundo do trabalho revelaram as fragilidades das estruturas sindicais. Por um lado, a reorganização do processo produtivo levou a uma retração do setor industrial que acarretou uma redução dos postos de trabalho significativa e generalizada naquele que era um nicho tradicionalmente de forte sindicalização (Visser, 1994). Por outro, a crescente

diferenciação, segmentação e flexibilização dos mercados de trabalho contam-se entre os fatores que impulsionaram a fragmentação da classe trabalhadora.

As novas formas de organização do trabalho e de gestão fomentam a competitividade entre trabalhadores e refletem-se negativamente sobre a solidariedade sindical, debilitando-a. De uma forma geral, traduzem-se em estratégias hostis ao sindicalismo e à prática de negociação coletiva (McIlroy, 1997). Na medida em que vão ao encontro de uma valorização da subjetividade, promovem o individualismo. O último é também uma consequência do endurecimento da oposição patronal e governamental decorrente de contextos de liberalização e de liofilização das empresas (Estanque e Costa, 2013). Nesse quadro, a construção de solidariedades relativas à empresa intensifica-se, propiciando a adoção dos seus valores e o envolvimento dos trabalhadores, ao mesmo tempo que as políticas de repressão sindical restringem a militância, promovem lealdades ao patronato e corrompem a solidariedade entre trabalhadores (Visser, 1994), contribuindo para o enfraquecimento das comunidades profissionais (Standing, 2009).

O enfraquecimento e redução da cobertura da negociação coletiva decorrem da interação dos fatores mencionados e são, a par do declínio das taxas de sindicalização, um dos principais sinais da crise do sindicalismo. Após um período de conquista e alargamento dos direitos dos trabalhadores e de consolidação da negociação coletiva, seguiu-se o enfraquecimento de direitos e formas de luta e a impregnação dos sindicatos por tendências neocorporativistas e de "parceria social", tendências às quais não foi alheia a transferência do poder de negociação para a iniciativa privada (Bihr, 1991; Hyman, 1994; Moody, 1997; Regini, 1992). Atualmente, apesar de se manter institucionalmente robusta, a negociação coletiva atravessa uma situação difícil (Bernaciak *et al.*, 2015).

Os fatores exógenos não são porém os únicos a contribuírem para a existência da crise. Os fatores endógenos aos próprios sindicatos também desempenham um papel importante (Cerdeira, 2004), como são os casos das estratégias sindicais, formas organizacionais adotadas e mecanismos de participação e de comunicação. Dois dos traços dominantes do sindicalismo nacional-industrial de base operária são a burocratização e a profissionalização, em parte favorecidas, segundo Bihr, pela prática sistemática da negociação (Bihr, 1991), com consequências importantes para atividade das estruturas

sindicais e para o movimento sindical como um todo. Dessas, as mais visíveis serão as tendências de separação entre as bases e as cúpulas das organizações sindicais, a autonomização crescente das direções, a redução das iniciativas da base e o abandono do terreno por parte dos seus representantes. No seu conjunto, têm gerado descrença no papel de representação dos sindicatos e contribuído para a desfiliação (idem; Boltanski e Chiapello, 2009). Além de estratégias de ação e de políticas de organização sindical desadequadas, na base desse distanciamento estão também as pressões exercidas por fatores económicos sobre sindicatos e trabalhadores e mudanças nos valores e na opinião pública (Visser, 1994).

As estruturas verticais e burocratizadas das organizações sindicais colocam obstáculos à celeridade dos processos de tomada de decisão, participação mais ativa das bases sindicais e introdução de novas questões nas agendas sindicais, entre outras coisas, remetendo para as exigências de mais e melhor democracia sindical. A combinação desses aspetos com questões etárias e de qualificações tem constrangido o recurso às novas tecnologias, revelando a incapacidade de inserção das estruturas sindicais nas redes de ativismo do ciberespaço, essenciais no contexto da mobilização e do ativismo político atuais (Estanque e Costa, 2013).

O declínio das taxas de sindicalização, que é um dos principais sinais da crise do sindicalismo, tem na sua origem a interação entre os fatores exógenos e endógenos mencionados. Cabe ainda mencionar a existência de um outro fator, situado a montante, que é relevante para a compreensão da quebra de filiação. Na sua análise, Guy Standing aflora essa questão ao salientar um aspeto que pode explicar o distanciamento daqueles que são mais influenciados por valores de libertação e autonomia (Standing, 2009). Afirma que os próprios sindicatos sucumbiram à gestão e reconheceram como legítimas políticas que estavam em conformidade com o "trabalhismo", transformando-se num obstáculo à liberação do trabalho. Ao mesmo tempo, cresceu a perceção de que os sindicatos não seriam mais necessários. Nesse sentido, o sindicalismo e as suas organizações surgem como incompatíveis com as novas aspirações, tanto dos empregadores como dos trabalhadores**.**

O declínio acentuado dos índices de sindicalização trouxe graves consequências para as organizações sindicais. Desde logo porque a quebra na filiação induz o esgotamento

dos recursos financeiros, mas também porque provoca a diminuição da cobertura da negociação coletiva[20], para além de debilitar a influência política dos sindicatos. Com a diminuição acentuada do número de sindicalizados, é cada vez mais evidente a dificuldade de mobilização de trabalhadores para as ações de luta (Waddington, 2005; Costa, 2008; Estanque, 2008b; Sousa, 2011).

O cenário traçado dá razão a Hyman quando considera que, fruto de uma série de mudanças estruturais que têm vindo a afetar a sua coerência interna, o sindicalismo está em crise (Hyman, 1994). No entanto, o reconhecimento transnacional da existência de uma crise não é uniforme dada a diversidade organizacional e estratégica dessas estruturas a nível global (Costa, 2008). No caso da Europa, pode distinguir-se entre países nórdicos, centrais, do sul e anglo-saxões no que diz respeito à organização do sistema de relações laborais que determina organizativa e estrategicamente as estruturas sindicais (Bernaciak *et al.*, 2015), pelo que as expressões da crise do sindicalismo são inevitavelmente diversificadas. A crise do sindicalismo não é um fenómeno uniforme mas sim heterogéneo, tanto em termos geográficos e setoriais como também temporais.

3.2. A precariedade, os sindicatos e a organização dos "não organizados"

O aumento de exploração que acompanha a precarização das relações laborais nem sempre é correlativo do desenvolvimento da consciência de classe esperada ou desejada. Pode ser um obstáculo pois as novas clivagens salariais têm efeitos extremamente negativos sobre as identidades profissionais e de classe. No plano político-ideológico, o surgimento dos trabalhadores precários significou a perda relativa do referencial de classe, principalmente no que concerne um contingente de trabalhadores com elevadas qualificações escolares e profissionais mas confinado a ocupações mal remuneradas (Alves, 2007). A instabilidade do emprego e a individuação das relações laborais que caracterizam a precariedade colocam obstáculos às ações de resistência dos trabalhadores, pelo que a ação coletiva é muitas vezes descartada como meio de luta. Se a

[20] A diminuição da cobertura da negociação coletiva não é a regra, afirmam Bernaciak *et al.* (2015), pois a existência de negociação coletiva setorial, frequentemente reforçada por disposições legais para a ampliação dos acordos a todas as empresas de um setor, permite compensar os efeitos das tensões exercidas.

crise do modelo fordista-keynesiano teve efeitos sobre o movimento sindical, afetando a forma de ser da classe trabalhadora e as esferas (subjetiva, política e ideológica) inerentes às ações e práticas concretas (Antunes, 2013), essas transformações parecem não se traduzir no entanto em novas clivagens político-ideológicas.

Uma das críticas mais recorrentes ao movimento sindical diz respeito ao alheamento e desadequação das estruturas sindicais face às realidades emergentes. É formulada principalmente pelos trabalhadores atingidos pela precarização do trabalho e do emprego, que por isso delas se afastam. A integração e participação dos trabalhadores precários no movimento sindical é um problema de fundo, para o qual contribuem vários fatores que relevam tanto das dinâmicas de individuação e de precarização dos vínculos laborais como da própria estrutura das organizações sindicais. A crise do movimento sindical tem uma importância cabal neste ponto, uma vez que, dado o ritmo das mudanças em curso, as estruturas sindicais não estarão plenamente sintonizadas com as novas realidades laborais.

Dadas as suas características, as formas precárias de emprego influem negativamente sobre a participação e atitudes relativamente à organização e ação coletivas, com especial incidência sobre a sindicalização (Louçã, 2012), constituindo um forte obstáculo à integração dos trabalhadores por elas abrangidos nas organizações sindicais. As últimas privilegiam a dimensão da categoria profissional, o que espelha a redução da sua capacidade de representação (Bihr, 1991; Hyman, 1994; Moody, 1997). Ao mesmo tempo que se assiste à diminuição do contingente de trabalhadores estáveis, o número de trabalhadores submetidos a condições cada vez mais precárias aumenta exponencialmente e tal reflete-se na força sindical, historicamente ligada aos trabalhadores mais estáveis, diminuindo-a (Antunes, 2013). Na maior parte dos países, a sindicalização está vedada aos trabalhadores que não são abrangidos por um contrato de trabalho ou por uma relação de trabalho dependente e a tempo inteiro (Standing, 2009), deixando de fora um número considerável de trabalhadores, se não a maior parte.

Nesse contexto, impõe-se a "organização dos não organizados"[21]. Muito embora essa necessidade seja globalmente reconhecida, os debates em torno da integração dos trabalhadores precários na estrutura sindical são incipientes, não se traduzindo em grandes alterações no que toca a práticas e repertórios de ação. Os esforços empreendidos pelas estruturas sindicais revestem-se de dificuldades e de uma temporalidade própria e representam uma fonte de tensões no interior dessas estruturas. Béroud (2009) afirma que tal acontece porque os resultados do esforço de integração não são imediatos. Considera que as estratégias voltadas para a inclusão desses contingentes de trabalhadores surgem da necessidade de compensar as perdas sentidas ao nível dos trabalhadores "estáveis" filiados, o que denota uma preocupação maior em manter números que com a renovação das estratégias e a adaptação a novos desafios[22]. A questão deve ganhar caráter prioritário por outros motivos. Deve centrar-se na conquista do estatuto de trabalhador assalariado e dos direitos sociais que lhe estão associados.

Na sequência dessa constatação, Béroud identifica duas necessidades: uma mudança no discurso sindical e a criação de novas estruturas e modalidades de ação mais adequadas. Ambas são difíceis de levar a cabo tendo em conta o conservadorismo e burocratização que atinge as organizações sindicais. A presença dos sindicatos deve ser enquadrada em novas formas de construção identitária e de pertença a comunidades em que a informação circula a uma escala ampla (Louçã, 2012). Também é necessário que os sindicatos se tornem mais horizontais e que o discurso sindical seja atualizado e simplificado, de forma a incorporar as novas realidades como prioridades e a tornar-se mais compreensível e atrativo tanto para as novas gerações como para os trabalhadores que não encontram inserção na relação salarial canónica.

O enfoque na identidade definida a partir da representação e defesa de um núcleo estável de trabalhadores assalariados dificulta a tarefa dos sindicatos de alargar os seus objetivos e estratégias a outras franjas da classe trabalhadora. Por um lado, a inclusão dos trabalhadores precários significaria aceitar a precarização do trabalho e do emprego, isto é, seria legitimar precisamente o que pretendem combater de forma a preservar o trabalho

[21] Ver Béroud (2009).
[22] A autora reporta-se ao caso da CGT francesa.

assalariado com direitos. Por outro, a incorporação desses trabalhadores poderia significar uma dispersão da atenção das estruturas sindicais relativamente aos problemas do trabalho assalariado, instalando-se o receio do seu descuramento.

Por seu turno, os trabalhadores precários evidenciam resistências em relação aos sindicatos que se prendem fundamentalmente com as políticas sindicais em relação ao trabalho precário e com as características organizacionais já referidas. Essas resistências também podem estar relacionadas com o facto de os trabalhadores politicamente inexperientes e precarizados considerarem ser quase impossível organizarem-se sindicalmente nos locais de trabalho, ao que acresce a conotação negativa atribuída às estruturas sindicais (Standing, 2011). Muitos deles não têm qualquer contacto com as organizações sindicais ou desconhecem a presença de elementos seus nos locais de trabalho, ou optam por não estar sindicalizados por não encontrarem vantagens nesse estatuto (Louçã, 2012). Ou seja, os trabalhadores precários não conseguem alcançar uma inserção prática nas lógicas de identificação política e simbólica da classe trabalhadora do passado (Braga, 2009).

As trajetórias pessoais são de proletarização intensa e a heterogeneidade reinante nos locais de trabalho (precário) coloca entraves à configuração de uma identidade coletiva no trabalho. Soma-se ainda a rotatividade elevada dos trabalhadores que dificulta o trabalho de organização empreendido pelos sindicatos. O contexto de precariedade do trabalho e do emprego gera ações coletivas cujo horizonte mais frequente é a luta pela dignidade individual, não sendo por isso de estranhar que a lógica da individuação predomine sobre a lógica da ação coletiva que vigora no sindicalismo (idem). É um contexto que coloca frequentemente os trabalhadores perante o dilema de escolher entre uma organização comum, não raramente sujeita a represálias da direção, ou o caminho de negociação individual, da fragmentação de classe e do individualismo (Louçã, 2012).

3.3. Principais efeitos da austeridade sobre o sindicalismo

No final da primeira década dos anos 2000, a crise do movimento sindical sofreu um agravamento com a imposição das políticas de austeridade. Os impactos variaram

consideravelmente entre países, tendo sido particularmente negativos no caso dos países do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia). A austeridade veio abalar as posições já muito fragilizadas do sindicalismo, da negociação coletiva e do diálogo social.

Alguns governos viram na crise a oportunidade ideal para transformarem instituições e procedimentos da negociação coletiva. Operaram a sua descentralização, centraram-na ao nível da empresa, o que afetou tanto a sua cobertura como a extensão dos conteúdos (Bernaciak *et al.*, 2015). As questões relacionadas com a manutenção de postos de trabalho aumentaram em detrimento dos conflitos salariais, a negociação coletiva passou a ser mais defensiva e os problemas decorrentes da descoincidência de escalas (local/nacional *versus* problemas globais) agravaram-se. Apesar de existirem análises adequadas e audaciosas produzidas por organizações supranacionais, os seus efeitos sobre a prática quotidiana das organizações nacionais são praticamente inexistente, continuando as agendas sindicais nacionais a pautar-se por objetivos de regulação do capitalismo, centrados no imediatismo e no curto prazo em detrimento de mudanças mais amplas e de maior alcance temporal (idem). Condicionados pela insegurança, os objetivos centram-se essencialmente na preservação de garantias.

No contexto da crise europeia, Bernaciack *et al.* identificam três tipos de respostas do movimento sindical: radicais/conflituais, centradas num reforço da cooperação e associação, e uma combinação de ambos (idem). Consideram no entanto que essas respostas ficaram aquém das expectativas pois assumiram um caráter defensivo, para além de se terem deparado com uma oposição de classe intensa e com um espaço de manobra reduzido. É também mencionada a opção pela fusão de sindicatos, com o propósito de reforçar o poder de negociação e enfrentar o contexto adverso. Essa estratégia é inerentemente defensiva (Waddington, 2005) e apesar de eventualmente assegurar a base de filiação, pode favorecer tendências de conservadorismo organizacional em detrimento da inovação.

As respostas conflituais verificaram-se ao nível das empresas, como jornadas de luta contra despedimentos ou encerramentos, mas também sob a forma da convocação de greves e protestos de âmbito setorial ou geral e nacional. Em 2010, multiplicaram-se as greves gerais e setoriais nacionais contra as alterações aos sistemas de pensões, enquanto

em 2011 ocorreu uma generalização dos protestos massivos contra a austeridade (Bernaciak *et al.*, 2015). A greve geral de 14 de novembro de 2012, que teve lugar na Península Ibérica, bem como em outros países do Sul da Europa (coincidente com a jornada europeia de protesto da CES), é referida como exemplo do caminho que deve ser trilhado pelo movimento sindical de um modo geral (Estanque e Costa, 2013).

Também foi possível assistir a respostas do segundo tipo, baseadas em esforços de negociação e de diálogo social, muito embora os sindicatos tenham sido "empurrados" para as mesmas de certa forma[23], ou então na busca de alianças e construção de coligações. A última solução é atrativa não só porque pode incrementar o acesso a grupos distantes das organizações sindicais, colmatando em parte o défice de filiação, mas também porque confere mais legitimidade às campanhas e reivindicações sindicais e fortalece a capacidade de mobilização, apesar de as relações com organizações da sociedade civil não serem isentas de tensões (idem, Bernaciak *et al.*, 2015). Podem ser referidas questões que se prendem com as características diferenciadas em termos organizacionais (por exemplo, a relevância do volume de filiação e os processos de democracia interna), a afinidade dos sindicatos com formas de ação institucionais ou legitimadas socialmente e a identidade centrada no papel de "interlocutores sociais" e questões de índole "jurisdicional" (quem tem o direito de assumir o papel de representação?). Da mesma forma, são detetadas resistências por parte das organizações da sociedade civil, expressas na visão "eles são parte do sistema".

Em suma, a crise europeia e as sociedades de austeridade amplificaram os desafios que se colocam ao movimento sindical desde há uns tempos a esta parte. Os aspetos que representam pontos críticos do sindicalismo nacional-industrial de base operária são

[23] São exemplos a pressão exercida sobre os sindicatos no sentido de um reforço generalizado da moderação salarial, com a renegociação de acordos salariais existentes em alguns casos, e a negociação de planos de reestruturação e de redução de empregos (Bernaciack *et al.,* 2015). A celebração de acordos tripartidos revelou ser difícil. Em questões mais amplas como as de política salarial, o processo de negociação ao mais alto nível é por norma tenso e são frequentes as ruturas de negociações e as divisões intersindicais. Por exemplo, em Portugal, a CGTP abandonou as reuniões do Conselho de Concertação Social por diversas vezes, recusando-se a assinar os acordos por considerar que as propostas do Governo eram uma forma de "terrorismo social".

exponenciados no contexto atual, colocam obstáculos maiores à ação sindical, o que reforça a ideia da necessidade de novas estratégias e de uma renovação do sindicalismo.

3.4. A renovação do sindicalismo

O reconhecimento da existência de uma crise do sindicalismo coloca em primeiro plano a necessidade de construir alternativas que devolvam ao movimento sindical a capacidade de ação. De uma forma geral, são enfatizados dois pontos cruciais: a reconcetualização do velho internacionalismo sindical de base nacional/industrial/colonial (Waterman, 2004) e o abandono das tendências neocorporativistas e defensivas que o permeiam (Antunes, 2002). Outro ponto importante para a renovação das organizações sindicais concerne os contingentes de trabalhadores que não são abarcados pela sua esfera de influência. Os mesmos devem ser integrados tendo em conta a especificidade das situações e os seus interesses e reivindicações devem ser contemplados no discurso sindical (idem, 2013). É igualmente importante que a ação sindical evolua de uma orientação reivindicativa e muitas vezes defensiva para uma orientação que procure abrir novos caminhos emancipatórios (Waterman, 2001, 2002, 2004).

Nesse sentido são exigidas às estruturas sindicais, organizadas em pirâmide, centralizadas, burocráticas e rígidas, a reformulação de objetivos e a reestruturação dos canais de comunicação e de tomada de decisão, no sentido de um modelo de sindicalismo mais dinâmico, descentralizado, horizontal e flexível (Antunes, 2013; Costa, 2008; Hyman, 1994, 2005). É urgente a emergência de um sindicalismo de base, mais democrático e em articulação com outros movimentos da sociedade civil[24], em estreita relação com os movimentos de outras classes ou categorias não sindicalizadas ou não passíveis de sindicalização, bem como com outros movimentos democráticos, de natureza não-classista ou multiclassista, autónomo em relação a programas partidários, e voltado para a

[24] A esse respeito, Kim Moody (1997) chama a atenção para os importantes contributos que podem ser extraídos do "Sul", onde a articulação entre movimentos sindicais e sociais já se estabelece com efetividade ao nível local, envolvendo a sociedade civil organizada, o que aponta para o facto de essas experiências encerrarem possibilidades emancipatórias. Essa constatação aponta para o fim do enfoque exclusivo no "Norte" como condição necessária para a renovação do movimento sindical.

construção de uma ética de solidariedade internacionalista (Estanque, 2004, 2009; Hyman, 2005; Santos,2004, 2005).

O Sindicalismo de Movimento Social é apontado como uma alternativa possível, que concretiza a reinvenção do sindicalismo desejada pois incorpora outras questões, como as de reconhecimento cultural, e conjuga aspetos como a defesa da democracia direta, o auto empoderamento e a consciencialização perante os problemas da classe (Estanque, 2008a, b). É mais aberto mas também mais abrangente, estando por isso mais preparado para incorporar o que Antunes designou de conceção ampliada da *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2013), para interligar o mundo do trabalho com outros espaços, e para imprimir movimento e dinâmica a organizações bloqueadas e estagnadas pelo peso da burocracia.

O cenário atual é de incerteza quanto ao futuro do sindicalismo. No caso português, a presença da *troika*, o enfraquecimento da concertação social e as alterações à legislação laboral congregaram um conjunto de ameaças ao movimento sindical (Estanque e Costa, 2013). As principais consequências são conhecidas e estão em linha com o que acontece no resto da Europa, sendo ainda mais graves em certos aspetos. Por isso, a realidade laboral atual exige novos procedimentos, novas alianças e métodos de intervenção que passam não só pela denúncia e protesto público, mas também pelo reforço da posição negocial e do diálogo com os outros parceiros, para além de ser necessária uma verdadeira articulação da ação nos planos nacional e transnacional e com os segmentos socio-laborais não organizados, como os setores mais precarizados, jovens e qualificados e outras camadas da classe média em perda acelerada de direitos e de estatuto social (Estanque, 2009, 2012a, 2012b; Estanque e Costa, 2013; Estanque, Costa e Silva, 2015).

O movimento sindical português não pode de forma alguma ignorar a intensa mobilização protagonizada pela sociedade civil e por grupos "subalternos" que mostram indignação e revolta contra a ideologia neoliberal e a política "austeritária". A necessidade de o sindicalismo se abrir, de se renovar e expandir a sua ação, através do alargamento das suas alianças e do rompimento com fronteiras territoriais e sectarismos ideológicos e dogmatismos, é premente.

PARTE II

Ação Coletiva e Movimentos Sociais na Contemporaneidade

Capítulo 1 - Paradigmas e teorias da ação coletiva

Os movimentos sociais têm vindo a motivar a elaboração de perspetivas de análise diversificadas ao longo dos tempos, o que reflete a sua complexidade e dinâmica. O paradigma clássico ou velho paradigma[25], influenciado pela tradição social e sociopsicológica da Escola de Chicago, compreende as teorias da sociedade de massas e do comportamento coletivo e predominou até aos anos 1970. Nessa altura, sob a influência das dinâmicas sociais emergentes, ocorreu uma viragem relativamente à forma como os movimentos sociais eram concebidos. Essas dinâmicas evidenciaram, por um lado, as limitações da dimensão institucional das sociedades contemporâneas, o deslocamento em direção à preponderância do não institucional em processos de conflitualidade social, e a emergência de atores sociais que não constituíam uma resposta irracional à mudança; e, por outro, no plano da teoria, a desadequação do paradigma dominante para a análise e compreensão dos processos sociais em curso (Cohen e Arato, 2000).

A constatação desses factos conduziu à rejeição liminar da não racionalidade (ou irracionalidade) e da lógica atomizada e individualista do comportamento coletivo preconizadas pelas teses do colapso e à emergência de novos paradigmas: o paradigma da mobilização de recursos, onde também se integra a abordagem do processo político[26], e o paradigma dos novos movimentos sociais (NMS) (idem; Cohen, 1985). Apesar de mutuamente exclusivos, os dois paradigmas não são necessariamente incompatíveis pois recorrem às mesmas características-chave da sociedade civil moderna (idem). Uma divisão semelhante pode ser encontrada sob uma numenclatura diferente: abordagem norte-americana, que inclui as abordagens da mobilização de recursos e do processo político, e a europeia, materializada na abordagem dos NMS (della Porta e Diani, 1999; Eder, 1993; Melucci, 1995; entre outros). O paradigma da mobilização de recursos e a abordagem norte-americana estão preocupados com a tradução das tensões estruturais em ação coletiva e com a conceção de ação organizada, enquanto o paradigma dos NMS e a

[25] O paradigma clássico corresponde à tradição social e sociopsicológica da Escola de Chicago e compreende as teorias da sociedade de massas e do comportamento coletivo (Cohen e Arato, 2000).

[26] Cohen (1985) e Cohen e Arato (2000) integram a abordagem do processo político no paradigma da mobilização de recursos dado considerarem que essa abordagem obedece ao cálculo estratégico de organizações profissionais que mobilizam ações coletivas de massas por razões político-instrumentais.

abordagem europeia se centram nas bases estruturais do conflito, concebendo os movimentos sociais como portadores de projetos políticos ou atores históricos

A investigação sobre a ação coletiva tem sido marcada por essa divisão de abordagens/paradigmas que competem entre si, obrigando a uma escolha que redunda numa limitação no concernente aos movimentos sociais contemporâneos: ou os interpretamos em termos da lógica estratégica da organização ou optamos por colocar a ênfase nos modelos da identidade, das normas e da cultura (Cohen e Arato, 2000). As macroteorias, cujo enfoque na identidade acrescenta uma dimensão interpretativa, desconsideram os aspetos estratégicos da ação coletiva (Santos, 2002), o que conduz à subvalorização do grau de diversidade que pode ser encontrado entre novos movimentos sociais (Scott, 1990). Por seu turno, as teorias da mobilização de recursos e do processo político menosprezam a importância dos fundamentos estruturais das transformações sociais e não conseguem explicar a forma como as desigualdades estruturais são traduzidas em descontentamento subjetivamente experienciado (Taylor e Whittier, 1992).

As três abordagens não são antitéticas, privilegiam sim aspetos distintos que dizem respeito a diferentes dimensões de um movimento social. A constatação desse facto motiva a realização de um excurso sobre os principais paradigmas e teorias da ação coletiva, fazendo uma referência sumária às suas principais características, após o qual é apresentada, de forma sintética, a proposta formulada por Klaus Eder (1993) cujo recorte permite apreender um movimento social a partir de três níveis que configuram uma totalidade integrada, a saber, nível micro, meso e macro.

Seguindo essa proposta são aprofundados alguns aspetos relativos aos diferentes níveis de análise assinalados pois revestem-se de importância no quadro da análise proposta neste estudo, como será o caso da tensão entre fundamentalismo e realismo nos NMS ou então a relação existente entre os últimos e as classes médias. Concatenando-se direta ou indiretamente com esses dois aspetos, as características das organizações de movimento social (OMSs), os fatores internos e externos que moldam em maior ou menor grau as suas trajetórias, bem como as implicações da estrutura de oportunidades políticas para a ação/impacto dos movimentos sociais são abordados com especial atenção.

1.1. As abordagens da mobilização de recursos, processo político e novos movimentos sociais: elementos gerais de caracterização

Abordagem da mobilização de recursos

A abordagem da mobilização de recursos parte da constatação fundamental de que um sentimento de opressão ou a identificação de um inimigo comum não são suficientes para a formação de um movimento de protesto (Oberschall, 1993). Opõe-se por isso à ênfase dada a sentimentos e categorias psicológicas no quadro do paradigma tradicional. Afirma a necessidade de formas de organização e de comunicação complexas para que a mobilização ocorra. Nas suas variantes[27], essa abordagem entende os movimentos sociais em termos de uma teoria do conflito e não reconhece a existência de qualquer diferença fundamental entre ação coletiva institucional e não institucional já que ambas supõem conflitos de interesses construídos no interior das relações de poder institucionalizadas, sublinhando a continuidade entre movimentos sociais e formas mais organizadas de ação coletiva (Cohen, 1985; Cohen e Arato, 2000).

Os movimentos sociais são concebidos como atores coletivos investidos de uma racionalidade estratégica e instrumental baseada na relação custos-benefícios, que mobilizam (estrategicamente) os recursos necessários para atingirem objetivos específicos (Cohen, 1985; Cohen e Arato, 2000; McCarthy e Zald, 1977; Oberschall 1973; Olson, 1998; Tilly, 1978; Zald e Ash, 1966). A abordagem ao problema do *free rider* desenvolvida por Olson sublinha a racionalidade e cálculo estratégico postos em prática pelos indivíduos no contexto da ação coletiva (analogia do mercado competitivo) (Olson, 1998). Esse autor afirma que os grandes grupos latentes[28] não atuam voluntariamente para defender os seus interesses comuns pois os indivíduos racionais necessitam de incentivos seletivos que

[27] A abordagem da mobilização de recursos abrange diferentes orientações que vão desde o enfoque do ator puramente racional defendido por Olson à proposta organizativo-empresarial de McCarthy e Zald (Cohen e Arato, 2000).

[28] O grupo latente mobilizado é o grupo encorajado a agir no sentido de servir o interesse do seu grupo, quer seja por causa da coerção dos indivíduos do grupo, quer por causa das compensações positivas propiciadas aos membros desse grupo (Olson, 1998). Os grupos grandes são chamados de grupos "latentes" porque possuem um poder ou capacidade latentes para a ação, mas esse poder potencial só poderá ser realizado ou mobilizado com a ajuda de incentivos seletivos. (idem).

justifiquem o envolvimento e a mobilização. Essa necessidade decorre do facto de, no contexto desses grupos, o apoio individual não ser decisivo para atingir o objetivo, sendo tão provável que o indivíduo venha a obter benefícios desse sucesso quer se tenha ou não esforçado para o atingir.

Na abordagem da mobilização de recursos, as variáveis objetivas são privilegiadas dado serem mais adequadas à explicação de como os recursos necessários à realização de interesses específicos são mobilizados (McCarthy e Zald, 1977). A mobilização depende da forma como os movimentos sociais são capazes de organizar o descontentamento, reduzir os custos da ação, utilizar e criar redes de solidariedade, distribuir incentivos entre os membros e construir consensos externos à organização (Scott, 1990).

São várias as críticas suscitadas pela abordagem em causa. Podem ser resumidas nos seguintes pontos: ignora as razões estruturais do conflito; não fornece uma explicação adequada das formas organizacionais que considera indispensáveis; não consegue explicar as preocupações dos atores contemporâneos com a autonomia, identidade, discursos, normas sociais e significados culturais; e, ao circunscrever-se à racionalidade instrumental, fornece uma interpretação muito limitada da motivação humana e, consequentemente, uma compreensão descontextualizada de preferências, escolhas e ações, e uma distinção entre meios e fins rígida (idem; Cohen e Arato, 2000).

Abordagem do processo político

Na abordagem do processo político, os fatores externos (políticos) são considerados cruciais para o sucesso dos movimentos sociais. Os últimos surgem intimamente ligados à política convencional, tanto no nível parlamentar como extraparlamentar, e o seu sucesso depende da capacidade em tirarem partido das fraquezas dos oponentes, com particular destaque para o Estado e atores políticos (Kriesi *et al*., 1995). As explicações para a mobilização são procuradas no contexto político dado

que os movimentos sociais são uma forma de política contenciosa[29] que ocorre quando "pessoas normais, muitas vezes em aliança com cidadãos mais influentes, unem forças em confrontação com elites, autoridades, e oponentes" (Tarrow, 1998: 2, tradução livre da autora). Assim, no quadro das teorias do processo político, os movimentos sociais envolvem a formulação de reivindicações ou pretensões coletivas que, se realizadas, conflituam com os interesses de outrem e que contemplam governos ou outros agentes políticos (McAdam *et al.*, 2001; Tilly, 2004). A abordagem chama a atenção para o facto de cada período histórico ter as suas formas de ação coletiva próprias e sublinha a relação existente entre repertórios de ação específicos e mudanças estruturais com impacto na vida quotidiana dos atores (Tilly *et al.*, 1975; Tilly, 1978, 2004). Os movimentos sociais são vistos como complexos históricos particulares que envolvem interações e práticas políticas em constante evolução, e a sua emergência é atribuída a combinações diferenciadas de campanhas, repertórios e representações públicas concertadas da fórmula WUNC[30]. O seu sucesso deriva mais das oportunidades fornecidas por crises políticas ou pelo contexto estrutural de mobilização que de variáveis internas aos próprios movimentos e às suas organizações.

Devem ser destacados dois conceitos centrais ao conjunto de teorias que se inserem na abordagem do processo político: ciclo de protesto e estrutura de oportunidades políticas. O primeiro foi proposto por Tilly (1978) e desenvolvido principalmente por Tarrow (1995, 1998). Um ciclo de protesto é uma fase de intensificação dos conflitos e do enfrentamento entre atores no sistema social. Caracteriza-se por uma difusão rápida da ação coletiva em termos geográficos e dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados; ritmo de inovação acelerado das formas de confronto e repertórios de ação;

[29] *Contentious politics* no original (Tarrow, 1998). De acordo com Sidney Tarrow, a política contenciosa pode ser de três tipos: violenta, disruptiva e convencional (idem). Posteriormente, esse autor, em conjunto com Doug McAdam e Charles Tilly, propõe apenas dois tipos: contida e transgressiva (McAdam, *et al.*, 2001).

[30] As representações públicas concertadas da fórmula *WUNC - worthiness, unity, numbers, and commitment* (respeitabilidade, unidade, números e compromisso) envolvem um esforço público organizado e sustentado em formular reivindicações coletivas dirigidas a autoridades, que se estende para além de um acontecimento singular, implicando por isso a continuidade e consistência das ações postas em prática segundo a orientação para um objetivo concreto (Tilly, 2004). Envolvem, pelo menos, três intervenientes: um grupo de aderentes, um ou mais objetos alvos da reivindicação, e um público. As demonstrações da fórmula *WUNC* têm estado presentes, desde há muito tempo, na vida coletiva, mas é a sua integração nos repertórios de ação comuns que distingue os movimentos sociais contemporâneos dos seus predecessores (idem).

emergência de novos símbolos, interpretações do mundo e ideologias; combinação de participação organizada e não organizada; e algumas sequências de interação intensificada entre dissidentes e autoridades. No caso dos movimentos sociais transnacionais, em que o grau de difusão geográfica do ciclo de protesto é elevado, a definição de marcos interpretativos é importante pois condiciona o êxito do ciclo (idem, 2005). A criação de "marcos multi temáticos" (*multi-issue frames*) que não focam apenas uma ideia ou tema, pois as ligações internacionais proporcionam objetivos e alvos comuns, condensam uma gama ampla de objetivos e podem favorecer o êxito.

A estrutura de oportunidades políticas influencia e condiciona a escolha de estratégias e o impacto dos movimentos sociais no contexto em que se desenvolvem (Eisinger, 1973; Kitschelt, 1986). Inclui as configurações específicas dos recursos, acordos institucionais e precedentes históricos da mobilização social que em determinadas situações facilitam, enquanto em outras constrangem, o desenvolvimento de movimentos de protesto (Kitschelt, 1986; Koopmans, 2004). Alguns autores consideram o conceito demasiado inclusivo, não havendo um consenso sobre o seu significado (Gamson e Meyer, 1996; Kriesi, 2004; McAdam *et al.*, 1996; Rootes, 1999). De uma forma geral, pode ser dito que a estrutura de oportunidades políticas funciona como um "filtro" entre a mobilização e escolha de estratégias do movimento e a sua capacidade em mudar o meio social, sendo que o sucesso de um movimento social e o nível de mobilização por ele conseguido são coisas distintas (Kitschelt, 1986; Kriesi *et al.*, 1995).

O impacto de um movimento social corresponde à produção de alterações em pelo menos um dos seguintes domínios: o movimento em si mesmo, o sistema político, ou o público em geral[31] (Kriesi *et al*., 1995). É sugerido que movimentos sociais, campanhas ou organizações (de movimento social) podem produzir impactos de dois tipos: internos (mais

[31] Os impactos de um movimento social/campanha/organização são difíceis de medir pois prevalecem dificuldades metodológicas. Kriesi *et al.* (1995) destacam dois tipos de problemas. Em primeiro lugar, a dificuldade em medir o sucesso devido à existência de fatores objetivos e subjetivos, para além do facto de o sucesso de um movimento social poder ser uma consequência não intencional da sua ação, tem contribuído para que sejam enfatizadas as mudanças em termos de políticas. O segundo tipo de obstáculos está relacionado com a questão da causalidade, isto é, a dificuldade em determinar até que ponto um determinado movimento social contribuiu para a produção de um determinado efeito. Esses autores sublinham também que em certos casos um movimento social pode "ter sucesso" independentemente da sua ação.

comuns quando existe uma orientação para a identidade) e externos (são centrais quando o caráter instrumental predomina). Enquanto os impactos internos se refletem na identidade (reforço da identidade dos participantes, no nível individual ou coletivo) e na organização (mudanças na estrutura organizativa do movimento), os externos podem assumir quatro formas[32]: procedimentais, substantivos, estruturais e de sensibilização.

Os impactos procedimentais contemplam a obtenção de um determinado grau de aceitação pelos atores ou autoridades políticas e referem-se ao acesso dos contendentes ao sistema. Esse acesso pode ocorrer sob a forma de estabelecimento de procedimentos de consulta, abertura de negociações, reconhecimento formal, ou inclusão geral dos contendentes. Com base na regularidade e frequência do acesso aos canais de participação pode ser feita a distinção entre acesso *ad hoc* e acesso permanente. Os impactos substantivos estão diretamente relacionados com a força do Estado e correspondem a mudanças de política e à obtenção de vantagens, podendo ser reativos (se previnem novas desvantagens) ou proativos (quando introduzem novas vantagens, são obtidas concessões da parte do Estado). Já os impactos estruturais dizem respeito à possibilidade de um movimento produzir mudanças em certos aspetos do contexto político do protesto (os movimentos sociais transformam a própria estrutura de oportunidades políticas em resultado da sua atividade, modificam as condições subjacentes aos sucessos, alterando as suas probabilidades). Podem ocorrer ao nível das estruturas institucionais, verificando-se uma alteração na forma das instituições políticas, ou da estrutura de alianças, sob a forma de realinhamentos ou de cisões no governo[33]. Por último, os impactos de sensibilização contemplam a possibilidade de o movimento tornar determinados atores da arena política ou da esfera pública sensíveis a uma questão em particular, na direção dos objetivos do movimento. Podem verificar-se ao nível da agenda política, que inclui agenda sistémica e agenda institucional, e das atitudes públicas[34]. É importante sublinhar que os próprios

[32] Kriesi *et al.* (1995) apoiaram-se em Gamson (1975) e Kitschelt (1986) para fornecerem essas categorias.
[33] Tanto uma como a outra são dimensões da estrutura de oportunidades políticas proposta por Kriesi *et al.* (1995), que será apresentada mais adiante. Mais dificilmente se verificam impactos estruturais ao nível das restantes dimensões da estrutura de oportunidades políticas (a estrutura de clivagens nacionais e os procedimentos informais e estratégias prevalecentes).
[34] Os impactos ao nível das atitudes públicas podem contemplar a ligação, amplificação, extensão e transformação das atitudes.

movimentos sociais criam novas oportunidades, nomeadamente através da inovação dos repertórios de ação, difusão da ação coletiva através de redes sociais, e formação de alianças com outros atores sociais, o que pode facilitar os contactos com outros setores (Piven e Cloward, 1977).

Uma particularidade da abordagem do processo político é que tem em consideração o problema da coordenação de populações desorganizadas, autónomas e dispersas, com menos recursos organizacionais e/ou políticos. Piven e Cloward (idem) perspetivam-nos como grupos que só têm a possibilidade de avançar os seus interesses mediante a verificação de condições excecionais. Atribuem essa excecionalidade à combinação particular de expectativas crescentes com o declínio das condições de vida, que proporciona a emergência de sentimentos de raiva e de frustração motivados pela não correspondência entre elas. Nesse contexto, os líderes políticos tornam-se mais vulneráveis aos protestos e a sua capacidade de os ignorar ou punir diminui, ao mesmo tempo que aumenta a probabilidade de grupos até à data afastados se envolverem no processo de mobilização. A crise pode ser encarada como um recurso político à disposição dos grupos mencionados tendo em conta que a emergência de um movimento de protesto traz transformações tanto do comportamento, sob a forma de atitudes de desafio assumidas por coletivos e demonstradas às autoridades, como da consciência. As transformações de consciência, que podem ser integradas nos impactos de sensibilização acima referidos uma vez que condicionam as atitudes públicas, abarcam três aspetos-chave: a perda de legitimidade do sistema (os arranjos institucionais, governantes e a autoridade são questionados e considerados injustos); o fatalismo e inevitabilidade são superados e a mudança é exigida; e surge a crença na capacidade dos indivíduos em produzirem mudanças. A retórica em torno da questão-alvo da mobilização, a estruturação do ambiente político e o despontar simultâneo de lutas são considerados aspetos importantes no respeitante à mobilização das massas indecisas e à legitimação das reivindicações formuladas.

A abordagem do processo político permite uma aproximação consistente às relações entre as estruturas e atores institucionais e os movimentos sociais, o que representa uma vantagem clara em relação às teorias do comportamento coletivo

(paradigma tradicional) e da mobilização de recursos. Não obstante, a estrutura de oportunidades políticas não responde à questão de como as características dos sistemas políticos penetram na subjetividade dos organizadores e participantes dos movimentos e influenciam a ação (Kriesi *et al.*, 1995). Por outro lado, concentra o enfoque na expansão da sociedade política no sentido da inclusão de novos atores ou do aumento do poder dos antigos (Cohen e Arato, 2000), o que pode ser redutor.

Abordagem dos novos movimentos sociais

A abordagem dos NMS coloca a ênfase nas questões da identidade e nas condições estruturais do capitalismo tardio que conduziram ao deslocamento do conflito das questões da produção para outras pós materiais e ligadas à esfera do consumo (Inglehart, 1977; Touraine, 1981; Cohen, 1985; Melucci, 1989; Scott, 1990; Offe, 1992; Eder, 1993, 1995; Beck, Giddens, Lash, 1994; Pakulski, 1995; della Porta e Diani, 1999). Confere centralidade à cultura, fazendo recair a atenção sobre os discursos como expressão de práticas culturais (Gohn, 2003; Melucci, 1996). Sublinha a orientação da ação coletiva para a afirmação e defesa dos direitos, liberdade e igualdade do sujeito (Touraine, 1997) e o facto de os novos movimentos darem corpo aos conflitos existentes nos campos ecológico, económico, cultural, entre outros (Dussel, 2009).

Os novos movimentos articulam conflitos políticos que têm por base clivagens culturais e sociais novas (Kriesi *et al*., 1995) e organizam-se politicamente em torno de uma identidade comum (Kauffman, 1990). Caracterizam-se pela heterogeneidade[35] e pouca negociabilidade dos objetivos (não redutíveis à mediação política), tendem a ignorar o sistema político e a mostrar desinteresse pela luta pelo poder (Melucci, 1996), o que muitas vezes é considerado um sinal de fraqueza política. Nos espaços onde a sua presença foi mais intensa, significaram uma rutura com as formas de organização e estilos políticos hegemónicos, reintroduziram a questão da emancipação nas agendas culturais e políticas e buscaram novos equilíbrios entre subjetividade e cidadania, correspondendo a sua

[35] Não obstante essa heterogeneidade são recorrentes três tipos de conteúdos: o utopismo regressivo, a primazia da natureza e o papel do indivíduo (Melucci, 1996)

proliferação a uma resposta à crise de credibilidade e de legitimidade dos canais de participação política (Santos, 2002).

Em termos de organização, os NMS distinguem-se das formas tradicionais de organização política (Cohen, 1985), rejeitam os princípios de centralização e burocratização e configuram novas formas segmentadas e policêntricas (Gerlach e Hine, 1970; Gerlach, 1983). Assumem a forma de redes dispersas, reticulares e integradas, dão corpo a organizações flexíveis com lideranças pouco estruturadas ou efémeras e relativamente espontâneas. Esse tipo de organização é o que melhor se adapta aos desafios e mudanças da sociedade (Melucci, 1996) pois permite a incorporação de formas criativas de ativismo e intervenção pública associadas a novos discursos e à autonomia (Estanque, 2008a).

As classes médias educadas, especialmente as novas classes médias, são apontadas como a base social dos NMS (Scott, 1990). Um autor em particular, Claus Offe, defende que esses setores da nova classe média formam uma aliança com elementos da "velha" classe média e com segmentos periféricos em relação ao mercado de trabalho (Offe, 1985, 1992). Nesse sentido, a base social dos NMS atravessa as linhas de classe (Pakulski, 1995), sendo os diferentes grupos unidos pela identificação de um adversário ou oponente comum (Kitschelt, 1986). Juntamente com outros fatores[36], o crescimento das classes médias favoreceu dois tipos de mudanças: por um lado, as classes médias influenciaram as forças políticas existentes e desempenharam um papel importante em termos de militância e de organização; por outro, fomentaram o declínio dos alinhamentos de classe, ocorrendo a diversificação dos objetivos e dos grupos mobilizados (Abercrombie e Urry, 1983). Contrastando com a "política da classe trabalhadora" (instrumental e orientada para reformas económicas), a política da classe média é uma política de classe mas não dirigida para a obtenção de benefícios para essa classe (Offe, 1985). Dá voz às frustrações da nova classe média dado que os seus membros se identificam com e

[36] Pode ser mencionado o reforço do individualismo (Beck, 1998). Em conjugação com o crescimento das classes médias, esse reforço colocou em xeque as relações de classe e de *status* tradicionais, empurrando os indivíduos para trajetórias biográficas baseadas na criação autorreflexiva das identidades que encontram a forma de expressão coletiva adequada nos NMS (idem).

articulam um conjunto de questões que são excluídas da negociação política *mainstream* (Scott, 1990).

O facto de as classes médias não atuarem em benefício próprio – o *radicalismo de classe média* - pode ser parcialmente explicado pela segurança económica e relativa independência dos seus membros em relação à detenção de capital, bem como pelo facto de tenderem a ocupar posições no setor público ou áreas criativas associadas a valores que lhes permitem/predispõem a aderirem à política expressiva (em que a satisfação é derivada da expressão de valores pessoais no curso da ação) e radical e a recusarem valores e políticas pró-capitalistas[37] (Parkin, 1968). O radicalismo de classe média surge também associado à construção de uma nova relação de classe[38] e ao *habitus* pequeno-burguês (Eder, 1993). Esse *habitus* serve de elo de ligação entre as novas classes médias, identificadas com grupos que possuem níveis elevados de capital cultural e educacional mas que têm acesso restrito aos processos políticos de tomada de decisão, e os NMS[39].

Segundo Cohen, os NMS abandonam o modelo cultural "produtivista" e os modelos de organização da *velha* Esquerda e a sua identidade diferencia-se conscientemente do caráter revolucionário e totalizador da cultura política *da nova* Esquerda (Cohen, 1985). Evidenciam um *radicalismo autolimitado*, desligando-se de objetivos revolucionários em favor de ideias de reforma estrutural (idem; Cohen e Arato, 2000). Lutam por autonomia, pluralidade e diferença sem no entanto renunciarem aos princípios da sociedade civil moderna e do Estado democrático moderno. Diferem dos

[37] A conexão entre ocupações profissionais e radicalismo político (radicalismo de classe média) resulta de um radicalismo prévio que conduz à escolha dessas profissões. Nesse sentido, a participação da nova classe média nos NMS é uma propriedade que emerge das escolhas de emprego individuais, moldadas por valores políticos (Parkin, 1968; Bagguley, 1995). É sugerido que os valores conducentes ao radicalismo político são mais frequentes entre os especialistas sociais e culturais (Rootes, 1995).

[38] Se a criação da identidade coletiva está relacionada com posições sociais, altera a estrutura de classe (Eder, 1995). Nesse sentido, as classes aparecem não só como causas mas também como efeitos da mobilização: os movimentos sociais também criam relações de classe.

[39] O *habitus* das novas classes médias, que desempenha a dupla função de reprodução das condições de existência daquelas e de meio de ação coletiva, é determinado pela situação ambígua da classe média, entre as classes mais alta e mais baixa, e é construído no curso da ação coletiva (Eder, 1993). A aquisição de um *habitus* é o ponto de partida para novos tipos de protesto coletivo que têm por base a pertença a grupos prévios e a sua função dupla fornece um novo nexo entre classe e ação coletiva (vertente de reprodução/vertente construcionista) (idem).

velhos movimentos sociais em termos ideológicos na medida em que se pautam por uma grande diversidade (Scott, 1990). A presença de um "arsenal ideológico conscientemente ambíguo" que permite ações sem uma identificação ideológica forte e a ausência de um programa político são os pontos fortes das mobilizações dos NMS, que assim podem contar com um apoio mais amplo (idem: 84). Todavia, apesar da "fluidez" ideológica conferir um grande poder de atração, as organizações de movimento tornam-se por isso suscetíveis à ocorrência de clivagens. Podem ocorrer disputas internas entre fundamentalistas, que recusam qualquer compromisso com partidos políticos ou sobre questões de princípio, e realistas, preparados para integrar a política institucional e até formar coligações com os partidos existentes[40].

Quando os membros de um movimento insistem na preservação da sua forma original assumem uma posição fundamentalista e mostram ser particularmente sensíveis às implicações da adoção de estratégias e táticas próprias dos partidos políticos e grupos de pressão. Diferentemente, os defensores da *realpolitik* sublinham o efeito contraproducente do princípio da preservação quando se trata de alcançar mudanças de política. O debate entre as duas tendências centra-se nos princípios de organização e na atitude a assumir face à política institucionalizada. Para os fundamentalistas, a organização levanta o perigo da oligarquia. Quanto à participação na política institucionalizada, apesar de no geral ser tido como necessário algum envolvimento, os posicionamentos podem variar entre a atitude instrumental face à política institucional/parlamentar (são espaços onde as questões pelas quais se batem podem ser articuladas) e a completa negação. A posição realista parte do princípio que as mudanças programáticas só podem ser conseguidas através de meios políticos convencionais. As melhorias são alcançadas com uma prática política flexível, de pressão sobre as instituições, nomeadamente partidos políticos, através de uma mistura de atividade parlamentar e mobilização de massas. No caso do fundamentalismo, a política institucional/parlamenta representa um meio de

[40] Scott (1990) considera que a divisão fundamentalistas/realistas é muito geral como forma de caracterizar posições ideológicas no interior de um movimento. Corresponde ao dilema tático central dos movimentos sociais na sua relação com a política e as instituições sociais, representando uma forma de disjunção revisionista/revolucionária.

formação e disseminação da ideologia do sistema e é identificada com a decadência do movimento, pelo que a mudança radical não pode ser alcançada através dela.

Para concluir, é importante referir ainda que a novidade dos NMS é atribuída ao facto de, através deles, ser articulada uma difusão rápida da conflitualidade social a um número cada vez maior de relações sociais que colocam em questão novas formas de subordinação, podendo por isso ser concebidos como uma extensão da revolução democrática (Laclau e Mouffe, 2010). Os valores que defendem não são novos em si mesmos. O que é "novo" são as conceções conflituantes quanto ao modo como esses valores podem ser realizados (Maheu, 1995; Offe, 1985, 1992). Nesse sentido, vários autores sublinham a continuidade entre "velhos" e "novos" movimentos sociais. Acresce ainda que o deslocamento da dimensão material e redistributiva do conflito social para outras questões não significa que aquela deixa de estar presente em conflitos liderados por movimentos contemporâneos não dominados pela classe trabalhadora (della Porta e Diani, 1999). De uma forma geral, os movimentos sociais contemporâneos combinam as dimensões materiais e não materiais (ou pós materiais) (Barker e Dale, 1998).

1.2. Organizações de movimento social e tendências oligárquicas

A expectativa principal em relação a uma organização é que promova os interesses comuns dos seus membros (Olson, 1998). No caso dos movimentos sociais, a organização pode ser concebida como uma forma de normalização e estabilização da ação coletiva, que permite superar as dificuldades de mobilização dos atores individuais e a excessiva dependência em relação às motivações dos mesmos (Eder, 1993). No caso específico dos movimentos sociais é possível falar de um tipo particular de organizações: a organização de movimento social (OMS).

As OMSs distinguem-se de outros tipos de organizações porque apresentam objetivos voltados para a mudança da sociedade e dos membros da organização, isto é, desejam restruturar a sociedade ou os indivíduos e não pretendem disponibilizar um serviço regular a qualquer um dos dois (Zald e Ash, 1966). Podem ser referidos dois tipos

de organizações de movimento social: exclusivas e inclusivas (idem). Esses tipos decorrem das formas de recrutamento mas também dos níveis de participação exigidos, estando em causa o tipo de filiação imposto ou permitido. Por sua vez, o tipo de filiação está de alguma forma ligado a mudanças no ambiente quer interno quer externo das OMSs. O tipo inclusivo é o mais comum (della Porta e Diani, 1999) mas uma OMS pode combinar atributos dos dois tipos (Zald e Ash, 1966). Outra distinção importante é a estabelecida entre OMSs direcionadas para a mudança individual e direcionadas para a mudança social (idem).

As OMSs exclusivas pressupõem uma filiação exclusiva, o que comporta várias implicações. Em primeiro lugar, uma única organização monopoliza o compromisso e o investimento afetivo dos membros. Segundo, as relações e as normas são muito estruturadas. Por último, é exigida uma identificação ideológica bem definida. Já as OMSs inclusivas não contemplam mecanismos de seleção rígidos, o nível de compromisso exigido é baixo, não são estabelecidos deveres específicos para além do ato de filiação, e a inculcação ideológica é reduzida ou mesmo inexistente. É pertinente salientar a importância das filiações múltiplas na integração das diferentes áreas de atividade de um movimento pois facilitam a interação, circulação de informação e de recursos, tornando os processos de decisão mais céleres, e promovem o desenvolvimento de representações partilhadas do conflito (della Porta e Diani, 1999).

Os efeitos produzidos pelo tamanho dos grupos são sublinhados por Olson (1998). De uma forma geral, quanto maior for um grupo, mais longe ele estará de não vir a fornecer uma quantidade ótima de um determinado bem coletivo[41]. Por outro lado, também por isso, esse grupo trabalhará menos para os interesses comuns (problema do *free rider*). Com o crescimento do grupo aumentam os custos da organização e, consequentemente, os obstáculos à obtenção de bens coletivos, bem como a necessidade de incentivos externos ou então de coerção. O tamanho dos grupos também é influenciado pela natureza dos bens coletivos que podem ser de inclusão (se a oferta de bens coletivos aumenta com a expansão do grupo) ou de exclusão (devido à quantidade fixa e por isso limitada do

[41] Um bem coletivo é aquele que a partir do momento que está à disposição de uns, tem de estar disponível para todos (Olson, 1998).

benefício que pode resultar do bem coletivo, os elementos do grupo procuram reduzir o seu tamanho). Segundo Olson, o facto de um grupo adotar comportamentos de exclusão ou de inclusão depende do objetivo definido e não das características do grupo enquanto tal. Os pequenos grupos (privilegiados e intermédios) possuem maior capacidade para se abastecerem de bens coletivos que os grandes grupos. São mais influenciados por incentivos económicos e também por incentivos/pressões sociais, uma vez que é maior a possibilidade de os membros contactarem diretamente entre si. Diferentemente, nos grandes grupos, latentes, o número elevado de indivíduos diminui o impacto tanto dos incentivos externos como das pressões sociais.

A estrutura de incentivos ocupa um lugar importante na caracterização das organizações de movimento. É fulcral para a captação de recursos externos essenciais ao desenvolvimento e manutenção da organização e influencia os níveis de militância, o que pode constituir um problema dado ser difícil garantir a constância dos incentivos (Piven e Cloward, 1977). Os últimos podem ser de três tipos: materiais ou utilitários, de solidariedade, e normativos ou de valores[42] (Zald e Ash, 1966). Nas organizações de movimento em que os incentivos normativos ou de valores são predominantes, os incentivos de solidariedade têm um papel secundário. Pode ser por isso difícil manter o compromisso e participação dos membros. Os valores associados aos objetivos da organização têm de ser assumidos com clareza de forma a captar a disponibilidade e a lealdade dos membros. As OMSs direcionadas para a mudança individual utilizam incentivos de solidariedade e têm mais hipóteses de continuidade, enquanto as direcionadas para a mudança social e que empregam maioritariamente incentivos normativos ou de valores têm mais probabilidades de desaparecer após a concretização dos objetivos. Em relação ao último tipo, as organizações de movimento com objetivos muito específicos têm mais hipóteses de desaparecer após a sua concretização que as organizações com objetivos mais gerais.

[42] Zald e Ash (1966) referem-se aos incentivos normativos ou de valores como *purposive incentives*. São concebidos como dirigidos para a realização de valores.

1.2.1. Fatores externos do desenvolvimento das OMSs

A formação e a continuidade dos movimentos sociais e das suas organizações são inevitavelmente influenciadas pela relação com o ambiente em que se inserem (idem). A magnitude e direção do interesse da sociedade no movimento social e nas suas organizações pode ser de três tipos: favorável, neutro ou hostil. A dimensão da base de apoio depende de mudanças nas condições da sociedade, do "fluir e refluir" dos sentimentos[43] que, por sua vez, é influenciado, por um lado, pelo número de pessoas que se identificam com os objetivos e estratégias do movimento e, por outro, pela legitimação e reconhecimento dos últimos por outros atores sociais. Os efeitos dos sentimentos referidos são mediados por duas dimensões mencionadas anteriormente: os requisitos de filiação e o tipo de objetivos.

Mudanças na sociedade que indiciam probabilidades de sucesso ou de fracasso podem favorecer ou prevenir o desenvolvimento de uma OMS pois influenciam os sentimentos de membros e de potenciais membros[44]. A concretização dos objetivos delineados é uma mudança favorável, no entanto pode acarretar a perda da razão de ser da organização de movimento. As probabilidades de desaparecimento na sequência da concretização dos objetivos são maiores no caso das OMSs criadas por outras organizações dado não contarem com uma base social de apoio própria. Por seu turno, a presença de sentimentos hostis em relação ao movimento social constitui uma mudança desfavorável. Por último, é importante sublinhar que a coexistência de várias OMSs com objetivos similares no mesmo contexto pode comprometer a política de alianças ou mesmo criar condições para a competição interorganizações.

De uma forma geral, as organizações inclusivas são mais atingidas por variações no ambiente externo, dando mostras de uma suscetibilidade acrescida às mudanças de atitudes e de sentimentos na sociedade. Porém, a flexibilidade em termos organizativos e doutrinários torna-as mais resistentes a eventuais separações e ao desaparecimento, ao

[43] A expressão é de Zald e Ash (1966).
[44] Ver Piven e Cloward (1977).

contrário das OMSs exclusivas que estão mais expostas a cisões problemáticas e dissidências.

1.2.2. Fatores internos do desenvolvimento das OMSs

De uma forma geral, na literatura sobre o tema são apontados três tipos de mudanças no ambiente interno que podem afetar as organizações de movimento social: conservadorismo, deslocamento em direção à manutenção da organização, e oligarquização (idem). A primeira e a segunda envolvem a transformação dos objetivos, enquanto a terceira corresponde a uma mudança na estrutura. No plano empírico, essas mudanças aparecem frequentemente mescladas. Para além da oligarquização, a burocratização, aparecimento de fações ideológicas, estilos de liderança, entre outros, são fatores internos que provocam mudanças na estrutura das organizações de movimento.

O fenómeno da oligarquização depende de e revela-se nas tendências de centralização do poder e de conservação das lideranças. A consequência mais visível é o esbatimento do caráter "revolucionário" da organização à medida que se verifica um aumento do seu poder, existindo portanto uma relação de proporcionalidade direta entre o crescimento da organização e a assunção de atitudes cautelosas e suavização das políticas. Aumentam assim as tendências de auto preservação: a organização torna-se "imóvel", perde as características e energia revolucionárias, evita tudo o que possa interferir com a sua dinâmica e ameaçar a forma externa, e deixa de ser um meio para passar a ser um fim - o "triunfo do órgão sobre o organismo" (Michels, 2001). O imobilismo está também relacionado com a apatia instalada quando após algum crescimento e estabilidade, os objetivos de uma organização continuam a ser relevantes para a sociedade mas as probabilidades de sucesso são ténues (Zald e Ash, 1966).

A definição de posições de liderança e o exercício do poder são fatores incontornáveis na trajetória de qualquer organização. Suscitam preocupações e dinâmicas de competição, dinâmicas essas tanto mais expressivas quanto mais diversificada a militância[45]. Apesar de os dirigentes ou líderes poderem surgir de forma espontânea e de

[45] Ver também Piven e Cloward (1977) e Melucci (1996). Esses autores fornecem tópicos de análise adicionais.

desenvolverem a atividade em regime de voluntariado frequentemente, a profissionalização é tida como inevitável, seguindo-se o aparecimento de uma classe dirigente estável e inamovível. Como alerta Weber, o crescimento da organização traz consigo a profissionalização e a dependência económica (Weber, 1982). Assim, quanto mais burocrática a organização, menor o impacto da substituição de um líder (Zald e Ash, 1966). A racionalização da liderança conduz à rotinização dos incentivos materiais e a "rotinização" do carisma pode perpetuar o núcleo central da organização ou produzir grupos dissidentes. O mesmo já não será verdade no caso das organizações com uma burocracia pouco desenvolvida. Nesses casos pode ocorrer um declínio na filiação, formação de fações, ou profissionalização do núcleo executivo, bem como uma tentativa de racionalização da estrutura administrativa da liderança anterior. De uma forma geral, pode ser dito que o conservadorismo coloca constrangimentos à militância de massas (Piven e Cloward, 1977).

A formação de fações ocorre quando um subgrupo definido se opõe a outro subgrupo (ocorre uma divisão/separação quando o subgrupo sai da organização). Na sua origem estão normalmente a heterogeneidade da base social da organização ou divergências quanto à base doutrinária da autoridade. As organizações mais preocupadas com a pureza ideológica são mais propensas a fações e separações pois o questionamento das bases da autoridade é mais exacerbado. As OMSs inclusivas quanto à filiação e ideologicamente flexíveis são mais resistentes a separações[46] e normalmente albergam as fações emergentes, com consequências para o consenso e consistência internos.

A limitação das transformações que afetam as organizações de movimento a fatores internos é demasiado restritiva. Zald e Ash sugerem que essas transformações também decorrem das interações entre organizações e que podem ser de três tipos: cooperação, coligação e fusão[47]. A cooperação entre OMSs é normalmente limitada, verificando-se em situações que requerem competências especiais. Ocorre o desenvolvimento de uma relação simbiótica que no entanto não conduz à transformação

[46] As separações comportam uma redução do número de membros e podem proporcionar um grau mais elevado de consistência e consenso internos (Zald e Ash, 1966).
[47] Outra classificação possível é fornecida por della Porta e Diani (1999).

das organizações envolvidas. As coligações entre OMSs têm lugar quando as perspetivas de alcançar os objetivos ou de alargar a base de recursos aumentam com as mesmas, quando a consecução dos objetivos está próxima, ou se um objetivo ou posição indivisível se encontra em jogo. A formação de coligações é limitada pela disponibilidade dos recursos necessários à sua ativação e manutenção, competição pelo mesmo tipo de recursos ou apoiantes, sentimentos de desconfiança, e pela ausência de perspetivas partilhadas. As coligações angariam recursos e coordenam planos mas conservam as identidades das organizações envolvidas, o que as distingue das fusões.

As fusões conduzem à supressão das identidades organizacionais prévias e é muito provável que levem à alteração das posições assumidas em relação a uma determinada questão central, o que significa que não proporcionam necessariamente um alargamento da base social de apoio. Acresce ainda que os membros mais conservadores da organização mais conservadora e os mais radicais da mais radical podem não se identificar com os objetivos e estratégias da organização recém-formada, ocorrendo o seu afastamento. Outro aspeto importante é que apenas uma OMS assume o papel de porta-voz, podendo o movimento social parecer mais pequeno do exterior. Tendo em conta os efeitos mencionados, as fusões só ocorrem quando a liderança de uma das organizações de movimento reconhece a impossibilidade de atingir os objetivos ou quando a apatia se instala, isto é, quando a OMS está em declínio (Zald e Ash, 1966; McCarthy e Zald, 1979). Nesse sentido, a fusão é vista como um meio de assegurar a viabilidade da organização e de recuperar a vitalidade. Normalmente, as organizações inclusivas são mais predispostas à formação de coligações ou a fusões que as exclusivas. A interação entre organizações de movimento em contextos de coligação ou de fusão pode conduzir à formação de identidades organizacionais novas e a mudanças na base de aderentes e nos objetivos.

A oligarquização e o conservadorismo são inevitáveis?

A oligarquização e o conservadorismo podem atingir as organizações de movimento se se verificarem condições muito específicas, como por exemplo a profissionalização da organização, compromisso dos líderes e das bases sociais de apoio em relação a objetivos externos à OMS, e a cooptação dos líderes por outras organizações.

Contudo, nenhuma das três isoladamente é condição suficiente para a produção de mudanças substanciais em termos de objetivos e táticas (Zald e Ash, 1966). É necessária uma mudança ao nível dos sentimentos dos líderes no sentido da preservação da organização.

O desenvolvimento de estruturas formais que organizem os grupos com recursos políticos, económicos e sociais escassos é estimulado pela crença que as organizações formais constituem veículos para o poder. Essa ideia decorre de três assunções: primeiro, a organização formal torna possível a coordenação de recursos políticos e económicos de um número considerável de indivíduos que isoladamente não os teriam à sua disposição; segundo, as organizações formais favorecem o uso estratégico de recursos em situações de conflito político; e, por último, asseguram a continuidade da mobilização política das classes desfavorecidas (Piven e Cloward, 1977). No entanto, a realidade parece desmentir essa necessidade ao colocar em evidência consequências negativas como o facto de o interesse excessivo no crescimento e manutenção da organização ser um obstáculo que desvia as atenções do essencial[48].

As tendências de institucionalização, burocratização e conservadorismo podem ser contornadas através de um investimento maior, de tempo e de esforço, dos membros. Outras hipóteses são o recrutamento de membros cujo compromisso com a família ou carreira é menor, a implementação de remunerações baixas (de forma a evitar um apego excessivo às recompensas materiais ou posição ocupada no interior da organização), e a criação de secções locais ou células com reuniões frequentes (Zald e Ash, 1966). No caso dos grupos com menos recursos disponíveis, a preocupação deve ser a mobilização e não a organização, apesar de a ausência de estrutura, particularmente numa fase inicial, tornar as organizações mais abertas à dissensão (Piven e Cloward, 1977).

[48] Piven e Cloward (1977) afirmam que o facto de as elites oferecerem concessões não é tanto motivado pela pressão ou influência exercida pelas organizações constituídas mas sim pela força da insurgência e que as organizações constituídas, e muitas vezes alimentadas pelas elites, tendem a desaparecer com o abrandamento da contestação. As que perduram geralmente servem os interesses daqueles que controlam os recursos necessários à sua existência, uma vez que mitigam os receios das elites ao conduzirem as massas à participação política formal, suscetível de ser controlada.

1.3. Um modelo de estrutura de oportunidades políticas para a análise dos movimentos sociais

Kriesi *et al.* propõem um modelo de estrutura de oportunidades políticas composto por quatro componentes: estrutura de clivagens nacionais, estrutura institucional, procedimentos informais e estratégias prevalecentes, e estrutura de alianças (Kriesi *et al.*, 1995). As quatro componentes mantêm entre si uma relação mais ou menos sistemática. As três primeiras são elementos estáveis da estrutura de oportunidades, enquanto a quarta é um elemento instável. Esse modelo apresenta a vantagem de enfatizar a distinção entre o contexto institucional formal da mobilização dos movimentos sociais e as estratégias (informais) prevalecentes utilizadas pelas autoridades políticas na sua relação com eles, uma vez que para além de regras formais, as instituições políticas também incluem procedimentos e práticas informais. Os autores alertam para o facto de os efeitos das quatro componentes da estrutura de oportunidades políticas variarem consoante o tipo de movimento social. No caso dos movimentos ditos instrumentais, as quatro componentes são relevantes, enquanto no dos movimentos orientados para a identidade as oportunidades políticas são menos relevantes. Acresce ainda o facto de as oportunidades políticas variarem consoante o domínio de política em questão. Segue-se uma apresentação de cada uma das componentes referidas.

Estrutura de clivagens nacionais

A mobilização dos movimentos sociais é condicionada em grande medida pela estrutura de clivagens políticas de cada país. Esse é o aspeto mais geral e mais estável do contexto político. Contribui para o desenvolvimento das estratégias prevalecentes que, por sua vez, são institucionalizadas até certo ponto. As clivagens políticas correspondem aos conflitos políticos que fazem parte de uma dada sociedade e que impõem constrangimentos à mobilização de novos atores. Desenvolvem-se a partir de processos de estratificação social que definem as condições estruturais de constituição da identidade de um grupo, assumindo um caráter político posteriormente. Essa politização depende da verificação de duas condições: por um lado, do desenvolvimento de identidades coletivas,

sentido de solidariedade e consciência política, e, por outro, do desenvolvimento de infraestruturas organizativas que incluem organizações formais e informais e redes pessoais que permitem processos de micro mobilização (idem; Klandermans, 1988).

Na base da estrutura de clivagens políticas de um dado momento encontram-se as clivagens sociais e culturais tradicionais, que são muito resistentes à mudança e cujos efeitos tendem a prevalecer ao longo do tempo (Kriesi *et al.*, 1995). Restringem a mobilização em torno de novas clivagens pois os grupos mobilizados apenas por clivagens tradicionais não estão disponíveis para serem mobilizados em torno dos NMS, condicionando assim o envolvimento dos seus apoiantes nos novos movimentos. É importante ter em conta o potencial de mobilização de uma clivagem política. Diz respeito aos indivíduos pertencentes a grupos sociais "pró" clivagem que podem, em teoria, ser mobilizados por um movimento social e comporta duas dimensões: o grau de fechamento da relação social representada pela clivagem (em que medida uma clivagem dá origem a grupos sociais claramente segmentados entre si e internamente integrados) e a saliência (a significância de uma determinada clivagem no contexto da competição política na arena extraparlamentar).

Os membros de um grupo cujo grau de fechamento em torno das clivagens tradicionais é grande dificilmente são mobilizados por NMS. As clivagens podem ser mais ou menos salientes consoante a sua pacificação: se há pacificação (institucionalização) da clivagem, a sua saliência é menor. A institucionalização de uma clivagem política significa que os grupos envolvidos estão integrados nas redes políticas que atuam nas arenas administrativa e parlamentar, isto é, uma clivagem política pacificada já não despoleta mobilização política em grande escala e baseada em métodos não convencionais fora das arenas mencionadas. Diferentemente, uma clivagem não pacificada, além de potenciar mobilização política do tipo não convencional, tende a fornecer um enquadramento interpretativo para a política de movimento, a absorver a atenção pública e a dominar a agenda política de atores políticos (convencionais e de movimento) para além dos limites dos grupos sociais diretamente visados pela clivagem.

Combinando as duas dimensões do potencial de mobilização, obtêm-se quatro tipos de clivagens tradicionais com capacidades de mobilização diferentes: clivagem

fechada e pacificada (capacidade de mobilização latente), clivagem aberta e pacificada (possibilidade de mobilização em torno de clivagens novas), clivagem fechada e não pacificada (potencial de mobilização exclusivo, isto é, só em torno da clivagem tradicional), e clivagem aberta e não pacificada (potencial de mobilização inclusivo). O último tipo implica um grau de competição elevado não só entre as organizações que tradicionalmente mobilizam em torno da clivagem mas também entre essas e atores coletivos emergentes. No último caso, as questões levantadas pelos NMS são reinterpretadas em termos da clivagem tradicional e as organizações tradicionais procuram impor os termos do conflito.

A inclusão de novas questões e atores no conflito tradicional depende da proximidade existente entre o último e as questões articuladas pelos NMS, o que tem implicações ambivalentes. Por um lado, quanto maior a proximidade, maior a probabilidade de competição por recursos escassos e de conflitos relativos a interpretações e estratégias; por outro, a proximidade aumenta a possibilidade de alianças (facilitação, apoio mútuo).

Estruturas institucionais

As estruturas institucionais são um elemento estável do contexto político e determinam substancialmente a abertura dos canais de acesso ao Estado e a capacidade deste agir em três níveis: arena parlamentar, administrativa, e democrática direta. Tanto a abertura como a capacidade de ação dependem da força de um Estado – se é forte ou fraco[49] - que, por sua vez, é determinada pelo grau de centralização (territorial) e pelo grau de separação funcional do poder[50]. Por um lado, quanto maior o grau de descentralização, maior o grau de acesso formal (e, portanto, maiores as possibilidades de participação no sistema político e as probabilidades de mobilização popular) e menor a capacidade de ação de cada parte do Estado isoladamente; por outro, quanto maior a separação de poderes (legislativo, executivo, e judicial), maior o grau de acesso formal e mais limitada a capacidade de atuação do Estado. Os Estados fortes são independentes em relação ao

[49] Na prática, é difícil distinguir os Estados abertos dos fechados (Kriesi, 2004).
[50] Esses dois parâmetros estruturais caracterizam cada uma das três arenas referidas e a sua interrelação.

contexto, contam com estruturas com acessibilidade limitada a partir do exterior, o que os torna mais capazes de implementar políticas, colocam mais obstáculos ao ativismo e elevam os custos da participação política. O aumento dos custos de participação reflete-se na sua diminuição e na opção por estratégias de protesto (apesar de as possibilidades de sucesso serem menores). Diferentemente, os Estados fracos apresentam menos autonomia, estruturas mais abertas e um grau maior de acesso formal, capacidade de atuação mais limitada, e encorajam tipos de ação moderados, pelo que os custos de participação são menores.

De uma forma geral, pode ser dito que a capacidade de um sistema político converter reivindicações em políticas públicas afeta a mobilização e tem impacto sobre os movimentos sociais[51]. Alguns autores esperam níveis de protesto mais elevados quando ocorre uma abertura da estrutura de oportunidades políticas, enquanto outros preconizam a diminuição dos níveis de protesto. No geral, a abertura da estrutura de oportunidades políticas atua como fator facilitador de todos os tipos de participação, tanto convencionais como não convencionais. No entanto, não são só as oportunidades institucionais que são importantes. As circunstâncias culturais como crenças e práticas devem ser tidas em linha de conta (Goodwin e Jaspers, 1999).

Em relação à arena parlamentar, os parâmetros críticos dizem respeito aos sistemas eleitoral e partidário e são o número de partidos, fações, e grupos, bem como a formação de coligações viáveis[52]. O número de partidos é uma função da estrutura nacional de conflito e do sistema eleitoral. Quanto mais complexa a estrutura de conflito e quanto maior o grau de proporcionalidade do sistema eleitoral, mais elevado o número de partidos e maior a probabilidade de os movimentos sociais encontrarem aliados no seio do sistema partidário. Esses aliados podem ser partidos pequenos "desafiadores" ou partidos grandes

[51]Apesar da existência de mais pontos de entrada para as reivindicações no caso dos Estados abertos, a tradução destas em políticas efetivas é minada pelas dificuldades inerentes à descentralização dos sistemas abertos (Kitschelt, 1986). As políticas nacionais são implementadas com mais eficácia no caso de aparelhos de Estado centralizados.

[52] Em relação aos parâmetros críticos da arena parlamentar, Kriesi et al. (1995) apoiam-se na caracterização fornecida por Kitschelt (1986).

(do arco da governação) que sentem necessidade de adaptar as suas posições devido à competição interpartidária. Inversamente, os sistemas eleitorais menos proporcionais (sistemas maioritários e sistemas pluralistas) fornecem menos oportunidades para os grupos desafiadores atuarem ao nível do sistema de partidos.

Os sistemas partidários podem ser compostos por partidos disciplinados e unitários ou agregar partidos heterogéneos e indisciplinados. O número de partidos políticos e a sua configuração interna (número de fações e grupos que albergam) influenciam o processo de formação de coligações. São quatro os tipos de coligações possíveis: governos de partido único disciplinado (capacidade de atuação forte); governos de partido único indisciplinado e heterogéneo (obrigados a compromissos internos para a implementação de políticas); coligações multipartidárias compostas por partidos indisciplinados (governos relativamente fracos, capacidade de atuação reduzida e muito dependente de consensos); e, finalmente, coligações multipartidárias compostas por partidos relativamente disciplinados.

A arena administrativa é responsável pela implementação das decisões vinculativas tomadas na arena parlamentar. Nesse nível, o acesso formal e a capacidade de atuação são determinados pela estrutura interna e recursos disponíveis, sistema de intermediação de interesses, e pelos arranjos estruturais estabelecidos entre ambos. A prevalência de um sistema de intermediação de interesses forte não abre automaticamente o Estado a atores externos como os provenientes do setor dos movimentos sociais pois as negociações muito institucionalizadas tendem a estar vedadas à participação externa.

A arena democrática direta é um terceiro canal de acesso ao Estado mas não está institucionalizada em muitos países. A iniciativa popular é, do ponto de vista dos desafiadores, o processo democrático direto mais importante, uma vez que lhes permite colocar na agenda política as suas questões ou reivindicações e exigir a votação do

eleitorado em relação às mesmas[53]. No entanto, as reivindicações submetidas são sujeitas a um processo de depuração (Melucci, 1996). Após um primeiro nível de obtenção de acesso ao sistema político, onde são sujeitas ao crivo de filtros externos, são novamente submetidas a um processo de seleção dentro do sistema, podendo avançar ou ser bloqueadas no curso do processo de tomada de decisão. Nessa medida, a resposta efetiva às reivindicações está dependente da combinação de limites técnicos e funcionais impostos pelas relações sociais dominantes.

Procedimentos informais e estratégias prevalecentes

Os procedimentos informais e estratégias prevalecentes guiam a forma como os membros do sistema político lidam com os desafiadores e, tal como as componentes anteriores, são elementos estáveis da estrutura de oportunidades políticas. Obedecem a uma tradição e a uma lógica cultural própria, sendo por isso difíceis de mudar. Têm repercussões importantes sobre a arena parlamentar, nomeadamente no que diz respeito à política de formação de coligações. Podem ser exclusivos (repressivos, de confrontação, ou polarizadores) ou de integração (facilitadores, cooperativos, ou assimilativos), sendo ambas as modalidades compatíveis com diferentes tipos de estruturas institucionais.

Em países onde predominam estratégias exclusivas, as coligações governamentais tendem a ser ideologicamente homogéneas e a polarização entre o governo e a oposição mais acirrada. Já naqueles em que as estratégias inclusivas são dominantes, a tendência é de formação de coligações mais heterogéneas e de uma polarização menos pronunciada entre governo e oposição. Combinando Estados fortes, fracos, e uma categoria intermédia com estratégias exclusivas e de integração, é possível obter seis cenários estruturais para a mobilização política: exclusão seletiva (Estado forte, estratégias exclusiva), integração (Estado fraco, estratégias inclusivas), inclusão formal (Estado fraco, estratégias exclusivas), inclusão informal (Estado forte, estratégias inclusivas), intermédio próximo da inclusão formal (ausência de acesso informal, Estado fraco e estratégias exclusivas), e intermédio

[53] Os referendos constituem uma oportunidade de intervenção para os desafiadores mas incidem sobre decisões prévias da elite política (Kriesi *et al*., 1995).

próximo da inclusão informal (disponibilidade de estratégias informais, Estado forte e estratégias inclusivas).

Os cenários estruturais para a mobilização influenciam as estruturas de oportunidades políticas e afetam diretamente os custos e benefícios da ação coletiva. É possível distinguir entre os fatores que influenciam os custos e benefícios da ação coletiva em si mesma (os "meios") e os relacionados com os objetivos da ação (os "fins"). Os meios são determinados por dois tipos de fatores: pela facilitação (qualquer ação de outro grupo que diminua os custos da ação coletiva) e pela repressão (qualquer ação externa que aumente esses custos) (Tilly, 1978 *cit in* Kriesi *et al.,*1995). A facilitação diminui os custos da ação, conduz a níveis de mobilização mais elevados e moderados, e está correlacionada com a abertura do Estado e o predomínio de estratégias inclusivas. Entre as formas de facilitação mais comuns contam-se a disponibilidade de canais diretos de acesso aos processos de decisão, a possibilidade de recorrer a procedimentos democráticos diretos, e o apoio de atores como partidos políticos para a realização de campanhas.

No que diz respeito à repressão, o seu impacto sobre a mobilização é menos claro: níveis muito elevados de repressão conduzem à moderação do repertório de ação e têm um efeito desmobilizador ao passo que níveis mais baixos podem estimular a mobilização. A repressão pode até fortalecer a identidade coletiva, como acontece no caso dos movimentos contraculturais. Normalmente, os repertórios mais radicais emergem em contextos em que os regimes não intervêm sobre a ação dos movimentos sociais, não sendo nem facilitadores nem repressivos. A posição consolidada das elites políticas nos Estados fortes permite-lhes ignorar os protestos, enquanto Estados fracos e exclusivos recorrem frequentemente à repressão.

Quanto aos fatores que influenciam os fins, são importantes as probabilidades de sucesso[54] e o binómio reforma/ameaça. Dado que a relação entre as probabilidades de sucesso e os níveis de mobilização é curvilínea (Eisinger, 1973), os níveis de mobilização tendem a decrescer tanto no caso de as probabilidades de sucesso serem baixas como quando são elevadas. O sucesso pode ser proativo, se introduzir vantagens novas, ou

[54] A probabilidade de sucesso é definida como a probabilidade de a ação coletiva contribuir para a realização dos objetivos do movimento.

reativo, se impede a concretização de novas desvantagens (Kriesi *et al.*, 1995). Os sucessos reativos são mais frequentes em Estados fracos e os proativos são pouco frequentes em qualquer tipo de Estado. O binómio reforma/ameaça influencia o nível de mobilização em duas situações particulares: a ação dos atores políticos institucionais identifica-se com os objetivos dos atores contendentes e a ação coletiva é desnecessária ou mesmo indesejável (situações de reforma); e os atores institucionais procuram implementar políticas que colocam dificuldades à realização dos objetivos dos contendentes e os custos da inação superam os associados à ação (situações de ameaça). No último caso, a mobilização torna-se mais atrativa apesar de não garantir ganhos. São de esperar maiores flutuações da mobilização nos Estados fortes e nos regimes exclusivos, com mobilizações intensas em períodos em que predomina a ameaça e uma diminuição pronunciada da mobilização em períodos de reforma, enquanto nos fracos é esperada uma estabilidade maior.

A facilitação, repressão, probabilidades de sucesso e o binómio reforma/ameaça são fatores de oportunidades concretas que dependem diretamente das características estruturais do contexto político. Na medida em que têm um significado concreto para os ativistas, servem de ponte entre o contexto estrutural concreto e a ação de um movimento.

Estrutura de alianças

A estrutura de alianças é a componente mais instável da estrutura de oportunidades políticas e é determinada em parte pelas três componentes mais estáveis do modelo. Existem outros elementos passíveis de mudarem no curto prazo como a abertura do acesso à participação, alterações dos alinhamentos no poder, disponibilidade de aliados influentes e as clivagens dentro e entre elites (Tarrow, 1998), mas não integram este modelo de estrutura de oportunidades políticas[55]. Os alinhamentos instáveis (alterações dos alinhamentos no poder) são identificados com a instabilidade eleitoral. Geram incerteza, estimulam a expressão do descontentamento e podem induzir as elites a procurarem apoios fora do circuito político. Os realinhamentos eleitorais são importantes

[55] Os autores proponentes do modelo não rejeitam a relevância desses elementos. Simplesmente optaram por centrar a sua proposta na estrutura de alianças.

no que diz respeito à abertura e criação de oportunidades políticas. As divisões no seio das elites incentivam tanto grupos mais carenciados como outros segmentos das elites a enveredaram por estratégias de ação coletiva, enquanto a presença ou ausência de aliados influentes é particularmente relevante para atores com poucos recursos[56].

Em relação à estrutura de alianças, Kriesi *et al*. (1995) partem do pressuposto que a base social dos NMS está em estreita ligação com a da Esquerda política (distinguem entre velha e nova Esquerda) e que a sua capacidade de mobilização e sucesso político depende de organizações da Esquerda. Desenvolvem dois aspetos em particular: a configuração do poder no espectro da Esquerda e a presença ou ausência da Esquerda no governo. Consideram que os partidos da nova Esquerda têm objetivos e estratégias semelhantes aos dos NMS, lutando pelas mesmas bases sociais de apoio[57]. No caso de Estados exclusivos, mais do que nos inclusivos, os partidos da velha Esquerda e o movimento sindical estão mais dispostos a apoiar as ações dos movimentos sociais, uma vez que, tal como os últimos, se encontram confinados à ação extraparlamentar. Essa tendência é tida como ainda mais forte quando se trata da combinação Estado forte/estratégias exclusivas. Já no caso de regimes inclusivos, caracterizados pela presença de estratégias de negociação e compromisso, a ação extraparlamentar enfraquece a posição dos atores que a levam a cabo pois viola as regras do jogo.

O apoio da velha Esquerda aos NMS pode ocorrer em situações em que os últimos canalizam a ação para questões que também mobilizam as bases sociais da primeira. Esse apoio é condicionado por dois aspetos: o facto da velha Esquerda não estar pacificada limita o espaço de ação dos NMS e uma velha Esquerda militante apenas está disposta a fornecer apoio nos seus próprios termos. A facilitação da mobilização dos NMS por uma velha Esquerda pacificada depende do grau de competição que a última enfrenta da parte

[56] Ver também Piven e Cloward (1977). No caso dos atores com poucos recursos, tanto a legitimação das reivindicações como a captação de recursos externos são potenciados pelo interesse, favorável, dos órgãos de comunicação social.

[57] A cristalização da nova Esquerda em partidos políticos novos e independentes é atribuída à abertura dos partidos políticos da velha Esquerda em relação a essas forças, bem como à tipologia do sistema eleitoral de cada país (Kriesi *et al*., 1995). A emergência dos partidos ecologistas a partir do final dos anos 1970 é tida como um impacto estrutural da ação dos NMS.

da nova Esquerda e do grau de influência sobre as organizações da velha Esquerda que a nova Esquerda é capaz de conquistar. A velha Esquerda pacificada é passível de ser transformada pelo impacto da mobilização da nova Esquerda, ao contrário da velha Esquerda militante que procura absorvê-la nos seus próprios termos. Quando não está pacificada, as divisões são normalmente entre social-democracia e partido comunista. Nesses casos, a luta pela hegemonia no espectro da Esquerda pode conduzir à disputa pelo voto da classe operária. A incapacidade em consegui-lo tende a ser compensada pela conquista do voto da classe média, o que pode levar os partidos da social-democracia a apoiarem os NMS. Uma aliança entre a velha esquerda e os NMS pode ser bastante proveitosa desde que as preocupações dos últimos possam ser reformuladas nos termos da luta de classes tradicional.

As possibilidades de aliança aumentam quando a Esquerda está na oposição pois nessa situação beneficia dos desafios lançados pelos NMS ao governo, principalmente quando esses desafios são moderados, exercendo o papel de facilitador. No caso de estarmos a falar de uma velha Esquerda pacificada, as alianças com os NMS são mais improváveis, exceto nos casos em que compete pelo apoio das classes médias ou é cooptada pela nova esquerda. Quando faz parte do governo, a Esquerda depara-se com constrangimentos de cariz eleitoral, é limitada pelas políticas estabelecidas e por pressões das forças sociais dominantes. Além disso, a sua reeleição está dependente da satisfação das preocupações da classe trabalhadora, o seu principal eleitorado, e, ao mesmo tempo, de possíveis concessões a grupos que apoiam os NMS (normalmente, a classe média). Apesar de ser possível o estabelecimento de uma relação de cooperação entre um governo de esquerda e os NMS, as probabilidades são remotas pois há sempre o risco da ação dos NMS escapar ao controlo do governo.

De uma forma geral, quando a Esquerda está no governo é de esperar um decréscimo dos níveis de mobilização por duas razões: por um lado, anteveem-se reformas que podem beneficiar os movimentos sociais e, por outro, os movimentos sociais perdem o seu aliado mais poderoso. No entanto, o impacto dessas alterações na estrutura de oportunidades políticas pode não coincidir temporalmente com as mudanças no governo.

É importante referir que a relação entre a Esquerda e os NMS pode variar de movimento para movimento.

Capítulo 2 - Os movimentos sociais da era da internet e da austeridade

Após a onda de movimentos sociais alter-globalização que lançou as novas redes de ativismo global do século XXI, entrámos, no período que se seguiu à eclosão da crise financeira internacional de 2008 e em particular a partir de 2010, num novo ciclo de protestos em que são patentes tanto a intensificação de conflitos que transcendem as barreiras de classe e que exprimem descontentamento e indignação, como a sua difusão rápida em termos geográficos (Estanque, 2008b; Lima e Artiles, 2014). É possível falar de um *ciclo de protesto* (Tarrow, 1995, 1998) pois o ritmo de inovação nas formas de confronto e repertórios de ação, a emergência de novas interpretações do mundo e a combinação de participação organizada e não organizada, entre outras coisas, são significativos.

O novo ciclo de protesto distingue-se do anterior (Della Porta, 2012 *cit in* Lima e Artiles, 2014). Os movimentos sociais que o integram surgem no nível nacional e local, acompanhando as expressões particulares da crise económica. Através do contágio e de mecanismos de aprendizagem recíproca, são catapultados para o espaço transnacional, operando como catalisadores de novas mobilizações (Estanque *et al.*, 2013). Combinam questões de justiça económica com outras relacionadas com o défice democrático e a exigência de democracia real (motivações metapolíticas) (Ortiz *et al.,* 2013 *cit in* Lima e Artiles, 2014). Entre as duas ondas de protesto existem elementos de continuidade, com destaque para a crítica à democracia representativa e a reivindicação de novas formas de democracia.

Os protagonistas atuais são *novíssimos* movimentos sociais e apresentam características congruentes com os *movimentos sociais em rede* que Manuel Castells considera serem o padrão emergente no século XXI (Castells, 2013). Tendo isso em conta, o primeiro objetivo deste capítulo é fornecer uma síntese dos principais elementos que compõem esse padrão emergente, salientando as potencialidades e limites do tipo de ativismo inerente. Em segundo lugar, é explorada a relação existente entre uma pulsão plebeia, ou ímpeto reformista, e os movimentos sociais que integraram o ciclo de protesto recente. Por último, a ligação intrínseca entre movimentos sociais, democracia e antagonismo é alvo de elaboração.

2.1. Principais características dos movimentos sociais em rede

Os movimentos sociais em rede da era da internet exprimem, para Manuel Castells, revoltas e projetos pessoais ancorados em experiências multidimensionais (Castells, 2013). São espontâneos, têm como motor uma mobilização emocional desencadeada pela indignação perante a injustiça, e evidenciam um padrão comum. Esse padrão decorre da confluência de uma série de aspetos que passo a apresentar.

São movimentos conectados em rede de múltiplas formas (redes sociais *online* e *offline*, redes preexistentes e outras formadas durante as ações). Tratam-se de redes horizontais de comunicação multidirecional, sustentadas em grande medida pela internet e pela comunicação sem fios. Esse padrão de comunicação permite a formação de redes intra e inter movimentos e com a sociedade no geral. O tipo de estrutura descrita permite-lhes prescindirem de centros identificáveis, lideranças formais e de uma estrutura verticalizada sem colocar em causa as funções de coordenação e de deliberação. Essa descentralização maximiza as probabilidades de participação e reduz a vulnerabilidade a ameaças de repressão. São actores coletivos reticentes a qualquer forma de delegação de poder.

Os movimentos da era da internet combinam os espaços dos fluxos com a ocupação do espaço urbano, dando origem ao espaço da autonomia[58]. Os apelos à ação têm origem no espaço dos fluxos e visam criar uma comunidade instantânea de prática insurgente. O impacto da mensagem sobre os recetores múltiplos e inespecíficos é o mais importante, destacando-se o poder das imagens. São movimentos virais na medida em que os protestos "alheios" inspiram a mobilização ao desencadearem a esperança de mudança[59]. As redes horizontais e multimodais favorecem a cooperação e a solidariedade, criam o companheirismo essencial à superação do medo e à descoberta da esperança. Tendo como referência a luta contra a austeridade em Portugal, também Cardoso (2014)

[58] Apesar da conexão em rede como modo de vida do movimento ser essencial, normalmente trata-se do momento inicial, sendo necessária a ocupação posterior do espaço urbano (sob a forma de ocupação permanente de praças públicas ou de manifestações de rua persistentes) para se tornar de facto um movimento (Castells, 2013).

[59] Cerca de quatro décadas atrás, antes da existência das redes cibernéticas, Piven e Cloward sublinharam o poder do despontar simultâneo de lutas e protestos similares pois a similitude de objetivos e o período temporal comum confeririam capacidade de pressão sobre o poder político (Piven e Cloward, 1977).

enfatiza o caráter viral dos movimentos sociais da era da internet e o caráter mimético da ação[60], bem como o papel importante da mediatização dos acontecimentos. A atenção da comunicação social despoleta reações em escala motivadas pela pergunta "e se eu me juntasse a eles?".

São movimentos autorreflexivos e normalmente não violentos, podendo, de acordo com Castells, envolver-se na desobediência civil pacífica, principalmente no início da sua trajetória. Raramente são programáticos e abarcam muitas reivindicações distintas. Estão voltados para a mudança dos valores da sociedade mas também podem ser movimentos de opinião pública, com consequências eleitorais. Como não se concentram em um só projeto ou tarefa e não são canalizados para uma ação política instrumental, dificilmente são cooptados por partidos políticos[61]. São movimentos políticos num sentido fundamental pois propõem e praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede. Pretendem transformar o Estado, envolvem-se no debate político, mas não criam partidos nem apoiam governos. Esses movimentos dão corpo ao projeto da utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade.

No entanto, por muito que a questão da autonomia ocupe um lugar de relevo, a estratégia e a política dos movimentos sociais são sempre condicionadas pela dinâmica própria dos movimentos e pela sua interação com a política institucional (Kriesi *et al.*, 1995). O interesse decrescente na manutenção da autonomia acompanha o sucesso do movimento social (Zald e Ash, 1966), o que, a par da incorporação de algumas das suas reivindicações por partidos políticos, pode significar um interesse maior por formas mais convencionais de fazer política como o encaminhamento de petições em detrimento da ênfase nas ações diretas.

Para terminar, é importante salientar que, tal como constataram Lima e Artiles (2014), o novo padrão em rede que caracteriza os movimentos sociais do século XXI

[60] Para Cardoso (2014), os novos conflitos sociais emergem a partir da ação de um pequeno grupo altamente mobilizado perante uma causa.

[61] No entanto, os partidos políticos podem capitalizar a mudança de perceção que os movimentos provocam na opinião pública (Castells, 2013).

proporciona a projeção/construção de identidades coletivas transnacionais de novos sujeitos políticos.

2.2. Ativismo em rede e ciberespaço: potencialidades e limites

Os movimentos sociais dependem da existência de redes para levarem a cabo as suas ações. No caso dos movimentos sociais em rede da era da internet, essa dependência é ainda maior dada a centralidade assumida pelas mesmas em todos os aspetos do seu funcionamento. As redes determinam oportunidades e limites[62], são o contexto da produção simbólica e onde a dimensão afetiva pode interconectar-se com a mobilização política (della Porta e Diani, 1999). São vitais para o recrutamento de ativistas e mobilização de apoiantes, bem como para o desenvolvimento de uma visão do mundo, aquisição de informações e de competências. Proporcionam aprendizagens através da partilha de experiências e permitem a elaboração de campanhas comuns. O potencial das redes aumenta quando se associam à utilização das redes sociais e à comunicação em rede (Cardoso, 2014).

A revolução nas comunicações, com o *email*, a blogosfera, o *Facebook*, etc., abriu novos horizontes em termos de escala e de ritmo. A comunicação de massas tornou-se um elemento cada vez mais importante para os movimentos sociais contemporâneos, não restando dúvidas acerca do seu potencial democrático participativo. A internet fornece as condições que permitem a movimentos sem liderança sobreviver, tomar decisões e expandir-se, ao mesmo tempo que os protege da repressão e dos perigos da burocratização (Castells, 2013). Por outro lado, a comunicação em rede e o ciberativismo ajudam a contornar a mediação efetuada pelos sistemas de *media* tradicionais e desafiam a política formal (idem, 2006), fomentando uma cultura de autonomia (Cardoso, 2014).

[62] Para della Porta e Diani (1999), os movimentos sociais são redes de interação estabelecidas entre diferentes atores, o que os diferencia de protestos pouco estruturados e de coligações políticas. As redes podem ser de três tipos: as que ligam várias organizações de movimento social em momentos de mobilização ou no curso de mecanismos mais ou menos permanentes de consulta; as que ligam as organizações através da existência de membros comuns; e as que permitem o recrutamento de novos membros, que muitas vezes têm por base formas de participação prévias (idem).

A utilização criativa do ciberespaço permite a (re)construção e apropriação do espaço público pelos movimentos sociais e a participação mais ativa da juventude nas dinâmicas políticas. Nesse sentido, Gustavo Lins Ribeiro menciona a emergência de políticas ciberculturais que contribuem para a interação de atores políticos em diferentes níveis de integração (local, global e transnacional) e que lançam as bases para duas dimensões políticas poderosas: o *testemunho à distância* e o *ativismo à distância* (Ribeiro, 1998). A atividade política pode ocorrer no espaço fornecido pelas redes informacionais e simultaneamente conjugar-se com o ativismo político no mundo real, dando lugar a uma interpenetração cada vez maior entre os dois domínios. Sendo a internet cada vez mais um campo privilegiado de conflitos políticos, de contestação e de disputas de poder, configura-se uma ciberpolítica, típica de jovens de classe média, que é uma ferramenta poderosa de mobilização política (Theborn, 2012) e do ativismo sociopolítico[63] (Castells, 2013).

Porém, o "pragmatismo da rede" tem limites: por um lado, se torna possível a produção de articulações a diferentes níveis, por outro, a diversidade de atores e de escalas acarreta a perda de homogeneidade e a constituição de relações mais instáveis e em grande medida circunstanciais (Ribeiro, 1998). A própria lógica das redes de comunicação pode servir de suporte à emergência do *individualismo em rede* (Castells, 2006). A verdade é que a dimensão presencial é determinante para o desenvolvimento e preservação de solidariedades, para a construção do compromisso que serve de base a uma ação estratégica com continuidade. Assim, ao se apoiarem exclusivamente nas redes socias do ciberespaço, os movimentos sociais tornam-se mais vulneráveis e dão origem a atores políticos mais voláteis e sujeitos à fragmentação.

As inovações ao nível das tecnologias de comunicação diminuem os custos associados à coordenação mas excluem aqueles que não têm acesso a essas novas tecnologias, aumentando a desigualdade em termos de acesso e capacidade de utilização

[63] De uma forma geral, é associada uma maior participação política à figura dos utilizadores da internet, normalmente pertencentes à faixa mais jovem da população (Castells, 2006).

(Tilly, 2004). Corremos assim o risco de estar a atribuir uma importância excessiva à utilização das novas tecnologias no contexto da ação coletiva.

2.3. Os movimentos sociais da atualidade e a pulsão plebeia

Da Primavera Árabe ao *Occupy Wall Street*, do caso islandês aos Indignados em Espanha, passando pelas sublevações gregas e pelos protestos brasileiros iniciados com o Movimento Passe Livre, a revolta e a esperança na mudança são elementos transversais. O ano de 2011, em que "sonhámos perigosamente" (Zizek, 2013), foi bastante intenso em termos de protestos e marcou a propagação do novo ciclo de rebeliões sociais ao chamado Sul Global (Braga, 2015). Durante esse ano, sob um marco multi temático, foi possível assistir ao desenrolar de uma série de processos de mobilização que evidenciaram um padrão comum, muito embora sejam de assinalar especificidades decorrentes dos contextos nacionais particulares, principalmente no que diz respeito às mobilizações que tiveram como foco a luta contra a austeridade (Baumgarten, 2013; Fominaya e Cox, 2013).

No seu conjunto, se não colocaram em xeque a ordem social estabelecida, as mobilizações a que aludo pelo menos questionaram-na de forma incisiva, pressionaram governos e partidos políticos, evidenciando um clamor por mudança. As críticas explícitas ao funcionamento tanto do sistema democrático representativo como do sistema capitalista na sua forma neoliberal são comuns ao conjunto dos casos (Lima e Artiles, 2014; Castells, 2013; Estanque *et al*., 2013). Essas críticas deram lugar a um sentimento de indignação pois tornaram evidentes a incapacidade de os governos nacionais lidarem com os sinais de crise de forma equitativa e a sua submissão a ditames externos, optando por soluções desfavoráveis às classes não dominantes, bem como a insuficiência das respostas das instituições democráticas e atores políticos às pretensões formuladas pelos cidadãos. Em particular, a última esteve na base de uma crise de legitimidade dos sistemas políticos. Emergiu uma "cultura de indignação", fruto do embate entre a busca de autonomia e o controlo exercido pelo poder político, que se diferencia da cultura das elites políticas e que ganha vida nas ruas (Cardoso, 2014).

Por outro lado, verificou-se também um acentuar de preocupações materialistas, sendo conferida centralidade às questões do trabalho e do emprego. De uma forma geral, esse foi o contexto de emergência das mobilizações no contexto europeu, norte-americano e brasileiro. No caso dos países do médio oriente, a esse caldeirão pronto a entrar em ebulição devem ser somadas a presença de ditaduras, ainda que disfarçadas em alguns casos, e uma repressão na maioria das vezes bastante violenta. É também de assinalar, enquanto marca distintiva das mobilizações referidas, a presença de uma base social de classe média, jovem, e precarizada apesar das suas credenciais escolares elevadas. A referência a um "cocktail político explosivo" tem o mérito de caracterizar particularmente bem um contexto em que à crise económica se somam o aumento de esperança de vida e da idade da reforma e a generalização do uso da comunicação em rede[64] combinados com barreiras à mobilidade social e à intervenção política (Cardoso, 2014). Essa composição social reflete a confluência de tendências que têm vindo a favorecer a expansão do precariado a um nível global, tanto no Norte como no Sul, colocando-se a questão de qual será o comportamento por ele assumido no quadro das lutas sociais (Braga, 2014).

Os protestos ocorridos sob o signo da indignação emergiram, na opinião de Braga, graças à presença de uma pulsão plebeia, responsável pela transformação do classismo prático em um reformismo inorgânico voltado para efetivação e ampliação dos direitos sociais e para a radicalização democrática[65] (idem, 2015). Trata-se de um impulso reformista que é visível em grupos regra geral formados por jovens estudantes inseridos em ocupações precárias que são identificados com o precariado[66]. A presença dessa pulsão plebeia sublinha o lugar central que é ocupado pelo precariado como dinamizador da ação coletiva, assumindo a posição de agente reformista. Essa posição contrasta com a visão propugnada por Guy Standing (2011), em que o precariado surge como uma "nova classe

[64]Os movimentos socias contemporâneos distinguem-se dos seus predecessores dos anos 1960 pelo facto de substituírem a comunicação de massas pela comunicação em rede (Cardoso, 2014).

[65] Para Braga, trata-se de uma pulsão *plebeia* em vez de *proletária* dada a necessidade de englobar também os setores pequeno-burgueses em vias de proletarização (Braga, 2015). É importante clarificar que o classismo prático a que alude corresponde a um tipo de práxis política apoiada na crença na autodeterminação das bases que emerge espontaneamente a partir da experiência partilhada de uma situação de exploração económica.

[66] Acerca do precariado, ver secção 1.2 da Parte I.

perigosa", alienada, refratária ao movimento sindical e propensa a inclinações autoritárias, mas também limitada em termos de auto organização.

Os dois autores mencionados diferem quanto ao facto de o precariado ser ou não uma nova classe e relativamente às suas motivações em termos de agenda. Enquanto Standing vê o precariado como uma nova classe que tem como prioritária a questão do rendimento básico incondicional, Braga (2014, 2015) considera-o uma fração da classe trabalhadora que apresenta reivindicações que concernem tanto a efetivação de direitos sociais, no caso brasileiro, como a sua conservação face à ameaça da austeridade, no caso europeu. Diferem também em relação ao tipo de postura do precariado face ao movimento sindical. Onde Standing antevê uma atitude refratária, Braga identifica uma evolução (ainda que lenta) em direção a uma atitude colaborativa entre precariado e movimento sindical, motivada pela identificação, por um lado, do precariado como um setor incontornável no fortalecimento das agendas sindicais, e, por outro, das estruturas sindicais como instituições importante no contexto do conflito entre capital e trabalho. Para o último autor, não existe uma contradição insuperável entre os interesses sindicais e as necessidades da juventude precarizada e considera que o futuro dos movimentos sociais globais depende da qualidade da ação coletiva do precariado.

É importante salientar que os movimentos sociais não foram os únicos a mobilizar durante o período a que faço referência. O ímpeto reformista impulsionou também a atividade de protesto do movimento sindical, que nesse contexto articulou reivindicações provenientes do campo económico e social com reivindicações de cariz político (Lima e Artiles, 2014). Em várias ocasiões, as agendas e objetivos dos movimentos sociais coincidiram com os veiculados pelo movimento sindical, o que proporcionou momentos de articulação. Nesse sentido, é de assinalar a emergência de novas formas de relação entre os protestos desses movimentos sociais e os protestos de iniciativa sindical, sendo evidente a existência de mecanismos de retroação entre ambos.

2.4. Movimentos Sociais, Democracia e Antagonismo

Os movimentos sociais têm surgido associados à questão democrática desde há muito. Cumprem uma função importante na defesa da autonomia da sociedade civil[67] e na manutenção de uma cultura política democrática, sendo por isso elementos dinâmicos que podem contribuir para a realização dos potenciais positivos das sociedades modernas (Cohen e Arato, 2000; Slater, 1998). É o caso dos movimentos sociais que integram o novo ciclo de protesto dado que combinam questões de justiça económica com outras relacionadas com o défice democrático e a exigência de democracia real.

A importância do papel desempenhado pelos movimentos sociais em termos da manutenção de uma cultura política democrática decorre do facto de esses atores coletivos questionarem, conforme assinalado por Dagnino (1998), o sistema democrático e a cultura política dominante. Ao pressionarem o campo de ação institucional, colmatam as lacunas que o mesmo possa apresentar (Fernandes, 1993). Induzem uma abertura conducente à proliferação de públicos e à construção de arenas discursivas onde são formulados e circulam contradiscursos promotores de novas questões e interpretações (Fraser, 1990).

O desafio colocado pelos movimentos sociais ao campo institucional decorre em grande medida da "dupla patologia", da participação e da representação, apontada por Santos (2002). Essa patologia tornou-se visível no aumento da abstenção e na descrença na efetividade da representação, mas também no fim do equilíbrio entre regulação e emancipação e no agravamento da tensão entre emancipação e cidadania. Motivou a formulação de conceções contra-hegemónicas que contemplam uma articulação efetiva entre democracia representativa e democracia participativa através da redefinição e ampliação do campo do político. A verdade é que a democracia representativa elitista do tipo parlamentar e de baixa intensidade, hegemónica durante o século XX (Santos, 1998; Santos e Avritzer, 2003), tem vindo a ser desacreditada e até rejeitada. Ligada ao modelo tecnocrático identificado por Habermas (2009), um modelo que reduz a dominação política

[67] De uma forma simplificada, a sociedade civil é concebida por Cohen e Arato (2000) como o terreno de lutas contra formas de exclusão e de práticas que podem conduzir à emancipação.

à administração racional, esse tipo de democracia representativa expandiu-se, verificando-se simultaneamente uma degradação das práticas.

Tendo em conta a existência de uma ligação intrínseca entre movimentos sociais e democracia, é pertinente aludir à conceção de movimento social formulada por Alain Touraine, para quem os movimentos sociais lutam, entre outras coisas, pela criação de espaços democráticos (Touraine, 1997). Considera que os movimentos sociais são definidos pela conjugação de três dimensões ou princípios: identidade (que somos?), oposição (a definição do adversário) e totalidade (as razões pelas quais o movimento e o seu adversário estão em conflito, o projeto de sociedade) (idem, 1981, 1982, 1996, 1997). São atores que dão corpo a ações conflituais em torno de valores culturais partilhados por dois oponentes, que lutam pela sua apropriação, correspondendo à ação de uma classe, definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade[68]. Na definição de Touraine, o conflito social central é uma peça fundamental que divide uma comunidade entre os que se fazem agentes e donos de determinados modelos culturais e os que se limitam a participar de maneira dependente.

A adequabilidade dessa noção de movimento social e da abordagem dos NMS dos anos 1960 e 1970 é colocada em questão pelas características dos movimentos sociais contemporâneos. Efetivamente, perante identidades coletivas cada vez mais fragmentadas, mobilizações em que o instantâneo e o intermitente são traços definidores, atores coletivos em rede que se opõem a adversários muitas vezes difíceis de identificar, e reivindicações pouco claras e modelos alternativos de sociedade imprecisos pode tornar-se difícil discernir a presença das três dimensões enunciadas por Touraine. A perspetiva pós estruturalista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, centrada nos conceitos de

[68] Alain Touraine identifica três elementos centrais da vida social: o *sujeito*, como distanciação de práticas organizadas e como consciência; a *historicidade*, definida como o conjunto de modelos culturais que comandam as práticas sociais (mas somente quando veiculados através das relações sociais que são sempre relações de poder), e os *movimentos sociais*, que se combatem para dar uma forma a essas orientações culturais (Touraine, 1996, 1997). A historicidade é também a capacidade das sociedades se produzirem a elas próprias. Aplicar este conceito ao campo dos movimentos sociais significa que os conflitos realmente centrais são aqueles que colocam em causa o controlo social da historicidade.

antagonismo, significante vazio e hegemonia, fornece a meu ver uma alternativa viável para esse problema.

O antagonismo depende da formação de uma fronteira que concebe a sociedade como dois campos irreconciliáveis e estruturados em torno de duas cadeias de equivalências incompatíveis (Laclau e Mouffe, 2010). Por seu turno, a hegemonia corresponde a uma operação em que uma diferença (ou particularidade) assume a representação da totalidade incomensurável e impossível (Laclau, 2010, 2011). Essa operação depende de práticas articulatórias que exigem a presença de forças antagónicas separadas por fronteiras instáveis, correspondendo a "toda a prática que estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes é modificada em resultado dessa mesma prática" (Laclau e Mouffe, 2010: 142-143, tradução livre da autora). A identidade hegemónica configura um significante vazio e é construída no interior da tensão entre lógicas da equivalência e da diferença. Cada elemento é diferente dos restantes e preserva a sua identidade, ao mesmo tempo que todas as diferenças são equivalentes pois pertencem ao lado interno da fronteira acima referida. A sua identidade é constitutivamente dividida: cada diferença expressa-se como diferença e simultaneamente anula-se a si mesma enquanto tal ao integrar uma relação de equivalência com todas as outras diferenças do sistema (forma-se uma cadeia de equivalências entre os elementos que o sistema rejeita para significar a si mesmo).

O conceito de hegemonia proposto nesta secção é uma reelaboração do conceito original de Gramsci, apresentado na secção 1.3 (parte I). Laclau e Mouffe "radicalizaram" – para utilizar a expressão usada pelos próprios autores - também outros conceitos que estão em estreita relação com o de hegemonia. O conceito de *crise orgânica* é aplicado às situações em que o sistema relacional que define as identidades de um espaço social ou político se encontra debilitado de uma forma geral, conduzindo à proliferação de elementos flutuantes. Recuperaram também o conceito de *bloco histórico*, considerando-o a partir do ponto de vista do campo antagónico em que se constitui, e denominam-no *formação hegemónica,* e propõem que o tipo de laço que une os seus elementos seja nomeado *formação discursiva*. Quanto ao conceito de *guerra de posição*, reformulam-no como algo que introduz uma ambiguidade radical no social, impedindo a fixação de

significados. Aplicam o termo *luta democrática* a todas as lutas que suponham a pluralidade dos espaços políticos, enquanto os casos em que os discursos constroem a divisão do espaço político em dois campos opostos são designados como *lutas populares*.

Os conceitos apresentados esquematicamente estão associados a um quadro de contingência em que as relações sociais não dependem de uma racionalidade social *a priori*. Essa instabilidade do espaço político é o que permite a autonomização das lutas sociais e a sua não subordinação a uma fonte única de divisão social. A democracia e os movimentos sociais são tributários dessa possibilidade. Nesse sentido, a existência de alternativas democráticas depende da multiplicação dos pontos a partir dos quais se opera a representação. Dado que as lutas sociais e políticas contemporâneas afirmam a sua particularidade, partem da convicção que nenhuma delas é capaz, por si só, de alcançar a plenitude da comunidade, o que abre espaço para as práticas articulatórias e para o apelo a princípios universais. As condições necessárias à luta contra os diferentes tipos de desigualdade só estarão reunidas quando o discurso democrático estiver disponível para articular as diferentes formas de resistência à subordinação, isto é, quando se constituir como ponto nodal sob a ação da lógica da equivalência[69]. Dito de outra forma, é necessário que a distinção nós/eles[70] seja reelaborada de uma forma que seja compatível com o reconhecimento do pluralismo constitutivo da democracia moderna (Mouffe, 2000, 2005).

[69] O deslocamento equivalente entre posições de sujeito distintas pode ocorrer segundo duas variantes: as relações de subordinação existentes são rearticuladas como relações de opressão; ou o antagonismo pode surgir quando direitos adquiridos são questionados ou quando, no contexto de uma transformação social, certas relações sociais que não foram construídas como formas de subordinação começam a sê-lo (Laclau e Mouffe, 2010). A identidade do agente da emancipação é bloqueada pela existência de um regime opressivo, sendo necessária uma nova forma de conceber a relação entre particularismo e universalismo para possibilitar a emergência de novos discursos de libertação (Laclau, 2011).

[70] A distinção nós/eles no sentido da oposição amigo/inimigo corresponde à essência do *político* para Schmitt (2007).

PARTE III.

Ação coletiva na crise europeia

Capítulo 1 - Metodologia e Hipóteses de Trabalho

A temática tratada no presente estudo recorreu a uma metodologia essencialmente de pendor qualitativo, procurando privilegiar a reflexividade e a intersubjetividade. A análise qualitativa representa ao mesmo tempo uma opção pela "compreensão", no sentido em que o investigador, além de expor as suas técnicas e opções de pesquisa expõe-se ele próprio como fator de complexificação do "real", visto que, ao estudá-lo, também o perturba e por vezes distorce-o, ainda que inadvertidamente. Ter consciência disso é assumir os limites do conhecimento científico e a necessidade da permanente vigilância epistemológica. Todavia, se o conhecimento não é neutro, ele necessita de um constante esforço de verificação empírica no qual a objetividade – sendo embora um objetivo difícil de cumprir – deve ser o desígnio que o cientista não pode perder de vista. Como alertou Weber,

> todo o conhecimento reflexivo da realidade (…) baseia-se na premissa tácita de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será 'essencial' no sentido de 'digno de ser conhecido'. (Weber, 2000: 88)

Assim, pretende-se neste capítulo apresentar brevemente a estratégia metodológica seguida e as principais hipóteses que iluminaram a condução o estudo.

Uma tese de doutoramento assume, supostamente, o estatuto de "um trabalho de grande fôlego", que se realiza pouco a pouco, pelo que se torna inevitável proceder a uma série de correções (Bourdieu, 2011). Prossegue-se aqui uma linha que pretende situar-se numa linha "bourdieuiana" ao atribuir explicitamente a devida relevância aos pormenores do procedimento de pesquisa, como, por exemplo, a forma como o investigador se apresenta, como penetra no meio a ser estudado, etc. pois tal protege o investigador da propensão para considerar os instrumentos teóricos em si mesmos, em vez de os colocar em ação. Considera que o primeiro preceito do método é a necessidade de pensar *relacionalmente*, uma vez que o objeto de investigação não se encontra isolado do conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades.

Os métodos e técnicas de pesquisa empírica e de interpretação teórica são um dos níveis em que as várias ciências sociais nomotéticas se diferenciam[71] e devem ser adequados às variáveis escolhidas, problemas de investigação e fins ou objetivos visados (Nunes, 1994). A utilização de metodologias e técnicas de recolha de dados decorre diretamente da matriz teórica definida, o que significa que o modelo de ciência utilizado estabelece os pressupostos e princípios de produção da ciência, condicionando a escolha de métodos de pesquisa e de técnicas de investigação empírica (Burawoy, 2014). Assim, a metodologia fornece a ligação entre a técnica e a teoria e indica de que forma a técnica pode ser utilizada para fazer avançar a teoria (idem, 1991).

Uma metodologia é uma construção estratégica que articula teoria e factos para abordar um objeto (Caria, 2003). Não sendo passivo à manipulação técnico-instrumental, nem imediatamente evidente à observação, o objeto é por isso uma construção limitada pelos recursos teóricos disponíveis mas também, no caso das Ciências Sociais, por disposições tanto do foro pessoal como valorativas (idem, 2000a, 2003). Nesse sentido, a constituição de um dispositivo técnico diversificado (e inovador) é um elemento indispensável ao alargamento do horizonte de possibilidades da investigação (Queirós e Rodrigues, 2006). Em cada caso, devemos mobilizar todas as técnicas que possam parecer pertinentes e utilizáveis e que se coadunam com o objeto eleito, no quadro das condições práticas da recolha de dados (Bourdieu, 2011). No entanto, se a rigidez não deve ser confundida com rigor, essa liberdade tem como contrapartida a vigilância apertada das condições de utilização das técnicas e da sua adequação ao problema (idem). A metodologia é o que permite ao investigador manter o foco (Burawoy, 2014).

Antes de enveredar pela exposição proposta no início do presente capítulo, impõe-se um ponto prévio fundamental, na medida em que diz respeito à conceção de ciência subjacente ao trabalho desenvolvido, e esclarecedor. Nesse sentido, segue-se uma breve reflexão acerca do estado da ciência moderna e da transição para uma ciência pós-

[71]Os primeiros três níveis são os *fins* ou *objetivos* que comandam a investigação; a natureza, condicionada por esses fins, dos *problemas de investigação* que orientam a pesquisa; e os critérios de seleção das *variáveis relevantes* (Sedas Nunes, 1994).

moderna, orientada pelo debate desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos nos seus trabalhos e também por Michael Burawoy em diversas obras.

1.1. A ciência moderna em crise e o novo paradigma

Em finais do século XX, o estado da ciência moderna era, segundo Boaventura de Sousa Santos, o de uma crise do paradigma dominante, profunda e irreversível, que assinalava o fim da hegemonia dessa ordem científica (Santos, 1988, 1989). O modelo de racionalidade associado às ciências naturais e que se estendeu, no século XIX, às ciências sociais emergentes configura um modelo global (e por isso totalitário) de racionalidade científica que, apesar de admitir variedade interna, nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se rejam pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas, nomeadamente o senso comum e as chamadas humanidades. A ciência moderna pauta-se por uma relação sujeito/objeto que interioriza o sujeito ao mesmo tempo que exterioriza o objeto, excluindo qualquer possibilidade de comunicação entre ambos, o que coloca limites ao conhecimento produzido, toma como distinções fundamentais a separação entre conhecimento científico e senso comum e entre natureza e pessoa humana. A ciência moderna só reconhece uma forma de conhecimento verdadeiro, voltado para a formulação de leis que têm como pressupostos as ideias de ordem e estabilidade, e o seu método, o método científico, opera segundo uma redução da complexidade.

Já próximo da viragem para um novo século, o autor supracitado assinalou uma fase de transição para um novo paradigma, que designou de ciência pós moderna à falta de termo mais adequado, uma ciência assumidamente analógica e orientada por um paradigma de *um conhecimento prudente para uma vida decente*, preocupado com a promoção de um *senso comum esclarecido*, potenciador de uma ciência implicada no social, portanto, um paradigma que é simultaneamente científico e social. No quadro do novo paradigma, a dicotomia ciências naturais/ciências sociais não se aplica pois o

conhecimento funda-se na superação dessas distinções[72] (*todo o conhecimento científico-natural é científico-social*). É revertido o movimento de especialização, a fragmentação disciplinar que dividiu o real arbitrariamente (Santos alude ao "conhecimento disciplinar disciplinado"), em favor de uma fragmentação temática, isto é, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia e toca outras áreas disciplinares, ao mesmo tempo que incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem – além de analógica, a ciência pós-moderna é tradutora (*todo o conhecimento é local e total*), e o conhecimento que promove, que é um conhecimento sobre as condições de possibilidade a partir de um espaço-tempo local, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica que configura uma transgressão metodológica. Regista-se a assunção plena do caráter autobiográfico e autoreferenciável da ciência e a tendência de superação da distância imposta entre sujeito e objeto. O controlo cede espaço à incerteza (*todo o conhecimento é autoconhecimento*). Paralelamente, a ciência pós-moderna interage com e incorpora outras formas de conhecimento, nomeadamente o senso comum, enriquecendo-se, expandindo-se e promovendo um senso comum esclarecido (*todo o conhecimento científico visa constituir-se num novo senso comum*).

Outro autor, Michael Burawoy, problematiza os limites da ciência moderna ou ciência positiva a partir da oposição entre ciência positiva e ciência reflexiva (Burawoy, 1991, 2014). O que distingue a primeira da segunda é a existência de um mundo "externo" construído como algo separado e diferente daqueles que o estudam: a ciência positiva exige o distanciamento do observador em relação ao objeto de estudo. No entanto, como aponta Nunes, "a prática científica não se situa fora ou acima da sociedade"[73] (Nunes, 1994:

[72] Porém, o autor alerta para o facto de não ser suficiente apontar a existência de uma tendência de superação (Santos, 1989). É preciso conhecer o sentido e conteúdo dessa superação, isto é, se acontece sob a égide das ciências naturais ou, pelo contrário, das ciências sociais. Refere também que à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, estas aproximam-se das humanidades.

[73] O autor salienta a posição contraditória e paradoxal da investigação social dado que, objetivamente, faz parte do mundo que procura estudar e, simultaneamente, é-lhe exigido um distanciamento face à prática social assim considerada como um simples objeto (Nunes, 1994).

109). O distanciamento do observador em relação ao objeto de estudo é uma impossibilidade pois, como cientistas sociais, estamos presentes no mundo que estudamos e partilhamos esse mundo com os "outros" (Burawoy, 1991, 2014). Na ciência positiva, a externalização do observador é artificialmente concretizada através de uma objetividade procedimental que depende de quatro prescrições dogmáticas (os 4R's): não Reatividade, Regularidade, Replicabilidade e Representatividade. Contudo, a própria pesquisa quantitativa tem dificuldade em satisfazer na íntegra os quatro dogmas principalmente porque os efeitos de contexto não são erradicáveis[74].

Os fenómenos sociais são complexos, o que coloca no centro a questão da neutralidade do investigador. Para alguns autores, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa pois está dependente de critérios definidos pelo investigador e que decorrem das questões da investigação (Martins, 2004). No caso de as opções de investigação incidirem sobre a utilização de metodologias qualitativas, a preocupação básica do investigador passa por uma abertura à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la, o que é conseguido à custa de alguma flexibilidade e da incorporação das técnicas de recolha de dados mais adequadas (idem). A metodologia qualitativa é criticada quanto às questões representatividade, subjetividade (aproximação entre sujeito e objeto do conhecimento, principalmente no caso da observação participante), e da impossibilidade dos dados assim obtidos e analisados servirem de base a generalizações.

A ciência reflexiva, diferentemente da positiva, privilegia o diálogo e a intersubjetividade entre cientistas sociais e as pessoas que eles estudam, mas também entre os próprios cientistas sociais (Burawoy, 1991, 2014). A teoria social intervém no mundo que procura entender e, ao interagir com as teorias populares a partir de locais reais, destabiliza a sua própria análise. Mobiliza múltiplos diálogos entre o observador e os participantes, contextualiza-os no seio de um segundo diálogo que se verifica entre processos locais e forças extralocais, um diálogo que, segundo Burawoy, deve ser

[74] Tomando a entrevista como exemplo, Burawoy afirma que o relacionamento entre entrevistador e entrevistado é indissolúvel e a própria entrevista está enraizada num contexto social mais amplo (Burawoy, 2014). Demonstra que a própria pesquisa quantitativa viola cada um dos quatro princípios da ciência positiva.

entendido através de um diálogo ampliado da teoria consigo mesma. Esse autor conclui que no contexto da ciência reflexiva, a objetividade é medida pela ampliação do conhecimento, que corresponde à reconstrução da teoria de forma a acomodar as anomalias, permitindo assim a exploração de padrões históricos amplos e de macroestruturas sem que seja necessário renunciar à etnografia ou à cientificidade.

Os princípios da ciência reflexiva podem ser extraídos dos efeitos de contexto que afetam a ciência positiva e são quatro: intervenção, processo, estruturação, e reconstrução (idem). Relativamente ao primeiro, a intervenção é algo a ser explorado uma vez que é através da criação de perturbações que as propriedades da ordem social são reveladas. O processo, o segundo princípio, contempla a construção de um conhecimento situacional que pode ser discursivo ou não discursivo – o conhecimento situacional não discursivo pode ser produzido através da análise mas também da participação, "realizando coisas *com* e *para* aqueles" que estudamos (Garfinkel, 1967 *cit in* Burawoy, 2014: 64). Esse conhecimento situacional é agregado sob a forma de um processo social. O modo como é operada a passagem da situação ao processo varia consoante os métodos reflexivos e as teorias disponíveis.

A dificuldade em manter constantes as condições do campo externo coloca em xeque a replicabilidade e remete para o terceiro princípio da ciência reflexiva que é a estruturação. A ideia principal é que o campo externo é a condição de existência do lugar no qual se insere a investigação. Por conseguinte, é necessário ir para além do processo social de forma a identificar as forças que intervêm no âmbito da investigação. Essas forças são efeitos de outros processos, externos, que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, conforme Burawoy, a ciência reflexiva toma o mundo quotidiano como simultaneamente estruturado e estruturador das forças externas do campo.

Por último, a reconstrução emerge da inexequibilidade da representação que mina a produção de generalizações. Em vez da dedução da generalização a partir dos dados, Burawoy advoga a produção de generalizações mais inclusivas e ampliadas que podem ser conseguidas através de refutações da teoria. Essas refutações inspiram o aprofundamento da teoria, tratando-se por isso de elaborar a teoria existente. Nesse

sentido, apesar de não ser representativo, o caso particular é importante dado que contribui para a reconstrução da teoria.

1.2. O estudo de caso alargado como método da ciência reflexiva: potencialidades e limites

O método de pesquisa e as técnicas utilizadas permitem chegar a um determinado modelo de ciência (positivo ou reflexivo) (Burawoy, 1991, 2014). Tendo essa relação em conta e optando por um modelo de ciência reflexivo, o estudo de caso alargado foi o método escolhido para sustentar a elaboração do presente estudo. Essa escolha prende-se não só com o tipo de ciência que tem como horizonte mas também com as vantagens que esse método apresenta: torna visíveis múltiplos processos, interesses e identidades; e, ao incorporar o contexto mais alargado à análise, oferece um terreno fértil para uma nova condensação das diferenças encontradas em torno de conexões locais, nacionais e globais.

O estudo de caso alargado é uma resposta metodológica possível às críticas normalmente dirigidas à observação participante e que concernem, por um lado, a incapacidade de generalização a partir dessa técnica, e, por outro, o facto da observação participante ser inerentemente micro e a-histórica (idem, 2014). No estudo de caso alargado é adotada uma perspetiva diferente. Em vez de recorrer aos dados recolhidos (através de observação participante) para confirmar a teoria, utiliza-os para a reconstruir. Nessa medida, a teoria é essencial a cada dimensão deste método pois "ela guia as intervenções, ela constitui o conhecimento situado em processos sociais e localiza esses processos em seu contexto mais amplo de determinação", configurando uma intervenção no mundo que procura estudar (idem: 79).

A etnografia é uma das técnicas utilizadas no âmbito desse método e pressupõe que o investigador se insira no tempo e no espaço daqueles que estuda, o que tem duas implicações (idem). Em primeiro lugar, é inadequado um prisma de observação e de obtenção de informação rígido pois torna o investigador indiferente ao fluxo da vida quotidiana. Segundo, e em consequência da autonomia e dinâmica dessa vida quotidiana, não faz grande sentido seguir estratégias pré-definidas e inalteráveis, principalmente em

situações de grande incerteza (seja política, económica ou tecnológica). Ao implicar o teste das hipóteses a cada incursão no campo, a etnografia é um processo de aproximações sucessivas: o mais certo é começarmos com uma série de questões e terminamos com outra bem diferente.

Enquanto técnica, a etnografia apresenta limitações, nomeadamente no que concerne as possibilidades de replicabilidade. Os dados recolhidos dependem de quem o investigador é no contexto em que se desenrola a investigação. As suas características moldam a penetração e a permanência nas situações sociais e o modo como as pessoas falam (com o investigador) acerca da situação política, económica, etc. A replicabilidade é por isso limitada e nessa medida, afirma o autor, a repetição dos estudos é interessante pela expansão que pode proporcionar. À semelhança do que acontece com a pesquisa quantitativa, este método também viola cada um dos quatro princípios da ciência positiva. Perante a impossibilidade de superação definitiva dos efeitos de contexto inerentes à ciência positiva, para Burawoy, a solução passa por delinear um modelo de ciência alternativo que equaciona o contexto como um ponto de partida e que toma como objeto de reflexão a presença do investigador no mundo que analisa.

No estudo de caso alargado, a teorização ocorre por etapas que vão da construção do conhecimento situacional à identificação das forças. O conhecimento situacional é compilado sob a forma de um relato do processo social que deve ter em conta os regimes de poder que estruturam e transformam as situações em processos[75]. Uma situação social transforma-se em processo social porque pressupõe e reproduz o regime de poder inerente. Nas lutas em torno do regime de poder, a temporalidade e as macroestruturas constituem recursos e esquemas internos à situação social e as consequências das intervenções externas à situação social são estruturadas por esse regime de poder. Esses processos da sociedade são então localizados no âmbito da investigação e correspondem a uma relação de mútua determinação dentro do campo de forças sociais. O passo seguinte passa por indagar se essas forças extralocais possuem um caráter processual próprio.

[75] Segundo Burawoy (2014), as situações envolvem relações de copresença e proporcionam condições para que determinadas práticas reproduzam essas mesmas relações.

O estudo de caso alargado apresenta limitações pelo facto de ter de lidar com as mesmas forças que revela. De acordo com Burawoy, são quatro os efeitos de poder que ameaçam os quatro princípios da ciência reflexiva já enunciados: dominação, silenciamento, objetivação e normalização. Relativamente ao primeiro, trata-se de um efeito inevitável dado que a entrada no campo representa sempre uma intromissão em maior ou menor grau. Como participante e como observador, o cientista social enfrenta relações de dominação que tornam o seu conhecimento incompleto. Também não pode escapar ao silenciamento, promovido pelos interesses das classes dominantes, pelo que deve estar particularmente atento às "vozes novas ou reprimidas" (idem, 2014: 83). Essa atenção redobrada permite desafiar e remodelar a teoria "residente". O terceiro efeito é a objetivação e corresponde ao perigo de reificação das forças sociais, obrigando o cientista social a estar preparado para a entrada em ação de processos pouco visíveis. Por último, a normalização, que corresponde a um processo coercivo de mútuo ajustamento, entre situação e teoria, isto é, por um lado, o lugar no campo é reduzido a um caso anómalo vis-à-vis a teoria, e, por outro, a teoria é ajustada ao caso a fim de interpretar a anomalia.

Em jeito de síntese, ao aplicar a ciência reflexiva à etnografia, o estudo de caso alargado tem como objetivo extrair o universal do particular, "mover-se do 'micro' ao 'macro', conectar o presente ao passado e antecipar o futuro – tudo isso construído sobre uma teoria pré-existente" (idem: 42). De uma forma simplificada, o método proposto por Burawoy propõe a ampliação do conhecimento a partir do campo. Não se trata de encontrar padrões comuns que permitam estabelecer uma lei geral mas sim de, mobilizando uma estratégia comparativa diferente, estabelecer conexões entre diferentes casos e rastrear as origens das diferenças de forma a identificar as forças externas intervenientes. É por isso uma abordagem vertical ou integradora que se distingue das abordagens positivistas.

1.2.1. Observação participante e etnografia

O método de estudo de caso alargado utiliza a técnica de observação participante e recorre-se da etnografia pois essa é um relato sobre o mundo do ponto de vista da

observação participante (Burawoy, 1991, 2014). A etnografia tem por referência a corrente do *interacionismo simbólico* (Blumer, 1937) que procura incorporar a reflexividade na análise da ação. A sua especificidade resulta do facto de se centrar numa análise *holística* do social (Caria, 2003).

Composta por técnicas e procedimentos de recolha de dados no contexto de uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do investigador com o objeto de estudo, a etnografia tem como preocupações centrais a produção de análises holísticas ou dialéticas, conferir uma participação ativa aos atores socias (tendo em conta que estes modificam as estruturas sociais) e revelar as relações e interações significativas com vista ao desenvolvimento da reflexividade tanto do investigador como dos sujeitos da investigação (Eckert e Rocha, 2008; Mattos, 2011). O objetivo é a produção de dados a partir de uma interrelação entre o investigador e os sujeitos da investigação que interagem num determinado contexto. De uma forma geral, as técnicas utilizadas são a observação direta/participante, conversas informais e formais, entrevistas não-diretivas, entre outras.

A pesquisa etnográfica constitui-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) o Outro, impondo ao investigador que se situe no interior do fenómeno em causa através de uma participação efetiva nas formas de sociabilidade que compõem a realidade investigada se lhe apresenta (Eckert e Rocha, 2008). A preocupação principal que orienta o método etnográfico é *compreender*, o que reflete a ideia de que a objetividade científica não depende de uma posição de imparcialidade explicativa (Caria, 2000b). Para que essa compreensão seja possível, o investigador tem de "viver dentro" do contexto em análise. Ao mesmo tempo, tem de estar “fora” para poder racionalizar a experiência e construir um objeto científico legítimo. Não se destinando a encontrar regularidades ou mudanças sociais, a etnografia valida as construções teóricas que traduzem, num plano mais abstrato e geral, as construções simbólicas localistas e imediatas da cultura do Outro[76] (idem, 2003). A questão da participação efetiva do investigador no contexto de análise concatena-se com

[76] Essas construções correspondem à consciência prática e discursiva que esse Outro tem sobre as suas condições sociais de existência (Caria, 2003). Na etnografia, o investigador pensa-se a si próprio na relação com o outro.

a da dissimulação do estatuto e dos objetivos do investigador no interior do grupo analisado que suscita problemas de ordem ético-moral, sendo por isso tendencialmente rejeitada (Eckert e Rocha, 2008).

As características enunciadas conduzem a uma outra, central e distintiva, que é o facto de a etnografia supor um período prolongado de permanência no terreno. Os dados são geralmente obtidos com recurso à técnica de observação participante (o instrumento principal de recolha de dados é o próprio investigador) e a vivência no campo é materializada no diário de campo. O diário de campo é composto pelas anotações diárias (posteriores ao ato de observação) realizadas a partir das notas do que o investigador vê e ouve entre as pessoas com quem ele compartilha um certo tempo quotidiano (idem). É a partir desse instrumento, onde são registadas incorreções, dúvidas, progressos, etc., que o investigador delineia o encadeamento das ações futuras em campo, avalia a sua própria conduta, numa constante vigilância epistemológica.

A propósito do instrumento acima mencionado, Queirós e Rodrigues (2006) referem um "processo de construção de sentido" que se desenrola a partir da redação de notas de campo, "levada a cabo sem grandes preocupações de compartimentação e um pouco *ao sabor dos acontecimentos*", que permite compilar um conjunto amplo de notas substantivas, notas metodológicas e notas analíticas (idem, 2006: 4). Essas notas desempenham uma tripla função de descrição dos atores e dos cenários investigados, controlo epistemológico e avaliação da heuristicidade dos procedimentos técnicos mobilizados; e aprofundamento de reflexões teórico-metodológicas em torno do objeto de estudo. As notas substantivas (ou notas de observação) visam reconstituir uma descrição da organização social, com o objetivo de caracterizar situações, atores e comportamentos. As notas analíticas (ou notas teóricas) condensam reflexões acerca do modo como se processam e desenvolvem as relações entre teoria e dados empíricos no curso da investigação, funcionando também como "repositório" de linhas de perspetivação teórica a aprofundar e como meio de controlo da componente heurística das hipóteses de partida. Já as notas metodológicas procuram responder às duas preocupações pois reproduzem reflexões sobre a capacidade heurística e adequação epistemológica das técnicas de pesquisa mobilizadas, contribuindo para o esforço de autoanálise do investigador acerca

do seu papel e posicionamento, e permitem perspetivar caminhos metodológicos e técnicas alternativos.

Como a produção de teorias e de conceitos e a presença do investigador destabilizam o mundo que o último procura compreender, existem duas formas de lidar com a condição etnográfica: podemos contê-la ou voltá-la a nosso favor (Burawoy, 2014). A primeira forma traduz-se na minimização das dificuldades através da limitação do envolvimento do investigador, isto é, procedendo ao isolamento do investigador face aos sujeitos do conhecimento através de procedimentos de recolha de dados que asseguram o distanciamento epistemológico. Procura neutralizar a participação do investigador no mundo que estuda através da exclusão das condições externas, pelo que se trata de uma abordagem positivista. Porém, as tentativas de assegurar a não reatividade (com a utilização de estímulos uniformes e neutros), a regularidade (através da estandardização) e a replicabilidade (por meio da estabilização das condições externas) são inevitavelmente frustradas pelos efeitos de contexto[77]. Uma outra solução tem sido a opção pela abordagem interpretativa, mas Burawoy rejeita-a na medida em que a sua adoção implicaria abandonar a ciência. Diferentemente, Burawoy propõe uma ciência reflexiva que procura não ignorar os efeitos de contexto, mas tomar partido deles, isto é, uma ciência que adota o contexto como ponto de partida, e defende uma dualidade metodológica que corresponde à coexistência e interdependência entre os modelos positivo e reflexivo.

A estratégia alternativa, que passa por voltar a condição etnográfica a favor do investigador, implica a tematização da participação do último no mundo que investiga. Aqui, a teoria é o elemento orientador do diálogo que se estabelece entre o investigador e os sujeitos da investigação. A base de apoio para esta estratégia é encontrada por Burawoy na ideia do "compromisso com a racionalidade da teoria" enunciada por Polanyi e que corresponde aos mapas cognitivos utilizados para a compreensão do mundo. É, segundo

[77] Existem quatro tipos de efeitos de contexto no que diz respeito à situação de entrevista: associados ao entrevistador, associados ao entrevistado, de campo (a situação de entrevista não pode ser isolada dos múltiplos contextos em que ocorre) e de situação (são aqueles que põem em causa a representatividade; os sentidos e atitudes são construídos por indivíduos inseridos em situações sociais, por isso, defende Burawoy, deveríamos trabalhar com amostras de situações sociais e não com amostras de indivíduos) (Burawoy, 2014).

Burawoy, uma espécie de teoria "residente" que sustenta o modelo reflexivo de ciência que privilegia o engajamento como via para o conhecimento científico.

1.3. Estratégia metodológica: o objeto de estudo e a investigação

Em traços gerais, o enfoque deste estudo pode ser apresentado como o estudo da ação coletiva na crise europeia. A escolha do tema prende-se fundamentalmente com duas razões. Em primeiro lugar, porque os movimentos sociais e a ação coletiva são entendidos como elementos centrais da vida e da transformação social. Segundo, porque no contexto atual, a ação coletiva está relacionada com e no centro de dilemas que são debatidos publicamente, suscitando, na decorrência dessa constatação, a necessidade de desencobrir a sua relação com os processos sociais em ação, bem como com outros atores sociais. Este estudo partiu da constatação da emergência de vários atores coletivos cuja ação se voltava para o combate à precariedade do trabalho e do emprego. O seu aparecimento e a atividade que desenvolviam suscitaram várias interrogações acerca da sua natureza (em termos organizacionais e também ideológicos) e objetivos, já que, apesar de não surgirem no espaço ocupado pelas organizações sindicais, a ação desenvolvida tinha como foco questões tradicionalmente pertinentes para essas organizações.

Sendo um estudo que tem como enfoque a ação coletiva situada num determinado tempo e num determinado espaço, o contexto assume naturalmente um papel importante. E se, como é o caso, o objetivo é identificar processos a partir do conhecimento situacional e buscar a sua relação com forças sociais externas para reconstruir a teoria, de forma que esta adquira a capacidade de explicar novos fenómenos, a ciência reflexiva e o estudo de caso alargado são as opções que melhor servem esses objetivos.

Enunciar o objetivo do presente estudo como "estudo da ação coletiva na crise europeia" remete para a intenção de proceder, em primeiro lugar, a uma caracterização geral da ação coletiva que tem lugar no contexto da crise europeia, o que apesar de ser um objetivo contemplado, não esgota o âmbito do presente estudo. Com Bourdieu, sigo a máxima de *pensar relacionalmente* pois um objeto não está isolado de um conjunto de

relações de que retira o essencial das suas propriedades (Bourdieu, 2011). Esse trabalho de pensar relacionalmente um objeto opera-se por uma série de aproximações que permitem a construção de espaços sociais que constituem a realidade do mundo social. Para o autor mencionado,

> [o] que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto (…) é preciso pôr em causa os objetos pré-construídos (Bourdieu, 2011: 18-19)

Como forma de concretizar essa tarefa, Bourdieu sugere a construção de um *quadro dos carateres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições*, que pretende identificar as propriedades necessárias para a caracterização de cada um(a) deles(as), obrigando a pensar relacionalmente tanto as unidades sociais em questão como as suas propriedades. Este procedimento levanta a questão da presença ou ausência de uma determinada propriedade em cada um(a) deles(as). Após esta fase, indutiva, do processo, conservam-se as características funcional ou estruturalmente relevantes que permitem distinguir os diferentes agentes ou instituições. Partindo de uma pré-construção do objeto "movimentos sociais e organizações de movimento social" já efetuada por um sem número de autores ao longo de quase cinco décadas, e com base numa extensa revisão da bibliografia, foi possível identificar as principais características atribuídas ao objeto para depois as questionar com base na realidade empírica e reconstruí-las.

Numa primeira fase, o campo oferecia os casos particulares de quatro organizações de movimento social (Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, Ferve, Mayday, Precários Inflexíveis). Mais tarde, não sendo a realidade social estanque, o universo de casos possíveis expandiu-se e alterou-se, expondo novos processos e novas relações, em todos os sentidos pertinentes em relação ao objeto de estudo e à concretização dos objetivos delineados, o que determinou o alargamento do universo de casos particulares possíveis deste estudo. Surgem assim como casos de estudo a Geração À Rasca, o 15 de Outubro e o Que Se Lixe a *Troika*. Apesar de não se mover "ao sabor" da realidade social, o que denunciaria a incapacidade de limitar o objeto de estudo, não foi possível ignorar o movimento dessa realidade, sob pena de serem ignorados aspetos

absolutamente cruciais à análise e que nos permitem aceder a processos sociais menos visíveis (quer porque se encontram ocultos, quer porque têm sido considerados menos relevantes).

A ciência reflexiva e a perspetiva reflexiva, apoiadas no método o estudo de caso alargado, são, quanto a mim, os modelos de ciência e opções metodológicas que melhor se adequam ao objeto de estudo e aos objetivos delineados. Permitem superar alguns condicionamentos inerentes ao próprio objeto de estudo e que decorrem do caráter relativamente recente do fenómeno social, o que limitou as probabilidades de obter dados por via da pesquisa documental. O facto do fenómeno em estudo ser contemporâneo da investigação conduziu à opção pela etnografia e pela observação participante, complementadas pela realização de entrevistas semi estruturadas, tanto em contextos de mobilização (entrevistas espontâneas) como agendadas previamente (com ativistas das organizações de movimento e com ativistas sindicais). No total, foram realizadas 50 entrevistas dos dois tipos. Alguns intervenientes foram entrevistados mais do que uma vez e em momentos distintos de forma a registar a evolução das suas posições e a avaliar os contextos internos e externos que motivaram essas alterações. Nessa sentido, esta investigação mobiliza uma perspetiva simultaneamente sincrónica e diacrónica.

Iniciado no segundo trimestre de 2010, o trabalho de campo prolongou-se até ao último trimestre de 2013. Contemplou a inserção do investigador no contexto da atividade das organizações de movimento em estudo e das mobilizações que tiveram lugar. Na estrita observância dos princípios ético-metodológicos subjacentes, a condição de investigador e os propósitos da investigação foram dados a conhecer e clarificados desde o início do processo de investigação. O período de permanência longo e a participação nas atividades permitiu o acompanhamento dos processos de evolução das organizações de movimento mas também a dissolução dos efeitos da presença do observador externo/investigador até certo ponto. Coloco a ressalva de “até certo ponto” pois não obstante todos os cuidados, os dados recolhidos dependem demasiadamente de quem o investigador é nesse contexto (faixa etária, género, o alinhamento político que lhe é atribuído, etc.). Essas características conformam a penetração e a permanência nas situações sociais e o modo como as pessoas falam com/e na presença do investigador.

Obviamente, um período tão longo comporta perigos, como a identificação com ou as tentativas de influenciar ou imprimir, ainda que inconscientemente, uma determinada direção à ação do ator social em estudo. Consciente desses perigos, a vigilância que o investigador exerceu sobre a sua atividade foi reforçada, nomeadamente através da adoção de uma atitude reflexiva com base na elaboração de um diário de campo com as características mencionadas anteriormente. Temos de estar constantemente alertas, especialmente quando usamos metodologia qualitativa e em situações em que existe algum tipo de identificação do investigador com os grupos sobre os quais incide o trabalho de investigação, de forma a evitar que o processo de investigação se transforme em militância ou em apologia de um determinado movimento ou causa.

Outro elemento importante foi o recurso às plataformas digitais utilizadas pelos atores sociais visados, dado que o ciberativismo foi identificado como um elemento estruturante da sua ação. A análise dos conteúdos transmitidos pelas redes de ciberativismo (compostas por blogues, páginas de internet e de *facebook*) permitiu, além do acesso ao discurso público desses atores, complementar o trabalho etnográfico e de observação participante. Foi extremamente útil tendo em conta a simultaneidade e diversidade das escalas da ação daqueles atores.

1.4. Teses de trabalho

Nesta secção são dadas a conhecer as hipóteses de trabalho que, por meio da estratégia metodológica acima apresentada, procurei confirmar ou infirmar de forma a reconstruir/expandir a teoria existente. São seis as hipóteses de trabalho que orientam o processo de investigação subjacente ao presente estudo.

Em resposta às críticas que lhe foram dirigidas ao longo dos tempos, no contexto da globalização, o capitalismo empreendeu um reforço dos mecanismos de valorização do capital e de extração de mais-valia. Tal foi conseguido à custa de uma restruturação da produção, do refinamento das formas de subordinação da força de trabalho e da neutralização da oposição às mesmas. Em consequência, tanto precarização do emprego como a degradação do trabalho foram elevadas ao estatuto de norma, com consequências

graves que podem ser reconduzidas a três pontos: desestruturação da condição salarial moderna, instauração de um regime de risco ao nível das trajetórias de vida, e enfraquecimento da ação sindical. Os dois primeiros contribuíram indelevelmente para a obstaculização da ação sindical e, em conjunto com fatores internos ao próprio sindicalismo, abriram as portas à emergência de novas formas de ação coletiva dinamizadas por atores oriundos da sociedade civil que se propunham a combater os efeitos desestruturantes das transformações em curso. A realidade laboral atual exige novos procedimentos, novas alianças e métodos de intervenção, bem como articulações de novo tipo, multi-escalares e multi setoriais.

Durante o período compreendido entre 2010 e 2013, a crise económica e a austeridade assumiram uma dimensão internacional e afetaram de sobremaneira um conjunto de países europeus. Em Portugal, o contexto de austeridade esteve na origem de transformações socioeconómicas de grande amplitude que reforçaram a centralidade do conflito entre capital e trabalho. Essas transformações estiveram na origem de reivindicações não só dos setores organizados da população mas também da sociedade civil.

Hipótese 1

As reivindicações que estiveram no centro da contestação podem ser reconduzidas a dois aspetos: crise económica e do emprego e o funcionamento do sistema democrático. O facto de essas questões serem comuns a um número apreciável de países, em particular aos países do sul da Europa, despoletou a emergência de redes internacionais de mobilização em torno das questões mencionadas. Em conformidade com essa dimensão internacional, a resposta do setor dos movimentos sociais foi internacional e articulada, estruturando-se em torno de redes de comunicação e de ação estratégica.

A clivagem entre capital e trabalho esteve no centro das mobilizações em Portugal. Revelou um potencial de mobilização inclusivo na medida em que influenciou a emergência de novos atores coletivos, ocasionando dinâmicas de competição (por recursos) e conflito (em relação a interpretações e estratégias), mas também a possibilidade de alianças (sob a

forma de facilitação ou apoio mútuo) entre as estruturas sindicais e esses atores emergentes.

Por outro lado, no cenário atual de globalização e também de integração económica e política no contexto da União Europeia, a estrutura de oportunidades políticas portuguesa foi afetada por fatores internacionais, mesmo ao nível das suas componentes mais estáveis. Tendo em conta que a estrutura de oportunidades políticas de um país atua como mediador da escolha de estratégias e condiciona o impacto dos movimentos sociais e respetivas organizações de movimento, a crise e o avanço da precariedade do emprego constituíram uma oportunidade para a emergência de novos atores sociais e de novas articulações de interesses, e simultaneamente atuaram sobre a estrutura de oportunidades políticas, transformando-a. Por seu turno, essas transformações suscitaram mudanças ao nível dos movimentos sociais e organizações de movimeto e das suas estratégias.

1) Da parte do movimento sindical, as respostas verificadas a nível europeu apontam para o envolvimento mais ou menos intenso do movimento sindical em processos de articulação, apesar de as agendas nacionais continuarem a ser privilegiadas, organizando-se em torno dos temas tradicionais e optando por estratégias e objetivos convencionais. As respostas foram radicais/conflituais (defensivas) e/ou centraram-se num reforço da cooperação e associação, através da busca de alianças e da construção de coligações. O movimento sindical português, na figura da CGTP-IN, reproduz esse padrão que, por seu turno, é mediado por especificidades nacionais que decorrem da própria história da central sindical e da configuração da sua agenda ao longo das quatro últimas décadas.
2) No que concerne o campo dos movimentos sociais, o agravamento da crise económica e das condições políticas (ambiente externo) impulsionou estratégias de ação que contemplaram, por um lado, a ativação de dinâmicas inter e intra organizações, como sejam a cooperação, fusão e formação de coligações, bem como a formalização de organizações de movimento social (OMSS), e, por outro, a colaboração/articulação entre as últimas e o movimento sindical. Essas dinâmicas proporcionaram-lhes maior capacidade

de ação e de penetração no plano político-institucional. A colaboração/articulação com o movimento sindical ocorreu no quadro de uma tensão permanente entre os benefícios proporcionados pela articulação com o campo institucional e as exigências de autonomia.

Hipótese 2

Tendo em conta a problemática da renovação sindical, a cooperação com novíssimos movimentos sociais voltados para o combate à precariedade e que contestam as políticas e orientações gerais da austeridade representa uma oportunidade de as organizações sindicais concretizarem a tão necessária abertura e ampliação do escopo do seu interesse público, bem como o reforço da capacidade de mobilização. Essa cooperação é possível na medida em que os objetivos definidos por ambas as partes apresentam um elevado grau de similitude em termos substantivos.

Porém, certas especificidades do movimento sindical português colocam constrangimentos no quadro das estratégias de combate às duas crises interrelacionadas que enfrenta atualmente: a crise do movimento sindical e a crise europeia. Por um lado, o movimento sindical português continua ser marcado por clivagens político-ideológicas que fomentam divisões no plano estratégico e que condicionam a articulação com atores coletivos emergentes. Por outro, as relações entre as estruturas sindicais e os novíssimos movimentos sociais são afetadas por fontes de tensão que podem ser reconduzidas a dois aspetos em particular: 1) diferenças no que concerne as características organizacionais dos atores coletivos, e 2) a identidade do movimento sindical como "interlocutor social" privilegiado e a sua afinidade com a ação institucional e estratégias convencionais.

1) As estruturas sindicais (sindicatos, federações e confederações) são organizações verticais, hierarquizadas, dotadas de um aparelho burocrático consolidado, exclusivas quanto à filiação, dominadas por uma lógica setorial, e orientadas para objetivos específicos que concernem a mudança social mas também a obtenção de benefícios para os seus membros. Essas características têm-se traduzido na adoção de lógicas defensivas que definem como objetivos prioritários a manutenção e a

sobrevivência da organização. Demonstram relutância quanto à incorporação de lutas externas na sua agenda pois subordinam a sua ação à centralidade da relação conflitual entre capital e trabalho, centrando-se no trabalho assalariado. Essas orientações convivem de forma difícil com os objetivos de renovação em direção a um sindicalismo mais aberto à sociedade, mais horizontal e mais democrático, capaz de incorporar reivindicações que vão além das diretamente relacionadas com trabalho assalariado, bem como novas dinâmicas e outros setores da população excluídos da representação sindical ou refratários à mesma, como são os casos dos trabalhadores com vínculo precário e os jovens. Nos antípodas das organizações sindicais situam-se os movimentos sociais e respetivas organizações de movimento que empreendem a luta contra a precariedade do trabalho e do emprego e a austeridade. As suas características estão em linha com as atribuídas aos movimentos sociais em rede: ausência de burocratização, horizontalidade, rejeição de hierarquias e de lideranças, caráter inclusivo (quanto aos critérios de filiação e de participação), autonomia, e objetivos voltados para a mudança social Dadas as características mencionadas, são refratários à esfera política institucional-formal e a uma relação com os seus atores, estão menos preocupados com a manutenção do movimento em si mesmo e demonstram uma maior predisposição para a adoção de lógicas de ação ofensiva.

2) O movimento sindical e as suas organizações estão integrados em redes políticas que atuam nas arenas administrativa e parlamentar. Em consonância com essa posição, congruente com a assunção do papel de "interlocutores sociais" legitimados para a representação dos interesses dos trabalhadores, privilegiam métodos convencionais de ação mesmo quando a mobilização ocorre no exterior das arenas mencionadas, diferindo dos movimentos sociais em rede nesse aspeto em particular. Os últimos atuam preferencialmente na arena extraparlamentar, combinam repertórios tradicionais com formas de ação inovadoras, e afirmam a autonomia face à esfera política institucional-formal. Essas diferenças, bem como o facto de o movimento sindical se reclamar da legitimidade de representação

mencionada, colocam obstáculos à ação combinada de movimento sindical e movimentos sociais. A emergência dos novos atores coletivos em torno do conflito entre capital e trabalho suscitou a desconfiança do movimento sindical e das suas organizações. Os atores coletivos emergentes, portadores de um ímpeto reformista, são vistos como uma ameaça à sua hegemonia.

Hipótese 3

Os movimentos sociais e as suas OMSs são resistentes ao estabelecimento de relações com atores institucionais, o que inclui as estruturas sindicais. Essa resistência pode ser reconduzida a dois aspetos em particular que se encontram interrelacionados: uma atitude defensiva face à possibilidade do "triunfo do órgão sobre o organismo" e a preservação da autonomia, e o facto de a participação nesses movimentos sociais e respetivas OMSs ser levada a cabo maioritariamente por jovens.

Em relação ao primeiro aspeto, as potencialidades inerentes ao estabelecimento de relações de diálogo e cooperação entre movimento sindical e movimentos socias é constrangida pelo facto de tal poder exigir uma maior formalização e crescimento do aparelho organizativo da parte dos segundos, com a consequente imobilização da organização e perda do caráter revolucionário dos objetivos iniciais (o "triunfo do órgão sobre o organismo"). Nesse sentido, a possibilidade de estagnação e de deturpação dos objetivos iniciais conduzem à manutenção de uma postura de autonomia face ao movimento sindical e às suas organizações.

No que concerne o segundo aspeto, o facto de a participação ser levada a cabo maioritariamente por jovens, regra geral detentores de capital educacional elevado e oriundos da classe média, menos alinhados com a ação instrumental levada a cabo pelo movimento sindical, colide com uma estratégia de articulação com o último, bem como com outros atores institucionais. Se, por um lado, poderiamos associar o destaque assumido por essas camadas jovens e qualificadas à presença de um radicalismo de classe média no quadro da ação coletiva levada a cabo pelos movimentos sociais oriundos da sociedade civil no período da crise europeia, por outro, é de assinalar que,

concomitantemente, esses jovens (bem como outras franjas da população) enfrentam a precarização do trabalho e do emprego e probabilidades cada vez maiores de serem afetados por dinâmicas de mobilidade social descendente. A interação desses fatores está na origem de formas de ação coletiva de um novo tipo, que combinam crítica social e crítica estética, ação expressiva e ação instrumental, organizada e não organizada.

Hipótese 4

Conforme Manuel Castells, os movimentos sociais em rede são movimentos virais. Nesse sentido, a mediatização da política é fundamental para os atores coletivos emergentes. A imagem, a componente expressiva e a estética são basilares na sua ação e colocam em oposição a *força dos números* e a *força da imagem*. A procura de presença mediática orienta a ação que levam a cabo e, nesse sentido, a força da imagem e os exemplos de alhures que desencadeiam a esperança prevalecem e sobrepõem-se à força dos números, o que os distingue das estratégias adotadas e ações das estruturas sindicais. Essa opção pelo mediatismo conflitua com a abordagem convencional do movimento sindical.

A *força da imagem* e a disseminação rápida da mobilização são também conseguidas com recurso ao ciberativismo. O último detém um valor estratégico elevado e fornece a base que sustenta o funcionamento dos movimentos sociais em rede e a mobilização por eles conseguida. No entanto, as consequências da dependência em relação ao mesmo podem ser ambivalentes, na medida em que tanto proporcionam a expansão como podem colocar constrangimentos ao funcionamento dos movimentos sociais suprarreferidos e respetivas OMSs.

Hipótese 5

Os protestos que ocorreram em Portugal entre 2011 e 2013 fazem parte de um ciclo de protesto que se configurou a nível nacional mas também internacional. A existência de um marco multi temático construído com base nas cadeias de equivalências que uniram diferentes reivindicações foi essencial para a conformação desse ciclo nos dois níveis

mencionados. O marco multi temático surgiu a partir de práticas articulatórias que exigiam a presença de forças antagónicas separadas por uma fronteira. A emergência de uma luta contra os diferentes tipos de desigualdade foi possível porque foram articuladas diferentes formas de resistência à subordinação.

Hipótese 6

A especificidade de Portugal como país semiperiférico e de democracia tardia levou a que, no caso Português, os velhos movimentos sociais fossem na verdade novos, enquanto no resto da Europa a mobilização social já tinha percorrido um longo caminho. As formas de expressão em Portugal, no pós-25 de Abril, congregam elementos dos velhos e dos novos movimentos sociais. Os obstáculos, teias e conexões que dificultam a articulação entre o campo sindical e os movimentos sociais no contexto atual encontram explicação neste facto. No contexto particular de Portugal, e dadas estas especificidades, o panorama de convulsão social parece ter suscitado a emergência súbita de vários movimentos em simultâneo, em que é misturada pouca politização com romantismo (patente nas reivindicações de "socialismo já"), ao que se soma um grande entusiasmo em relação a novos partidos políticos.

Os movimentos sociais mais recentes surgem a partir de um impulso de baixo para cima e respondem à falta de penetração das reivindicações de certos setores da população no sistema político. As origens da dificuldade de diálogo entre o movimento sindical e os movimentos sociais, bem como a criação de alianças, podem ser situadas no ambiente do caos político e ideológico do pós-25 de Abril.

Capítulo 2 - A realidade portuguesa em análise: trabalho, sindicalismo e movimentos sociais

A sociedade portuguesa é, conforme Santos (2002), uma sociedade em transição problemática que ocupa uma posição semiperiférica no sistema mundial. Pauta-se pela presença de múltiplas contradições fomentadas pela simultaneidade de diferentes tipos de desigualdades e clivagens, umas antigas, outras mais recentes, que pontuam e condicionam as dinâmicas de desenvolvimento económico e social. Tendo em conta as hipóteses de trabalho apresentadas anteriormente, importa caracterizar a realidade portuguesa no que respeita um conjunto de aspetos que assumem relevância. Assim, num primeiro momento são apresentadas as características gerais do mercado de trabalho, dando particular atenção às formas e peso da precariedade do emprego e às mudanças na regulação laboral. Segue-se uma secção dedicada ao movimento sindical português e aos contornos da crise do sindicalismo no nosso país. Por último, na terceira secção, a atenção recai sobre a trajetória dos movimentos sociais portugueses até ao momento em que teve início o novo ciclo de protesto no nosso país.

2.1. O mercado de trabalho e a precariedade do emprego

O mercado de trabalho português é segmentado e caracterizado por baixa produtividade, baixos salários, elevada intensidade de utilização do fator trabalho, baixo nível de instrução, de habilitações e de qualificações, défices de qualidade do emprego e peso elevado de diferentes modalidades de emprego "atípico", somando-se ainda o aumento significativo do desemprego de longa duração (Estanque, 2009). Reproduz portanto a tendência global, sublinhada por Esping-Andersen (1993), de aumento da precariedade e de formação de novos setores proletarizados, associados às velhas profissões do setor industrial e à classe média.

A precariedade não é um fenómeno novo em Portugal. Os seus efeitos crescem em intensidade, principalmente no quadro da atual crise económica que tem conduzido ao retrocesso das condições de vida das populações de forma generalizada. Apesar de constituir uma forma de desigualdade social tradicionalmente associada às classes

populares, a expansão da precariedade do trabalho e do emprego também afeta as classes médias, funcionando como uma espécie de "via verde" para a mobilidade social vertical descendente (Diogo, 2012). A sua elevação à condição de norma tem sido facilitada por um processo de reformulação da legislação laboral de feição flexibilizante.

De entre um conjunto de várias etapas de regulação laboral em Portugal[78] (Soeiro, 2015), é importante destacar, enquanto períodos em que as alterações à legislação laboral assumiram um pendor precarizante mais evidente, três em particular[79]: a desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora (1986-1995), precarização de facto com reforço da proteção social (1995-2002), e a consolidação de uma sociedade precária (2002-2011). Durante a primeira fase foram abertas várias frentes de precarização. Podem ser mencionadas a aprovação da lei que permitiu a criação das empresas de trabalho temporário e a ampliação das cláusulas que autorizaram o recurso à contratação a termo (1989); a aprovação da Lei do Despedimento por Inadaptação; e a regulamentação do regime geral de segurança social que alargou a utilização dos "recibos verdes" (1993). A segunda fase distinguiu-se pelo aumento da percentagem dos contratos não permanentes no total dos contratos em Portugal (de cerca de 10% em 1995 para cerca de 20% em 2001) e também pela aprovação de um diploma legal que visava a regularização da situação jurídica dos recibos verdes que satisfaziam necessidades permanentes em serviços públicos[80]. A terceira etapa, a de consolidação de uma sociedade precária, foi marcada pela aprovação do Código do Trabalho[81] que sancionou a possibilidade de os acordos coletivos terem condições menos favoráveis que a lei geral, entre outras coisas, e pelo alargamento dos contratos a termo[82]. dicas que

[78] De 1974 a 2014, Soeiro estabelece a existência de seis etapas de regulação laboral em Portugal: a instituição do direito do trabalho como constituinte da democracia (1974-1976); o início do reconhecimento legal da precariedade (1976-1986); a desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora (1986-1995); precarização de facto com reforço da proteção social (1995-2002); a consolidação de uma sociedade precária (2002-2011); e, mudança de paradigma: o regime da austeridade (a partir de 2011) (Soeiro, 2015).

[79] Sobre o regime de austeridade, durante o qual a precarização foi levada ainda mais longe, falarei mais adiante.

[80] Tratou-se do Decreto-Lei 195/97 de 31 de Julho.

[81] Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

[82] Pode ser referida também a aprovação, em 2008, de alterações que visaram o agravamento de algumas das normas, como por exemplo o retraimento do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

materializam as orientações de flexibilidade e configuram modalidades de trabalho precário no nosso país são três: contratos a termo (certo ou incerto), trabalho temporário involuntário e recibos verdes (*falsos recibos verdes*). Pode ainda ser referida uma quarta modalidade de precarização, a "precariedade assistida pelo Estado"[83], que abrange estágios, bolsas e contratos de emprego inserção, apresentados como mecanismos de combate ao não emprego (idem). Ao invés, impõem o subemprego, configurando situações que não proporcionam o acesso a direitos ou a autonomia do trabalhador.

Em termos práticos, o emprego precário cresceu expressivamente em todas as faixas etárias ao longo dos últimos anos, apesar de os jovens serem os mais afetados, e em proporcionalidade inversa aos postos de trabalho em regime de contratos permanentes (Estanque e Costa, 2012a; Estanque, 2012b). Os novos empregos criados são na sua maioria flexíveis (temporários e a tempo parcial), incidem principalmente no setor dos serviços com baixa qualificação e com baixo nível de produtividade, e tendem a ser ocupados principalmente por mulheres, jovens e pessoas menos qualificadas (Kóvacs e Chagas Lopes, 2012).

Em Portugal, a flexibilidade laboral e a precariedade contratual têm uma incidência expressiva sobre a força de trabalho feminina (idem; Casaca, 2012). Apesar de a taxa de emprego feminino no nosso país tender a ser superior à média da Europa dos quinze, tem vindo a declinar desde 2008 e os valores para a precariedade contratual estão entre os mais elevados (em 2010, 23,7% de trabalhadoras face a 22,4% de trabalhadores), com a exceção do emprego feminino a tempo parcial cujos valores estão abaixo da média europeia. Em 2009, a percentagem de trabalho a tempo parcial involuntário para as mulheres dos 15 aos 24 anos atingia valores da ordem dos 70% aos 80% em países como Portugal, o que revela a maior exposição das mulheres a essa forma de precariedade. Tal acontece apesar de, como sublinham Kóvacs e Chagas Lopes (idem), as raparigas e

[83] De acordo com Soeiro, esse tipo de precariedade resulta basicamente de dois fenómenos (Soeiro, 2015). O primeiro são as modalidades híbridas entre trabalho e formação, que não asseguram o reconhecimento de uma relação laboral substantiva e que não garantem o conjunto de proteções sociais associadas ao contrato. O segundo são os programas governamentais de apoio a desempregados.

mulheres jovens apresentarem em termos educativos e de progressão nos estudos melhores resultados globais que os seus pares do sexo masculino.

Quando falamos de precariedade não é certamente despiciendo o facto de o grau de qualificação da força de trabalho, especialmente entre os jovens[84], seguir uma tendência ascendente[85] enquanto a qualidade do emprego disponível se degrada e o desemprego aumenta. Vários dados apoiam essa afirmação. Por exemplo, em 2010, no escalão dos 15-24 anos, a taxa de desemprego aumentou significativamente com a passagem do Ensino Secundário para o Ensino Superior, e, de uma forma geral, as estatísticas indiciam que, entre os licenciados de todas as faixas etárias, os jovens são os que mais contribuem para a elevação do desemprego de longa duração (idem). O mercado de trabalho português parece ser incapaz de absorver as qualificações elevadas de que necessita, o que tem conduzido à emigração dos mais qualificados. Assim, apesar de o nível de instrução continuar a ser um fator atenuante do desemprego de longa duração, as trajetórias mais longas de escolarização parecem não produzir melhorias significativas da inserção laboral dos jovens portugueses, especialmente no que se refere aos que detêm uma licenciatura. De uma forma geral, os jovens enfrentam dificuldades na transição da escola para a vida ativa, sendo o segmento da população mais afetado pelo trabalho precário e pelo desemprego em Portugal.

As taxas de desemprego crescentes caracterizam o mercado de trabalho português. Essa tendência de crescimento (12,7% em 2011, 15,7% em 2012 e 16,2% em 2013) é acompanhada pelo aumento da proporção de população desempregada à procura de emprego há 12 e mais meses e por valores extremamente elevados de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos: 30,1% em 2011 e 37,7% em 2012) (INE, 2012, 2013, 2014). Verifica-se uma sobre representação feminina no desemprego de longa duração e de muito

[84] Comparativamente a outros países europeus a percentagem de jovens portugueses que apresentam qualificações de base débeis é ainda muito significativa (Kóvacs e Chagas Lopes, 2012).

[85] Entre 1998 e 2013, a proporção de população ativa com pelo menos o ensino secundário completo no total da população ativa mais que duplicou (de 19,7% para 43,6%) e a taxa de escolarização do ensino superior (proporção de alunos com idade entre 18 e 22 anos inscritos no ensino superior) seguiu a tendência crescente desde meados dos anos 1990 (32,2% no ano letivo 2012/2013), apesar de a proporção de população ativa com o ensino superior completo ser ainda relativamente baixa (20,5%) quando comparada com outros países Europeus (INE, 2012, 2013, 2014).

longa duração, o que coloca as mulheres em situações de maior vulnerabilidade laboral e em risco acrescido de exclusão económica e social (Casaca, 2012).

O panorama que foi apresentado reflete as tendências gerais de precarização do trabalho e do emprego abordadas anteriormente[86]. Em Portugal, os seus efeitos têm vindo a agravar-se com a imposição de uma *sociedade de austeridade*[87] (Ferreira, 2012), exacerbando a descoincidência entre expectativas, qualificações e emprego. A mobilidade social descendente, real, a que aludi anteriormente, contrasta com uma outra, do tipo ascendente, ilusória, em direção a uma classe média, que espelha uma discrepância entre classe objetiva e classe subjetiva[88] (Estanque, 2012b). A propósito da classe média, a sua presença reveste-se de particularidades, continuando a ter um peso escasso e a acusar pouca solidez pese embora a sua expansão. As razões para tal podem ser situadas na passagem de uma sociedade predominantemente rural para uma de serviços[89] num curto espaço de tempo. A partir dos anos 2000, a classe média, juntamente com outros segmentos da população, passou a confrontar-se com uma redução progressiva de direitos laborais e sociais e o consequente agravamento da insegurança e do risco (idem, 2012a,b).

A *sociedade de austeridade* trouxe consigo um "direito do trabalho de exceção"[90], promotor de um conjunto de medidas apresentadas como reformas laborais

[86] Ver secção 1.2 e capítulo 2 da parte I.

[87] Desde 2011, o conjunto da sociedade europeia tem sido dominada por uma austeridade que, na busca de soluções para uma crise composta pelos mercados financeiros, défice público do Estado e modelos económicos e sociais seguidos, impõe políticas e medidas económicas que conduzem à disciplina, ao rigor e à contenção económica, social e cultural que resultam em privações subjetivas e objetivas para os indivíduos (Ferreira, 2012).

[88] Apesar de se poder falar da prevalência do *efeito de classe média*, os fluxos de mobilidade ascendente foram reais durante algum tempo (Estanque, 2012b). O *efeito de classe média* é um referente simbólico no imaginário dos portugueses: "trata-se de um efeito de atração que exprime o facto de a identificação subjetiva com a classe média tender a ampliar-se para lá dos limites objetivos (ou seja, do peso demográfico) dessa camada. Isso significa que por detrás da existência de uma classe média 'real', pode conceber-se a presença de uma classe média 'virtual'"(idem: 84).

[89] Essa passagem influenciou a recomposição das classes e das desigualdades e assumiu contornos particulares tanto no respeitante ao mercado de trabalho e às novas linhas de fragmentação classista como nos planos das atitudes subjetivas e da participação, dos padrões de vida e das formas de conflitualidade sindical (Estanque, 2005, 2009, 2012b).

[90] O "direito do trabalho de exceção" é consubstanciado pela Proposta de Lei nº 46/XII, que tem como efeitos práticos medidas como cortes salariais, erosão dos direitos laborais, supressão de formas de conflito e de regulação laboral, entre outras (Ferreira, 2012). Em sua decorrência, verificou-se também a deterioração progressiva do poder de compra dos salários, aumento do tempo de trabalho não pago, redução do preço pago por determinadas prestações de trabalho, redução dos custos de despedimento e da retribuição do trabalho suplementar (Estanque e Costa, 2012a; Estanque, 2012b).

indispensáveis, legitimadas pela evocação de um "estado de emergência", que se refletiu no reforço das assimetrias nas relações laborais e na penalização do fator trabalho, espelhando orientações (europeias) liberalizantes e conducentes a uma flexibilização e precariedade cada vez maiores (Costa *et al.*, 2014; Estanque, 2009; Estanque *et al.*, 2013, Ferreira, 2012). Teve início uma nova etapa de regulação laboral que instituiu o regime de austeridade (Soeiro, 2015). As linhas orientadoras foram dadas pelo Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica entre o governo português e a *Troika*, composta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE) (assinado a 17 de Maio de 2011), e pelo Acordo de Concertação Social (Janeiro de 2012) que concretizou grande parte das intenções plasmadas no memorando. O processo de precarização laboral é assim relançado a partir de uma reconfiguração do regime de emprego e de relações laborais[91] (Lima, 2014) em linha com uma radicalização da agenda neoliberal. A última sustentou a prescrição de uma política de ajuste estrutural que, segundo Braga, transformou Portugal "em um autêntico laboratório vanguardista para as experiências de ajuste executadas em diferentes ritmos no sul da Europa" (Braga, 2015: 18).

A política de ajustamento estrutural foi concretizada através da aplicação de várias medidas durante o período de 2011 a 2013[92]. As mesmas foram alvo de sistematização por Leite *et al.* (2014). Do conjunto identificado, destaco algumas: cortes salariais da Função Pública, corte de 50% no subsídio de Natal e supressão dos subsídios de férias e de natal nos anos seguintes, eliminação das promoções e progressão nas carreiras, redução das indemnizações por despedimento, facilitação dos despedimentos por inadaptação e extinção do posto de trabalho, redução de dias de férias e de feriados, liberalização do banco de horas, redução da duração do subsídio de desemprego e desvalorização do papel dos sindicatos na contratação coletiva.

[91] Essa reconfiguração contempla duas vertentes: por um lado, a desvalorização dos salários, das condições de trabalho, da proteção assegurada pelas convenções coletivas, a facilitação do despedimento e a redução da proteção no desemprego; por outro, a erosão da negociação setorial, da cobertura das convenções coletivas e a instrumentalização da concertação social (Lima, 2014).

[92] O diploma mais significativo desse período é o que consagrou as alterações ao Código de Trabalho (Lei 23/2012 de 25 de junho) (Soeiro, 2015).

Podem ser mencionadas, a título de exemplo, algumas consequências da etapa do "regime de austeridade": compressão forte da procura e do poder de compra, recessão, descida de salários, e aumento das desigualdades. Como será possível verificar mais adiante, essas consequências estiveram na base das mobilizações que compuseram o novo ciclo de protestos em Portugal.

2.2. O movimento sindical português e a crise do sindicalismo

O movimento sindical português insere-se no contexto mais alargado do sindicalismo europeu, com o qual partilha muitas características, nomeadamente as apontadas como elementos conformadores da denominada crise do sindicalismo. Antes de enveredar pela apresentação de alguns dos elementos que compõem esse quadro de crise em Portugal, vale a pena salientar certos aspetos mais específicos da nossa realidade que contribuem para a configuração assumida pela mesma.

Pelo menos uma parte significativa do movimento sindical português continua a ter por referência o papel histórico do movimento operário, o que, segundo Estanque (2009), contribui para a manutenção de uma visão centrada nas velhas contradições de classe. Essa e outras características podem, conforme o mesmo autor, ser atribuídas, direta ou indiretamente, a certas singularidades do nosso contexto, como sejam a industrialização tardia e incipiente, a expansão também tardia do Estado-providência (só após a revolução de 1974), ou a afirmação do movimento sindical num contexto revolucionário marcado por uma linguagem de classe que hegemonizou o debate público. Foi nesse contexto que se consolidou a força da CGTP-IN e que nasceu a União Geral dos Trabalhadores (UGT)[93]. Com o passar do tempo, o movimento sindical assumiu um protagonismo crescente no plano institucional em detrimento da capacidade de mobilização, ocorrendo o reforço do papel desempenhado pelos atores sindicais nos processos de negociação e diálogo social a partir dos anos 1980, com particular destaque para a UGT (idem). Diferentemente da CGTP-IN, a

[93] A UGT foi criada em oposição à CGTP-IN e por iniciativa do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, no seguimento da luta contra a "unicidade sindical" (Estanque, 2009). Começou por captar apoios no setor dos serviços (por exemplo, os bancários),

UGT colocou em prática um sindicalismo reformista e assumiu o papel de parceiro privilegiado do diálogo social.

As clivagens político-ideológicas do período revolucionário continuam a marcar o movimento sindical português e contribuem para a sua polarização, fomentando divisões no plano sindical. Essas clivagens refletem estratégias político-partidárias e têm tradução na disputa pela hegemonia das estruturas dirigentes de cada uma das centrais sindicais, verificando-se uma manutenção da direção partidária no sindicalismo (Cerdeira, 1997; Estanque, 2009; Stoleroff, 1988). No caso da CGTP-IN, ainda não terá sido consolidada uma verdadeira autonomia em relação ao PCP. Quanto à UGT, mantem-se a influência exercida quer pelo Partido Socialista (PS) quer pelo Partido Social Democrata (PSD). Pode por isso falar-se de uma instrumentalização das duas confederações sindicais por forças partidárias (Estanque e Costa, 2013). Aliada à preponderância da "organização" nas estruturas sindicais, essa presença partidária tem vindo a colocar entraves importantes à participação e à penetração do discurso sindicalista junto da sociedade, em particular dos jovens e dos segmentos mais precarizados (Estanque, 2009).

Espelhando uma tendência mais geral, o forte declínio sindical tem vindo a marcar as últimas décadas em Portugal (Dornelas, 2000, 2009). Esse declínio, um dos sinais mais expressivos da crise do sindicalismo, reflete-se não só na diminuição da capacidade das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores em se afirmarem como interlocutores privilegiados no quadro dos mecanismos de negociação coletiva e de regulação laboral, mas também na capacidade de captação de novos membros e na construção da sua imagem pública. De forma a verificar algumas das tendências de evolução do sindicalismo português, reproduzo de seguida um quadro que fornece dados relativos a um indicador de força sindical que é a densidade sindical, bem como uma reconstituição de uma série estatística longa das greves. A opção de apresentar esses dados prende-se com o facto de a filiação e a densidade sindicais constituírem indicadores fundamentais para a análise do papel, representatividade e influência dos sindicatos numa dada sociedade.

QUADRO 1 – Sindicalização e greves em Portugal: 1974-‑2012

Ano	Nº sindicalizados (milhares)	Densidade sindical (%)	Nº greves	Nº trabalhadores em greve (milhares)
1974	…	…	313	…
1975	…	…	340	…
1976	…	…	367	…
1977	…	…	357	…
1978	1 486,8	60,8	333	…
1979	1 500	60,1	381	…
1980	1 460	54,8	374	…
1981	1 420	53,5	756	…
1982	1 380	50,5	563	…
1983	1 340	47,2	532	…
1984	1 300	47,2	550	…
1985	1 225	44,6	504	…
1986	1 150	41,2	363	231,5
1987	1 093	38,6	213	81,3
1988	1 035	35	181	155,5
1989	978	32	307	296,1
1990	920	28	271	128,9
1991	89	28,2	262	119,1
1992	872	26,1	409	131,9
1993	848	26,1	230	83,1
1994	824	25,9	300	94,4
1995	800	25,4	282	60,4
1996	802,6	25,5	272	50,5
1997	805,1	25,2	265	45,8
1998	798	23,4	227	44,2

1999	790	22,5	200	33,5
2000	783	21,6	250	38,8
2001	824	22,4	208	26,1
2002	768	20,7	250	80,2
2003	783,4	21,2	170	30,3
2004	802,6	21,4	122	31,9
2005	804,2	21,2	126	21,7
2006	805,9	20,8	155	33,5
2007	804,4	20,8	99	29,2
2008	803	20,5	…	…
2009	771	20,1	…	…
2010	738	19,3	131	72,3
2011	…	…	106	59
2012	…	…	147	93,1

Fonte: Costa, Hermes Augusto; Dias, Hugo; Soeiro José (2014) "As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições." *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 103, 173-202.

Com base no quadro apresentado, pode ser assinalada uma diminuição progressiva do número de sindicalizados a partir do início dos anos 1980, coincidente com o período de estabilização do regime democrático. Os dados também evidenciam uma quebra acentuada da densidade sindical e da filiação sindical (para metade) em três décadas (1980-2010). Embora correspondam a dados que não constam do quadro fornecido, é importante referir que, concomitantemente ao decréscimo verificado, os níveis de sindicalização aumentaram em alguns segmentos da classe média, o que estará relacionado com o aumento da institucionalização das estruturas sindicais e do neocorporativismo e com a crescente fragilização do sindicalismo de base operária (Estanque, 2005, 2009). Por outro lado, deve ser salientado que a quebra significativa dos

níveis de sindicalização pode não traduzir uma atitude de rejeição ou distanciamento dos trabalhadores relativamente aos sindicatos[94] (Sousa, 2011).

No respeitante às duas centrais sindicais, CGTP e UGT, as atitudes dos cidadãos têm sido de indiferença em relação às mesmas e à sua ação (Dornelas, 2009), uma indiferença que coexiste com opiniões tanto positivas como negativas em relação aos sindicatos (Almeida, 2009). De um modo geral, subsiste a ideia da necessidade de atitudes mais reivindicativas e do fortalecimento da capacidade negocial dos sindicatos. Num sentido mais negativo, os sindicatos são acusados de não defenderem convenientemente os trabalhadores e de ignorarem a opinião daqueles que representam, o que pode ser reconduzido ao problema do défice democrático no interior das estruturas sindicais e à necessidade de transformação da organização sindical.

Os fatores que contribuíram para o declínio da sindicalização foram referidos a propósito do contexto mais geral mas é pertinente sublinhar que, em Portugal, a institucionalização do sindicalismo produziu uma identificação dos sindicatos com o papel de parceiros sociais, conotando-os negativamente pois, referem Almeida *et al*. (2010), a "parceria" torna-os corresponsáveis na criação e implementação de políticas e enquadramentos mais desfavoráveis aos trabalhadores. O declínio da sindicalização é uma realidade ainda mais expressiva no caso dos trabalhadores precários e denuncia a existência de dificuldades de integração desses trabalhadores nas estruturas sindicais. Os dados provenientes de um estudo realizado por Rosa e colaboradores (2000) indicam que, comparativamente aos trabalhadores ditos estáveis, a taxa de sindicalização dos trabalhadores em situação de precariedade é drasticamente mais baixa. Como razões para tal podem ser mencionados a falta de cultura sindical associada à falta de informação, o receio de represálias por parte dos empregadores, bem como a descrença acerca do papel exercido pelos sindicatos (Estanque, 2006). Frases como "os sindicatos não fazem nada" ou "não adianta ser sindicalizado, os patrões têm a faca e o queijo na mão" são muito

[94] Os dados para Portugal de um inquérito internacional do *International Social Survey Program* (ISSP) dão conta que dois terços dos respondentes portugueses afirmam que os sindicatos são muito importantes para a segurança do emprego dos trabalhadores por conta de outrem (66,5%) e 65,2% consideram que sem os sindicatos as condições de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem seriam muito piores do que são (Sousa, 2011).

frequentes e refletem o afastamento, nomeadamente dos mais jovens, relativamente à cultura sindical. Como é referido por Elísio Estanque:

> [A] ação sindical tem sido incapaz de pôr no terreno iniciativas que mobilizem os setores mais precários, mais carenciados e mais jovens. Estes, deixados ao abandono e absolutamente dependentes de hierarquias "sindicalofóbicas" e das novas formas de híper-exploração – que reinam, por exemplo, nos *call centers* e em muitos outros contextos laborais onde o contrato individual precário se tornou a regra -, simplesmente abdicam de procurar a filiação sindical e não acreditam no sindicalismo (idem: 18).

Em Portugal, as transformações internas ao próprio sindicalismo assumem contornos paradoxais. O declínio das taxas de sindicalização e o enfraquecimento das bases de apoio são acompanhados pela divisão sindical expressa na multiplicação (ou duplicação) de estruturas sindicais para um mesmo setor ou profissão, que se refletem negativamente sobre a capacidade reivindicativa e perceção dos trabalhadores acerca da ação sindical (idem, 2009; Cerdeira, 2004). Praticamente reféns de interesses setoriais que lhe permitiram a manutenção da influência em alguns setores do funcionalismo público e dos serviços, o movimento sindical ter-se-á afastado dos objetivos solidaristas e emancipatórios mas também dos setores mais precarizados da força de trabalho que assim se sentiram desmotivados em relação à filiação e participação.

Não pode ser esquecido um aspeto da crise do sindicalismo mencionado anteriormente e que é evidente no caso do movimento sindical português: o facto de os discursos internacionalistas corresponderem a práticas de recorte nacional na maior parte das vezes. É certo que a CGTP não representa a totalidade do movimento sindical português, nem se pretende aqui que seja produzida essa identificação. No entanto, no quadro do presente estudo, a forma como essa central sindical tem vindo a gerir a dimensão internacional da ação sindical reveste-se de particular importância. A esse propósito, Costa (2005, 2008) fornece elementos relevantes que concernem a evolução da Política de Relações Internacionais (PRI) da central sindical.

Esse autor considera que a PRI da CGTP pode ser dividida em três fases. A primeira, de 1970 a 1974, pautou-se pelo alinhamento ideológico com o sindicalismo dos países de Leste e com a Federação Sindical Mundial (FSM) e pela disputa da filiação da CGTP pelas grandes organizações sindicais internacionais (sobretudo FSM e Confederação

Internacional dos Sindicatos Livres - CISL). A segunda fase (1989-1995) caracterizou-se pela reformulação das práticas sindicais (tradicionalmente sintonizadas com o bloco político-ideológico de Leste) e pelo equacionar de novas relações, quer em termos geográficos como de atores. A terceira fase (de 1995 até ao presente) iniciou-se com a filiação da CGTP na Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e assinalou um novo relacionamento com o movimento sindical transnacional, sendo marcada pela recuperação de bandeiras de luta antigas e pelo reforço da ação reivindicativa.

As três fases enunciadas compõem uma PRI que, na opinião de Costa, "está ainda muito 'colada' a um sindicalismo *made* in Portugal", assente nos discursos da defesa da soberania e da independência nacional (idem, 2005: 156). Essa avaliação é congruente com o posicionamento formulado por Florival Lança quanto aos debates acerca da filiação internacional empreendidos no seio da central sindical, que são retratados como problemáticos e indiciadores de resistências várias (Lança, 2010). Esses debates denunciariam um posicionamento ambíguo da CGTP-IN face à filiação internacional. Em particular, aquele que incidiu sobre a filiação da CGTP na Confederação Sindical Internacional (CSI) terá sido permeado de incongruências e mesmo incómodo no seio da central, bem como denunciador da tendência da cúpula da central em ignorar a posição de uma parte dos seus quadros e organizações filiadas.

Para finalizar e recorrendo novamente aos dados apresentados no Quadro 1, é possível verificar que a tendência de decréscimo dos indicadores de filiação e de densidade sindical ao longo de vários anos foi acompanhada pelo decréscimo das estatísticas da greve, apesar da existência de alguns períodos de inflexão ou abrandamento (Costa, Dias e Soeiro, 2014). Nos tempos mais recentes, a tendência de diminuição do número de greves parece ter-se invertido. Essa mudança exprime a intensificação do conflito socio-laboral motivado pelas medidas de austeridade (idem). Nos anos de 2010, 2011 e 2012, é notória a inversão do valor mínimo registado, quer em número de greves, quer em número de trabalhadores em greve. Com base nesses dados e tendo em conta que o número de greves gerais convocadas desde 2010 (cinco greves gerais entre 2010 e 2013) foi superior ao número registado nas três décadas anteriores, pode ser afirmado que o sindicalismo deu mostras de maior combatividade, principalmente se tivermos em conta que, como afirmam Costa,

Dias e Soeiro (idem), as dinâmicas da austeridade, conjuntamente com a crescente precarização das relações laborais, podem não só paralisar o recurso à greve mas também fazer com que o seu exercício passe a ter uma conotação negativa.

O aumento do número de greves e de manifestações pode constituir uma forma de mitigação da perda de capacidade de negociação coletiva no contexto de uma conjuntura adversa, que realça, também no caso da UGT, a dimensão conflitual do movimento sindical (Costa, 2011; Braga, 2015). Em todo caso, é legítimo afirmar que não obstante a expressão da crise do sindicalismo em Portugal, o contexto de crise ressaltou uma combatividade que para muitos estaria perdida, o que evidentemente não é o mesmo que dizer que a atuação sindical correspondeu na totalidade e nas várias vertentes às exigências colocadas pela imposição do regime de austeridade.

2.3. Os movimentos sociais portugueses: da luta pela democracia à rejeição da austeridade

À semelhança de sociedades que não passaram por uma industrialização forte, em Portugal, os movimentos sociais reúnem "novas" e "velhas" lógicas de ação e são pautados por uma dimensão comunitária (Estanque, 2008b). Caracterizam-se, quanto a Boaventura de Sousa Santos, pelo facto de os velhos movimentos sociais serem novos e os NMS serem muito fracos ou mesmo inexistentes, o que remete para a existência de um défice de movimentos sociais em Portugal (Santos, 2002). Esse défice pode ser reconduzido a um conjunto de fatores que passo a enunciar.

A longa ditadura é um deles Apesar de não ter impedido que existissem, clandestinamente, organizações, como partidos políticos e sindicatos, pautadas pelo pensamento socialista, a condição de clandestinidade era um obstáculo à participação na vida política e social, condicionando o seu impacto. Outro fator que importa referir é o conservadorismo da Igreja Católica que, dada a sua influência sobre a sociedade civil, obstaculizou militâncias progressistas e impulsos de auto organização. A esses dois fatores pode ser aduzida a influência da dimensão cultural da distância ao poder, proposta por Hofstede (1984). Na época em causa, e também posteriormente, a distância ao poder, ou

distância hierárquica, era considerável, proporcionando a aceitação sem grande oposição da distribuição desigual de poder na sociedade, o que se traduziu na dificuldade de conformação de movimentos de contestação e de oposição. Essas condições, que podem ser tidas como condições de base, influenciaram o desenvolvimento dos movimentos sociais por mais algumas décadas.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 trouxe consigo uma abertura que possibilitou que os velhos-novos movimentos sociais da democracia representativa (os partidos políticos e sindicatos) assumissem uma presença ampliada na sociedade portuguesa mas também a emergência de novos movimentos sociais (Santos, 2002). Os últimos baseavam-se nos princípios da democracia participativa e apresentavam objetivos pós-materialistas e culturais, bem como de satisfação de necessidades básicas. Proliferaram também movimentos e organizações de extrema-esquerda que eram marcados por uma atomização decorrente tanto da radicalização como da dimensão reduzida que os caracterizava (Mateus e Ramalho, 2013). São exemplos os movimentos marxistas-leninistas, movimentos que recusavam o marxismo-leninismo (mais próximos de setores mais conservadores e católicos progressistas) e movimentos e organizações de suporte ao poder popular, mais radicais (comités de soldados e marinheiros, movimentos anticolonialistas e anarquistas).

A revolução determinou assim a emergência simultânea e coexistência, por um curto período e em regime de grande tensão e contradição social, de velhos e novos movimentos sociais em disputa por conceções contrastantes de democracia participativa (mais radicais, baseadas na participação popular, nas organizações de base e em comissões livremente eleitas, e que tinham o socialismo como horizonte) e representativa (Estanque, 2008b; Nunes e Serra, 2003; Santos, 2002). De uma forma peculiar, coexistiam experiências e conceções radicais com projetos políticos mais tradicionais. O advento da revolução proporcionou um período histórico marcado por experiências inovadoras no domínio dos movimentos sociais e da participação dos cidadãos.

É pertinente sublinhar que a experiência de democracia participativa (1974-75) foi pautada por um debate intenso em torno de três questões: condições e dinâmicas de participação e formas de organização; articulação de diferentes formas de conhecimento e de experiência; e o papel do Estado como promotor dos movimentos e da participação

dos cidadãos ou como obstáculo[95] (Nunes e Serra, 2003). Durante esse período, diferentes atores sociais promoveram experiências de mobilização de massas novas, de constituição de organizações populares de base e de democracia participativa que se revelaram marcantes. Entre as várias existentes, pode ser destacada a operação SAAL[96], uma experiência de emancipação social e de democracia participativa que articulou o específico e o local com projetos de transformação global da sociedade (idem). A operação SAAL revelou dinâmicas ambíguas (e contraditórias) como a que se verificou entre emancipação e a propensão dos movimentos sociais para a dependência em relação ao Estado e organizações políticas para concretizarem os objetivos. Revelou também a existência de processos de aprendizagem dos movimentos sociais a partir das interações com outros atores sociais.

Após esse período, os velhos-novos movimentos sociais tornaram-se gradualmente hegemónicos e os NMS praticamente desapareceram (Santos, 2002). Para essa inversão contribuíram a memória do período revolucionário (que conferiu à democracia representativa um capital político e simbólico especial), o facto de a democracia representativa ainda ter capacidade mobilizadora, e o potencial social e político forte dos velhos-novos movimentos sociais. Boaventura de Sousa Santos chama a atenção para a ocorrência simultânea de dois tipos de fenómenos: o vazio no concernente a uma ação de classe forte criou terreno quer para a ação de base anarquista em períodos de convulsão social, quer para ação hiperpolitizada (de cúpula) em períodos de estabilidade democrática, dando azo a que embriões de NMS enveredassem pelo político constituído antes de terem conduzido à criação de movimentos[97]. Concomitantemente, terão também

[95] O papel do Estado revestia-se de contradições e impotências: por um lado, os governos eram tutelados e estavam paralisados, por outro, eram muito sensíveis à pressão dos movimentos sociais e cívicos, vivendo-se um enfrentamento permanente entre a legalidade revolucionária e a legalidade democrática (Nunes e Serra, 2003; Santos, 1990).

[96] SAAL significa Serviço Ambulatório de Apoio Local. Essa operação foi lançada em várias zonas urbanas e envolveu uma dinâmica de organização popular e de aliança entre setores do Estado, intelectuais específicos e movimentos populares baseada na definição de objetivos setoriais precisos (habitação decente e direito ao lugar) (Nunes e Serra, 2003). Tinha por objetivo mais geral a construção de uma sociedade mais justa (que seria do tipo socialista).

[97] Esse foi o caso do Partido Os Verdes, ligado ao Partido Comunista Português (Santos, 2002).

faltado agentes externos que canalizassem capital profissional, ideológico, cultural ou político para os movimentos sociais.

Posteriormente, já nos anos 1990, impuseram-se novas dinâmicas de mobilização social e novos atores coletivos. Em 1992, com o fim do "ensino tendencialmente gratuito" e o início da privatização da escola pública, emergiu um forte movimento estudantil que organizou a resistência contra as mudanças no sistema educativo[98] (Drago, 2005). Os estudantes desafiaram o poder e convocaram greves e manifestações um pouco por todo o país. Pode também ser mencionado, como exemplo de um protesto que desafiou o poder e que produziu um impacto significativo, o "mega buzinão" na Ponte 25 de Abril, contra o aumento do valor das portagens nesse local, em 1994. O protesto, que motivou uma intervenção policial, assumiu contornos violentos e é conotado com o fim do cavaquismo.

Avançando cerca de duas décadas, deparamo-nos hoje com um cenário em que apesar do sindicalismo estar fragilizado e das tendências de precarização inibirem a expressão aberta dos conflitos laborais, estão presentes fortes clivagens sociais estruturadas em torno das condições de trabalho nas representações subjetivas[99] (Estanque, 2009). Não obstante a presença forte referida, pode ser assinalado um período de apatia aparente em que a expressão política sob movimentos sociais foi algo rara. Essa acalmia em termos de protestos que se verificava em Portugal, com a exceção dos setores organizados pelo movimento sindical, foi quebrada a partir de 2011.

A acalmia mencionada pode ser explicada por vários fatores (idem, 2012b). Às já mencionadas "inibição" imposta pelo salazarismo e tolerância face às discrepâncias de poder e de *status* (a distância ao poder) – a última ajuda a explicar a prioridade que é dada à preocupação com a segurança, principalmente à segurança no emprego - soma-se ainda a prevalência, particularmente entre os mais jovens, de uma grande desconfiança face às instituições do sistema democrático. Apesar dos fatores enunciados e, mais recentemente, do processo de desilusão gerado pela condição precária, que conduziu a níveis de participação mais tímidos, a conflitualidade manteve-se presente e é agora alvo de

[98] Em concreto, o movimento estudantil organizou-se contra a Lei 20/92, de 14 de Agosto.
[99] Aliás, como denotam as estatísticas da greve apresentadas, a clivagem entre capital e trabalho continua a traduzir-se em conflitualidade social.

recrudescimento, podendo falar-se numa ação coletiva da era da austeridade, em grande parte motivada pela dinâmica de ascensão e declínio das classes médias, que conta com uma forte presença de setores radicais da juventude politizada das classes médias urbanas (idem, 2014, 2015; Estanque e Costa, 2012b).

Os motivos para a contestação são hoje mais claros e aceites por muitos assalariados. Porém, a frustração induzida pela precariedade favorece a procura de soluções individuais a nível profissional e dificulta a ação coletiva. Esse panorama alterou-se no período mais recente, apesar de a ação coletiva continuar a refletir essa e outras fontes de tensão.

Capítulo 3 - Na antecâmara da austeridade: os atores coletivos do combate à precaridade

Conforme foi apresentado no capítulo 2 da parte III, o processo de mudança português no campo socioeconómico foi profundo ao longo das últimas décadas. Nesse quadro, considero as principais fases de transformação no campo das relações de trabalho baseando-me na tipologia apresentada por José Soeiro (2015). Assim, como referido, essa sucessão de etapas deu lugar a diferentes modelos de regulação laboral – a instituição do direito do trabalho como constituinte da democracia (1974-1976); o início do reconhecimento legal da precariedade (1976-1986); a desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservador (1986-1995); precarização de facto com reforço da proteção social (1995-2002); a consolidação de uma sociedade precária (2002-2011); e, a mudança de paradigma: o regime da austeridade (a partir de 2011) - que ao longo da primeira década deste século foi flexibilizando as relações laborais e subtraindo muitos direitos do trabalho. Com a entrada na fase mais aguda da crise e a aplicação do programa de resgate imposto a Portugal, o país foi empurrado para uma espécie de "sociedade precária", com as conhecidas consequências no campo do desemprego, da exclusão e do empobrecimento, panorama esse que, como já mostrei, não podia deixar de conduzir ao aumento da crispação social e à intensificação da conflitualidade, com especial incidência na esfera laboral e sindical.

Por volta de meados da primeira década do atual milénio surgiu, de forma mais ou menos simultânea, um conjunto de grupos que tinham como objetivo combater a precariedade do trabalho e do emprego. Considero tratarem-se de organizações de movimento social (OMSs) pois, conforme o conceito proposto por Zald e Ash (1966), todos esses grupos tinham como objetivo produzir uma mudança na sociedade, não tendo sido constituídos com o objetivo de disponibilizar um serviço regular. Importa sublinhar que a noção de *organização de movimento social* não implica necessariamente as ideias de hierarquia ou estrutura que normalmente são associadas ao termo "organização". No seu conjunto, esses grupos – OMSs – configuravam um movimento social que conferia

centralidade ao problema da precariedade na sociedade portuguesa e que se batia pela sua erradicação.

É possível falar da existência de um movimento social de combate à precariedade pois, conforme a definição de Alain Touraine[100], são discerníveis três dimensões: identidade, oposição e totalidade. Segundo esse autor, os atores envolvidos na construção de uma ação compartilham uma identidade assente em relações de solidariedade e que se opõe a um ou mais adversários sociais, com quem mantêm uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes na sociedade (Touraine, 1981, 1982, 1996, 1997). O movimento de combate à precariedade definiu a sua identidade através da afirmação da rejeição das políticas de flexibilização e de precarização do trabalho e do emprego, diferenciando-se do discurso dominante que estabeleceu essas práticas como necessárias. Opôs-se a um adversário que representava um obstáculo à existência de uma sociedade sem exploração e onde o trabalho é dignificado. Tinha como horizonte uma conceção de trabalho e emprego dignos cuja referência é a condição salarial moderna do pós-guerra. Essa é a totalidade que corresponde às razões pelas quais o movimento e o seu adversário estão em conflito. Nesse sentido, o adversário pode ser definido como as instâncias que promovem a precarização, isto é, o Estado, que promulga legislação que flexibiliza o Direito do Trabalho e que é também um utilizador de trabalho precário, e as entidades empregadoras que legal e/ou ilegalmente utilizam a precarização do trabalho e do emprego para maximizarem os seus lucros. Além da presença das três dimensões, como ficará patente nos próximos capítulos, esteve presente uma combinação diferenciada de campanhas, repertórios e representações públicas concertadas da fórmula WUNC[101], conforme proposto por Tilly (2004). Verificou-se de facto um esforço público em formular reivindicações coletivas orientadas para um objetivo concreto e dirigidas a autoridades que se estendeu para além de um acontecimento singular.

O movimento de combate à precariedade tinha na sua base o conflito entre capital e trabalho. Esse conflito é uma clivagem tradicional no contexto da sociedade portuguesa.

[100] Ver secção 1.4 da parte II.

[101] Fórmula *WUNC - worthiness, unity, numbers, and commitment* (respeitabilidade, unidade, números e compromisso). Ver secção 1.1. da parte II.

Com base na tipologia fornecida na secção 1.3 da parte II, trata-se de uma clivagem fechada na medida em que dá origem a grupos sociais claramente segmentados entre si e internamente integrados. São exemplos a "classe trabalhadora" e o movimento sindical (o seu movimento social por excelência) consubstanciado na figura dos sindicatos. Contudo, o fechamento que lhe é atribuído é posto em causa pelas tendências de precarização vigentes. A emergência do precariado é um exemplo de como a clivagem entre capital e trabalho está a dar origem a novos grupos. No entanto, esses novos grupos não são ainda claramente segmentados entre si e internamente integrados. Além do mais, é necessário ter em conta que, como referido, são cada vez mais os setores que apesar de aparentemente resguardados da precarização são atingidos por ela. Será esse o caso das classes médias. Nesse sentido, será mais correto falar de uma clivagem originalmente fechada mas tendente a uma abertura cada vez maior, passando a mobilizar grupos que extravasam os limites da classe trabalhadora "tradicional" e das suas organizações.

De acordo com a tipologia que mencionei, trata-se de uma clivagem institucionalizada (sob a forma da negociação coletiva, por exemplo) e pacificada mas que continua a despoletar mobilização política em grande escala fora das arenas parlamentar e administrativa. Nesse sentido pode ser-lhe atribuída uma saliência média. No que concerne o seu potencial de mobilização (dado pelo grau de fechamento e pela saliência da clivagem), tendo em conta o grau de saliência médio identificado, opto por a considerar uma clivagem fechada e não pacificada, com um potencial de mobilização exclusivo, isto é, só em torno da clivagem tradicional, uma vez que Kriesi *et al.* (1995) não indicam uma categoria intermédia.

Neste momento, é pertinente retomar a afirmação inicial relativamente ao facto de se tratar de uma clivagem tradicional que motiva novas formas de mobilização. Face à insuficiência das estruturas institucionais, as clivagens tradicionais fechadas e não pacificadas podem motivar, de acordo com os autores supracitados, novas formas de organizar e fornecer um enquadramento interpretativo para a política de movimento. Neste caso específico, apesar de institucionalizado, o conflito entre capital e trabalho continua a dar azo a mobilização extra institucional. A forma como essa se concretiza é

influenciada por novas tendências que enfatizam a autonomia face às instituições tradicionais, entre outras coisas.

Os dados empíricos recolhidos colocam em destaque a prevalência das trajetórias em carrossel caracterizadas por uma integração desqualificante entre os ativistas e apoiantes do movimento de combate à precariedade. Permeadas pelo risco e pela insegurança, essas trajetórias configuram experiências que moldam o ativismo. De uma forma geral, as OMSs analisadas foram criadas por jovens em início da vida ativa ou prestes a entrarem no mercado de trabalho, sendo que alguns apresentavam um percurso prévio de ativismo estudantil e/ou político. A experiência subjetiva da procura do primeiro emprego, frequentemente informal e precário, durante um período longo – uma experiência "muito desagradável e reveladora das contradições do mundo do trabalho"[102] – foi o que desencadeou o "despertar ativista" na maioria dos casos. Essa vivência suscitou a procura de experiências proporcionadoras de uma consciência crítica perante o problema da precariedade, de experiências de ação coletiva que pudessem contribuir para a sua resolução. Por outro lado, são também frequentes os casos em que o radicalismo político é nitidamente influenciado por valores inculcados durante as experiências formativas, não derivando por isso da vivência de trajetórias precarizantes. O ingresso no ensino superior pode ser um momento de desenvolvimento de uma consciência política conducente a trajetórias de ativismo político partidário ou à participação em lutas específicas.

No quadro do movimento de combate à precariedade destacaram-se quatro organizações de movimento: Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA), Ferve, plataforma MayDay e Precários Inflexíveis (PI). As suas trajetórias cruzaram-se e complementaram-se em diversos momentos, pautando-se por processos de reorganização que responderam em parte a reconfigurações do ambiente externo. As próximas secções são dedicadas às suas características e à atividade que desenvolveram.

[102] Afirmação proferida por um ativista dos Precários Inflexíveis (entrevista em Abril de 2010).

3.1. A Plataforma dos intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual

A Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual foi constituída em Novembro de 2006, no âmbito de uma petição unitária que reivindicava o enquadramento legal do Regime Laboral dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual. Na sua base esteve a constatação que os profissionais do espetáculo e do audiovisual eram penalizados em relação aos trabalhadores abrangidos pela Lei Geral do Trabalho pois o caráter intermitente da atividade exercida colocava-os na categoria de trabalhadores independentes apesar da subordinação real à entidade empregadora e do cumprimento de horários de trabalho.

Esse enquadramento impedia-os de beneficiarem dos mesmos direitos laborais e sociais que a generalidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo que os sobrecarregava com a obrigatoriedade do pagamento mensal de contribuições à Segurança Social (mesmo quando não auferiam quaisquer rendimentos). Nesse sentido, a petição vinha exigir um contrato de trabalho com direitos mínimos e regras diferentes no respeitante às contribuições obrigatórias. As reivindicações formuladas eram dirigidas ao legislador e não às entidades empregadoras, procurando influenciar diretamente a arena parlamentar. A petição foi redigida por um grupo de profissionais de diversos setores das artes do espetáculo e do audiovisual e apoiada por importantes associações e sindicatos do setor. Conforme a intenção que lhe estava subjacente, colocou o debate da intermitência na esfera pública e na agenda política e, ao mesmo tempo, uniu as várias organizações do setor em torno de problemas laborais comuns, numa plataforma de discussão que serviria de base à elaboração e consolidação de propostas consensuais mais concretas.

Foi portanto um vazio legal relativamente ao exercício das profissões das artes e do espetáculo o elemento que desencadeou a criação da PEIA. O grande objetivo da plataforma era fazer aprovar o mesmo tipo de estatuto profissional das artes e do espetáculo em vigor em França (onde a questão da intermitência estava há muito regulamentada), o que exigia uma organização mais ampla e aberta dos profissionais e das suas estruturas de representação em torno desse propósito. É nesse sentido indiscutível a

influência do caso dos *Intermittents du Spectacle*[103] franceses em todo o processo. Fomentou a mobilização e colocou em evidência a união e convergência das entidades mais representativas do setor em torno dessa questão. O caso francês ilustra as dificuldades que se colocam à manutenção de um estatuto de intermitência que surge em contraciclo com os imperativos de flexibilização e de precarização.

A PIEA reunia catorze associações e sindicatos relacionados com as diversas vertentes do espetáculo[104]. Seguindo os critérios de classificação fornecidos por Zald e Ash (1966), surgiu como uma OMS inclusiva em termos de filiação e de participação. A filiação múltipla entre os ativistas era comum: muitos membros acumulavam a pertença à plataforma com atividades desenvolvidas em outras OMSs de combate à precariedade (por exemplo, nos Precários Inflexíveis), em partidos políticos e sindicatos. Essas filiações múltiplas tiveram um papel importante pois permitiram a formação de pontes que facilitaram a circulação de informação e a obtenção dos recursos necessários à mobilização, para além de favorecerem experiências acumuladas de militância/ativismo e o padrão de funcionamento em rede. A sua base de apoio era oriunda do meio do espetáculo e da produção artística.

Em termos de funcionamento, a plataforma apoiava-se de forma substancial em ferramentas de ciberativismo, com particular destaque para o blogue[105]. Apresentava uma

[103] Intermitentes do Espetáculo. Em França, o regime de assalariamento intermitente foi criado em 1936 e dirigia-se aos profissionais e técnicos do cinema. Curiosamente, a criação do regime foi impulsionada pelos produtores de cinema pois era cada vez mais difícil contar com técnicos dispostos a trabalharem em grandes produções tendo em conta a insegurança no emprego reinante no setor. Assim, a regulamentação legal surgiu da pressão exercida pelos empregadores. Com o regime da intermitência passou a ser possível trabalhar por períodos curtos e ter uma indeminização nos períodos de inatividade. Com o passar do tempo, e diferentemente da tendência seguida pela maioria dos países europeus, os trabalhadores do espetáculo tornaram-se assalariados, com direito a prestações sociais como o subsídio de desemprego. O estatuto de intermitente francês sofreu uma evolução ao longo do tempo e passou por várias renegociações. Desde o início dos anos 2000, tem vindo a sofrer uma série de ataques que colocam em perigo a continuação da sua vigência.

[104] As associações e sindicatos eram os seguintes: Associação de Imagem Portuguesa (AIP), Associação Novo Circo, Associação de Assistentes de Realização e Anotação (ARA), Associação dos Técnicos de Som Profissional (ATSP), Encontros do Ator, Gestão dos Direitos dos Artistas (GDA), Granular - Associação de Música Contemporânea, Movimento dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, PLATEIA - Associação de Profissionais das Artes Cénicas, REDE - Associação de Estruturas para a Dança Contemporânea, RAMPA, Sindicato dos Músicos, Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV), e Sindicato das Artes do Espetáculo (STE).

[105] http://intermitentes.blogspot.com/

estrutura horizontal, sem quaisquer hierarquias. Dado o seu caráter inclusivo, não exigia uma identificação ideológica marcada, apenas o compromisso com o objetivo da criação do estatuto de intermitência. O apoio amplo que recebeu da comunidade artística dependeu menos da fluidez ideológica, avançada por Scott (1990) como uma característica que pode proporcionar uma ampliação da base de apoio, que da definição de objetivos concretos de caráter setorial. Além disso, os últimos podiam ser reconduzidos ao objetivo mais geral de erradicação da precariedade do trabalho e do emprego, sendo orientados para a obtenção de benefícios que abrangiam uma comunidade que transcendia o conjunto dos seus membros. Essas características são congruentes com a designação de OMS direcionada para a mudança social. Dado que empregava principalmente incentivos normativos ou de valores, a probabilidade de a plataforma desaparecer após a concretização do objetivo definido era maior.

Ao longo da sua trajetória, a PIEA desenvolveu diversas iniciativas, como debates, sessões de esclarecimento, etc. A mais importante foi sem dúvida a proposta de um projeto-lei, que fomentou um diálogo intenso entre a plataforma e os partidos políticos com assento parlamentar. Esse projeto deu origem a uma nova lei do trabalho para aqueles profissionais (entrou em vigor no primeiro trimestre de 2008) que não correspondia no entanto às propostas e ao conceito de intermitência defendidos pela plataforma[106].

A partir de 2010, a PIEA concentrou-se na discussão de um novo diploma sobre o regime laboral nas artes e espetáculo. Esse diploma propunha contratos de trabalho mais flexíveis de forma a reduzir a prevalência dos recibos verdes no setor. A plataforma apresentou uma proposta de estatuto profissional dos trabalhadores do setor que previa alterações em vários domínios, desde a regulamentação do regime contratual, certificação profissional e organização do tempo de trabalho, ao sistema de proteção social. No essencial, a proposta dava seguimento a reivindicações antigas: defendia que os requisitos do contrato de trabalho dos trabalhadores intermitentes deviam ser os mesmos do

[106]Os setores técnicos não eram abrangidos, o conceito de intermitência só se aplicava quando o trabalhador dependia de uma entidade empregadora apenas, entre outras coisas. A lei foi aprovada com os votos do Partido Socialista.

contrato de trabalho a termo. No entanto, as tendências mais gerais de flexibilização e precarização colocavam obstáculos significativos à sua concretização.

A PIEA cessou atividade em finais de 2011. No seu lugar surgiu um novo sindicato, o Cena[107].

3.2. Fartos d'Estes Recibos Verdes

O Fartos d'Estes Recibos Verdes (Ferve) foi criado em Março de 2007, na cidade do Porto, e pretendia chamar a atenção para e combater o caráter permanente dos "falsos recibos verdes", originalmente vocacionados para a prestação de serviços por trabalhadores autónomos e em particular para os profissionais liberais. Os seus objetivos eram, por um lado, contribuir para a criação de um espaço de partilha e denúncia de situações de trabalho que configurassem uma utilização indevida de recibos verdes, e, por outro, impulsionar um debate social alargado acerca dessa vertente do trabalho precário, retirando-a assim da invisibilidade.

Quando o Ferve surgiu, o combate à precariedade do trabalho e do emprego orquestrado por atores não institucionais dava ainda os primeiros passos. O fator "novidade" e o facto de os falsos recibos verdes serem uma realidade em franca expansão funcionaram a favor do Ferve e explicam a recetividade de outros atores sociais à sua criação. Por outro lado, ao assumir uma postura crítica e combativa em relação a instrumentos como o Código do Trabalho e o Código Contributivo, o Ferve tocou em questões pertinentes para um conjunto alargado da população, granjeou atitudes favoráveis e captou apoios. O "fluir e refluir" dos sentimentos e a direção do interesse da sociedade[108] eram favoráveis à OMS, legitimavam os seus objetivos e permitiram-lhe desenvolver a sua atividade.

Os objetivos definidos pelo Ferve colocam-no na categoria de OMS direcionada para a mudança social. À semelhança da PIEA, o caráter demasiado específico dos objetivos (a erradicação dos falsos recibos verdes) tornava mais provável o seu desaparecimento

[107] O processo de constituição do Cena será abordado mais adiante.
[108] Ver Zald e Ash (1966).

após a concretização dos mesmos. Era uma OMS inclusiva pois não impunha mecanismos de seleção rígidos e o nível de compromisso exigido era baixo, para além de admitir a diversidade ideológica. Essa diversidade permitiu-lhe contar com um apoio mais amplo. Apresentava uma estrutura informal, completamente horizontal, e não contava com uma liderança expressamente definida.

A existência de um líder e a concentração de poder na sua figura foram sempre rejeitadas pela OMS, apesar de a imagem passada para o exterior sugerir que um elemento em específico desempenhava essa função. A concentração da atenção em um membro em particular foi ocasionada em grande medida pelo facto de a OMS contar com um número de membros reduzido e recursos escassos. À medida que o Ferve foi ganhando reconhecimento público e espaço na comunicação social, essa liderança informal reforçou-se por força das circunstâncias, acabando por se tornar uma questão sensível e de gestão difícil a partir de determinado momento. Dada a dimensão e estrutura da organização, pequena e sem uma burocracia desenvolvida, foi criado espaço para manifestações mais visíveis de questões pessoais que interferiram com o funcionamento interno. Outros aspetos como as filiações partidárias de alguns membros adquiriam relevância, suscitaram preocupações pois temiam-se tentativas de instrumentalização.

Tal como no caso da PIEA, as filiações múltiplas entre os membros eram comuns e desempenharam um papel importante na trajetória do Ferve. Funcionaram como uma vantagem na medida em que fomentaram a circulação de informação e as representações partilhadas, como salientado por della Porta e Diani (1999), mas também como desvantagem dado limitarem a disponibilidade e dedicação dos membros, favorecendo a dispersão e a perturbação dos ritmos de participação. Também por esse motivo é possível falar num estilo de participação simultaneamente concentrado e disperso pois os (poucos) membros asseguravam todas as funções em certos momentos enquanto em outros a disponibilidade para tal era manifestamente menor.

Os incentivos normativos ou de valores eram predominantes. Embora existentes, os incentivos de solidariedade assumiam um papel muito reduzido devido à participação intermitente e à preponderância do ciberativismo. A componente de ciberativismo era extremamente forte, predominando o testemunho e o ativismo à distância em detrimento

da dimensão presencial. O blogue forneceu um espaço para a partilha de experiências, denúncias e divulgação de ações, assumindo um papel fundamental ao longo da trajetória do Ferve tanto ao nível da construção de uma identidade coletiva, como na consciencialização e mobilização dos indivíduos. A partilha de experiências na primeira pessoa[109] conferiu visibilidade à realidade dos *falsos recibos verdes*, contribuiu para a construção de um "nós", de uma identidade coletiva, e permitiu a superação do isolamento. Os testemunhos publicados transformaram a experiência profissional individual em uma identificação coletiva baseada no tipo de vínculo contratual, contribuindo para a consciencialização individual e coletiva de uma realidade profissional que se inseria num cenário de ilegalidade e injustiça social generalizadas.

A luta contra os falsos recibos verdes

Como referi, o objetivo do Ferve era chamar a atenção para e combater o caráter permanente e a expansão da utilização dos *falsos recibos verdes.* Esses objetivos foram levados a cabo segundo dois eixos: um de denúncia através da comunicação social e das plataformas de ciberativismo (blogue), e outro de ação pública. Ambos contribuíram para a classificação do falso trabalho independente como um dano para o trabalhador e para a reelaboração dos sentidos associados ao trabalho independente e à precariedade do trabalho e do emprego. Desmistificaram a conceção romantizada do trabalhador independente – o indivíduo liberto de uma relação contratual opressiva e dominada pela entidade empregadora –, revelando a realidade muito menos apelativa da incerteza imposta pelo estatuto de trabalhador independente.

A reelaboração mencionada permitiu a construção de uma identidade partilhada pelos trabalhadores sujeitos à exploração dos falsos recibos verdes, uma identidade baseada na natureza do vínculo laboral. O blogue desempenhou um papel determinante nesse aspeto pois colocou em contacto pessoas com trajetórias profissionais e de vida semelhantes. A partir desse contacto produziram-se identificações alicerçadas nas experiências negativas subjacentes àquele tipo de vínculo. A identidade construída

[109] É importante referir que o anonimato era assegurado.

conferiu sentido às experiências precarizantes, descentrando-as de uma dimensão puramente individual. À luz de acontecimentos posteriores, pode ser dito que esse foi um primeiro passo na construção de uma identidade de "trabalhador precário".

A construção da identidade beneficiou de e repercutiu-se na inscrição da luta contra a utilização dos *falsos recibos verdes* como uma forma de precarização no espaço público. Não é possível dissociá-las, são interdependentes, reforçando-se mutuamente. Já foi referida a centralidade do blogue na consecução dessa tarefa. Somam-se-lhe dois outros meios: a disponibilização de um endereço eletrónico para contacto e a realização de ações de caráter público. No seu conjunto, os três meios contribuíram de forma decisiva para conferir visibilidade ao problema, forçando vários atores sociais e políticos a posicionaram-se, o que por sua vez produziu uma alteração no plano dos discursos. As denúncias realizadas conduziram à interpelação do governo por várias vezes, obrigando-o a assumir uma posição. Com base na tipologia de impactos de Kriesi *et al.* (1995) fornecida no capítulo 1 da parte II, pode ser dito que a ação desenvolvida pelo Ferve produziu impactos externos. Foram maioritariamente de sensibilização, tanto ao nível das agendas políticas como das atitudes públicas.

A projeção alcançada pela OMS foi notável, principalmente graças ao papel desempenhado pela comunicação social. Os membros do Ferve estavam conscientes da importância de captar a atenção da comunicação social e souberam fazê-lo da forma mais proveitosa possível. O Ferve era algo novo, despertando por isso a curiosidade bem como o interesse dos órgãos de comunicação social. A organização de movimento recorreu com frequência à estratégia de emissão de comunicados. A utilização dos meios de comunicação social (imprensa, agências noticiosas, etc.) e a relação próxima que mantinha com eles concatenaram-se com a utilização das ferramentas de ciberativismo. Tanto os primeiros como o segundo foram essenciais para a reunião de apoios ao nível da sociedade civil e conferiram-lhe capacidade de pressão sobre o poder político. As ações no espaço público foram momentos importantes de divulgação do trabalho do Ferve e de contacto direto entre ativistas e potenciais apoiantes mas também com a população visada – os trabalhadores a *falsos recibos verdes -,* e contribuíram para a construção e reforço de

sentimentos de solidariedade. Todavia, no cômputo geral, o ativismo à distância prevaleceu sobre o ativismo presencial.

De entre um conjunto de ações vasto, é pertinente referir algumas em particular dadas a mobilização e o impacto que produziram. É o caso da mobilização em torno da cobrança de multas (ilícitas) respeitantes à não entrega de um determinado anexo da declaração de IRS pelos trabalhadores independentes. O Ferve divulgou exaustivamente a situação e associou o seu protesto ao de vários partidos políticos com assento parlamentar. Esses protestos levaram o Ministério das Finanças a retroceder várias vezes na decisão de cobrar as multas. Apesar de o desfecho não poder ser atribuído apenas ao envolvimento do Ferve, o seu contributo foi importante. Outros exemplos são as várias denúncias de situações de falsos recibos verdes que fez chegar à ACT e também a todos os partidos com assento parlamentar. Na sequência de algumas delas, o Bloco de Esquerda e o PCP endereçaram perguntas ao Governo. Podem ainda ser referidas outras ações como as que visaram a situação dos colaboradores do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que prestavam serviços como formadores[110], os professores das Atividades de Enriquecimento Curricular[111] (AECs) ou os trabalhadores do Metro do Porto[112]. O Ferve também participou de forma tão ativa quanto possível na mobilização antiausteridade e apoiou a mobilização do movimento sindical nesse e noutros contextos. Esse apoio e participação serão analisados posteriormente.

[110] O Ferve tomou conhecimento da situação através de uma denúncia e redigiu um comunicado para aferir a legalidade da situação e agilizar a devolução dos valores indevidamente cobrados.

[111] Trata-se de uma medida criada pelo Governo que prolonga o horário das atividades nas escolas, nomeadamente através da promoção do ensino do inglês e da música. À época, a responsabilidade de contratação dos profissionais que lecionavam as atividades era das autarquias (o Ministério da Educação e da Ciência transferia uma verba por aluno por ano para as autarquias). As AECs eram, em muitos casos, asseguradas por trabalhadores precários a "falsos recibos verdes", provenientes de empresas fornecedoras de serviços ou ligados a empresas municipais. Através de esse tipo de intermediação, as empresas mencionadas apropriavam-se de uma parte importante da verba transferida pelo Ministério. Para além disso, esses profissionais viam ser-lhes vedado o acesso aos direitos associados a um contrato de trabalho.

[112] Em Dezembro de 2010, o Ferve desencadeou uma ação de divulgação que pretendia alertar para a situação de precariedade em que se encontravam os trabalhadores do Metro do Porto. Para além da denúncia no blogue, essa ação contemplou a distribuição de panfletos aos transeuntes da baixa do Porto denunciando a situação. Reiterou essa denúncia junto à ACT e dos partidos políticos com assento parlamentar. Em traços gerais, aqueles trabalhadores eram mantidos a falsos recibos verdes por via de mecanismos de subcontratação.

Por último, merece também destaque a capacidade do Ferve de levar a ação para a arena democrática, da qual a Petição à Assembleia da República pela neutralização dos falsos recibos verdes é um exemplo[113]. Conforme colocado anteriormente, a arena democrática direta – conceito que diz respeito ao modelo de estrutura de oportunidades políticas (ver secção 1.3, parte II) – fornece mecanismos de participação que permitem aos cidadãos introduzir as suas reivindicações na agenda política. Ao recorrer a esse canal, o Ferve articulou as suas reivindicações nos espaços institucional e parlamentar A petição não produziu mudanças de política relativamente à utilização de falsos recibos verdes pelo Estado nem tampouco um reforço da fiscalização. No entanto, é possível falar de impactos de sensibilização ao nível da agenda política sistemática e institucional (a petição foi debatida na Assembleia da República) e das atitudes públicas (fomentou a discussão sobre a utilização de trabalho independente pelo Estado).

Da desmobilização ao declínio: o desaparecimento do Ferve

O Ferve cessou atividade em Setembro de 2012. O seu desaparecimento pode ser explicado pela conjugação de vários fatores. À partida, as OMSs direcionadas para a mudança social e que empregam maioritariamente incentivos normativos ou de valores têm mais probabilidades de desaparecer após a concretização dos objetivos. Porém, tal não se aplica ao caso do Ferve pois as situações de uso abusivo de recibos verdes continuavam a verificar-se aquando o seu desaparecimento, mantendo-se assim a sua razão de ser. Outro fator importante foi o peso dos incentivos normativos ou de valores no seu funcionamento. O facto de os incentivos de solidariedade serem menos preponderantes representou um problema no respeitante à manutenção do compromisso e participação dos membros, principalmente em fases de imobilismo e apatia e na ausência de sucessos palpáveis.

[113] A petição pretendia levar a Assembleia da República a legislar no sentido de regularizar, com a generalização de contratos individuais de trabalho, todas as situações de "falsos recibos verdes" na Administração Pública. Propunha também o aperfeiçoamento dos mecanismos legais de fiscalização sobre entidades públicas e privadas, bem como a obrigatoriedade das entidades que trabalhavam com e para o Estado de regularizarem a situação laboral dos seus trabalhadores. A petição foi lançada em 2007 e entregue na Assembleia da República em Janeiro de 2008. As assinaturas foram recolhidas ao longo de dois meses.

Em terceiro lugar pode ser mencionada a circunscrição progressiva da atividade do Ferve ao tratamento de denúncias, atualização do blogue e apoio de iniciativas de outras OMSs (principalmente do PI) em detrimento de iniciativas próprias. Essa delimitação conjugou-se com a dependência excessiva em relação ao ciberativismo e com aspetos do funcionamento interno como a informalidade, os processos de decisão morosos ou o número reduzido de ativistas (que se combinou com a prevalência de filiações múltiplas e dificuldades colocadas pelas trajetória precárias dos membros), contribuindo de forma decisiva para a desmobilização. As dinâmicas informais que poderiam imprimir uma maior celeridade aos processos promoveram, ao invés, o bloqueio desses mesmos processos, comprometendo a capacidade de ação da organização de movimento.

O quadro de desmobilização motivou várias tentativas de relançamento da OMS. A mais importante, já perto do fim do seu ciclo de vida, contemplou algumas linhas orientadoras: aumento da frequência das reuniões; espaço de funcionamento próprio; organização de iniciativas públicas; participação no ciclo de mobilizações antiausteridade; e reatar o contacto com antigos membros ou apoiantes. Essas orientações serviam também o objetivo mais amplo de reafirmação da identidade do Ferve como espaço de luta contra a precariedade e contra a austeridade. Pouco antes, o seu envolvimento ativo na greve geral de 24 de Novembro de 2011 teve os propósitos de revitalização da organização de movimento e de recuperar e fortalecer a relação (ainda que limitada) que mantinha com o movimento sindical, em particular com a CGTP[114]. A última tentativa de relançamento tive também como objetivo mais geral o alargamento do âmbito da organização de movimento pois era restritivo circunscrevê-la ao campo do falso trabalho independente tendo em conta o contexto envolvente.

O alargamento do campo de ação podia favorecer o crescimento do Ferve uma vez que a luta contra os falsos recibos verdes tinha sido enfraquecida por alterações ao Código do Trabalho como a atribuição do subsídio de desemprego aos trabalhadores abrangidos por aquele regime. Contudo, a OMS não foi capaz de capitalizar a mudança no

[114] Além de considerar que o momento político era decisivo, o Ferve também incluía na equação o facto de a CGTP estar prestes a mudar de liderança. A liderança da central sindical era tida como muito próxima das OMSs de combate à precariedade e por isso considerada uma peça fundamental na construção do diálogo entre movimentos de precários e a CGTP e demais estruturas sindicais.

ambiente externo de forma a reverter o cenário de desmobilização. Em retrospetiva, pode ser dito que o ciclo de vida do Ferve se pautou pela oscilação entre períodos de atividade e inatividade/imobilismo. No âmbito do ciclo de protesto antiausteridade, a participação do Ferve foi algo limitada, como será possível constatar mais adiante.

3.3. MayDay

O *MayDay* é um dia de ação contra a precariedade do trabalho e do emprego. É assinalado no dia 1 de Maio, o Dia do Trabalhador, e procura dotar esse dia simbólico de um caráter mais atual. É levado a cabo por uma rede transeuropeia composta por grupos feministas, anticapitalistas e de ação contra a precariedade do trabalho e do emprego. Essa rede está profundamente enraizada na ação dos movimentos antiglobalização e defende que a luta anticapitalista deve ultrapassar o âmbito restrito do sindicalismo e da luta pelos direitos dos trabalhadores, abrangendo outras questões como as migrações ou as questões de género. A expressão *mayday* tem uma grande carga simbólica pois representa um pedido internacional de ajuda face aos efeitos da globalização neoliberal.

As origens do *MayDay* remontam aos anos 1990. Como ações pioneiras no âmbito do combate à precariedade na Europa podem ser mencionadas as Marchas Europeias contra o Desemprego, a Precariedade e as Exclusões[115] que ocorreram em finais dessa década. Outro acontecimento que influenciou de forma indiscutível a criação do *MayDay* foram os protestos de Seattle aquando a reunião da Organização Mundial do Comércio em 1999. Esses protestos podem aliás ser considerados um ponto de viragem (Sampaio, 2010). Já no início dos anos 2000, as greves dos trabalhadores *part-time* da Pizza *Hut* e do *McDonald's* deram origem à primeira rede de combate à precariedade em solo europeu, a

[115]Foram organizadas por uma rede europeia de solidariedade cujo objetivo era propor alternativas ao desemprego, à precariedade e à exclusão social, e participar ativamente na construção da resistência e da contraofensiva aos avanços do neoliberalismo.

Stop Précarité[116], com ligações à AC![117], CGT[118], CNT[119], *Trotskyistes* e a outros elementos da esquerda radical francesa.

O primeiro *MayDay* ocorreu em Milão, em 2001, e foi promovido por três grupos de ativistas: o Deposito Bulk (um centro social), o CUB (Confederação Sindical da Base, de índole radical), e a *Chainworkers Crew*[120] (uma organização de trabalhadores precários). Gizou-se em oposição à hegemonia do sistema capitalista e propugnava por um outro tipo de globalização, mais justa e mais sustentável, que respeitasse a diversidade cultural, mas também menos desigual em termos económicos e de oportunidades. Nesse sentido, à semelhança do verificado nos anos 1960 e 1970, o *MayDay* exprime uma combinação de crítica artística e crítica social (Boltanski e Chiapello, 2009), sendo discernível a inquietação suscitada pela combinação de experiências de desencantamento e opressão e de desigualdade e pauperismo. Assim, além de incluírem elementos da crítica social, as reivindicações veiculadas pelo *MayDay* articulam também um conjunto de questões que são excluídas da negociação política *mainstream* e que podem ser reconduzidas à crítica artística.

O *MayDay* pode ser também enquadrado como uma expressão de radicalismo de classe média (ver capítulo 1, parte II). De entre as razões para tal, pode ser destacado o facto de a ação não visar a obtenção de benefícios diretos para aqueles que participam. Vários relatos acerca da marcha e do processo que culmina na sua realização levam a supor que a origem de classe de muitos dos envolvidos são as classes médias, o que, de acordo com Parkin (1968), explicaria tanto a disponibilidade para a participação como o facto de o envolvimento não ser motivado pela obtenção de benefícios diretos. No entanto, no presente estudo não são apresentados elementos que permitam verificar a conexão entre ocupações profissionais e radicalismo político.

---

[116] Stop Precariedade.

[117] *Agir ensemble contre le chômage* (Agir em conjunto contra o desemprego). Essa associação destacou-se com a organização das Marchas Contra o Desemprego em França, na primavera de 1994, e do Movimento dos Desempregados.

[118] *Confédération Générale du Travail* (Confederação Geral do Trabalho).

[119] *Confédération Nationale du Travail* (Confederação Nacional do Trabalho). Trata-se de uma confederação sindical francesa ligada ao sindicalismo revolucionário e ao anarco-sindicalismo.

[120] Uma tradução possível é "a malta da linha de montagem".

Em 2004, o *MayDay* chegou a Barcelona e no ano seguinte a outras cidades europeias, formando-se a rede *EuroMayDay*. Em 2006, o número de cidades aderentes cresceu ao ponto de as marchas *MayDay* envolverem cerca de 300.000 pessoas no seu conjunto. Os grupos que fazem parte da rede encontram-se disseminados por todo o mundo, com particular incidência na Europa, o que coloca em evidência o caráter modular do *MayDay* pois a experiência de mobilização foi reproduzida em outros pontos geográficos.

O *MayDay* não se restringe à realização da marcha. Trata-se de um processo de mobilização que se desenrola durante os meses que a antecedem e que envolve ações de divulgação como debates, ações de rua, distribuição de materiais informativos, bem como a realização de assembleias abertas. Na busca de inovação, a marcha *MayDay* procurou adaptar algumas características do ativismo contemporâneo à mobilização em torno da questão da precariedade e assumiu contornos festivos (um pouco ao estilo das *Gay Parades* e *Love Parades* dos anos 1990), conferindo um papel de destaque a elementos como o humor e a sátira. As ações de rua são um elemento importante do processo. Pautam-se pela criatividade, recorrem à alegoria e ao inusitado, e pretendem transmitir, principalmente através da força das imagens, a dinâmica de uma mobilização inovadora e fortemente apoiada no ciberativismo. Essas características permitem captar a atenção dos desiludidos com as dinâmicas institucionais, principalmente com o funcionamento de partidos políticos e sindicatos.

Os aspetos mencionados vão ao encontro da hipótese 4, segundo a qual é possível identificar uma orientação para a presença mediática ao nível dos novos atores coletivos. A espetacularidade, elementos cénicos e ideias inovadoras presentes no processo de mobilização e na marcha *MayDay* são indutores tanto de perplexidade como de curiosidade, desencadeando o interesse, e também a simpatia, do público de uma forma geral. Essas imagens funcionam como elementos mobilizadores em outras cidades e países e instigam a preparação de outros *MayDay*.

O MayDay em Portugal

Em Portugal, o *MayDay* realizou-se pela primeira vez em 2007, na cidade de Lisboa. A ideia de reproduzir a experiência europeia partiu de um grupo de pessoas que eram, ou anteviam a possibilidade de vir a ser, afetadas pela precariedade. A maioria apresentava um envolvimento prévio em redes de ativismo (LGBT[121], movimentos de imigrantes, movimento estudantil, etc.), o que chama a atenção para a importância que as redes de relações podem ter nas fases iniciais dos processos de mobilização. As motivações principais foram duas questões que estão interligadas: a ausência do problema da precariedade da agenda sindical e a constatação de que os trabalhadores precários não tinham expressão pública muito graças às dificuldades inerentes à filiação sindical. Afigurava-se por isso prioritária a concretização de uma experiência diferente nesse domínio.

O grupo apoiou-se nas experiências já existentes em outras cidades. Recuperando uma ideia de Castells (2013), pode ser dito que a ideia de levar a cabo o MayDay em Portugal partiu de uma mobilização emocional desencadeada pela indignação perante a injustiça, bem como por um sentimento de esperança motivado pelo êxito das mobilizações em outras partes do mundo. Esse sentimento de esperança repercutiu-se através do território nacional, levando à organização da marcha em outras cidades nos anos subsequentes[122].

Em termos de organização, o *MayDay* é, até ao momento presente, uma plataforma informal, totalmente horizontal, sem quaisquer hierarquias ou lideranças. Enquadra-se no tipo de OMS inclusiva, tanto no que diz respeito ao recrutamento como aos níveis de participação exigidos, direcionada para a mudança social, que utiliza incentivos normativos ou de valores mas também de solidariedade (os primeiros assumem primazia), e que procura produzir impactos de sensibilização, principalmente ao nível da opinião pública. No fundo, trata-se de uma plataforma de mobilização que coordena a ação

[121] Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero.

[122] Em 2008, o *MayDay* voltou a realizar-se apenas em Lisboa. Estendeu-se à cidade do Porto em 2009 (por iniciativa do Ferve que convocou a primeira assembleia) e no ano seguinte chegou a Coimbra.

de várias OMSs e de cidadãos em torno da realização da marcha, com a particularidade de os ativistas serem chamados a participar em nome individual e não em representação da organização de movimento a que eventualmente pertençam. As dinâmicas de ciberativismo são centrais a todo o processo de mobilização, nomeadamente a utilização de redes sociais como o *facebook.* De certo modo, no período que antecede a marcha, o *MayDay* vai ganhando forma através dessas redes.

Diferentemente de outras cidades europeias onde a vertente "festiva" é mais pronunciada, em Portugal, o *MayDay* assume uma dimensão mais combativa e um pendor político e de afirmação, sendo que a crítica social prevalece sobre a crítica artística. O foco principal são as reivindicações e denúncias relativas à precariedade no trabalho e no emprego, apesar de não deixarem de estar presentes uma inquietação generalizada e um mal-estar associados a um capitalismo sem rosto que impregna todas as dimensões da vida social. A marcha configura um protesto dirigido sobretudo ao poder político. Recuperando a dicotomia fundamentalismo/realismo (Scott, 1990), é pertinente sublinhar que o processo *MayDay* tem subjacente uma combinação de ambos.

Por um lado, persiste uma posição fundamentalista de preservação do *MayDay* como plataforma de mobilização, o que não surpreende uma vez que lhe é inerente uma crítica às instituições que dirigem os destinos dos países, sendo também por isso sensível aos problemas que certas formas de organização, bem como a institucionalização, comportam. Por outro, não adota uma atitude expressamente refratária à política institucional e seus atores na medida em que a marcha é integrada nas comemorações do Dia do Trabalhador promovidas pela CGTP-IN. Essa questão será abordada com mais profundidade em outro capítulo (capítulo 7).

3.4. Precários Inflexíveis

Em 2007, após a primeira edição do *MayDay*, foi criado o grupo Precários Inflexíveis (PI) na cidade de Lisboa. Tinha por objetivos dar continuidade ao trabalho realizado no âmbito do *MayDay* e preencher o vazio existente no que dizia respeito a grupos cuja ação orbitasse em torno do combate à precariedade. Sendo o MayDay um

processo limitado no tempo, a constituição de um grupo autónomo com a função de assegurar a manutenção da luta ao longo do ano era um passo lógico para os envolvidos naquela mobilização. Por outro lado, o PI também tinha como fonte de inspiração o Ferve (criado poucos meses antes), optando no entanto por um enfoque mais alargado que abarcava todas as formas de precariedade do emprego.

Na altura da sua formação, o ambiente externo, os "sentimentos que fluíam e refluíam na sociedade" (Zald e Ash, 1966), era favorável pois a precariedade atingia um número importante de pessoas e eram também cada vez mais aqueles que se reviam nela. Principiava também a ganhar forma a perceção da incapacidade dos agentes políticos em atuarem sobre o problema. Por um lado, esses fatores indiciavam e favoreciam a existência de uma base social de apoio e legitimavam a criação da organização de movimento bem como os seus objetivos. Por outro, tanto o Ferve como o *MayDay* tinham conferido alguma visibilidade à questão da precariedade. No seu conjunto, essas condições tiveram um efeito positivo na criação e no percurso do PI. A forma que assumiu foi a de OMS informal, totalmente horizontal, sem hierarquias, e avessa a procedimentos burocráticos, não diferindo portanto das suas congéneres. Rejeitava a definição de uma liderança, procurando assim evitar os efeitos negativos da concentração do poder e a oligarquização. Todavia, do exterior a perceção era que a liderança se concentrava em um elemento específico, uma vez que a função de interlocutor público era frequentemente desempenhada pelo mesmo elemento[123]. Era uma organização de moviento inclusiva em termos de recrutamento e dos níveis de participação e grau de inculcação ideológica exigidos[124].

A matriz ideológica inclusiva não evitou no entanto que o espectro político da Esquerda predominasse entre os ativistas de uma forma geral. Tampouco conseguiu dissolver a sobrerrepresentação de uma filiação partidária específica. O predomínio do

[123] Interpelados acerca do assunto, alguns membros do PI argumentaram que várias pessoas assumiam a função de interlocução pública. Se um elemento se destacava nessa função, seria porque o seu percurso de ativismo no PI já era longo e não porque tinha sido designado para o efeito. Todos os membros do PI estariam igualmente preparados e legitimados para assumir esse papel.

[124] Zald e Ash (1966) consideram a inculcação ideológica como um item importante na caracterização das OMSs.

espectro da Esquerda era uma consequência natural dos objetivos definidos e do facto de emanarem do conflito central entre capital e trabalho. O caráter inclusivo foi reforçado pelo facto de o PI permitir e conviver harmoniosamente com a existência de filiações múltiplas entre os ativistas, até porque não existia um vínculo formal. À semelhança do verificado nas outras OMSs, as filiações múltiplas representaram uma vantagem pois facilitaram a interação, a circulação de informação e de recursos, e, por inerência, a coordenação de ações e o alargamento do seu escopo a outras temáticas.

O tipo de objetivos a que se propunha remetem para a caracterização do PI como uma OMS direcionada para a mudança social. No entanto, diferentemente do esperado nesses casos, a importância dos incentivos de solidariedade igualava a dos incentivos normativos e de valores. Esse é um aspeto interessante pois, conforme Zald e Ash (1966), os incentivos de solidariedade tendem a ter um peso significativamente menor nas OMSs direcionadas para a mudança social, colocando dificuldades de manutenção do compromisso e participação dos membros, principalmente na ausência de sucessos e em fases de apatia. No caso do PI, a presença de incentivos de solidariedade protegeu-o nessas ocasiões, minimizando esses efeitos e aumentando as possibilidades de continuidade. O seu funcionamento regular era sustentado por uma forte componente de ciberativismo, que incluía o testemunho à distância e o ativismo à distância, combinada com ativismo presencial. A componente presencial foi fulcral para o desenvolvimento de laços mais consistentes entre os membros e fomentou a existência de incentivos de solidariedade. O equilíbrio entre ciberativismo e ativismo presencial era uma das marcas distintivas do PI em relação às demais OMSs de combate à precariedade.

"Precários nos querem, rebeldes nos terão!": as ações do PI

Na declaração que assinalou a criação do PI, o Manifesto Precário[125], podia ler-se o seguinte: "somos precários no emprego e na vida". Essa formulação evidencia uma perceção abrangente da precariedade como algo que transcende a estrita esfera das relações laborais e que marca as trajetórias de vida. Ao longo do texto, o pronome pessoal

[125]Disponível em http://www.precarios.net/?p=3887

"nós" aparece com frequência e aponta para uma primeira formulação da identidade de trabalhador precário. A fórmula "Precários sim, mas inflexíveis", presente no manifesto e muito utilizada nas ações públicas do PI, sintetiza a identidade da OMS e remete para a não negociabilidade de objetivos que é característica dos NMS. No documento encontra-se subentendida uma crítica à atuação das estruturas sindicais perante a precarização das relações laborais e é feito um apelo direto à ação.

Acompanhando a diversificação das formas de trabalho precário, as ações do PI pautam-se pela variedade de enfoques, abrangendo as múltiplas faces da precariedade. As estratégias de ação têm sido tanto defensivas como ofensivas pois visam a defesa de direitos adquiridos mas também buscam introduzir novas questões na agenda política e propor alternativas relativamente a aspetos considerados fundamentais. Refletem as mudanças ocorridas no ambiente externo e as consequentes alterações em termos de objetivos a curto e médio prazo. Por outro lado, a originalidade e criatividade que o PI imprime às ações são elementos diferenciadores que desafiam os padrões tradicionais de ação coletiva em Portugal e que contrastam com o tipo de ação abraçado pelo movimento sindical. Adotou as componentes de humor, alegoria e sátira também identificadas ao nível do *MayDay*, o que sendo uma novidade, desconcertou a opinião pública e granjeou simpatias. A inovação é portanto um recurso importante para a expansão de qualquer movimento ou OMS pois desperta a atenção do meio envolvente e tem um efeito mobilizador. A título de exemplo, a "Gala Prémios Precariedade 2008"[126] pode ser referida como uma ação que conjugou inovação, criatividade e ciberativismo.

As ações iniciais do PI tinham como objetivos a construção da identidade de trabalhador precário e a consciencialização dos trabalhadores. Centravam-se quase exclusivamente na divulgação e denúncia de situações de injustiça social e de ilegalidade. Foram realizadas várias ações em *call centers*, em que os ativistas irrompiam pelos espaços de trabalho, lançavam palavras de ordem e distribuíam folhetos informativos. Essas ações estenderam-se também a centros comerciais e outras superfícies tidas como centros de

[126] Esses prémios - uns gasganetes dourados com a língua de fora atribuídos por votação pública aos maiores promotores da precariedade do emprego em Portugal (foi criada uma lista onde figuravam diversas personalidades de renome, bem como alguns detentores de cargos políticos) - geraram toda uma narrativa de características espetaculares. Para mais informações consultar http://www.precarios.net/?p=3324.

mão-de-obra precária. A realização de vídeos e a sua publicação nas redes sociais era uma prática comum e visava a disseminação de mensagens de resistência, dando mostras da prevalência do poder da imagem, conforme o enunciado na hipótese 4. Podem ainda ser mencionados outros tipos de ações como a utilização artística de técnicas de *stencil*, realização de murais, sessões de esclarecimento e o acompanhamento de situações específicas (identificadas pela OMS ou denunciadas por terceiros).

Progressivamente, as estratégias inovadoras e criativas passaram a coexistir com a interpelação direta do poder político. Em torno de casos como os das amas da Segurança Social, professores das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs), rececionistas da Fundação de Serralves no Porto[127], ou da utilização de trabalho precário nas autarquias, o PI desenvolveu intervenções que colocaram a evidência o facto de o próprio Estado ser um dos principais utilizadores de mão-de-obra precária. A campanha "Autarquia sem precários", levada a cabo em 2009, é um exemplo revelador quanto a esse aspeto. Tratou-se de uma campanha nacional que tinha como objetivo traçar o retrato da precariedade no trabalho tutelado pelas autarquias. Em traços gerais, a OMS pediu aos presidentes de todas as Câmaras Municipais do país que informassem sobre a existência ou não de trabalho precário nas suas autarquias. Os autarcas eram também convidados a assumir o compromisso público de rejeitar o recurso a vínculos precários nos vários departamentos e empresas municipais que tutelavam. A força da iniciativa residia na divulgação permanente das respostas obtidas[128], tornando-as de domínio público, o que obrigou alguns autarcas a assumirem uma posição clara em relação ao assunto.

A OMS protagonizou uma mobilização permanente em torno dos trabalhadores de *call centers* e dos trabalhadores de empresas de trabalho temporário (ETTs). Também

[127] Em Março e Abril de 2010, o PI e o Ferve mobilizaram-se em torno do caso dos rececionistas da Fundação de Serralves (Porto). Esses trabalhadores estavam a ser forçados a constituir empresas para poderem continuar a trabalhar na Fundação. A situação foi relatada à Autoridade para as Condições de Trabalho (que levou a cabo uma ação inspetiva na sequência da denúncia) e divulgada junto dos partidos políticos com assento parlamentar. No último caso, acabou por motivar a formulação de uma pergunta dirigida aos Ministérios da Cultura e do Trabalho e Solidariedade Social.

[128] Toda a informação foi reunida num *site* onde eram divulgados a situação de cada uma das autarquias em função das respostas recebidas e testemunhos de trabalhadores dos municípios. As autarquias foram classificadas com base nessas informações. O pedido de informação foi enviado a 308 câmaras municipais.

procurou desmistificar a informação acerca da crise veiculada pelas vozes "oficiais". Por exemplo, em 2010, perante a implementação de restrições orçamentais, participou na iniciativa "Vamos!" que juntou atores sociais tão diferentes como atores sindicais, ativistas da luta pelos direitos dos imigrantes, ativistas do movimento de combate à precariedade, do movimento feminista, entre outros. A iniciativa fez das ruas um espaço de debate político de ideias e alternativas. Outro eixo da ação do PI foi a utilização dos canais formais de participação política (arena democrática direta). Em várias situações, no âmbito de ações específicas, formou coligações com outras OMSs de combate à precariedade e antiausteridade. Como apontou um entrevistado,

> "conseguimos evoluir para a concretização e para a batalha por questões muito concretas, que dizem respeito aos trabalhadores precários: os recibos verdes, nas questões que têm mais concretamente que ver com a Segurança Social, os contratos de trabalho, o trabalho temporário…enfim, todas essas questões" (Entrevista a um membro do PI em Janeiro de 2012).

Outro ponto importante foi o seu envolvimento no ciclo de protestos antiausteridade. Do ponto de vista estratégico, o PI não podia deixar de ser um participante ativo no ciclo de protesto. Um dos motivos estava relacionado com a perceção que o último estava a trazer para luta social pessoas normalmente ausentes e que podiam ser captadas para a base social de apoio da OMS. O outro prendia-se com o caráter inédito do ciclo de protesto no nosso país, pelo menos no que dizia respeito às últimas duas décadas. No contexto da luta contra a austeridade, para além da participação nos protestos propriamente ditos, o PI esteve envolvido na construção, lançamento e mobilização em torno da Iniciativa Legislativa dos Cidadãos (ILC) – a Lei Contra a Precariedade[129]. Foi a OMS mais ativa nesse processo, não só em termos da recolha de assinatura mas também no respeitante à promoção e debate público da ILC. Conseguiu galvanizar um conjunto apreciável de pessoas em torno dessa iniciativa. O processo da ILC decorreu em paralelo com a criação da Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis (ACP-PI) que abordarei em sede de outro capítulo.

*

[129] A ILC será abordada posteriormente.

As diferentes OMSs retratadas neste capítulo apresentam um conjunto de características comuns. Todas se caracterizam por uma estrutura informal, natureza inclusiva quanto aos requisitos de filiação e de participação. São OMSs voltadas para a mudança social que utilizam incentivos normativos ou de valores predominantemente, seguidos de incentivos de solidariedade em maior ou menor grau. Todas são mais ou menos dependentes do ciberativismo, variando quanto ao grau de expressão da dimensão presencial. Têm em comum o facto de terem surgido no mesmo período e de serem contemporâneas do agravamento da precariedade do emprego. Combinam em maior ou menor grau tendências reformistas com perspetivas mais radicais e fazem-no de uma forma peculiar: materializam as novas tendências em OMSs informais e livres de hierarquias mas não rejeitam os valores e instituições da democracia moderna, muito embora não deixe de estar presente a crítica ao funcionamento das últimas.

Em termos globais, as organizações de movimento retratadas assumiram uma posição realista no sentido de um radicalismo autolimitado durante o período analisado. Apesar de levarem a cabo uma mobilização extrainstitucional na maior parte das vezes, de uma forma geral trilharam um percurso que contemplou uma evolução para a interpelação direta do poder político através do recurso a procedimentos disponibilizados pelo campo institucional.

Capítulo 4 - O movimento antiausteridade: da Geração À Rasca ao Que Se Lixe a *Troika*

O movimento antiausteridade fez parte de um contexto mais alargado de protestos à escala mundial que desde 2008 vinham retomando algumas questões-chave do movimento alter globalização. Protestos como o *Occupy Wall Street* ou a Primavera Árabe tiveram na sua base a identificação de uma necessidade premente de mudança, de um novo rumo. Na Europa, os tumultos na Grécia, seguidos pelas mobilizações na Islândia, abriram um ciclo de protestos que se estendeu a vários países, entre os quais Portugal e Espanha. O sentimento de indignação[130] foi o denominador comum das mobilizações. Ganhou forma nas redes sociais e exprimiu-se na ocupação física do espaço público sob o princípio da auto-organização. Gerou-se uma "cultura de indignação" (Cardoso, 2014), crítica do crescimento do desemprego e degradação das condições de vida, da preponderância do sistema financeiro e sua influência sobre a governação, e do funcionamento da democracia representativa.

De forma similar ao efetuado no capítulo anterior, retomo a tipologia das principais fases de transformação no campo das relações de trabalho apresentada por José Soeiro (2015). Atendendo às mesmas, a emergência do movimento antiausteridade português pode ser situada na transição da fase de consolidação de uma sociedade precária para a fase do regime de austeridade. Mais concretamente, refiro-me ao primeiro trimestre de 2011, quando, no seguimento da eclosão da crise das dívidas soberanas, Portugal foi obrigado a proceder a uma série de reformas estruturais que acarretaram o recuo de direitos sociais conquistados, desestruturação do emprego assalariado, redução das funções sociais do Estado em matérias de segurança social, educação e saúde, privatização de setores e empresas estratégicos, entre outras coisas. A austeridade e o ideário neoliberal foram "injetados" na sociedade portuguesa como se da única alternativa se tratassem.

À laia de Boltanski e Chiapello (2009), os protestos antiausteridade materializaram uma combinação entre crítica social e crítica artística que conferiu visibilidade à

[130] Ver secção 2.3 da parte II.

inquietação suscitada por experiências de desencantamento e opressão e de desigualdade e pauperismo. Os protestos constituíram uma crítica ao *terceiro espírito do capitalismo*[131] pois os projetos de autorrealização centrados no desempenho individual, na mobilidade e em conceções reticulares do vínculo social que lhe são inerentes traduziram-se em experiências de degradação da situação económica, estabilidade profissional e posição social na maior parte das vezes, contrariando a promessa subjacente. A transitoriedade propugnada pelo terceiro espírito esteve no centro da insatisfação que levou à eclosão dos protestos.

Os protestos constantes procuraram pressionar governos e instituições europeias a tomarem medidas que travassem os efeitos da austeridade e a adotarem procedimentos que significassem ganhos qualitativos para a democracia, principalmente no sentido de um maior envolvimento dos cidadãos nos mecanismos de decisão. As mobilizações não tiveram como objetivo tomar o poder, podendo por isso ser identificadas com o *radicalismo autolimitado* de que nos falaram Cohen e Arato (Cohen, 1985; Cohen e Arato, 2000). Como veremos, foram orientadas por uma pulsão plebeia que se manifestou sob a forma de um reformismo inorgânico voltado para efetivação e ampliação dos direitos sociais dentro do quadro do Estado capitalista (Braga, 2015). Porém, essa matriz reformista não foi acompanhada da especificação das formas de concretização da alternativa, o que gerou ceticismo e conduziu à classificação dos protestos como momentos de rebelião inconsequente. É verdade que a ausência de propostas concretas redundou em imobilidade e fechamento em muitos casos. Em outros porém a evolução foi muito diferente (veja-se, por exemplo, o caso da formação do partido político *Podemos* em Espanha ou a concretização de uma iniciativa legislativa dos cidadãos em Portugal).

É adequado recuperar a expressão "cocktail político explosivo" aplicada por Cardoso (2014)[132] pois é uma caracterização fiel do contexto que brotou da conjugação dos fatores apontados. Essa imagem forte pode ser associada a um outro aspeto, a saber, a coexistência de várias sensibilidades e tendência ideológicas. As últimas combinaram-se com a heterogeneidade transclassista dos protestos, sendo importante sublinhar que os

[131] Ver secção 1.3. da parte I.
[132] Ver secção 2.3 da parte II.

setores radicais da juventude politizada das classes médias urbanas assumiram, conforme Estanque (2014, 2015), um papel preponderante nas mobilizações.

Os protestos antiausteridade pautaram-se pela difusão rápida da ação coletiva em termos geográficos e dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados e pela combinação de participação organizada e não organizada, e beneficiaram dos exemplos provindos de outras partes do mundo sob a forma de imagens e de mensagens. Conforme Manuel Castells (2013), esses exemplos despertaram a esperança na superação das formas de opressão a que os cidadãos estavam sujeitos. Foi notório o grau de inovação em termos dos repertórios de ação, verificando-se a emergência de novos símbolos e interpretações do mundo que se integraram em um marco multi temático (*multi-issue frame*). Essas características justificam o enquadramento das mobilizações como um ciclo de protesto de caráter transnacional que envolveu movimentos em rede da era da internet.

Em Portugal, esse ciclo foi marcado por vários protestos, destacando-se quatro em particular: Geração À Rasca, 15 de Outubro, Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas! e Que Se Lixe a *Troika*, O Povo é quem mais ordena!. Entre o 15 de Outubro e o primeiro protesto do Que Se Lixe A *Troika* (QSLT) ocorreu o protesto da Primavera Global. Embora não goze da mesma importância que os anteriores, será feita uma menção ao mesmo. Nas páginas que se seguem é traçado um panorama geral desses protestos, atentando ao contexto em que se desenrolaram e às reivindicações subjacentes. Essa análise é complementada por uma reflexão em torno da relação entre os dois tópicos centrais do ciclo de protesto: a austeridade e a democracia.

4.1 - A Geração À Rasca

A Geração À Rasca foi o protesto que marcou a emergência do movimento antiausteridade em Portugal. Ocorreu a 12 de Março de 2011, pouco depois da apresentação do Pacto de Estabilidade e Crescimento IV (PEC IV) pelo Governo do Partido Socialista (PS). Esse pacto previa medidas bastante gravosas, como sejam uma nova revisão da legislação laboral, o aumento dos impostos sobre o consumo ou a alteração das regras de cálculo do subsídio de desemprego. Conforme a hipótese 1 apresentada

anteriormente[133], o descontentamento que invadiu as ruas teve por base experiências concretas de privação e degradação das condições de vida e de defraudamento das expectativas. O conflito entre capital e trabalho esteve no centro do protesto que pretendia ser "um protesto dessa geração [à rasca] contra as formas de trabalho que estavam a ser-lhe impostas"[134]. Influenciou portanto uma mobilização em torno de um segmento geracional concreto e foi abrangeu outros grupos além dos tradicionalmente mobilizáveis, dando mostras do seu potencial de mobilização inclusivo[135]. As reivindicações ligadas a esse conflito foram articuladas com questões relativas aos limites da democracia representativa e à qualidade da classe política.

A convocatória na origem do protesto da Geração À Rasca emergiu da sociedade civil e foi motivada pela insatisfação relativamente a três domínios concretos: classe politica, políticas do governo e ausência de perspetivas de futuro. Lançada através do *facebook* por quatro jovens de Lisboa, propunha a realização de um protesto apartidário, laico e pacífico. Esses adjetivos merecem a nossa atenção pois acarretaram dois tipos de consequências. Se, por um lado, essa definição dotou o protesto de um enorme poder de atração (um número substancial de indivíduos revia-se na expressão "geração à rasca") que proporcionou a manifestação de interesses bastante díspares – por exemplo, o adjetivo "apartidário" abriu o espaço para a expressão dos vários quadrantes políticos, inclusive da extrema-direita, o que causou desconforto entre organizadores e participantes -, por outro, conferiu-lhe um caráter demasiado lato que teve consequências negativas na medida em que limitou a definição tanto de uma orientação específica como de objetivos concretos.

A denominação "Geração À Rasca" encerra um significado particular e sugere uma marca geracional ligada a um segmento específico da população: uma geração inteira estava a ser empurrada para formas de trabalho precário e via serem comprometidos tanto o presente como o futuro. O protesto concretizou-se porque ocorreu uma identificação dos indivíduos com o epíteto "à rasca". Essa identificação pode ser analisada com base na abordagem proposta por Laclau (2010, 2011) e Laclau e Mouffe (2010)[136]. Com base na

[133] Ver capítulo 1 da parte III.
[134] Fragmento de uma entrevista a um dos organizadores do protesto da Geração À Rasca em Lisboa, realizada em Junho de 2011.
[135] Ver secção 1.3 da parte II.
[136] Ver secção 2.4 da parte II.

mesma, a expressão "geração à rasca" é um significante vazio que alberga várias categorias excluídas, como é possível constatar a partir do seguinte fragmento do manifesto subjacente à convocatória:

> Nós, desempregados, "quinhentoseuristas" e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal. Nós, que até agora compactuámos com esta condição, estamos aqui, hoje, para dar o nosso contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país. Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados. Estamos aqui, hoje, porque nos esforçamos diariamente para merecer um futuro digno, com estabilidade e segurança em todas as áreas da nossa vida. (Fragmento do Manifesto da Geração À Rasca[137])

As categorias enunciadas superaram as diferenças que as separavam e perspetivaram-se como equivalentes em termos de uma oposição às orientações adotadas pelo Governo. Na terminologia dos autores supracitados, formaram uma cadeia de equivalências, ou seja, as diferenças entre os elementos foram anuladas e utilizadas para exprimir algo idêntico (por exemplo, "somos a geração com o maior nível de formação da História do país mas não temos oportunidades"). A expressão "geração à rasca" passou a significar algo heterogéneo, exercendo por isso um efeito de atração sobre as reivindicações insatisfeitas. O facto de ser um significante vazio impediu-a de determinar o tipo de reivindicações que integraram a cadeia de equivalências (veja-se o caso das expressões de extrema-direita), o que contribuiu para o caráter ambíguo do protesto em termos ideológicos.

A partir do Manifesto da Geração À Rasca[138] é possível constatar que as razões que levaram ao protesto foram formuladas com clareza. No centro estiveram duas críticas: uma dirigida à classe política, a outra aos agentes promotores da precarização do trabalho e do emprego. No entanto, todas as reivindicações foram alvo de uma formulação negativa, isto é, sublinhavam o que era rejeitado em detrimento de um projeto com propostas concretas e passíveis de operacionalização, o que, para Zizek, configura uma fraqueza pois expressa "uma fúria autêntica, incapaz de se transformar num programa positivo mínimo

[137] Ver Anexo I.
[138] Ver Anexo I.

de mudança sociopolítica", criando espaço para governos neutros de tecnocratas despolitizados ou então tutelados pela *troika* (Zizek, 2013: 112-113). Assim, se as razões foram apresentadas com clareza, o mesmo não pode ser dito acerca da formulação das reivindicações, o que limitou tanto a especificidade do protesto como os seus impactos substantivos.

Apesar de o protesto da Geração À Rasca ter mobilizado milhares de pessoas em onze cidades[139], a convocatória e o processo de organização não foram mediados por qualquer organização. Os quatro jovens que lançaram o apelo incitaram os cidadãos a participar a título individual. É nesse sentido que o protesto da Geração À Rasca pode ser entendido como espontâneo. Na sua sequência surgiam outros processos e foram formadas OMSs, pelo que, em retrospetiva, pode ser dito que a Geração À Rasca preparou o terreno para o ciclo de protesto intenso que envolveu diferentes atores.

4.2 - O 15 de Outubro

O protesto de 15 de Outubro de 2011 (15O) foi uma manifestação global sob o mote "Unidos pela mudança global". Com focos em várias cidades do mundo inteiro (951 cidades em 82 países), procurou dar voz às exigências de mais e melhor democracia. O contexto internacional de mobilização mencionado anteriormente, do qual destaco o protesto dos Indignados[140] em Espanha dadas a proximidade geográfica e a similitude das

[139] As cidades foram as seguintes: Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Viseu, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Faro, Ponta Delgada, e Funchal.

[140] Cerca de dois meses após o protesto da Geração À Rasca, a 15 de Maio de 2011, teve lugar o protesto dos Indignado em Espanha. Dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas em 53 cidades, impulsionadas por motivos semelhantes aos que estiveram subjacentes à convocatória da Geração À Rasca. "*No nos representan*" foram as palavras de ordem e colocavam no centro do protesto o debate da qualidade da democracia representativa, as reivindicações por um modelo mais participativo e a reforma da Lei Eleitoral. Outros temas fortes, mas que não estiveram presentes em Portugal, foram a crise habitacional e a reivindicação de projetos contra a execução de hipotecas, algo extremamente problemático em Espanha. O processo de mobilização começou com a criação de um grupo no *facebook*, a Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã, que integrava algumas redes de ativismo e movimentos pela justiça global como a *Juventude Sin Futuro* e a *Plataforma de afetados por la hipoteca*, todos eles inspirados nas lutas contra as consequências sociais da crise financeira. Posteriormente, a plataforma transformou-se num grupo de debate e ação no *facebook*, a *Democracia Real Ya*. Tratava-se de uma rede descentralizada de núcleos anónimos em diferentes cidades. A discussão centrava-se na administração ineficiente da crise pelo sistema político, denunciava a falta de democracia e a incapacidade dos partidos políticos em representarem os

questões em jogo, beneficiou o novo protesto ao demonstrar que a magnitude e a direção do interesse da sociedade eram favoráveis. Seguindo Piven e Cloward (1977), pode ser dito que o protesto da Geração À Rasca e os protestos internacionais produziram transformações de comportamento e de consciência que tiveram um efeito positivo sobre o novo protesto. A consolidação da ideia do protesto como uma estratégia à disposição dos cidadãos legitimou a adoção de atitudes de desafio por coletivos e a sua demonstração às autoridades. Por outro lado, o conjunto dos protestos mencionados reforçou duas ideias centrais: a democracia representativa de baixa intensidade não é o único modelo de democracia possível e a crise vivida no mundo capitalista resulta de escolhas conscientes feitas por um punhado restrito de pessoas. A última em particular criou espaço para a formulação de exigências de mudança. O objetivo principal do protesto do 15O era enviar uma mensagem ao mundo inteiro: "não nos conformamos, queremos mudar o sistema".

A convocatória para a manifestação global partiu dos Indignados espanhóis. Foi divulgada com recurso às ferramentas de ciberativismo e subscrita por uma rede de ativistas. Na Europa, as maiores manifestações ocorreram em Espanha, Portugal[141] e Itália. Em consonância com o enunciado na hipótese 4, o 15O reproduziu o caráter viral atribuído aos movimentos sociais em rede e confirma a importância da *força da imagem*. Os exemplos das mobilizações precedentes, amplamente disseminados pelos meios de comunicação social e pelas plataformas alternativas de informação e redes sociais, desencadearam a esperança no poder da mobilização e na mudança global. A perceção de que um número crescente de pessoas estava disposto a opor-se ao sistema favoreceu a legitimação dos objetivos e das ações levadas a cabo, bem como a identificação com os mesmos.

Em Portugal, o 15O foi o segundo protesto do ciclo antiausteridade e o primeiro após a assinatura do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica entre o governo português e a *Troika*, a 17 de Maio de 2011. Ocorreu

interesses dos cidadãos. Os motivos do descontentamento eram, como é possível verificar, muito similares aos que motivaram o protesto da Geração À Rasca.

[141] No nosso país, o protesto do 15O abrangeu cidades como Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa (onde se estima que terão participado cerca de 100 mil pessoas), Ponta Delgada, Santarém e Porto.

imediatamente a seguir ao anúncio de medidas de austeridade que visavam o corte dos subsídios de férias e de natal (na prática, o corte de dois salários). O *slogan* "Democracia direta, já!" foi o mais emblemático, podendo ser referidos outros como "não nos representam" e "somos os 99%". De uma forma geral, esses *slogans* exprimiam um sentimento de indignação em relação aos dirigentes políticos, denunciavam a existência de um défice democrático e exigiam a devolução da palavra aos cidadãos.

O manifesto[142] subjacente ao protesto orbitou em torno de três ideias-chave: democracia participativa, transparência nas decisões política e o fim da precariedade de vida. O objetivo era expressar a condenação do modelo de governação política, económica e social que "não nos serve, que nos oprime e não nos representa"[143] e que, principalmente desde a chegada da *troika*, subordinava os interesses gerais da sociedade à economia. O 15O deu voz à recusa da ideia de inevitabilidade: "não tomamos a crise como inevitável. Exigimos saber de que forma chegámos a esta recessão, a quem devemos o quê e sob que condições"[144].

Há outro aspeto do protesto do 15O que importa enfatizar dadas as implicações em termos da dimensão conflitual inerente: a diferenciação nós/eles subjacente ao s*logan* "somos os 99%". Essa dicotomia foi o elemento estruturador do protesto. Com base em Laclau (2010, 2011) e Laclau e Mouffe (2010), é possível fazer referência a uma fronteira que separava os 99% da população do 1% restante. Essa fronteira tem origem no plano das tensões entre lógicas da equivalência e lógicas da diferença. As primeiras estabeleceram uma relação entre os elementos que compunham os "99%" (têm em comum o facto de as reivindicações não serem absorvidas de forma diferenciada pelo sistema institucional) através de práticas articulatórias, dando origem a uma cadeia de equivalências. Já as segundas foram responsáveis pela diferenciação e oposição ao 1% que era identificado com o poder. Assim, conforme os elementos apresentados na secção 2.4 da parte II, cada elemento compreendido nos 99% é diferente dos restantes e preserva a sua identidade e, ao mesmo tempo, todas as diferenças são equivalentes pois pertencem ao lado interno da

[142] Disponível no Anexo VII.
[143] Excerto do Manifesto do 15 de Outubro (Anexo VII).
[144] Excerto do Manifesto do 15 de Outubro (Anexo VII).

fronteira que os separa do 1%. Os "99%" representam uma plenitude ausente, uma subjetividade mais ampla. A cadeia de equivalências constitui por isso um desafio ao bloco histórico gramsciano[145] ou, nos termos de Laclau e Mouffe, à formação hegemónica. Perante a degradação da vida democrática, a mobilização da sociedade esperava conseguir uma reinvenção da política, da economia e da sociedade através de uma rutura com o "sistema". Paralelamente era colocada a possibilidade de uma mudança "por dentro" do sistema democrático, o que vai ao encontro de uma perspetiva claramente reformista no sentido da pulsão plebeia de Braga (2015).

Comparativamente com a Geração À Rasca, o 15O distinguiu-se em dois aspetos. Em primeiro lugar, a marca geracional desapareceu. Segundo, tanto o conflito entre capital e trabalho como as questões relativas à qualidade da democracia foram articulados tendo em conta uma dimensão internacional. O enfoque não era a situação portuguesa em si mesma mas antes o contexto global do desenvolvimento capitalista e suas consequências. O facto de essas questões serem comuns a um conjunto alargado de países impulsionou a criação de uma rede de mobilização internacional. Além de reconduzíveis ao conflito e questão mencionados, as reivindicações próprias a cada país podiam ser perspetivadas mediante a oposição em relação a um "inimigo" comum: a globalização capitalista. As reivindicações foram unificadas numa cadeia de equivalências e apresentadas como "universais" para um conjunto de países. Aliás, uma mobilização internacional seria muito difícil se as questões nacionais não fossem tomadas como equivalentes entre si e opostas a uma mesma entidade.

Os elementos fornecidos nesta secção vão ao encontro da hipótese 1, segundo a qual o agravamento da crise económica e das condições políticas ao nível do contexto externo impulsionaram uma estratégia de ação conjunta no plano internacional que se materializou na convocação de um protesto. Reconhecendo que as respetivas crises nacionais tinham como origem uma questão que se colocava no plano internacional – a globalização neoliberal, o setor dos movimentos sociais procurou implementar uma estratégia internacional de mobilização concertada. Baseada em redes de comunicação

[145] Ver secção 1.3. da parte I.

online e *offline*[146], essa estratégia proporcionou, conforme o prognóstico de Campos Lima e Martim Artiles (2014), a projeção/construção da identidade coletiva transnacional de um novo sujeito político. Apesar das limitações da estratégia internacional, o 15O produziu uma mobilização apreciável que culminou num protesto muito participado (embora em menor grau que a Geração À Rasca), principalmente na cidade de Lisboa.

4.3 A Primavera Global: "podem cortar as flores mas não podem parar a Primavera"[147]

Apesar de não ser contemplado nas análises subsequentes, é importante fazer uma curta referência ao protesto da Primavera Global, ocorrido a 12 de Maio de 2012. Tratou-se de um protesto "Pela Democracia Global e pela Justiça Social" que teve como enquadramento a semana da Primavera Global (*Global Spring*) convocada em países como Argentina, EUA, Espanha ou Grécia. Os objetivos eram protestar contra a crise e a corrupção em todo o mundo e promover a construção de soluções. A escolha do mês de Maio não foi aleatória. Revestiu-se de um simbolismo especial pois era o aniversário do 15M espanhol, a mobilização que ficou conhecida como os Indignados.

Em termos práticos, a Primavera Global constituiu um apelo à ação tanto global como local para enfrentar os desafios globais. Procurou canalizar a indignação para a produção de novos imaginários mobilizadores e inclusivos, com particular destaque para as propostas de economia solidária. Aliou a indignação à vontade de mudança. Num sentido mais geral, de forma similar ao protesto do 15O, materializou a rejeição de uma via única de desenvolvimento e da austeridade em particular, como já antes o haviam feito os *Occupy* e os Indignados. Reiterou a crítica à divisão entre o 1% e os restantes 99% referida anteriormente.

Em Portugal, a Primavera Global foi organizada por uma plataforma ampla que juntou cidadãos, ativistas, coletivos e movimentos sociais, sendo que alguns tinham sido

[146] A propósito das redes de comunicação *online* e *offline*, ver Castells (2013).
[147] Frase que serviu de mote à manifestação da Primavera Global no Porto, a 12 de Maio de 2012.

protagonistas das mobilizações anteriores. O objetivo era capitalizar a diversidade para, de forma autónoma em relação ao campo institucional e à negociação política tradicional, encontrar soluções e construir novos modelos de organização, mais democráticos e mais descentralizados, baseados em dinâmicas de auto organização. Os protestos realizaram-se em Braga, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Santarém e Lisboa. Comparativamente aos anteriores, a adesão foi muito modesta. Apesar disso, as dinâmicas colocadas em marcha, algumas das quais herdeiras do 12 de Março, como as assembleias populares, tiveram continuidade, dando mostras tanto da resiliência dos envolvidos como da magnitude da preocupação suscitada pela imposição da austeridade.

4.4 Que Se Lixe a *Troika*!

Os protestos *Que Se Lixe a Troika* (QSLT) foram os que adquiriram maior proeminência no contexto da ação coletiva antiausteridade protagonizada pelo setor dos movimentos sociais. A expressão "que se lixe a *troika*" condensou uma série de significados relativos à imposição das sociedades de austeridade[148] de António Casimiro Ferreira (2012). De forma similar à expressão "geração à rasca", também "que se lixe a *troika*" se tratou de um significante vazio que albergava as várias lutas que se opunham à imposição da austeridade. A partir dos dois protestos convocados pela plataforma de mobilização com aquela designação – o "Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas!" e o "Que Se Lixe a *Troika,* O Povo é quem mais ordena!" - delineou-se com mais clareza uma divisão do campo social entre aqueles que aceitavam a austeridade e os que a rejeitavam. Recorrendo a Laclau (2010, 2011) e a Laclau e Mouffe (2010), pode ser dito que o campo identificado com a austeridade foi excluído como ilegítimo.

O primeiro protesto QSLT, o "Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas!", ocorreu a 15 de Setembro de 2012, sob um contexto de crise económica, política e social. Em termos das principais fases de transformação no campo das relações de trabalho, iniciava-se por essa altura a fase do regime de austeridade (Soeiro, 2015), na sequência da

[148] Ver secção 2.1 da parte III.

assinatura do Memorando de Entendimento e do Acordo de Concertação Social (Janeiro de 2012) e da entrada em vigor do diploma que consagrou as alterações ao Código de Trabalho (Lei 23/2012 de 25 de Junho). Em Setembro de 2012, o anúncio da subida da Taxa Social Única (TSU) para os trabalhadores e a sua descida para as entidades empregadoras despoletou a contestação. Na altura decorria também a 5ª avaliação regular do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Tendo essa conjuntura como pano de fundo, um conjunto de cidadãos, na sua maioria ligados ao mundo do ativismo e às mobilizações anteriores, reuniu-se em Lisboa e decidiu lançar o repto para uma nova manifestação. A mesma foi convocada inicialmente para Lisboa e, à semelhança do sucedido nos casos anteriores, foi divulgada através do *facebook*, tratando-se portanto de mais um caso em que o ciberativismo assumiu um papel preponderante.

A divulgação do manifesto subscrito por 29 cidadãos foi uma etapa fundamental do processo de mobilização. A partir dele podem ser extraídos alguns dos aspetos-chave do primeiro protesto do QSLT, seguindo-se por isso a transcrição de alguns fragmentos relevantes:

> É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. (…) É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação (…) todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calámos e, sós, desistimos. (…) A austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia. (…) É necessário construir alternativas, passo a passo, que partam da mobilização das populações destes países e que cidadãs e cidadãos gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e todas as pessoas se juntem, concertando ações, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes. Se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta. Queremos tomar nas nossas mãos as decisões do presente para construir um futuro.

> Este é um apelo de um grupo de cidadãos e cidadãs de várias áreas de intervenção e quadrantes políticos. Dirigimo-nos a todas as pessoas, coletivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias. Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!" (Manifesto "Que Se Lixe a Troika, Queremos As Nossas Vidas!", Anexo V)

Em primeiro lugar, é importante destacar a presença da ideia que a inevitabilidade não é afinal "inevitável". A desmistificação da sua necessidade absoluta permitiu rejeitar os moldes da intervenção e as exigências colocadas pela *troika*, o que nos conduz à segunda ideia-chave, a saber: as políticas de austeridade são afinal opções políticas e ideológicas. Em segundo lugar, a desmistificação mencionada tornou possível a adoção de uma postura combativa perante a imposição da austeridade. É colocado claramente que essa postura tinha de ser coletiva. Por isso, o apelo à participação foi mais abrangente que nos casos dos protestos anteriores. Terceiro, como é possível verificar, a bandeira do apartidarismo não foi evocada como matriz do protesto. O discurso crítico em relação aos partidos políticos e sindicatos suavizou-se, permitido ao QSLT atrair para a mobilização outros setores sociais que se tinham mantido à parte até aquele momento.

Diferentemente dos protestos anteriores, o "Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas!" gizou-se em torno de reivindicações bastante concretas: demissão do governo, expulsão da *troika* do país e eleições antecipadas. A população respondeu em massa ao repto lançado, tendo a participação ascendido a centenas de milhares de pessoas no conjunto das cidades aderentes. As estruturas partidárias e sindicais não se fizeram representar oficialmente mas os seus membros participaram a título individual e apoiaram as reivindicações. No seu conjunto, os níveis de participação e o alargamento da base de apoio a outros setores da sociedade confirmaram a desintegração do consenso em torno da inevitabilidade. Contudo, o governo desvalorizou a expressão de descontentamento nas ruas. Tendo em conta os elementos apresentados, pode ser dito que o QSLT imprimiu um novo impulso mas também um caráter novo à onda de contestação por dois motivos: primeiro, o último protesto de massas convocado pela sociedade civil tinha sido há quase um ano atrás, o que, tendo em conta que as medidas de austeridade continuaram a ser

impostas, remete para um desânimo transitório; segundo, as reivindicações adquiriram um caráter não só mais específico mas também mais "político" em termos convencionais pois recorreram aos elementos definidores dos espectros políticos da Esquerda e da Direita.

Cerca de sete meses depois, a 2 de março de 2013, teve lugar o segundo protesto QSLT, com o mote "Que Se Lixe a *Troika*, O Povo é Quem Mais Ordena!". Ocorreu imediatamente após a 7ª avaliação do programa de ajustamento financeiro e a aprovação do Orçamento de Estado de 2013 que previa cortes salariais e a redução drástica da despesa pública. O contexto era portanto um de aprofundamento da austeridade. Suscitou duras críticas ao Governo e conduziu ao lançamento de uma nova convocatória por cidadãos que tinham estado envolvidos na organização do protesto anterior. O manifesto subjacente a essa convocatória encerra algumas ideias-chave. Seguem-se algumas partes selecionadas:

> O OE para 2013 e as novas propostas do FMI (…) disparam certeiramente contra os direitos do trabalho, contra os serviços públicos, contra a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde, contra a Cultura, contra tudo o que é nosso por direito (…) crescem o desemprego e a precariedade, a emigração, as privatizações selvagens, a venda a saldo de empresas públicas, enquanto se reduz o custo do trabalho. Não aguentamos mais o roubo e a agressão. Indignamo-nos (…).Tudo isto é a *troika*: um governo não eleito que decide sobre o nosso presente condicionando o nosso futuro. (…) Resistimos porque esta é a única forma de preservarmos a dignidade e a vida. Resistimos porque sabemos que há alternativas e porque sabemos que aquilo que nos apresentam como inevitável é na verdade inviável e por isso inaceitável. (…) Acreditamos na construção de uma sociedade mais justa. (…) A esta onda que tudo destrói vamos opor a onda gigante da nossa indignação (…) encheremos novamente as ruas. Exigimos a demissão do governo e que o povo seja chamado a decidir a sua vida. Unidos como nunca, diremos basta.
>
> A todos os cidadãos e cidadãs, com e sem partido, com e sem emprego, com e sem esperança, apelamos a que se juntem a nós. A todas as organizações políticas e militares, movimentos cívicos, sindicatos, partidos, coletividades, grupos informais, apelamos a que se juntem a nós. De norte a sul do país, nas ilhas, no estrangeiro, tomemos as ruas! Que Se Lixe A *Troika*. O Povo É Quem

> Mais Ordena! (Manifesto "Que Se Lixe a *Troika*, O Povo É Quem Mais Ordena!", Anexo VI)

Podem ser identificados elementos de continuidade entre este manifesto e o anterior, como o facto de se tratar de uma convocatória abrangente. Destaca-se no entanto uma subida do tom da indignação e da intensidade imprimida às exigências de demissão do governo e à rejeição da tutela exercida pela *troika*. Outro elemento novo esteve relacionado com a amplificação e diversificação dos apoios ao protesto. É importante destacar que esses apoios foram anunciados publicamente por alguns partidos políticos do espectro da Esquerda e também pela CGTP. Comparativamente com o primeiro protesto do QSLT, e ainda mais em relação à Geração À Rasca, verificou-se uma mudança de postura em consequência da formulação mais clara das reivindicações.

A mobilização foi considerada um sucesso pois colocou nas ruas centenas de milhares de pessoas que exigiam a demissão do governo e a sua substituição por um outro que fosse "de Esquerda", o que significa que a clivagem tradicional entre Esquerda e Direita[149] readquiriu centralidade no discurso político e que a alternativa exigida tinha como referência o campo ideológico da Esquerda. A magnitude alcançada pelo protesto pode ser explicada em parte pelo facto de as mobilizações em torno de questões específicas (*issue-centred mobilization*) retirarem benefícios do apoio de atores institucionais (Melucci, 1996) e da presença de aliados influentes (Tarrow, 1998). Os partidos políticos fizeram parte desse rol de aliados influentes.

O último parágrafo transcrito sublinha a necessidade de união entre todos os setores da população, organizados e não organizados, e de diferentes lutas. Essa ideia surge com mais clareza no segundo protesto QSLT. Reforça-se a convicção de que a união das diferentes lutas e atores sociais é necessária para neutralizar a ação de uma *troika* que corporiza um novo projeto neoliberal de sociedade. Nesse sentido é possível identificar as práticas articulatórias centradas no apelo a princípios universais enunciadas por Laclau (2010, 2011) e Laclau e Mouffe (2010). Com base nesses autores, importa sublinhar que o QSLT, de forma mais consistente que os protestos anteriores, abriu espaço para a

[149] Ver a estrutura de oportunidades políticas portuguesa (Anexo X).

articulação de diferentes formas de resistência à subordinação, isto é, constituiu-se como ponto nodal através da ação da lógica da equivalência. As relações de subordinação foram rearticuladas como relações de opressão e as várias reivindicações foram unificadas em um "sistema estável de significação", como designado pelos autores suprarreferidos, que ia além dos sentimentos de solidariedade.

Entre os dois protestos do QSLT teve lugar o "Que Se Lixe a *Troika*! – Manifestação Cultural", a 13 de Outubro de 2012 e surgiu na sequência do sucesso do primeiro protesto (Que Se Lixe a Troika, Queremos as nossas vidas!). Perante o nível de mobilização alcançado com o primeiro protesto QSLT, um dos grupos promotores decidiu dar continuidade ao processo e convocou novos protestos sob a forma de manifestações culturais. Foram concretizadas em vinte e três cidades[150] e contaram com a adesão de figuras importantes do mundo das artes do espetáculo e do audiovisual. Algumas dessas figuras atuaram gratuitamente em nome de uma união popular contra a austeridade.

4.5 A relação entre austeridade e democracia no contexto da ação coletiva antiausteridade

De acordo com a hipótese 1, o descontentamento expresso nas ruas durante o ciclo de protesto antiausteridade teve por base o conflito entre capital e trabalho em articulação com a questão dos limites da democracia representativa. Se, pelo menos aparentemente, a questão democrática foi a que mais sobressaiu no plano transnacional, no contexto de mobilização português o conflito entre capital e trabalho destacou-se como elemento propulsor da contestação. Tal pode ser justificado com base no facto de esse conflito se tratar de uma clivagem tradicional que tem vindo a marcar o contexto político e o desenvolvimento da sociedade portuguesa ao longo dos tempos[151]. Um indício importante da centralidade identificada é o facto de a emergência do movimento

[150] A título de exemplo, podem ser mencionadas as seguintes: Porto, Coimbra, Braga, Aveiro, Viseu, Faro, Viana do Castelo, Beja, Portimão e Lisboa.
[151] Ver anexo X.

antiausteridade ter ocorrido, atendendo às fases identificadas por Soeiro (2015), na transição da consolidação de uma sociedade precária para a fase do regime de austeridade.

Os momentos que precederam os quatro dos protestos considerados nas secções anteriores reforçam essa centralidade. O protesto da Geração À Rasca ocorreu pouco depois da apresentação do Pacto de Estabilidade e Crescimento IV (PEC IV) que previa, entre várias medidas, uma nova revisão da legislação laboral. O 15O sucedeu à assinatura do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica e ao anúncio do corte dos subsídios de férias e de natal. O primeiro protesto do QSLT concretizou-se pouco após a entrada em vigor do diploma que consagrou as alterações ao Código de Trabalho (Lei 23/2012 de 25 de junho) e coincidiu com o anúncio da subida da Taxa Social Única (TSU). O segundo protesto do QSLT aconteceu após a 7ª avaliação do programa de ajustamento financeiro e da aprovação do Orçamento de Estado para 2013. Esta relação de momentos permite extrair uma conclusão: tanto no seu conjunto como individualmente, os protestos podem ser conectados com acontecimentos que tiveram consequências diretas sobre o campo das relações de trabalho.

Por outro lado, o processo de precarização do trabalho e do emprego assumiu um papel extremamente importante na génese dos protestos. Já ao longo do capítulo 3 (parte III) foi possível constatar que a precarização do emprego pode ser geradora de mobilização social. Trata-se de uma questão que tem estado presente de forma mais evidente pelo menos desde meados dos anos 2000. Com a imposição das medidas de austeridade, o cenário de precarização agravou-se para a generalidade da população e em particular para os jovens, mesmo no caso dos mais qualificados, gerando uma mobilização ampla em torno da manutenção dos direitos sociais adquiridos. Paralelamente, as classes médias foram confrontadas com possibilidades reais de *downgrading* em decorrência das restrições colocadas pelas medidas de austeridade (pode ser conferido destaque às medidas que incidiram sobre o setor da função pública). Ao descontentamento gerado pela degradação das perspetivas de vida a curto e a médio prazo aliou-se o acesso restrito aos processos políticos de tomada de decisão. Principalmente no caso das classes médias detentoras de níveis elevados de capital cultural e educacional, esse acesso restrito contribuiu para a elevação do descontentamento.

O conceito *sociedade de austeridade* de António Casimiro Ferreira (2012) permite aflorar algumas das implicações mais sérias da imposição da austeridade. Sujeitou os cidadãos a privações objetivas e subjetivas que transformaram as vivências individuais e coletivas. A flexibilização e a precarização destacaram-se como elementos geradores das privações que conduziram à convocação dos protestos. Nesse sentido, a prevalência de trajetórias em carrossel caracterizadas por uma integração desqualificante entre os ativistas envolvidos não se tratou de um mero acaso.

A austeridade imposta não pode ser perspetivada independentemente da questão democrática. Os atores coletivos envolvidos no ciclo transnacional de protesto lutaram pela ressignificação das noções de cidadania, de representação e de participação política (e, consequentemente, pela ressignificação da própria democracia) e opuseram-se à substituição da democracia económica por imposições dos mercados financeiros, banca e grupos económicos. A forma assumida por essas imposições - liquidação dos direitos dos cidadãos, substituição de governos democraticamente eleitos por governos tecnocráticos, etc. - suscitou a indignação geral.

A austeridade e a sua inevitabilidade eram propugnadas não só por atores políticos nacionais mas também e principalmente por instâncias internacionais, o que abriu uma discussão ampla acerca da democraticidade do processo de ajustamento exigido a Portugal. Exemplo disso foi a centralidade da questão da democracia no contexto do protesto do 15O[152]. A mesma pode ser explicada pelo facto de as imposições que emanavam do Memorando de Entendimento já em vigência representarem uma imposição externa e portanto um atropelo da democracia. Nesse contexto e nos subsequentes (uma vez que os constrangimentos externos se mantiveram), a hegemonia do modelo de democracia representativa elitista do tipo parlamentar e de baixa intensidade[153] foi questionada. O regime de austeridade a ser imposto alicerçava-se num modelo tecnocrático de governação, portanto a sua instauração só podia ser conseguida a expensas

[152] O protesto do 15O não foi o primeiro em que a questão democrática se colocou. O protesto da Geração À Rasca estabeleceu uma associação explícita entre a questão da democracia e a precariedade e ausência de perspetivas de futuro dado que tanto uma como a outra resultariam da inabilidade da classe política em grande medida.
[153] Ver secção 2.4 da parte II.

da qualidade das práticas democráticas. Surgiram por isso reivindicações de maior participação nas decisões políticas e exigências de uma reabilitação da classe política.

O debate democracia representativa *versus* democracia participativa conquistou um espaço importante no contexto do ciclo de protesto antiausteridade. Não se tratava apenas de transitar para um modelo de democracia mais participativo mas também de aperfeiçoar e utilizar efetivamente os canais já existentes. Os protestos representaram um passo importante na direção de uma maior permeabilidade do sistema ao exercício da cidadania. Por exemplo, como será possível verificar mais adiante, o protesto da Geração À Rasca conduziu à implementação de estratégias de organização autónoma da sociedade em relação ao Estado, o que, segundo Cohen e Arato (2000), configura um sinal da reemergência da sociedade civil. Os *slogans* "Democracia direta, já!", "não nos representam" ou "somos os 99%" assinalaram a "dupla patologia" (da representação e da participação) referida por Boaventura de Sousa Santos[154]. É possível detetar uma distinção entre um "nós" e um "eles" nessas formulações: os 99%, afetados negativamente pelo capitalismo neoliberal e pela austeridade (o "nós") e o "1%" que defende um modelo de capitalismo e uma austeridade que corrompem o ideal democrático (o "eles"). Essa distinção tem subjacente um antagonismo no sentido enunciado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe[155].

O debate mencionado no parágrafo anterior não era inédito na sociedade portuguesa. Conforme referido em outro capítulo, com a Revolução de 1974 despontou uma disputa entre conceções contrastantes de democracia participativa (mais radicais, baseadas na participação popular, nas organizações de base e em comissões livremente eleitas, e que tinham o socialismo como horizonte) e representativa[156]. Curiosamente, uma das questões que marcou a experiência de democracia participativa entre 1974-75, o debate em torno das condições e dinâmicas de participação e formas de organização, reapareceu e assumiu grande preponderância entre as OMSs protagonistas do ciclo de protesto antiausteridade. Mais adiante será possível constatar que à semelhança do

[154] Ver secção 2.4 da parte II.
[155] Ver secção 2.4 da parte II.
[156] Ver secção 2.3, parte III.

acontecido no rescaldo da Revolução, esses atores coletivos promoveram experiências de mobilização e de organização alicerçadas nos princípios da democracia participativa. Estes elementos contribuem para a corroboração da hipótese 6, segundo a qual Portugal encerra especificidades decorrentes em parte do seu caráter de país de democracia tardia que se refletem na ação e características dos atores coletivos envolvidos no ciclo de protesto antiausteridade.

Vale a pena sublinhar que os atores coletivos mencionados lutavam pelo direito de participação na definição do próprio sistema[157]. Essa preocupação foi particularmente visível ao nível da implementação de uma prática democrática no interior das OMSs e ao longo do processo de mobilização. Esse aspeto será abordado no próximo capítulo. Por ora importa sublinhar que os princípios da democracia participativa foram aplicados ao funcionamento dos atores coletivos emergentes e assim transferidos para o espaço de mobilização. Porém, a democracia participativa almejada - totalmente horizontal e baseada no consenso (e não na vontade da maioria) - encontrou alguns obstáculos no seio da sociedade portuguesa. Muito embora fosse reconhecida a necessidade de repensar algumas questões, como as relativas à transparência do funcionamento das instituições, o modelo representativo de democracia continuava a ser, conforme Santos (2002), caro a uma franja significativa da população dado o seu capital político e simbólico. A conotação radical por vezes associada à "democracia direta" produziu o afastamento de algumas franjas da população. Por outro lado, nem todos os setores da população subscreviam a leitura de que a perda de direitos adquiridos representava em si mesma a degradação pura e simples do ideal democrático. Não obstante esses aspetos, a aplicação da democracia participativa constituiu uma estratégia: o objetivo era implantar a democracia praticando-a. A coexistência de visões de rutura total com o sistema democrático representativo e suas instituições e de perspetivas reformistas que buscavam uma mudança "por dentro" do sistema democrático, em linha com a pulsão plebeia mencionada por Braga (2015), foi transversal a todos os protestos. A tensão entre as duas visões tornou-se manifesta em diferentes planos.

[157] Ver Dagnino (1998).

A austeridade, a democracia e a (crise de) hegemonia

A austeridade e o seu ideário conservador e neoliberal foram impostos, conforme a perspetiva gramsciana[158], como resposta do sistema a uma crise orgânica (a crise económica e das dívidas soberanas) que se manifestou na perda de hegemonia da classe dominante. As políticas de austeridade foram implementadas contra os interesses de amplas franjas da população, o que conduziu ao rompimento do consenso (espontâneo) que sustentava o domínio exercido pelas classes dominantes e/ou dirigentes e à rejeição da sua visão do mundo. A crise orgânica deu lugar a uma crise de hegemonia, expressa de forma inequívoca no recorrente "não nos representam" que sublinhava a perda de legitimidade da classe dirigente.

Tomando o conceito de hegemonia desde uma perspetiva pós estruturalista, que a concebe como a operação em que uma diferença excede a própria particularidade e assume a representação de uma totalidade incomensurável e impossível, pode ser dito que o movimento antiausteridade - o conjunto de atores coletivos que contestaram a imposição das sociedades de austeridade e que foram parte ativa do ciclo de protesto - surgiu a partir da constituição de um exterior excluído e da diferenciação em relação ao mesmo[159]. De acordo com os elementos teóricos avançados na secção 2.4 (parte II), tal foi possível porque uma diferença pode assumir a representação de uma totalidade e reter a sua particularidade (autonomia) ao mesmo tempo. Apesar de específicas, as reivindicações de mais emprego, trabalho com dignidade, maior justiça social, irradicação da precariedade, responsabilidade política dos governantes, transparência, entre muitas outras, foram articuladas como uma oposição à austeridade, uma vez que as instituições democráticas demonstraram ser incapazes de satisfazer ou absorver cada uma dessas reivindicações eparadamente.

O facto de as reivindicações permanecerem insatisfeitas e a identificação de um oponente comum tornou-as equivalentes, acentuando-se a sua diferenciação em relação ao sistema. Desenhou-se uma fronteira que opôs aqueles que se indignaram contra a austeridade e as instituições responsáveis pela sua imposição. Uma consequência da

[158] Ver secções 1.3 (parte I) e 2.4 (parte II).
[159] Essa diferenciação permitiu a ilegitimação do projeto das sociedades de austeridade.

divisão do campo social foi que reivindicações não diretamente ligadas aos efeitos das políticas e medidas impostas foram incorporadas à luta antiausteridade.

*

Os elementos apresentados e discutidos ao longo do presente capítulo reforçam os fornecidos no capítulo anterior (capítulo 3) e confirmam a hipótese 6, segundo a qual em Portugal, os movimentos sociais mais recentes surgiram a partir de um impulso de baixo para cima e responderam à falta de penetração das reivindicações de certos setores da população no sistema político.

Os protestos ocorridos no período 2011 – 2013 materializaram uma reação à imposição da austeridade cega proposta pela *troika* e a rejeição da solução única propugnada por governos e instituições internacionais. Foram motivados pela perspetiva (e concretização) do fim do Estado social e das promessas e perspetivas de futuro que aquele respaldava. O conflito entre capital e trabalho assumiu a posição preponderante no contexto de uma centralidade que foi de certa forma partilhada com as reivindicações de mais e melhor democracia. A verdade é que a crítica aos agentes políticos e ao funcionamento da democracia foi transversal a todos os protestos.

Ao longo do ciclo de protesto iniciado com a Geração À Rasca verificou-se um reforço progressivo dos sentimentos de desilusão e de indignação em relação ao contexto político e económico. Devem ser assinalados dois outros aspetos: por um lado, o acentuar do caráter político das convocatórias muito graças a uma articulação mais consistente com elementos que decorriam da intensificação do conflito entre capital e trabalho; por outro, o facto de a questão da qualidade da democracia ter passado a ser perspetivada em termos internacionais dado que a consolidação da globalização capitalista colocava problemas que ultrapassavam o âmbito estrito dos territórios nacionais.

Os protestos representaram um sinal da crise orgânica provocada pelo agravamento da crise económica. Despoletaram uma crise de hegemonia que colocou em causa a legitimidade tanto das medidas adotadas como das classes dirigentes que as adotaram. As cadeias de equivalências constituídas na esteira dos vários protestos

antiausteridade permitiram a amplificação da contestação e a construção de uma oposição heterogénea mas unificada à imposição da austeridade.

Capítulo 5 - Do *facebook* às ruas: os processos de mobilização no ciclo de protestos antiausteridade

Os protestos abordados no capítulo anterior fizeram parte de um ciclo de protesto. O último correspondeu a uma fase de intensificação dos conflitos, marcada pela difusão rápida da ação coletiva tanto em termos geográficos como dos setores envolvidos (disseminação dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, frequentemente transclassista). Outros elementos justificam também a identificação de um ciclo de protesto: o ritmo de inovação acelerado das formas de confronto e repertórios de ação; a emergência de novos símbolos e interpretações do mundo; e a combinação de participação organizada e não organizada.

Os protestos que integraram o ciclo antiausteridade em Portugal podem ser perspetivados como tendo sido levados a cabo por populações desorganizadas no sentido em que a participação dos indivíduos não ocorreu com base na pertença a organizações. No entanto, diferentemente das populações desorganizadas de Piven e Cloward (1977), aqueles que participaram nos protestos não podem ser vistos como desprovidos de recursos organizacionais ou políticos. Conforme estabelecido anteriormente, existem evidências consistentes da prevalência da classe média entre os que participaram, sendo por isso pouco verosímil a hipótese da impossibilidade de acesso aos recursos mencionados. A opção pela ausência de estrutura foi deliberada e consciente dado que se pretendia dirigir uma crítica aos atores que articulam ou disponibilizam aqueles recursos (partidos políticos e sindicatos). Pelo menos em teoria, os indivíduos tinham a opção de fazer avançar os seus interesses/reivindicações de outras formas. Portanto, novamente ao contrário dos grupos analisados pelos autores supra citados, não eram necessárias condições excecionais para que pudessem formular e tornar públicas as suas reivindicações. Porém, tal qual as "populações desorganizadas", só o fizeram no momento em que se verificou uma combinação particular de expectativas crescentes e declínio das condições de vida, o momento em que a indignação se tornou palpável.

Os movimentos sociais são complexos históricos particulares que envolvem interações e práticas políticas em constante evolução. Os protestos antiausteridade em

Portugal colocaram em evidência algo que vários autores têm vindo a sublinhar: cada período histórico tem os seus repertórios e formas de ação coletiva específicos (Tilly *et al.*, 1975; Tilly, 1978, 2004). Sendo assim, que fatores influenciaram a escolha do protesto de massas como estratégia durante a fase do regime de austeridade? O conceito de estrutura de oportunidades políticas[160] pode ajudar a responder a essa interrogação. São particularmente relevantes duas das componentes do modelo de estrutura de oportunidades políticas de Kriesi *et al.* (1995): as estruturas institucionais[161] e os procedimentos informais e estratégias prevalecentes. No que diz respeito à primeira componente, Portugal pode ser considerado um Estado centralizado e forte. Apesar da existência de canais de acesso às instituições, uma existência inesperadas dadas as características do Estado, conta com um grau de satisfação baixo em relação ao funcionamento da democracia (ver anexo X). A perceção geral é que os pontos de vista dos eleitores não são representados no parlamento e que o envolvimento dos cidadãos nos processos políticos é cerceado.

Quanto aos procedimentos informais e estratégias prevalecentes, teoricamente, as estratégias exclusivas predominam no caso português, sendo o cenário estrutural provável para a mobilização política um de exclusão seletiva. Dadas a força e a exclusividade atribuídas ao Estado, as probabilidades de sucessos quer reativos quer proativos são muito baixas, ao mesmo tempo que as de situações de reforma/ameaça são mais elevadas. O ciclo de protesto foi despoletado (e mantido) pelo predomínio de situações de ameaça pois o Governo procurava implementar políticas que iriam degradar indiscutivelmente as condições de vida da grande maioria dos portugueses. Mesmo sendo pouco provável a obtenção de sucessos reativos, os custos da inação eram maiores, isto é, o governo avançaria com os cortes. A mobilização sob a forma de protesto tornou-se por isso mais atrativa apesar de não garantir quaisquer ganhos. O peso da "ameaça" foi determinante dado que tinha um significado concreto.

[160] O conceito de estrutura de oportunidades políticas (POS) foi apresentado e discutido nas secções 1.1 e 1.3 da parte II, e aplicado ao caso português no anexo X.

[161] Vale a pena sublinhar que as estruturas institucionais são um elemento estável do contexto político que determina substancialmente a abertura dos canais de acesso ao Estado.

A eleição do protesto como estratégia não pode ser atribuída exclusivamente à influência das duas componentes mencionadas. Outro fator determinante foi a unificação de uma base social de apoio ampla em torno da ameaça identificada. A esse propósito vale a pena recuperar a hipótese 5, segundo a qual a existência de um marco multi temático construído com base nas cadeias de equivalências que uniram diferentes reivindicações foi essencial para a conformação de um ciclo de protestos tanto ao nível nacional como transnacional. Centrado na articulação entre os problemas que resultaram da imposição da austeridade e da crise do sistema democrático, esse marco multi temático proporcionou uma gama de objetivos e alvos comuns que, por sua vez, demonstraram uma capacidade de mobilização ímpar.

Apesar das diferenças entre protestos, é possível estabelecer os contornos gerais dos processos de mobilização no contexto do ciclo antiausteridade.

5.1. Ciberativismo: o eixo central dos processos de mobilização

As dinâmicas de ciberativismo foram absolutamente centrais nos processos de divulgação, disseminação, organização e mobilização subjacentes aos protestos do ciclo antiausteridade no nosso país. O *facebook* assumiu uma importância enorme no quadro dessas dinâmicas. Na verdade, os protestos antiausteridade vieram consolidar uma tendência que já era discernível ao nível do movimento de combate à precariedade. Como demonstrado no capítulo 3 (parte III), o funcionamento das OMSs daquele movimento estava muito dependente das dinâmicas de ciberativismo, o que teve aspetos positivos mas também negativos. Vale a pena recuperar o caso *MayDay* apresentado na secção 3.3 (parte III) pois tal como essa plataforma, os grupos que promoveram a Geração À Rasca, o 15O e os dois QSLT tinham como objetivo levar o protesto para as ruas.

O *MayDay* foi apresentado como uma plataforma de mobilização que coordenava a ação de várias OMSs e de cidadãos em torno da realização de uma marcha que colocaria um conjunto de reivindicações no espaço público. Durante o período de preparação o *MayDay* ganhava forma através das sociais redes, principalmente através do *facebook*. É

importante estabelecer as razões que estiveram na origem e que reforçaram a importância do ciberativismo em todo o processo.

Fundamentalmente foram três razões. Primeiro, o *MayDay* surgiu como um processo circunscrito no tempo. Começava normalmente em finais de Fevereiro, com a divulgação e disseminação da convocatória e a realização de uma assembleia aberta, e terminava com a manifestação no dia 1 de Maio, podendo prolongar-se por mais algumas semanas com o propósito de realizar reuniões de balanço. Em segundo lugar, o grosso dos participantes eram também ativistas em outras OMSs, dispondo por isso de pouco tempo para reuniões presenciais. A confluência dos dois fatores impôs uma aposta maior nas interfaces digitais e no ciberativismo como meios de apresentação, disseminação da mensagem, mobilização e coordenação de atividades. Por último, a dimensão nacional, europeia e também global do *MayDay* fez com que aquelas ferramentas fossem vitais à comunicação entre os grupos organizadores, muito embora esse potencial de comunicação não tenha sido aproveitado em pleno.

Em Portugal, os processos de mobilização do ciclo de protesto antiausteridade também se basearam amplamente na componente de ciberativismo. Essa centralidade não destoou das características que um conjunto de autores, com destaque para Manuel Castells, atribuem aos movimentos sociais da contemporaneidade. É necessário ter em conta a disseminação cada vez maior das novas tecnologias de comunicação, com destaque para a incidência particular da sua utilização entre os mais jovens. Tendo todos os protestos sido convocados por jovens – os grupos que lançaram as convocatórias eram maioritariamente compostos por jovens -, o facto de ferramentas como o facebook terem sido fundamentais não é surpreendente.

Os quatro protestos[162] que compuseram o ciclo antiausteridade cresceram a partir do *facebook*. Nos quatro casos, as adesões na página do *facebook* e a divulgação em todo o tipo de redes sociais do ciberespaço permitiram uma difusão rápida e eficaz das convocatórias. Num ápice, inúmeras pessoas aderiram e decidiram contribuir para a expansão da mobilização, gerando-se instantaneamente um efeito "bola de neve".

[162] Conforme mencionado anteriormente, o protesto da Primavera Global a que aludi na secção 4.3 (parte III) não é alvo de análise.

Mimeticamente, os focos de mobilização surgiam em número significativo e por todo país. A divulgação através do *facebook* era depois complementada por outros veículos de disseminação mais tradicionais como a colagem de cartazes e a distribuição de panfletos. A centralidade e valor estratégico das ferramentas de ciberativismo são bastante claros no caso do protesto da Geração À Rasca. Teria sido impossível mobilizar pessoas que não estavam ligadas por outros laços além do projeto de organizar aquele protesto sem a ajuda dessas ferramentas. Ainda mais difícil seria a realização simultânea de protestos em vários pontos do país, como foi o caso.

Nos casos dos protestos do 15O e do QSLT também foi possível identificar a mesma centralidade das ferramentas de ciberativismo, e em particular do facebook, apesar de poderem ser apontadas algumas diferenças, nomeadamente o facto de esses protestos estarem mais ou menos ligados às mobilizações que ganhavam forma em outras localizações. A convocatória para o protesto de 15 de Outubro foi lançada em Espanha, divulgada com recurso às ferramentas de ciberativismo e prontamente subscrita por uma rede de ativistas. Principalmente no caso do 15O, conforme a hipótese 4, confirma-se o caráter viral atribuído aos movimentos sociais em rede. Esse protesto diferenciou-se dos restantes porque lhe era inerente uma dimensão internacional, dimensão que lhe conferiu aliás um simbolismo particular, relacionado com a experiência partilhada da opressão exercida pelo capitalismo neoliberal. No entanto, a expressão internacional e articulada de um conjunto de reivindicações é sempre um objetivo ambicioso e difícil. As culturas políticas e de mobilização diferem de país para país, de região para região, e até de cidade para cidade, colocando em evidência a coabitação de formas de trabalhar diversas e por vezes difíceis de conciliar.

O lançamento dos protestos nas redes sociais do ciberespaço proporcionou uma divulgação rápida e eficaz, abrindo novos horizontes em termos de escala e de ritmo. No entanto, é importante sublinhar que além dessa "ajuda preciosa", os processos de mobilização e organização beneficiaram dos efeitos proporcionados por contextos de continuidade. A maior parte daqueles que participavam ou apoiavam em alguma medida um protesto acabavam por transitar para os núcleos de organização do protesto subsequente ou mantinham o seu apoio. Existia um forte sentimento de solidariedade

entre os ativistas e apoiantes entre protestos, projetando a imagem de um *continuum* de ação coletiva. Os protestos beneficiaram também das redes de ativismo estabelecidas em situações anteriores. Tanto a disseminação via ciberativismo como a ação das redes de ativismo prévias favoreceram a emergência de uma dinâmica de mobilização forte.

Porém, as estruturas em rede subjacentes aos quatro protestos revelaram ser muito vulneráveis quer a mudanças no contexto social e político envolvente quer a alterações ao nível das disposições individuais dos ativistas. Conjuntamente com a dependência em relação ao ciberativismo, a estrutura em rede favoreceu a volubilidade da participação, revelando-se desfavorável ao desenvolvimento de um ativismo presencial forte e continuado. A intermitência da participação tanto no curso de um mesmo processo de mobilização como de um processo para outro obrigou a aprendizagens e reaprendizagens sucessivas. É importante salientar que as OMSs que contribuíram para o ciclo de protesto estavam ligadas em rede, entre si e no seu interior. Essas conexões assumiram múltiplas formas (redes sociais *online* e *offline*, redes preexistentes e outras formadas durante as ações). Confirmou-se a formulação de Castells (2013) de que o padrão de comunicação horizontal e multidirecional permite a formação de redes intra e inter movimentos e destes com a sociedade no geral, comportando por isso um potencial democrático participativo inegável. Permitiu que a atividade política no ciberespaço se conjugasse com o ativismo político presencial. Contudo, em linha com Ribeiro (1998), foi possível verificar que as relações estabelecidas entre OMSs e entre ativistas eram mais instáveis e em grande medida circunstanciais.

As redes de ciberativismo sustentaram o estabelecimento de cadeias de articulação nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo contribuíram para o seu caráter por vezes efémero. De uma forma geral, uma grande parte da discussão era feita nas redes sociais. Esse peso excessivo do ativismo à distância promoveu articulações mais débeis. O contacto entre plataformas e grupos de mobilização nos planos nacional e internacional eram pouco frequentes não obstante a disponibilidade de meios tecnológicos para tal. Além do mais, como afirmou Tilly (2004), as novas tecnologias de comunicação também podem originar dinâmicas de exclusão.

5.2. A "organização" do descontentamento

A organização dos protestos não se apoiou exclusivamente no ciberativismo apesar de a sua centralidade ser inegável. Também foi sustentada pela mobilização acionada por núcleos de ativistas formados nas cidades em que se realizaram os protestos. De uma forma geral, após o lançamento da convocatória, um ou mais cidadãos propunham-se a organizar o protesto na sua cidade e era marcada uma primeira assembleia (normalmente aberta e em local público). Mediante o volume de comparências, eram organizados grupos de trabalho dirigidos para áreas de ação ou tarefas específicas, tais como produção e distribuição de materiais de divulgação, contactos com outros atores sociais, órgãos de comunicação social, forças policiais e Governo Civil[163].

Os processos de divulgação e de organização dos quatro protestos antiausteridade foram descentralizados, o que significa que os núcleos de organização em cada cidade aderente funcionavam com relativa autonomia. Foi referido anteriormente que a descentralização é uma das características dos movimentos sociais em rede (ver capítulo 2, parte II). Tem a vantagem de maximizar as probabilidades de participação pois permite a ligação entre OMSs em momentos de mobilização e o recrutamento de novos membros, além de reduzir a vulnerabilidade dos movimentos e suas organizações à repressão. A estrutura em rede permite também prescindir de centros identificáveis, lideranças formais e estruturas verticais sem colocar em causa as funções de coordenação e deliberação.

Os núcleos de organização formados nas várias cidades constituíram uma rede que conferiu um caráter nacional aos protestos. O funcionamento reticular também foi visível ao nível da participação dos ativistas das OMSs de combate à precariedade na organização dos protestos antiausteridade, principalmente nos protestos do QSLT. Além de muitos dos seus ativistas terem assumido um papel ativo, essas organizações de movimento utilizaram os seus recursos para instar os cidadãos a participarem nos protestos. Esse envolvimento foi muito importante pois as OMSs de combate à precariedade e os seus ativistas acumulavam capital/experiências de mobilização, o que certamente contribuiu,

[163] Para que um protesto público gozasse de legalidade, o Governo Civil tinha de ser informado da sua realização.

juntamente com as aprendizagens através da partilha de informações, para os níveis de mobilização atingidos. Destacaram-se o Ferve[164] (no Porto) e o PI (em Lisboa).

Apesar da disseminação dos focos de protesto por todo o país, as atividades de mobilização e a concretização dos quatro protestos tiveram como focos principais as cidades de Lisboa e Porto. Essa centralização relativa no contexto de descentralização esteve na origem de dinâmicas com contornos pouco pacíficos por vezes e constituiu um foco de tensão. Os contactos entre os dois núcleos ao longo da preparação dos protestos visaram essencialmente a articulação de posições gerais, de forma a transmitir coesão e consistência. No entanto, essa relação não se deu sem atritos que maximizaram as dificuldades inerentes aos protestos sem uma base organizativa estruturada. São exemplos as dificuldades em obter consensos ou em definir estratégias claras e persistentes no tempo. Para além disso, podem também ser referidos outros fatores como a inexperiência dos ativistas.

O processo de mobilização para o protesto de 15 de Outubro de 2011 (15O) diferiu dos processos quer da Geração À Rasca quer dos dois protestos QSLT. Em primeiro lugar, o 15O era uma plataforma que agregava várias OMSs coligadas com o objetivo de promover uma manifestação internacional, enquanto tanto a Geração À Rasca como os dois protestos do QSLT foram organizados a partir das adesões em nome individual à convocatória lançada nas redes sociais. O manifesto que esteve na origem do 15O em Portugal foi assinado por 41 associações ou coletivos[165], sobretudo ligados ao setor de movimentos sociais, e por organizações ligadas à esquerda radical (principalmente extraparlamentar), o que aponta para uma diferença importante em relação à Geração À Rasca, a saber, a presença forte de setores politicamente organizados. Essa presença podia conferir outro tipo de consistência ao protesto. Já no que diz respeito aos protestos do QSLT, a matriz apartidária não foi evocada, verificando-se uma suavização do discurso crítico em relação aos partidos políticos e também aos sindicatos, o que exerceu um efeito de atração sobre os setores mencionados. Tal aconteceu apesar de os mesmos não figurarem como subscritores do

[164] O Ferve anunciou a sua dissolução a 29 de Setembro de 2012 por isso a participação da OMS restringiu-se aos protestos da Geração À Rasca, 15O e "Que Se Lixe a *Toika*, Queremos as nossas vidas!".
[165] Podem ser referidos a Umar (União de Mulheres, Alternativa e Resposta,) Panteras Rosa, SOS Racismo, *Zeitgeist*, Opus Gay e a Associação José Afonso, entre outras.

manifesto. Pode ser referido ainda um outro aspeto que apenas se verificou nos casos dos dois protestos do QSLT e que se prende com a natureza das reivindicações formuladas: de forma clara, eram exigidas a demissão do governo, a expulsão da *troika* do país e a convocação de eleições antecipadas. Tendo isso em conta, é de sublinar que as referências à clivagem Esquerda/Direita foram explícitas no quadro desses protestos.

Outra diferença significativa entre os quatro processos de mobilização esteve relacionada com a presença de uma dimensão internacional. O protesto do 15O foi o único em que isso aconteceu. Esse elemento teve uma influência ambivalente. Por um lado potenciou a construção de sentimentos de solidariedade e conferiu força à ideia do protesto. A proposta de convocar o 15O foi recebida com entusiasmo pelos ativistas envolvidos no processo da Geração À Rasca pois era um sinal da emergência de sentimentos de solidariedade entre os países afetados pela austeridade e pelos desmandos do capitalismo. Por outro, o facto de ser um protesto internacional distanciou-o da realidade específica de Portugal e muitas pessoas não se sentiram tão compelidas a participarem.

A "organização" do descontentamento depende de um fator essencial: o contexto. Foi referido anteriormente que as mudanças tanto no ambiente externo como no interno produzem impactos de diversos tipos sobre as organizações de movimento social (Zald and Ash, 1966). Em relação ao ambiente externo, as condições de que usufruíram cada um dos quatro protestos diferiram a vários níveis. Por exemplo, em Março de 2011, a Geração À Rasca beneficiou de uma conjuntura política específica e da novidade que representava um protesto daquele tipo. Em Outubro desse ano, quando foi levado a cabo o protesto do 15O, a conjuntura política era bastante diferente. Por um lado, o novo governo era relativamente recente e apesar de algumas medidas muito criticadas, ainda gozava de um relativo estado de graça. Por outro, a *troika* já estava em Portugal e as medidas impostas eram tidas como inevitáveis. Portanto, quaisquer protestos contra as medidas e seus proponentes pareciam não fazer grande sentido. Os sentimentos que "fluíam e refluíam" (Zald e Ash, 1966) e a direção do interesse da sociedade não funcionaram a favor da mobilização, apesar de se sentirem as alterações de consciência produzidas pelo protesto

da Geração à Rasca[166]. A existência de grupos de ativistas formados no curso do processo de organização da Geração À Rasca e no rescaldo do protesto tiveram um efeito positivo.

O contexto externo dos protestos do QSLT foi o mais favorável. Conforme os elementos apresentados nas secções 4.4 e 4.5 (parte III), era um contexto de grave crise económica, política e social motivada pela adoção das medidas previstas no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, e muito crítico em relação à atuação do Governo. À medida que a ideia da inevitabilidade foi desconstruída, cresceram as exigências de uma alternativa. Por seu turno, os protestos precedentes tinham criado laços, solidariedades e estratégias que conformavam uma espécie de capital de mobilização. Essas condições favoreceram a formulação de reivindicações bastante concretas e passíveis de serem articuladas sob a forma de uma mobilização mais alargada da sociedade civil.

O ambiente ou contexto interno também influenciou o curso da "organização do descontentamento". A diversidade ideológica que caracterizava os núcleos de organização foi um fator determinante cuja influência se fez sentir tanto ao nível dos protestos propriamente ditos como dos impactos por eles produzidos. Se essa diversidade constituiu uma fonte de riqueza indutora de complementaridade, foi também uma fonte de tensão. A noção de *radicalismo autolimitado* (Cohen, 1985; Cohen e Arato, 2000) e a dicotomia fundamentalismo/realismo (Scott, 1990) são úteis à problematização das tensões e das complementaridades verificadas.

A fonte de tensão que mencionei desenhou-se em torno da adoção de ideias de reforma (estrutural e das instituições) rumo à efetivação da democracia económica e de uma democracia representativa aberta à participação efetiva dos cidadãos – a pulsão plebeia[167] de que nos fala Braga (2015), ou de "revolução", no sentido da implementação de um sistema totalmente novo de democracia participativa ou "direta" e da substituição do modo de produção capitalista. No fundo, a segunda opção configurava uma rutura com o sistema existente. Essas perspetivas materializaram-se na disponibilidade para o contacto ou diálogo com os atores políticos institucionais ou na sua recusa liminar, sendo que o

[166] As alterações de consciência produzidas pela Geração À Rasca vão ser abordadas na próxima secção.
[167] Ver secção 2.3. da parte II.

confronto entre as duas atitudes gerou disputas internas e impasses mais ou menos momentâneos.

Outra fonte interna de tensão esteve relacionada com a heterogeneidade de culturas políticas e de mobilização. Associada à presença de diferentes tendências ideológicas, essa diversidade interpessoal no seio dos grupos organizadores dificultou a construção de consensos e convergências. O caso da Geração À Rasca é elucidativo quanto aos efeitos dessa diversidade. A emergência de atritos no contexto interno dos núcleos organizadores e entre os núcleos do Porto e Lisboa geraram sentimentos de desconforto que tiveram repercussões a curto e a médio prazo. Esses atritos foram motivados essencialmente pelo conteúdo do manifesto redigido pelo grupo de Lisboa, estando em causa a adesão do grupo do Porto a esse documento[168].

As duas fontes de tensão identificadas foram particularmente evidentes no caso do protesto do 15O, pelo que lhe serão dedicadas algumas linhas de forma a concretizar as suas implicações. As tensões inter e intra núcleos de organização obstaculizaram a divulgação e mobilização eficazes e relegaram a dimensão internacional para segundo plano, afetando a magnitude do protesto. O funcionamento dos núcleos organizadores pautou-se por alguma conflitualidade interna mas também externa (entre núcleos). Tendo em conta o alargamento e consequente diversidade interna de que plataforma foi alvo, os conflitos e tensões foram sempre uma constante. É importante destacar o facto de se terem verificado divergências bastante marcadas no que dizia respeito à atitude face ao movimento sindical. Os posicionamentos dividiram-se entre o fundamentalismo de ativistas mais desiludidos com as dinâmicas institucionais e o realismo ou radicalismo autolimitado daqueles que viam nos sindicatos um ator incontornável no plano do conflito entre capital e trabalho[169].

[168] O manifesto redigido pelo grupo organizador de Lisboa expunha os motivos do protesto e apelava à mobilização. O núcleo de organizadores do Porto tinha muitas reservas em aderir ao manifesto lisboeta pois existiam discordâncias relativamente ao seu conteúdo. Apesar disso, a adesão acabou por acontecer. Na decisão pesaram sobretudo fatores de ordem pragmática, nomeadamente a possibilidade de as energias serem desperdiçadas em discussões infindáveis que prejudicariam a concretização do objetivo definido.
[169] Esse aspeto será desenvolvido com maior profundidade no capítulo 7.

O caso do 15O também ilustra a fragilidade das redes internacionais de mobilização e os obstáculos que enfrentam. Essa fragilidade tornou-se explícita a propósito da articulação com o 15O espanhol, o mais próximo em termos territoriais e com o qual o 15O português teria porventura mais afinidades não só culturais mas também em termos dos desafios sociais e económicos a serem enfrentados. Foi incipiente muito graças às dificuldades colocadas pelo funcionamento em rede baseado no ativismo à distância. De um modo geral, quer no plano nacional quer no internacional, a articulação entre cidades aderentes foi enfraquecendo com o passar do tempo, acabando por extinguir-se completamente.

Um sinal tanto da fragilidade como do enfraquecimento mencionado está relacionado com as expressões de solidariedade entre os núcleos nas diferentes cidades e países que formaram a rede de protesto. Apesar de relativamente frequentes, essas expressões restringiram-se a declarações nas redes sociais ou a pequenas ações no espaço público. Por outro lado, não pode ser esquecido que as mobilizações enfrentaram problemas específicos nos diferentes países, problemas que moldaram a natureza dos protestos e as reivindicações formuladas, como por exemplo a repressão policial. Assim, as diferenças entre países e dentro de um mesmo país influenciaram os objetivos e estratégias dos protestos[170]. As tensões identificadas e as diferenças em termos de objetivos e de estratégias refletiram-se em cadeias de articulação débeis entre as várias cidades aderentes, tanto no plano nacional como internacional.

Os protestos do QSLT romperam com o jugo das fontes de tensão de certa forma, sugerindo que as mesmas podem ser neutralizadas pela maior definição das reivindicações

[170] Em Espanha, por exemplo, as reivindicações por uma outra utopia democrática eram muito fortes. Ao mesmo tempo estiveram presentes questões muito concretas. Pese embora a dimensão utópica da indignação espanhola, o movimento espanhol deu mostras de capacidade de concretização de ações radicais como as que evitaram inúmeras ações de despejo motivadas por incumprimento bancário. Tal não se verificou em Portugal, pelo menos não à mesma escala. Pode ser evocada uma razão que justificaria o ativismo mais "suave" dos portugueses: a repressão. O Estado espanhol reprimiu prontamente, e com dureza, as ações de protesto dos Indignados (veja-se o desalojamento das *acampadas* na *Plaza del Sol* madrilena), o que motivou a escalada no tipo de ações adotadas. Em Portugal, esses níveis de repressão não se verificaram, à exceção dos episódios das concentrações junto à Assembleia da República, uma delas no contexto da manifestação 15O em Lisboa que evoluiu para um cerco à Assembleia da República.

apresentadas pelos atores coletivos. No caso dos protestos mencionados, entre os ativistas gerou-se um consenso mais alargado em torno de uma perspetiva reformista. A definição das linhas orientadoras das reivindicações forneceu o enquadramento dos protestos, tornando-os menos suscetível a interpretações variáveis no interior dos grupos organizadores. Por outro lado, a heterogeneidade interpessoal foi de alguma forma neutralizada pela acumulação do que pode ser designado como "capital de mobilização" no curso dos processos anteriores e que identifico com o amadurecimento das rotinas estabelecidas.

Pesem embora determinadas especificidades, verificou-se uma continuidade de objetivos entre os quatro protestos. As diferenças ao nível da sua formulação decorreram da evolução do contexto económico e político, ditando a particularização de algumas questões. Por exemplo, no protesto "Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas!" a questão da subida da Taxa Social Única assumiu uma grande preponderância, não podendo deixar de ser reconduzida no entanto a questões mais gerais relacionadas com a imposição de uma agenda neoliberal assente na ideia da inevitabilidade da austeridade. Pode falar-se também na continuidade em termos de participação, uma vez que muitos ativistas transitaram entre núcleos de organização, reforçando os laços de solidariedade, pelo que não chegaram a ocorrer "cortes absolutos" entre mobilizações. Episódios circunscritos no tempo como os vários protestos antiausteridade podem ser percebidos como componentes de um *continuum* dado que os períodos entre protestos foram preenchidos por atividades com menor visibilidade como por exemplo reuniões mais ou menos periódicas dos núcleos organizadores e a atividade no espaço virtual.

Por outro lado, as fases percebidas pelo exterior como sendo de alguma latência espelham a influência do binómio reforma/ameaça (Kriesi *et al.*, 1995) pois a mobilização foi reativada nos momentos que configuravam situações de ameaça, ou seja, a atividade dos núcleos tornou-se visível e foram convocados protestos nos momentos em que o governo se propunha a implementar medidas que constituiriam novas desvantagens para a população, momentos em que a contestação nas ruas era perspetivada como a única forma de impedir a concretização dessas desvantagens. Nesse sentido, os protestos a que aludi ao longo da presente secção constituíram reações a uma ameaça.

Os media, os processos de mobilização e a inovação

A ausência de um suporte organizacional no sentido comum tornou os protestos antiausteridade muito dependentes da divulgação proporcionada pelos *media* tradicionais. Uma estratégia adotada no contexto dos quatro protestos foi informar a comunicação social da sua convocação. A prestação dessa informação era um passo fundamental pois permitia a amplificação da mobilização, contribuindo de forma decisiva para a elevação dos níveis de participação. Porém, a dependência em relação à divulgação mediática é perversa na medida em que pode obrigar à adoção de um discurso e de propostas que os meios de comunicação social estejam dispostos a ou tenham interesse em passar para o público. De uma forma geral, a novidade e o reforço da oposição ao governo foram os fatores que mais influenciaram a atenção despendida e o posicionamento da comunicação social em relação aos quatro protestos.

O interesse que rodeou o primeiro protesto antiausteridade, a Geração À Rasca, foi motivado essencialmente pela sua novidade. A forma como foi convocado (por quatro indivíduos através do *facebook*), a disseminação rápida nas redes sociais e emergência de vários focos de protesto e as características *sui generis* (convocado à margem de partidos políticos e de sindicatos) surpreenderam e intrigaram a comunicação social. Outro aspeto teve também influência: a contemporaneidade com os protestos no Egito e na Tunísia (ocorridos em 2010) convocava para a ideia de sublevação popular. Após o protesto, os níveis de participação elevados e a heterogeneidade dos participantes alimentaram esse interesse. Existia uma grande expectativa em perceber se a Geração À Rasca provocaria transformações tão grandes como as verificadas nos países mencionados. Ainda que em número muito menor, verificaram-se reações negativas que classificavam os organizadores do protesto como “perigosos” e “demagógicos”.

As reações foram diferentes no caso do protesto do 15O. A comunicação social foi informada da convocatória mas a atenção que lhe votou foi menor. Foram três as razões para tal: a situação de protesto já não era uma novidade absoluta, a ideia da inevitabilidade da austeridade tinha-se disseminado, e o governo recém-eleito ainda gozava de alguma aceitação. Se a conjuntura política foi um fator desmobilizador, o facto de o protesto já não ser uma novidade reforçou essa desmobilização. Um quarto fator pode ter diluído o

interesse da comunicação social tradicional: tratava-se de um protesto internacional que visava questões que ultrapassavam o estrito âmbito nacional. O desinteresse da comunicação social teve como efeito uma divulgação deficitária que constrangeu as possibilidades de sucesso do protesto.

As reações aos protestos do QSLT foram completamente diferentes. O interesse dos *media* foi reacendido pela intensificação do descontentamento e pelas inovações no reportório de ação. As medidas impopulares tomadas pelo governo, como o anúncio da subida da TSU, a entrada em vigor das alterações ao Código de Trabalho e o endurecimento das medidas de ajustamento estrutural e consequente agravamento das condições de vida de grande parte da população provocaram a intensificação e disseminação do descontentamento. Juntaram-se-lhe as inovações no reportório de ação, de que as grandoladas[171] e as receções a membros do governo ou outras pessoas de relevo, fossem elas empresários ou representantes das instituições internacionais, são os exemplos mais emblemáticos[172]. Constituíram uma forma bastante original de expressar a oposição à dominação exercida, ao mesmo tempo que recuperaram um símbolo da unidade popular - a música "Grândola Vila Morena". Durante os meses que precederam o protesto de 2 de Março, vários representantes e membros do governo foram recebidos nos atos públicos em que participavam por coros de vozes que entoavam a "Grândola, Vila Morena" empunhando cartazes que exigiam a demissão imediata do governo. As grandoladas sucediam-se em catadupa, quase todos os dias e por todo o país, seguiam os "representantes da opressão" onde quer que eles fossem. Esses atos tiveram um efeito

[171] As grandoladas consistiam em cantar, a membros do Governo ou a outros considerados representantes ou promotores das políticas de austeridade e do ideário neoliberal, a música "Grândola, Vila Morena" do cantor português de música de intervenção Zeca Afonso. Essa música é um símbolo da resistência à ditadura fascista do Estado Novo em Portugal. A primeira grandolada ocorreu em 15/02/2013, quando o primeiro-ministro foi interrompido por ativistas do QSLT de Lisboa durante o debate quinzenal. De pé nas galerias da Assembleia da República, o grupo entoou, ao longo de alguns minutos, os versos "Grândola Vila Morena /O povo é quem mais ordena". Poucos dias depois, a 18/02/2013, ocorreu aquela que foi porventura a grandolada mais mediática. Foi dirigida a Miguel Relvas, o então Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, durante o debate sobre o "Momento Político" do Clube dos Pensadores, em Vila Nova de Gaia. Foi interrompido por um grupo de cerca de 20 pessoas, a maior parte ligadas ao QSLT do Porto, que entoou a música "Grândola Vila Morena" enquanto erguiam cartazes contra a "política de direita". Estas duas grandoladas foram as percussoras de muitas outras.

[172] Essas inovações foram introduzidas no contexto da mobilização para o protesto do "Que Se Lixe a *Troika,* O Povo é quem mais ordena!" que teve lugar a 2 de Março de 2013.

mobilizador muito grande. Dada a sua disseminação, a palavra "grandolada" foi integrada no léxico português e figura no dicionário de língua portuguesa. É definida como

> forma de protesto pacífico, pontual e espontâneo, em que os manifestantes entoam canções de intervenção, com o objetivo de impedir discursos ou comunicações de representantes de um governo (Definição retirada do Dicionário Porto Editora de Língua Portuguesa[173])

A nova forma de protesto foi um elemento fundamental na mobilização para o segundo protesto do QSLT e sublinha o facto de nos encontrarmos perante um ciclo de protesto pois o ritmo de inovação acelerado nas formas de confronto e reportórios de ação são algumas das características que, conforme Tarrow (1995, 1998), permitem a sua identificação. A novidade desorientou os oponentes do QSLT (o governo e outros elementos identificados com as políticas de austeridade) e surpreendeu tudo e todos, produzindo um grande impacto. Por outro lado, essas inovações revelaram a vulnerabilidade da classe política aos protestos, o que levou à sua utilização recorrente. Contudo, a rotinização das estratégias mencionadas diminuiu a incerteza que lhes estava associada, e consequentemente a vulnerabilidade dos oponentes, e foi acompanhada pela diminuição de interesse dos *media*. O elemento que importa reter é que se estabeleceu uma relação dinâmica entre os protestos e a comunicação social ao longo do ciclo antiausteridade.

De um modo geral, a importância atribuída pelos *media* tradicionais aos quatro protestos antiausteridade foi potenciada pelas representações públicas concertadas da fórmula *WUNC* (abordada na secção 1.1 da parte II). Houve realmente um esforço público articulado por vários atores coletivos no sentido da formulação de reivindicações coletivas orientadas para um objetivo concreto (travar as medidas do governo, recuperar direitos adquiridos e pôr fim à austeridade) e dirigidas a autoridades que se estendeu para além de um acontecimento singular, o que denota alguma continuidade. Para além do grupo mobilizado e dos atores proponentes da austeridade (o governo e instituições internacionais), essas representações públicas (protestos e outras ações) envolveram o

[173] http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/grandolada

conjunto da sociedade portuguesa (o público). A atenção dos *media* foi crescendo à medida que as representações públicas da fórmula *WUNC* se tornaram mais evidentes.

Por outro lado e em conexão com o ponto anterior, as representações públicas a que aludi traduziram-se em imagens que foram amplamente difundidas pelos *media* tradicionais e redes de ciberativismo. Em conjunto com as de protestos em outras partes do mundo, essas imagens revelaram um enorme poder de mobilização, desencadeando a esperança de que nos fala Castells (2013). Como referi anteriormente, os exemplos da Primavera Árabe e dos *Occupy* despertaram a esperança em relação à possibilidade de mudança no plano global. O facto de existir a perceção de que um número crescente de pessoas estava disposto a opor-se ao sistema favoreceu a identificação com esse grupo bem como a legitimação dos objetivos e da ação levada a cabo. Por serem virais, os movimentos sociais e protestos do século XXI dependem largamente da mediatização da política, como dá conta a hipótese 4, uma mediatização que é operada pelos *media* tradicionais e alternativos (principalmente sustentados pelas redes de ciberativismo) que transmitem imagens proporcionadoras de exemplos mobilizadores. Esse aspeto enfatiza a importância da *força da imagem* e corrobora a hipótese formulada.

O contacto com outros atores

Outro passo adotado no processo de mobilização para os quatro protestos foi o estabelecimento de contactos com organizações que pudessem identificar-se com os objetivos propugnados e auxiliar na divulgação e mobilização para o protesto. Esses contactos eram um vetor estratégico que visava o alargamento da contestação a outras franjas da população tradicionalmente, ou em teoria, menos mobilizáveis pelo setor de movimentos sociais ou então apenas mobilizáveis em prol de causas específicas.

No caso particular do protesto da Geração À Rasca, foram contactadas a título informativo todas as organizações e associações que, na ótica dos núcleos de organização, podiam contribuir para o crescimento da participação. Estrategicamente, mesmo tendo-se restringindo à transmissão de informações e ao apelo à participação na maioria dos casos, esses contactos foram importantes. O contacto com atores político-institucionais não era

considerado importante e foi mesmo evitado conscientemente pois o protesto pretendia penalizá-los. Além disso, o objetivo principal era conseguir uma participação massiva de cidadãos a título individual. Por isso, o diálogo com os primeiros, que eram os oponentes mais diretos, poderia ser prejudicial. Não obstante, os núcleos de organizadores do Porto e de Lisboa enviaram *mails* aos sindicatos a informar do protesto. No entanto, essas estruturas não se fizeram representar no dia. O 15O manteve a linha seguida pela Geração À Rasca no respeitante à prioridade atribuída ao contacto e envolvimento de outros atores relevantes como movimento sindical. No cômputo geral, essa estratégia foi contraproducente pois afastou dos protestos pessoas que não se reviam na rejeição das instituições da democracia representativa.

Os dois protestos do QSLT trouxeram algumas alterações a esse respeito. O agravamento das medidas tomadas pelo governo no âmbito do programa de ajustamento estrutural conduziu ao repensar da estratégia de isolamento ou de autonomia absoluta face ao meio institucional. Assim, após o lançamento das convocatórias seguiram-se imediatamente os contactos com outros atores sociais cujo posicionamento era contrário à imposição da austeridade, nomeadamente com a Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN). Não vou desenvolver aqui esse aspeto pois será alvo de análise no capítulo 7. É importante referir também que os partidos políticos do espectro da Esquerda apoiaram ou pelo menos sublinharam a importância da adesão popular aos dois protestos do QSLT. Numa perspetiva diacrónica, fica claro que à medida que a expressão da indignação se tornou mais forte, os líderes políticos tornaram-se mais vulneráveis e viram diminuída a sua capacidade de ignorar os protestos.

5.3. Protestos inconsequentes ou atores relevantes? Os impactos dos protestos antiausteridade

Os protestos antiausteridade interpelaram diretamente o poder político. Na maior parte das vezes, apesar da magnitude atingida, a sua reação foi de relativa desvalorização, atribuindo-lhes o estatuto de expressão normal e saudável de descontentamento ou considerando-os protestos "inorgânicos" e consequentemente desorganizados. Essas classificações sublinhavam uma suposta esterilidade. Porém, a análise dos impactos dos protestos com base na tipologia fornecida por Kriesi *et al.* (1995) contradiz essa visão displicente.

A concretização das reivindicações formuladas pelos movimentos sociais e suas organizações ou campanhas pode interferir com os interesses de governos e agentes políticos. Essa influência é mediada e condicionada pela estrutura de oportunidades políticas que caracteriza o contexto de mobilização. Inseridos no contexto de imposição do racional da austeridade, os protestos antiausteridade eram dirigidos ao poder político. Um olhar sobre as reivindicações formuladas revela que os objetivos principais diziam respeito à obtenção de impactos substantivos e de sensibilização.

Os impactos produzidos por movimentos sociais/campanhas/organizações (de movimento social) podem ser internos e externos[174]. Na presente secção, a atenção recai sobretudo sobre o segundo tipo de impactos. Recordo que os impactos externos podem ser procedimentais (relacionados com a regularidade e frequência do acesso aos canais de participação), substantivos (correspondem a mudanças de política), estruturais (transformação da própria estrutura de oportunidades políticas em resultado da atividade dos movimentos sociais), e de sensibilização (agenda política e atitudes públicas). Conforme estabelecido no capítulo 1 da parte II, os impactos ao nível das atitudes públicas implicam a verificação de transformações de consciência que abarcam, conforme Piven e Cloward (1977), a perda de legitimidade do sistema, superação da inevitabilidade e exigência de mudança, e crença na capacidade da ação dos indivíduos.

[174] Ver Kriesi *et al.* (1995).

De uma forma geral, os impactos produzidos pelos quatro protestos foram predominantemente de sensibilização, tanto ao nível da agenda política nas suas duas vertentes, sistémica e institucional, como das atitudes públicas. No caso do primeiro protesto, a Geração À Rasca, os impactos ao nível da agenda política foram relevantes dado que o protesto contribuiu para a intensificação do debate acerca da precariedade e do desemprego e da ligação intrínseca de ambos com a juventude. A intensificação desse debate pode ser intuída na medida em que cerca de um ano depois foi lançado o programa "Impulso Jovem"[175]. Não se pretende sugerir que a contestação foi o estímulo que levou à criação do programa, mas tão-somente que o protesto da Geração À Rasca lançou um debate que com certeza contribuiu para que o desemprego jovem fosse olhado com mais atenção e conquistasse um lugar de destaque na agenda política. Na verdade, as imagens do protesto assinalaram de forma indesmentível a indignação popular e a sua expressão em massa, despoletando o entusiasmo do público mas também a reflexão acerca das contradições que marcavam a sociedade portuguesa. Conforme a hipótese 4, a *força da imagem* teve um papel decisivo na produção de impactos de sensibilização ao nível das atitudes públicas mas também no que diz respeito à agenda política.

No caso do 15O não existem razões fortes para falar de impactos de sensibilização ao nível da agenda política, a não ser que seja tido em conta que a contestação sublinhou a importância das questões que haviam sido introduzidas pelo protesto da Geração À Rasca. Por seu turno, os dois protestos do QSLT também reforçaram a pertinência das questões introduzidas anteriormente na agenda política, ao mesmo tempo que contribuíram para a discussão em torno da revisão do Código do Trabalho e das novas medidas de austeridade. A contestação popular respaldou a oposição parlamentar às mesmas. Nesse sentido, pode ser afirmada a verificação de impactos de sensibilização ao nível da agenda política, tanto sistémica como institucional, mas também em termos da opinião pública.

[175] O programa "Impulso Jovem" entrou em vigor em Junho de 2012. Assentava em quatro pilares de incentivo à criação de emprego jovem (entre os 18 e os 30 anos): estágios profissionais, apoios à contratação, apoios ao empreendedorismo, e formação profissional.

Fazendo um balanço do peso dos dois tipos de impactos de sensibilização, os impactos ao nível das atitudes públicas foram os mais significativos ao longo de todo o ciclo de protesto. No caso da Geração À Rasca assumiram um enorme destaque e foram cruciais para desenvolvimento posterior do ciclo de protesto. O facto de os cidadãos terem saído às ruas para expressarem o seu descontentamento colocou em interação reivindicações que eram muito diferentes em alguns casos. A situação de protesto permitiu estabelecer ligações entre elas.

A amplificação da contestação social no seguimento do protesto da Geração À Rasca é indissociável da ocorrência das transformações de consciência identificadas por Piven e Cloward (1977). As mesmas tornaram-se evidentes no questionamento do funcionamento do sistema democrático e na condenação da degradação das condições de vida e do emprego, mas também nas exigências de mudança (ainda que essas exigências fossem definidas de uma forma demasiado lata, como apontei anteriormente). Os indivíduos acreditaram que podiam exigir uma mudança. Acreditaram também que as demonstrações de descontentamento contribuiriam para a concretização dessa mudança. Paralelamente, as transformações de consciência potenciaram o reconhecimento da necessidade de uma participação mais ativa dos cidadãos na política. É importante sublinhar que próprio efeito visual dos protestos nas ruas contribuiu para que as transformações de consciência ocorressem.

Se afirmei não se justificar uma menção a impactos de sensibilização ao nível da agenda política no caso do 15O, o mesmo não será verdade no respeitante às atitudes públicas. O facto de o cerne do 15O ser o questionamento da legitimidade do sistema capitalista e das suas relações de poder e a exigência de uma mudança global por mais justiça social teve uma grande ressonância, principalmente porque o protesto ocorreu em várias cidades do mundo em simultâneo. A ideia do sistema capitalista como o único possível foi atacada, o que favoreceu as exigências de mudança pois tornou-se clara a existência de uma vontade alargada, presente a nível internacional, de inverter o rumo.

Os impactos de sensibilização ao nível da opinião pública proporcionados pelos dois protestos do QSLT foram os mais significativos. Ocorreu a deslegitimação da inevitabilidade da austeridade e, por inerência, dos seus proponentes. As medidas tomadas

no âmbito do programa de ajustamento estrutural passaram a ser encaradas como opções ideológicas do governo em funções. À semelhança do sucedido no quadro do 15O, reforçou-se a ideia que o poder para inverter o rumo das políticas estava na mão dos indivíduos, uma ideia que era impulsionada pela disseminação das mobilizações por toda Europa e pelo mundo. Esses aspetos conferiram força e legitimaram as reivindicações formuladas.

Embora em menor grau, também foi possível identificar impactos procedimentais no caso do protesto da Geração À Rasca[176] e impactos substantivos no que diz respeito ao primeiro protesto do QSLT. Quanto aos primeiros, verificaram-se sob a forma de acesso *ad hoc*, isto é, para um fim específico, na medida em que na sequência do protesto da Geração À Rasca foram iniciados os processos de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC), a Lei Contra a Precariedade[177], e de uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública[178]. Os impactos substantivos foram do tipo reativo, ou seja, preveniram novas desvantagens, o que vai ao encontro do esperado considerando as características da estrutura de oportunidades políticas portuguesa. Tendo em conta o cenário estrutural de exclusão seletiva e o ritmo (acelerado) de implementação das medidas de austeridade, a expectativa era que os protestos conseguissem impedir a implementação de novas medidas de austeridade (ver secção 1.5 da parte II e Anexo X). Apesar de esses sucessos terem sido limitados pois a marcha da austeridade prosseguiu, é possível falar na existência de sucessos parciais como o recuo na aplicação da TSU. Em termos práticos, esse recuo não foi significativo pois foram encontradas outras medidas para o compensar. Em qualquer caso, a amplitude de possíveis impactos substantivos estava comprometida logo à partida dado que a força do Estado

[176] Tampouco o é no caso dos dois protestos do QSLT. A menos que seja incluída a consecução das duas iniciativas lançadas na esteira do protesto da Geração À Rasca, a verdade é que não se justifica atribuir aos protestos do QSLT quaisquer impactos desse tipo.

[177] Essa iniciativa será abordada num capítulo posterior.

[178] A Auditoria Cidadã à Dívida foi lançada em Maio de 2011 e formalizada oficialmente em dezembro do mesmo ano com a criação de uma "Comissão de Auditoria" que integrava pessoas em nome individual e coletivos. Teve como objetivo conhecer as características da dívida pública que levou o país a pedir intervenção externa e sublinhou a necessidade de uma nova abordagem ao problema. Pretendia provar que uma parte significativa da dívida não era legítima.

português em termos da capacidade de implementação de políticas era limitada pela amplitude da crise económica e pelas restrições e compromissos impostos pela UE.

A ausência de impactos substantivos ou a sua limitação ao tipo reativo pode ser explicada com base nos elementos mais estáveis da estrutura de oportunidades políticas portuguesa (as estruturas institucionais e os procedimentos informais e estratégias prevalecentes). Como é sugerido pelo termo "estável", esses elementos não são suscetíveis de se transformarem no curto prazo. Tendo em conta a continuidade existente entre as reivindicações inerentes aos quatro protestos e a possibilidade de poderem ser reconduzidas a um conjunto de objetivos mais gerais (defesa de direitos adquiridos, do sistema democrático, travar a austeridade e o processo de precarização), bem como o facto de ser altamente improvável que os elementos mais estáveis da estrutura de oportunidade políticas tenham mudado no período de tempo que abrangeu os quatro protestos, as diferenças de impactos entre protestos só podem ser explicadas por diferenças no contexto externo e pelos níveis de mobilização obtidos e disposições dos atores sociais e políticos envolvidos.

Por último, é pertinente referir dois aspetos que poderão ter influenciado a pressão exercida pelos protestos sobre o seu oponente mais direto, o governo, e consequentemente os impactos produzidos. O primeiro está relacionado com o grau de especificidade das reivindicações formuladas. Só se verificaram impactos substantivos no caso dos protestos do QSLT, que foram também aqueles em que as reivindicações eram mais específicas. Esse facto induz a consideração de que a ausência de impactos substantivos nos protestos anteriores, nomeadamente no caso da (Geração À Rasca), pode estar indiretamente relacionada com o facto de as reivindicações no âmbito daquele protesto não terem contemplado aspetos específicos relativos às medidas implementadas pelo governo, como aconteceu, por exemplo, com o primeiro protesto do QSLT. O segundo aspeto decorre da influência do ambiente externo. Os impactos dos protestos foram condicionados pelo contexto em que ocorreram. Nesse sentido, não foram despiciendos os "sentimentos que fluíam e refluíam" na sociedade a que aludiram Zald e Ash (1966). Tampouco o foi o ambiente interno das estruturas de mobilização.

Tendo em conta que os sentimentos a que aludi estavam ligados à forma como prosseguia a integração económica e política no contexto da União Europeia e que a estrutura de oportunidades políticas portuguesa foi afetada por fatores internacionais ao nível das suas componentes mais estáveis, pode ser dito que a crise e o avanço da precariedade do emprego constituíram uma oportunidade para a emergência de novos atores sociais e de novas articulações de interesses, e, conjuntamente com os ajustamentos estruturais, atuaram sobre a estrutura de oportunidades políticas (por exemplo, sobre a componente das estruturas institucionais na medida em que condicionaram a força do Estado), transformando-a. Por seu turno, essas transformações suscitaram mudanças ao nível dos movimentos sociais e OMSs no terreno e das suas estratégias.

Por outro lado, a difusão ampla da ação coletiva através das redes sociais criou novas oportunidades para a mobilização, confirmando assim o argumento de Piven e Cloward (1977), apesar de aqueles autores não se referirem certamente às redes de ciberativismo na altura em que escreveram sobre o *Poor People's Movement*. Mais recentemente, vários trabalhos, em particular o de Manuel Castells (2013), assinalam a presença do impacto a que fiz menção. A difusão da ação coletiva através das redes sociais proporcionou a abertura de novos espaços de discussão e de mobilização que colocaram em evidência dinâmicas de auto organização no seio da sociedade civil.

No seu conjunto, os protestos que integraram o ciclo antiausteridade em Portugal criaram novas oportunidades, nomeadamente através da inovação dos repertórios de ação, da difusão da ação coletiva através de redes sociais, e da formação de alianças com outros atores sociais, nomeadamente com o movimento sindical, como será possível constatar mais à frente. Geraram um estado de mobilização permanente em que a atenção estava voltada para a identificação de todas e quaisquer oportunidades de intervenção, não dando tréguas aos oponentes que assim estavam sujeitos a um estado de sobressalto contínuo. Qualquer político, governante ou empresário podia, a qualquer momento, tornar-se alvo da ação dos atores coletivos antiausteridade.

5.4. A continuidade da mobilização: os protestos antiausteridade e o "dia seguinte"

Todos os protestos do ciclo antiausteridade foram um sucesso do ponto de vista dos organizadores na medida em que levaram um número significativo de pessoas às ruas. Nos quatro casos abordados, os ativistas envolvidos sentiram necessidade de manter os níveis de mobilização e de alargar a base social de apoio. A principal estratégia posta em prática foi a continuidade de reuniões e plenários de forma a manter viva a discussão em torno dos objetivos delineados para, a partir daí, organizar novas ações. Outras estratégias contemplaram a organização de debates, assembleias populares, implementação de redes de ciberativismo, formação de coligações, etc.

A análise dos processos de mobilização sugere que a questão da continuidade não obedeceu a um plano definido. A energia despendida no curso dos processos de organização dos protestos não deixou espaço para que o "dia seguinte" fosse pensado. A perspetiva de continuidade só foi colocada posteriormente, no rescaldo dos protestos. As estratégias implementadas foram motivadas pela participação obtida, acompanharam a vontade, muitas vezes individual, de dar prosseguimento à mobilização, uma vontade frequentemente volúvel também porque não era respaldada por um suporte organizativo consolidado.

O protesto da Geração À Rasca, o primeiro do ciclo, surpreendeu tudo e todos tendo em conta os níveis de mobilização alcançados, incomuns na sociedade portuguesa, pelo menos desde o período pós revolucionário. Essa surpresa suscitou expectativas acerca da continuidade da mobilização e da capitalização dos impactos de sensibilização produzidos, expectativas que foram também geradas pelos mesmos motivos no contexto dos restantes protestos. A primeira estratégia adotada foi a realização de reuniões. Após o protesto, foi promovida uma reunião que juntou organizadores de várias cidades aderentes em Lisboa com o objetivo de fazer um balanço geral e discutir novas ações/estratégias. Essa tentativa de coordenação conheceu vários tipos de obstáculos. Em primeiro lugar, o cansaço dos ativistas envolvidos na organização do protesto. Segundo, os organizadores perderam o controlo sobre a mobilização (por todo o país surgiram novos núcleos da Geração À Rasca à revelia dos organizadores iniciais). E, por último, a existência de tensões geradas no início do processo de mobilização e que tiveram como foco o texto do

manifesto. Perante esse contexto, a decisão tomada foi de autonomização dos núcleos organizadores das diferentes cidades. As relações entre as várias cidades aderentes mantiveram-se por um curto espaço de tempo mas cingiram-se maioritariamente a uma comunicação esporádica.

Uma segunda estratégia passou pela promoção de reuniões abertas ao público. Se lhes pode ser apontado mérito como método de recolha de contributos que tornariam o contexto de ação coletiva pós protesto mais aberto e inclusivo, essas reuniões revelaram tanto a ausência de estratégia como a inexperiência dos ativistas:

> Na realidade, esta reunião destina-se a "angariar propostas". O grupo que organizou o protesto não parece saber o que fazer com a enorme participação que conseguiu. Eles próprios estão perfeitamente surpreendidos. Por isso convocaram esta reunião. Esperam encontrar aqui a direção a seguir. Mas há outra ideia interessante: convocaram a reunião porque o protesto não é deles (organizadores). Por isso, o caminho a seguir tem de ser decidido por quem participou no protesto, por todos os que se identificam com ele". (Fragmento do Diário de Campo, Março de 2011, Reunião aberta no Porto)

Em terceiro lugar, pode ser referida a autonomização dos núcleos promotores do protesto. Inicialmente, a autonomização previa a manutenção de um contacto constante de modo a que as ações implementadas pudesse configurar um todo articulado. Essa estratégia foi inconsequente na maioria dos casos pois no momento em que foi tomada a decisão ainda não tinha ocorrido uma maturação quer dos objetivos quer das estratégias de continuidade. Para alguns ativistas, a opção tomada defraudava claramente as expectativas entretanto criadas, como é possível constatar pela seguinte declaração:

> Uma manifestação que juntou centenas de milhares de pessoas ter como consequência grupos locais que fazem coisas localmente (…) é um péssimo passo seguinte". (Entrevista a um ativista da organização do protesto no Porto, Setembro de 2011)

Na realidade, o contacto foi mantido apenas entre os núcleos organizadores de Lisboa e Porto. Foi criada uma *mailing list* de contacto interno mas a sua utilização nunca foi muito eficaz. Em retrospetiva, pode argumentar-se que a solução encontrada não foi a mais adequada. Esse ponto de vista é sustentado pela consolidação insuficiente das dinâmicas existentes e completa ausência de uma dimensão presencial no quadro das relações de articulação. A última em particular remete para os efeitos negativos que a excessiva dependência em relação ao ciberativismo pode acarretar.

As estratégias de continuidade colocadas em marcha na esteira do 15O não diferiram muito apesar de poderem ser apontadas algumas diferenças. Em primeiro lugar, só se verificou alguma continuidade em Lisboa. Na cidade do Porto, os ativistas que participaram nas reuniões no âmbito da organização do protesto da Geração À Rasca e que se mantiveram ao longo do processo do 15 de Outubro acabaram por desmobilizar. A inexistência de consensos quanto aos objetivos bem como a sua clareza sofrível constituíram fontes de tensão e aliaram-se à predisposição reduzida para a participação regular nas atividades do grupo motivada pela ausência de impactos substantivos, o que ditou o esvaziamento das reuniões. Em Lisboa, o panorama foi um pouco diferente. As várias OMSs que se uniram no âmbito do protesto formaram a Plataforma 15 de Outubro, que esteve ativa durante um período considerável e promoveu plenários semanais e outras iniciativas. Os plenários pautaram-se por níveis de conflitualidade extremamente elevados, revelando as fontes de tensão identificadas (secção 5.2, parte III) e que podem ser sintetizadas em termos da oposição entre uma pulsão plebeia de índole reformista (ou radicalismo autolimitado[179]) e perspetivas mais radicais que se reivindicam de ideias de rutura total e revolução de certa forma. Essa diversidade ideológica e a diversidade interpessoal foram as razões de ser da conflitualidade verificada ao nível do funcionamento da plataforma:

> O embate entre perspetivas é impressionante. A agressividade sobe de tom e põe a nu a impossibilidade de um compromisso em relação à forma como proceder. Este nível de tensão é superior aos que assisti em sede de outras reuniões nos contextos de mobilização (Fragmento do Diário de Campo, Plenário da Plataforma 15O, Junho de 2012, Lisboa).

As tensões estiveram relacionadas não só com os objetivos mas também com as estratégias escolhidas. A título de exemplo podem ser referidas as dissensões em torno de estratégias de ação mais disruptivas que contemplassem violência e distúrbios públicos. Conduziram a uma divisão entre aqueles que eram favoráveis à confrontação direta e os defensores de estratégias de ação mais moderadas (a maioria) e determinaram mesmo a saída de uma das OMSs que integravaa plataforma (o Movimento 12 de Março – M12M). Existia a convicção de que a ação disruptiva incentivaria estratégias repressivas e

[179] Conforme Cohen (1985) e Cohen e Arato (2000).

desacreditaria a ação da plataforma perante a opinião pública, o que é congruente com a estrutura de oportunidades políticas portuguesa (ver anexo X). Os elementos mais favoráveis à ação disruptiva de confronto abandonaram progressivamente a plataforma já que não encontravam um acolhimento efetivo para essas propostas.

As estratégias de continuidade surgidas na sequência dos protestos do QSLT centraram-se essencialmente na manutenção das reuniões de ativistas. As tensões verificadas nos casos anteriores tiveram uma incidência muito ténue dessa feita. Os motivos para tal foram dois. Em primeiro lugar, desde o primeiro protesto do ciclo até aos protestos do QSLT ocorreram processos de aprendizagem geradores de um conhecimento tácito de "como mobilizar e organizar". As estratégias já estavam montadas de certa forma, retirando centralidade ao debate acerca das mesmas. Segundo, tendo em conta a já referida transição de ativistas entre processos de mobilização, a reprodução do conhecimento tácito mencionado estava assegurada, ao mesmo tempo que os elementos em menor sintonia com as estratégias eleitas optaram por abandonar os núcleos de organização. Por último, os protestos do QSLT foram os que tiveram os objetivos definidos com maior precisão, o que deixava pouca margem para discussões acerca de questões de princípio ou debates ideológicos.

O papel que, segundo autores como Cohen e Arato (2000) ou Touraine (1997), é desempenhado pelos movimentos sociais na defesa da autonomia da sociedade civil e na criação de espaços democráticos foi assinalado anteriormente. Conforme enunciado na hipótese 6, no contexto de convulsão social provocado pela imposição da austeridade, à emergência e desmultiplicação dos atores coletivos é transversal uma mistura de pouca politização e romantismo/idealismo em torno dos ideais de socialismo e democracia direta. O ciclo de protesto reproduziu as dinâmicas de democracia participativa do período pós revolução[180] de certa forma, podendo ser estabelecido um paralelo em relação a esse período da História portuguesa. Foi marcado pela emergência de movimentos sociais que se baseavam nos princípios da democracia participativa mas também pela proliferação de movimentos e organizações de extrema-esquerda em que sobressaiam a diversidade

[180] Ver secção 2.3 da parte III.

ideológica e a atomização (Santos, 2002; Mateus e Ramalho, 2013). Anteriormente ressaltei a importância da questão democrática no ciclo de protesto antiausteridade[181]. Com base nessa discussão pode ser afirmada a existência de uma continuidade em relação ao período pós revolucionário pois, efetivamente, no contexto do ciclo de protesto, a disputa por conceções contrastantes de democracia participativa (mais radicais, baseadas na participação popular, nas organizações de base) e representativa, assinaladas por autores como Estanque (2008b), Nunes e Serra (2003) ou Santos (2002), também adquiriu relevância, ocorrendo uma reedição do debate intenso em torno das condições e dinâmicas de participação e formas de organização.

É pertinente recuperar esses elementos pois durante o ciclo de protesto tornou-se comum a realização de assembleias públicas. Aliás, esse foi um dos pontos fortes dos processos de mobilização. Por um lado, as assembleias públicas permitiram contrabalançar a preponderância do ciberativismo e da participação à distância e tornaram possível a construção de sentimentos de solidariedade mais consistentes. Por outro, tal como acontecia ao nível do processo *MayDay*, constituíam o primeiro passo para os processos de organização dos protestos. Essas assembleias públicas foram designadas de assembleias populares principalmente na esteira do protesto da Geração À Rasca, assinalando assim o primado dos princípios da democracia participativa no seu funcionamento. Uma das principais vantagens dessas experiências de participação alargada é que permitiram desenvolver um trabalho de aprofundamento a partir das vivências dos participantes, trazendo também para o debate os exemplos internacionais. Foram motivadas em parte pela necessidade de discutir as razões que estiveram na origem das ações de protesto bem como possíveis soluções para os problemas identificados. Simultaneamente, a dinâmica de assembleias populares pretendia gerar mecanismos alternativos de deliberação e de expressão da vontade popular que colmatassem as restrições dos canais previstos pela democracia representativa para a participação dos cidadãos.

As assembleias populares disseminaram-se nos perímetros de Lisboa e Porto, apresentavam dimensões variáveis e eram dinamizadas fundamentalmente por grupos de

[181] Ver secção 4.5 da parte III.

pendor libertário. As assembleias populares evoluíram para acampadas em alguns casos, não muito numerosos, reproduzindo uma dinâmica que emergiu a partir dos protestos dos Indignados[182] em Espanha. Esses protestos contaram com uma adesão massiva e deram lugar à ocupação de praças nas principais cidades espanholas, sob a forma de acampadas[183]. No nosso país, as acampadas ocorreram principalmente em Lisboa. A sua dimensão e impacto mediático ficaram muito aquém dos obtidos na vizinha Espanha. Eram espaços plurais, "de confluência de várias forças diferentes da Esquerda em geral e não só"[184], com uma matriz autonomista que pretendia transformar a ocupação do espaço público num exercício de democracia. A sua realização cumpria também os objetivos de conferir maior visibilidade e assegurar a continuidade da mobilização. Contudo o processo perdeu (o pouco) fulgor que adquiriu, principalmente devido à ausência de condições logísticas e ao facto de se ter tentado manter a acampada em simultâneo com as assembleias populares e outras atividades. Essas dinâmicas persistiram por pouco tempo, acabando por se extinguir completamente. Considerando a proximidade temporal e a matriz semelhante dos protestos da Geração À Rasca e dos Indignados, a existência de afinidades e mecanismos de influência mútua em termos de estratégias utilizadas para a manutenção de uma mobilização permanente reforça a tese do caráter internacional do ciclo de protesto.

[182] Cerca de dois meses depois do protesto da Geração À Rasca, os Indignados manifestaram-se em Espanha. A 15 de Maio, impulsionadas por motivos semelhantes aos que estiveram subjacentes à convocatória da Geração À Rasca, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas em 53 cidades. As palavras de ordem "*no nos representan*" remetiam para o debate sobre a qualidade da democracia representativa e transmitiam a exigência de um modelo mais participativo. Outros temas fortes foram a crise habitacional e a reivindicação de projetos contra a execução de hipotecas. O processo de mobilização começou com a criação de um grupo no *facebook*, a Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã, que integrava algumas redes de ativismo e movimentos pela justiça global como a *Juventude Sin Futuro* e a *Plataforma de afetados por la hipoteca*, todos eles inspirados nas lutas contra as consequências sociais da crise financeira. Posteriormente, a plataforma transformou-se num grupo de debate e ação no *facebook*, a *Democracia Real Ya*. Tratava-se de uma rede descentralizada de núcleos anónimos em diferentes cidades. A discussão centrava-se na administração ineficiente da crise pelo sistema político, denunciava a falta de democracia e a incapacidade dos partidos políticos em representarem os interesses dos cidadãos. Os motivos do descontentamento eram, como é possível verificar, muito similares aos que motivaram o protesto da Geração À Rasca.

[183] Em Espanha, as acampadas tiveram grande projeção mediática, despoletaram respostas institucionais (repressivas), mobilizaram a opinião pública, e mantiveram níveis de atividade mais ou menos contantes. Nesses espaços era discutido o significado da democracia real. A mais emblemática foi a acampada da *Puerta del Sol*, em Madrid.

[184] Fragmento de uma entrevista a um ativista da Geração À Rasca, realizada em Julho de 2011.

Apesar da inovação que lhes era inerente, esses "ensaios" de democracia participativa apresentaram limitações. Principalmente no caso das assembleias populares, o tipo de participação oferecido não fornecia quaisquer garantias no concernente à continuidade de funcionamento e à rapidez de concretização das decisões. Ficou claro que só se adaptavam a conjuntos pequenos de relações sociais, e mesmo nesses casos era necessária a existência de alguma forma de autoridade que assegurasse um funcionamento eficaz. A democracia direta parece só funcionar realmente mediante o recurso a alguns elementos do sistema representativo[185].

As estratégias de continuidade foram constrangidas pela intensificação do discurso anti partidos e anti sindical no pós-protesto, embora tal não fosse extensível à totalidade dos ativistas. Esse tipo de posicionamento face à esfera institucional limitou a gestão de uma política de alianças. A verdade é que enveredar por essa estratégia teria sido visto como um retrocesso face à matriz do protesto e acabaria por afastar uma grande parcela dos apoiantes da mobilização que não se identificavam com o sistema democrático representativo e que criticavam a ação de partidos políticos e de sindicatos.

*

A centralidade do conflito entre capital e trabalho articulou-se com a questão dos limites da democracia representativa e da legitimidade dos seus atores. No contexto da imposição das sociedades de austeridade, esse marco multitemático proporcionou uma gama de objetivos e alvos comuns que proporcionaram uma mobilização ímpar não só ao nível do território nacional mas também internacionalmente que ficou evidente na conformação de um ciclo de protesto. Tanto no seu conjunto como individualmente, os

[185] Nas assembleias populares há, efetivamente, uma limitação da amplitude dos atos delegados mas isso não cerceia em definitivo a possibilidade de emergência de uma chefia do tipo oligárquico. As assembleias populares podem ser cooptadas por interesses particulares ou privilegiar determinados oradores. Como afirma Michels (2001), a delegação de competências de representação facilita a execução técnica da vontade das massas, no entanto, no caso da Geração À Rasca e das assembleias populares, essa delegação foi rejeitada veementemente pois a própria legitimidade de um sistema representativo era questionada.

protestos antiausteridade podem ser conectados com acontecimentos que tiveram consequências diretas sobre o campo das relações de trabalho.

O protesto foi a estratégia escolhida para dar voz à indignação. Essa opção pode ser atribuída em parte a condicionantes que decorrem da estrutura de oportunidades políticas portuguesa. A perceção geral de que os pontos de vista dos eleitores não são representados no parlamento e que o envolvimento dos cidadãos nos processos políticos é cerceado, entre outras coisas, contribuiu para que a estratégia de protesto fosse a eleita não obstante a baixa probabilidade de sucesso.

O ciclo de protesto foi articulado por atores coletivos (plataformas de mobilização) que tinham em comum um conjunto de características, como por exemplo, a informalidade, estrutura horizontal, descentralização, ausência de hierarquias ou de lideranças definidas, caráter inclusivo quanto à filiação e participação, prevalência de filiações múltiplas, fluidez ideológica, preponderância do ciberativismo, disponibilidade para o estabelecimento de redes, entre outras. No interior das plataformas de mobilização, a fluidez ideológica proporcionou a emergência de tensões entre perspetivas mais reformistas, no sentido de um radicalismo auto limitado e de uma pulsão plebeia, e perspetivas mais fundamentalistas ou radicais, de rutura com o sistema e os seus atores. Tendo em conta a informalidade do seu funcionamento, essa tensão, bem como uma outra associada à heterogeneidade de participantes e de culturas de mobilização, conheceu um exacerbamento em alguns casos, o que colocou entraves ao desenvolvimento e ação desses atores.

A conjugação das limitações induzidas pela dependência excessiva do ciberativismo com a fonte de tensão decorrente da heterogeneidade intra e inter núcleos é particularmente problemática no caso dos movimentos em rede que assumem a forma de plataformas de mobilização descentralizadas.

Capítulo 6 - As dinâmicas das organizações de movimento no contexto antiausteridade

O agravamento da crise económica e das condições políticas (ambiente externo) impulsionou, conforme a hipótese 1, a adoção de estratégias pelos movimentos sociais que contemplaram a ativação de dinâmicas inter e intra organizações, como sejam a fusão e formação de coligações, bem como a formalização de organizações de movimento. Segundo a mesma hipótese, essas dinâmicas proporcionaram uma maior capacidade de ação e de penetração no plano político-institucional aos movimentos sociais e suas OMSs.

É sabido que a trajetória das OMSs, as suas estratégias e formas assumidas são influenciadas pelo contexto em que se inserem (Zald e Ash, 1966). O contexto a que me reporto abrangeu duas fases que corresponderam à consolidação de uma sociedade precária e ao regime de austeridade[186]. O confronto com um ambiente externo dominado pelas suas implicações influenciou a opção por determinadas estratégias que seriam, de acordo com a visão dos ativistas, mais adequada à consecução dos objetivos delineados. Esses objetivos evoluíram ao ritmo das transformações do ambiente externo em termos do reforço da imposição das medidas de austeridade e da atitude da esfera institucional face às propostas veiculadas pelos movimentos sociais e suas organizações.

Os movimentos sociais contemporâneos atuam sobre e compõem novos contextos organizacionais, regras institucionais e formas políticas de representação e de tomada de decisão. As OMSs não existem isoladamente, encontram-se inseridas num determinado ambiente externo e lidam elas próprias com um ambiente interno. Mudanças tanto num como no outro produzem impactos de diversos tipos sobre essas organizações. Por um lado, os apoiantes, membros, financiadores e outras organizações de movimento, bem como a sociedade de uma forma mais geral, são elementos externos tidos como importantes na análise das OMSs. Por outro, a burocratização das estruturas, o aparecimento de fações ideológicas, os estilos de liderança, entre outros, são fatores internos que provocam mudanças organizacionais.

[186] Ver secção 2.1 da parte III.

A primeira estratégia a ser discutida nesta secção é o recurso à formação de coligações. As coligações entre OMSs do movimento de combate à precariedade foram uma prática comum praticamente desde sempre e passaram a abranger também as organizações de movimento formadas no curso dos protestos antiausteridade. Em vários momentos, as OMSs optaram por esse tipo de estratégia para promoverem objetivos específicos e limitados no tempo dadas as suas fragilidades em termos de recursos mas também as limitações em termos de penetração no plano institucional. Tal reforça a perceção de que as organizações de movimento são mais frágeis quando atuam isoladamente. De uma forma geral, as coligações são a opção mais viável quando as perspetivas de alcançar os objetivos ou de alargar a base de recursos aumentam mediante a sua utilização, quando a consecução dos objetivos está próxima, ou se um objetivo ou posição indivisível se encontra em jogo. Nos casos a que me reporto, a primeira razão foi fundamental. Pode falar-se também da existência de uma posição indivisível em jogo que está relacionada com a defesa do emprego digno e de direitos adquiridos no quadro do Estado social.

A análise de exemplos de coligações entre organizações de movimente é importante por dois motivos. Por um lado, ilustram as potencialidades da estratégia; por outro, revelam os efeitos das fontes de tensão identificadas no capítulo anterior. Acresce ainda que, nos casos que serão visados, a ação resultante das coligações forçou a um posicionamento claro dos atores da arena parlamentar, ao mesmo tempo que sublinhou a inação de outros atores sociais importantes, também ela reveladora. A segunda estratégia diz respeito à adoção de um caráter formal por organizações de movimento.

6.1. As coligações como estratégia: "Antes da Dívida Temos Direitos!" e a "Lei Contra a Precariedade"

A formação de coligações para a concretização de um objetivo foi uma das principais estratégias tanto do movimento de combate à precariedade como do movimento antiausteridade. Conforme explicitado na secção 1.2.2 (parte II), as coligações entre OMSs ocorrem quando as perspetivas de alcançar os objetivos ou de alargar a base

de recursos aumentam com a mesma, quando a consecução dos objetivos está próxima, ou se um objetivo ou posição indivisível se encontra em jogo. Nos dois casos contemplados nesta secção, a petição "Antes da Dívida Temos Direitos!" e a iniciativa legislativa dos cidadãos "Lei Contra a Precariedade", o estabelecimento de coligações foi possível porque as OMSs envolvidas eram unidas por uma mesma perspetiva do problema e das soluções a serem implementadas. Apesar de competirem pelos mesmos apoiantes de certa forma, nenhuma das OMSs era exclusiva em termos de filiação, pelo que esse facto não atuou como um constrangimento contrariamente ao apontado por Zald e Ash (1966). Existiam condições para a coordenação de ações sem que a identidade de cada organização de movimento fosse colocada em questão.

Tanto a petição como a ILC sublinham a importância da estrutura de oportunidades políticas de um país no que concerne a escolha de estratégias pelos movimentos sociais e suas organizações. Ambas foram possíveis porque, em termos de estruturas institucionais, Portugal conta com uma arena democrática direta institucionalizada, o que permite aos cidadãos ou, neste caso, aos movimentos sociais colocar diretamente as suas reivindicações na agenda política e exigir a sua discussão conquanto sejam cumpridas algumas condições[187].

As duas iniciativas colocam em evidência a assunção de uma postura realista/reformista, no sentido da pulsão plebeia voltada para a efetivação e ampliação dos direitos sociais sublinhada por Braga (2015), o que contraria a visão desses movimentos sociais como agentes refratários ao envolvimento na política institucional por princípio. Se os dois movimentos são marcados por uma ampla participação do precariado ou de indivíduos em risco de fazerem parte das suas fileiras, a tese de Standing (2011) quanto à incapacidade desse precariado em auto organizar-se e às suas inclinações autoritárias (que podem ser estendidas a uma atitude refratária em relação à esfera institucional e à participação na mesma) encontra nessas iniciativas elementos que conduzem à sua refutação.

[187] Ver secção 1.3 da parte II e Anexo X.

Como salientei anteriormente, principalmente o movimento antiausteridade foi veículo de uma crítica contundente à atuação dos atores que articulam ou disponibilizam os recursos e canais de participação ao nível das decisões tomadas na arena parlamentar (os partidos políticos e os sindicatos). É nesse sentido que Castells sublinha o projeto da utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade (Castells, 2013). Esses elementos são congruentes com algumas formulações da hipótese 3, nomeadamente quando estabelece que os movimentos sociais atuam preferencialmente na arena extraparlamentar, afirmando assim a autonomia face à esfera política institucional-formal. Porém, pese embora a centralidade da questão da autonomia que emana da crítica ao funcionamento das instituições e seus agentes, a verdade é que a estratégia dos movimentos sociais também é condicionada pela sua interação com a política institucional. É curioso verificar que no caso dos dois movimentos portugueses, a ênfase nas ações diretas coabitou com formas clássicas de fazer política, como o encaminhamento de requerimentos e petições. Essa "coabitação" sublinha a tensão permanente entre realismo/ fundamentalismo e a presença de uma pulsão plebeia (reformista). Em si mesmo, o objetivo específico que orientou a formação das duas coligações (que fosse legislado sobre as formas de trabalho precário em questão) evidencia a opção por uma posição reformista da parte das OMSs envolvidas e, por inerência, dos movimentos sociais de que faziam parte.

A petição "Antes da Dívida, Temos Direitos!" resultou da coligação entre quatro organizações de movimento de combate à precariedade: Ferve, Precários Inflexíveis (PI), Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA) e Ativistas Precários (APRE!)[188]. Lançada em Novembro de 2009, essa petição era dirigida à Assembleia da República[189] (AR) e exigia medidas que combatessem as injustiças verificadas nas contribuições à Segurança Social dos trabalhadores a recibos verdes. Em traços gerais, solicitava que a AR legislasse no sentido de aferir as condições de contração de dívidas à Segurança Social e que no caso de ser detetada a existência de falso trabalho

[188] O APRE! teve uma existência muito fugaz, pelo que não é contemplado neste estudo.

[189] O direito de apresentar petições é regulamentado pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto. De acordo com o artigo 24º da mesma, as petições são apreciadas em Plenário sempre que sejam subscritas por mais de 4000 cidadãos, entre outras condições.

independente, essa legislação penalizasse a entidade empregadora, obrigando-a à regularização da situação contratual. Durante cerca de dois meses, decorreu um processo de mobilização intenso com vista à recolha das assinaturas necessárias. A petição foi entregue na AR em Fevereiro de 2010.

A Iniciativa Legislativa dos Cidadãos[190], Lei Contra a Precariedade, foi levada a cabo por uma coligação formada por várias OMSs dos movimentos de combate à precariedade e antiausteridade - Geração À Rasca Porto, Movimento 12 de Março (M12M), PI, Ferve e PIEA. Foi concebida na esteira do protesto da Geração À Rasca, após a dinamização de assembleias abertas de balanço dos acontecimentos e de oscultação relativamente a iniciativas futuras. Para organizadores e participantes era impensável deixar cair no vazio a mobilização alcançada. A ideia da ILC surgiu na reunião entre organizadores da Geração À Rasca que ocorreu em Lisboa, no rescaldo das manifestações[191]. O objetivo era criar um instrumento legal que reforçasse o escopo e a aplicação de uma série de artigos do Código do Trabalho Português de forma a evitar a perpetuação de formas de trabalho consideradas atípicas e injustas. Ao mesmo tempo pretendia-se despoletar um processo de mobilização da sociedade civil em oposição ao projeto de flexibilização do Código do Trabalho pois prefigurava-se um agravamento das medidas de austeridade. A ILC foi lançada em Abril de 2011.

A Lei Contra a Precariedade incidiu sobre três vetores fundamentais da degradação das relações laborais em que o prejuízo para o trabalhador era claro: falsos recibos verdes, contratação a prazo e trabalho temporário. Era composta por cinco artigos que pretendiam introduzir mecanismos de combate ao falso trabalho independente, limitar o tempo permitido para os contratos a termo e promover a integração dos

[190] A ILC é um mecanismo legal (Lei nº 17/2003), inscrito na Constituição da República Portuguesa (artigo 167º), que dá aos cidadãos a oportunidade de estarem diretamente envolvidos na criação de projetos-lei. É um processo longo e complexo que envolve múltiplos atores, tanto da sociedade civil como do campo político. O direito de apresentação de uma ILC é exercido através da apresentação, à Assembleia da República, de projetos-lei subscritos por um mínimo de 35000 cidadãos eleitores. Admitida a iniciativa, e após a sua publicação no Diário da Assembleia da República, a mesma é remetida a uma comissão especializada competente que deve, no prazo de trinta dias, elaborar um relatório e emitir um parecer. Após esse período, a iniciativa é votada na generalidade e se for aprovada é remetida à comissão competente para apreciação e votação na especialidade, seguindo-se a votação final global.

[191] Essa iniciativa foi única tentativa de articulação efetiva que se gizou entre os núcleos saídos do processo de organização do protesto em Lisboa e no Porto.

trabalhadores temporários nas instituições para as quais realizavam a sua atividade. Tal como é possível perceber a partir do texto da ILC[192], a proposta do projeto-lei era ambiciosa tendo em conta a tendência global de flexibilização das relações laborais. Nesse sentido, a Lei contra a Precariedade veio em contraciclo. Logo à partida, a sua implementação era comprometida pelas características de excecionalidade do momento. A imposição das medidas de austeridade pela *troika* e a complacência do governo desacreditaram-na e limitaram o seu alcance.

A submissão de uma petição ou de uma ILC são tarefas muito exigentes. As perspetivas de levar a bom porto quer uma quer a outra aumentavam mediante uma ação conjunta coordenada. A primeira dificuldade com que ambas se confrontaram foi o volume de assinaturas exigidas para a sua apreciação na AR. No caso de uma petição, o mínimo exigido são 4 000 assinaturas, já no respeitante à ILC trata-se de 35 000. Perspetivava-se por isso uma tarefa difícil em qualquer um dos casos, principalmente tendo em conta a estrutura e o funcionamento das organizações de movimento de combate à precariedade e anti austeridade. Era impensável que levassem a cabo isoladamente qualquer uma das duas iniciativas. Uma das razões subjacentes à formação das duas coligações foi portanto a recolha das assinaturas exigidas. Quando foram entregues na AR, a petição contava com 12 125 assinaturas e a ILC com 35 008 (no último caso, os subscritores tinham de ser cidadãos eleitores).

Os percursos da petição e da ILC no interior da AR foram longos. Tiveram a particularidade de despoletar uma formulação mais clara do posicionamento dos partidos políticos com assento parlamentar em relação às questões da precarização do emprego e da imposição da austeridade. No caso da petição "Antes da Dívida, Temos Direitos!", após a entrega das assinaturas, os representantes das OMSs proponentes solicitaram audiências a todos os grupos parlamentares para discutir a proposta da petição bem como outras questões associadas à precariedade laboral. Nem todos os grupos parlamentares manifestaram disponibilidade para tal. Foram recebidos em primeiro lugar pelo Centro

[192] Ver Anexo III.

Democrático Social/Partido Popular[193] (CDS/PP). Seguiu-se a audiência com o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda (BE) e logo de seguida com o do Partido Comunista Português (PCP). Tanto o BE como o PCP mostraram-se disponíveis para encontrar soluções e contribuir para o debate pois consideravam serem necessárias medidas que responsabilizassem as entidades empregadoras infratoras. Aliás, ambos tinham apresentado projetos de resolução sobre essa matéria. O Partido Socialista (PS), que também apresentou um projeto de resolução, o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Ecologista "Os Verdes" não responderam à solicitação de audiência[194]. A petição foi discutida em sessão plenária juntamente com outras propostas e a aprovada foi o projeto de resolução do PS, que não fornecia no entanto uma solução satisfatória.

A ILC deu entrada na AR em Janeiro de 2012[195] e baixou à comissão competente, a Comissão de Segurança Social e Trabalho, para elaboração de um parecer[196] que foi positivo. A Comissão representativa dos cidadãos, composta por sete elementos dos grupos proponentes, requereu audiências com todos os grupos parlamentares para apresentar e discutir a proposta, bem como aferir as suas intenções de voto. O PCP, o PEV e o BE aceitaram o convite e revelaram que votariam favoravelmente. O PPD/PSD e o CDS-PP também aceitaram o pedido. O único partido que não recebeu a Comissão foi o PS. Os passos seguintes foram a audição obrigatória da Comissão representativa dos cidadãos em sede de Comissão Parlamentar e a discussão do projeto de Lei na generalidade (Janeiro de 2013). A discussão ocorreu em simultâneo com outros quatro projetos-lei em torno da mesma temática[197]. Posteriormente foram apresentadas propostas de alteração ao texto

[193] A reunião foi com o representante desse grupo parlamentar na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, que se comprometeu com a apresentação de uma proposta concreta quanto à matéria em causa.

[194] Os passos seguintes foram a audição em sede da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e a discussão da petição em conjunto com outras propostas relativas à mesma matéria em sessão plenária.

[195] Deu entrada na AR sob a designação de Projeto de Lei 142/XII.

[196] Entre 1 de Agosto e 14 de Setembro desse ano decorreu o período de apreciação pública da iniciativa. Foram remetidos cento e quarenta e seis contributos individuais via *email*, nove contributos de sindicatos, quatro contributos de federações de sindicatos e um contributo de uma confederação sindical, a CGTP-IN.

[197] Tratavam-se do projeto de lei 284/XII que combatia os falsos recibos verdes e desenvolvia os poderes da ACT; o projeto de Lei 315/XII que combatia os falsos recibos verdes, convertendo-os em contratos efetivos; o projeto de Lei 316/XII que criminalizava o recurso aos falsos recibos verdes; e o projeto de Lei 337/XII que restringia o recurso a trabalho temporário e combatia o falso trabalho temporário. Na mesma sessão foi

do projeto-lei por parte dos grupos parlamentares do PCP, do PS, e uma proposta conjunta dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP. Foi elaborado um texto de substituição que foi aprovado por unanimidade. A Comissão representativa dos cidadãos optou no entanto por manter a sua proposta original em detrimento do texto de substituição. Os dois textos foram votados em Julho. A Lei contra a Precariedade foi chumbada com os votos contra do PSD e do CDS. O PS, PCP e BE votaram favoravelmente[198].

O texto de substituição propunha uma legislação nova que instituía um procedimento para reconhecimento da relação laboral nas situações de falso recibo verde. Apesar de deixar de parte as duas outras modalidades de trabalho precário visadas na ILC, a nova legislação representou um avanço pois conferiu mais competências à ACT que passou a ser responsável pelo acionamento dos mecanismos legais com vista ao reconhecimento da relação de trabalho, quando anteriormente era o trabalhador que assumia a responsabilidade da denúncia e do acionamento dos procedimentos legais[199].

Os contextos em que ocorreram a submissão e discussão na AR da petição e da ILC diferiram no que diz respeito à presença ou ausência da Esquerda no Governo e ao ambiente externo. Se atendermos tanto à configuração do poder no espectro da Esquerda e à presença ou ausência da Esquerda no governo – os dois aspetos da estrutura de alianças explorados por Kriesi *et al.* (1995)[200], as posições assumidas pelos partidos políticos mencionados e os impactos produzidos pelas iniciativas levadas a cabo, o seu sucesso ou insucesso, tornam-se mais inteligíveis. No caso da petição "Antes da Dívida, Temos Direitos!", o PS era o partido do Governo. Segundo os autores suprarreferidos, quando a

também discutido o Projeto de Resolução 578/XII, intitulado pelo "Relançamento do emprego e por boas práticas de contratação laboral.

[198] O voto favorável do PS foi uma surpresa pois tinha rejeitado anteriormente as propostas da ILC para os contratos a prazo e o trabalho temporário nos trabalhos da Comissão de Segurança Social e Trabalho.

[199] Conforme a nova lei, se após notificação da ACT para a regularização da situação o empregador não o fizer, a própria ACT fica incumbida de participar os factos ao Ministério Público para instauração de ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho. A 2 de Agosto de 2013 foi publicado o Decreto-Lei "Instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado". Tratou-se da primeira alteração à Lei nº 107/2009, de 14 de Setembro, e da quarta alteração ao Código do Processo de Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 480/99, de 4 de Novembro. O novo decreto foi promulgado a 19 de Agosto e publicado como Lei 63/2013, em Diário da República, a 27 de Agosto.

[200] A estrutura de alianças é a quarta componente do modelo de estrutura de oportunidades políticas de Kriesi *et al.* (1995). Ver secção 1.3 da parte II.

esquerda está no governo é de esperar um decréscimo dos níveis de mobilização porque preveem-se reformas que podem beneficiar os movimentos sociais mas também porque os movimentos sociais perdem o seu aliado mais poderoso. No caso da petição, nenhuma das duas situações se colocava. Em primeiro lugar, porque era o próprio governo do PS que estava a avançar com medidas penalizadoras para os trabalhadores e que fomentavam o aumento da precariedade (não se anteviam reformas favoráveis portanto). Segundo, o próprio PS vinha desde há alguns anos àquela parte a defender propostas que colidiam diretamente com os objetivos de erradicação do emprego precário, podendo falar-se de uma certa deriva em direção ao centro político, expressa também na assunção de posições mais cautelosas pois, não pode ser esquecido, o PS é um candidato crónico à posição de partido do governo, o que se refletiu naturalmente na relação com o setor dos movimentos sociais (o PS não era assim um aliado).

Os aliados da petição foram antes o PCP e o BE. Como referi, ambos estavam empenhados na construção de uma solução para o problema das dívidas à segurança social de falsos trabalhadores independentes, acrescendo ainda o facto de ambos se encontrarem na oposição (de acordo com a proposta teórica referida, quando na oposição, os partidos de Esquerda tendem a beneficiar as propostas veiculadas pelos movimentos sociais). Apesar de o apoio do BE ser mais provável que o do PCP em teoria, pois o último pode ser identificado com a *velha* Esquerda, o facto de se tratar de uma *velha* Esquerda militante e não pacificada justifica o apoio prestado. O facto de o PS não ter respondido à solicitação de audiência revela a escassa sintonia com a ação dos movimentos sociais no espaço institucional, principalmente por aquela "desafiar" a ação de um governo comandado pelo próprio, mas também porque enquanto partido do governo se deparava com limites impostos pelas políticas estabelecidas e por pressões das forças sociais dominantes, bem como constrangimentos de cariz eleitoral (não podia defraudar um eleitorado mais conservador). Por outro lado, a proposta aprovada, a do PS, em nada correspondia aos anseios plasmados na petição. Tendo em conta esses elementos é possível concluir que a ação dos movimentos sociais em nada beneficiou da presença da Esquerda no governo neste caso concreto, ao contrário do que é sugerido pela teoria.

No caso da ILC, a situação assumiu contornos diferentes. Muito embora a ILC tenha sido lançada ainda o executivo socialista governava, quando fez o seu percurso na AR a coligação PSD/CDS-PP estava no poder, o que significa que toda a Esquerda parlamentar estava na oposição. Como referi, em termos teóricos, as possibilidades de aliança aumentam quando a Esquerda está na oposição pois os desafios lançados pelos movimentos sociais podem reforçar essa mesma oposição. Alguns acontecimentos constituíram indícios da confirmação dessa previsão. Por exemplo, o PCP, o PEV e o BE aceitaram as solicitações de audiência pela Comissão representativa dos cidadãos e mostraram-se favoráveis à proposta. No entanto, o PS não respondeu à solicitação apesar de ocupar um lugar de destaque na oposição. O padrão da votação não correspondeu completamente às intenções declaradas ou intuídas durante as audiências pois apesar de ter sido chumbada (votos contra do PSD e do CDS-PP), a Lei Contra a Precariedade contou não só com os votos a favor do PCP e do BE mas também do PS. Assim, de certa forma, a ILC beneficiou da presença da Esquerda na oposição.

O impacto das coligações

Tanto a petição como a ILC produziram algumas mudanças. Em linha com a tipologia de impactos de Kriesi *et al.* (1995), os impactos externos produzidos por movimentos sociais, campanhas ou OMSs podem ser procedimentais, substantivos e de sensibilização. Quanto aos impactos procedimentais, muito embora a petição não tenha aberto canais de participação novos (a possibilidade de dirigir petições já era contemplada na lei), a sua submissão à AR chamou a atenção para aquele mecanismo, reforçou o seu valor, e transformou os proponentes em representantes legítimos das reivindicações formuladas. Também no caso da ILC não ocorreu a abertura de um canal de participação novo para os movimentos sociais mas o facto de a mesma ter sido levada a cabo chamou a atenção para a existência do mecanismo. A possibilidade de apresentar uma ILC é contemplada na lei, contudo a sua utilização nunca foi muito frequente - a Lei Contra a Precariedade foi a segunda ILC desde a criação do procedimento. Assim, o lançamento da iniciativa, a divulgação e mobilização em seu torno, chamaram a atenção para a possibilidade de os cidadãos serem parte ativa na criação de projetos-lei, o que pode ser

encarado como uma espécie de impacto procedimental. Não criou um canal de participação mas chamou a atenção para a sua existência e demonstrou ser possível os cidadãos utilizarem-no de forma eficiente. Soma-se ainda o facto de ter validado a legitimação que as OMSs proponentes vinham a adquirir como representantes das reivindicações a que Lei Contra a Precariedade deu corpo.

Voltando à petição, uma vez que o Governo prosseguiu na sua intenção de cobrar as dívidas aos trabalhadores a recibos verdes, o seu impacto substantivo foi nulo quando se pretendiam sucessos reativos (travar a cobrança das dívidas) mas também proativos (a passagem para contratos de trabalho efetivos, por exemplo). O impacto mais significativo foi a amplificação do debate público sobre o tema, para além de ter forçado os partidos políticos a posicionarem-se sobre uma proposta concreta de combate à precariedade.

No caso da ILC verificaram-se impactos substantivos. Foram essencialmente do tipo reativo pois muito embora a proposta aprovada na AR não tenha sido a ILC original mas sim a proposta do PS, a última correspondia a alguns dos anseios vertidos na Lei contra a precariedade, nomeadamente no respeitante à questão da fiscalização e das competências da ACT. A aprovação de uma proposta que não era a original chama a atenção para o facto de o processamento de reivindicações através da arena democrática direta estar sujeito a uma série de constrangimentos impostos pelas relações sociais dominantes.

Apesar de a Lei contra a Precariedade ter sido chumbada nas três modalidades de votação, os seus proponentes consideraram o seguinte:

> apesar de ter persistido uma maioria que impediu alterações legislativas que permitissem combater a contratação a prazo para funções permanentes e o abuso do trabalho temporário, hoje é um dia histórico. A nova legislação aprovada, imposta pela iniciativa e força dos cidadãos, resulta num procedimento simples e célere, no sentido de garantir a celebração do devido contrato de trabalho e todos os direitos em falta nas situações de falsos recibos verdes. Um mecanismo que dispensa a iniciativa do trabalhador e garante o reconhecimento dos direitos roubados desde que se iniciou uma relação laboral fraudulenta escondida pelos falsos recibos verdes"[201].

[201] Declaração retirada de http://leicontraaprecariedade.blogspot.pt/.

Estas declarações denotam que apesar de a ILC não ter sido aprovada, os seus promotores não consideraram que o esforço empreendido tivesse sido completamente em vão. Perspetivaram a aprovação da nova legislação como um resultado da iniciativa que foi apoiada por um número expressivo de pessoas. Os promotores inferiram que a apresentação e discussão na AR teria pressionado os grupos parlamentares a apresentarem propostas contendo mecanismos penalizadores e dissuasores da utilização indevida dos recibos verdes, o que nos conduz ao terceiro tipo de impactos identificados: os de sensibilização. Esses impactos verificaram-se principalmente ao nível da agenda política (sistemática e institucional) dado que a submissão da ILC à AR colocou o debate dos recibos verdes, trabalho temporário e contratos a prazo na agenda parlamentar.

O projeto-lei original não criava mecanismos novos. A opção vertida na ILC era claramente uma de reforço da aplicação dos mecanismos já existentes no campo da legislação laboral, de forma a proteger tanto o trabalhador como os direitos já consagrados. A proposta da ILC enfrentou vários obstáculos. O primeiro estava relacionado com a ideia da inevitabilidade da austeridade e da necessidade de introduzir flexibilidade no mercado de trabalho. Esse foi um obstáculo quase intransponível, mas também um cuja desconstrução era um dos objetivos principais da ILC. Só a desconstrução desse argumento permitiria travar a ameaça aos direitos laborais conquistados e o branqueamento das medidas ideologicamente comprometidas que estavam a ser aplicadas pelo Governo. Nesse sentido, a ILC configurou uma tentativa de combater uma espécie de desespero apreendido, de combater a imposição da inevitabilidade que convidava a sociedade civil a demitir-se da possibilidade de intervenção sobre os sistemas social e político.

O segundo obstáculo decorreu da ideia de inevitabilidade que condicionou o volume de assinaturas recolhidas, para além de ter forçado ao prolongamento do processo de recolha (muito embora os proponentes antevissem dificuldades, contavam com um processo mais célere). Frequentemente, durante as recolhas, os ativistas foram confrontados com a descrença acerca da utilidade das medidas propostas tendo em conta o contexto de austeridade e a crise do emprego. Eram muitos os que consideravam as propostas de flexibilização da legislação laboral necessárias ao combate do desemprego. A jusante, a amplitude da ILC foi condicionada pelos compromissos assumidos na esteira de

uma reforma da legislação laboral no sentido da flexibilização exigida no quadro da nova correlação de forças que dominava na UE. Assim a proposta foi novamente submetida a um processo de seleção dentro do sistema, sendo bloqueada na sua forma original.

6.2. Fusões e formalizações: um retrato dos processos

Durante o período de imposição do regime de austeridade, as fusões foram uma estratégia comum entre as OMSs do movimento de combate à precariedade e ocorreram em simultâneo com outras dinâmicas que também abrangeram organizações do movimento antiausteridade. A transformação de organizações de movimento, informais, em organizações formais coloca interrogações acerca das suas consequências. Em muitos casos, a opção de formalização e burocratização aparece associada à crença de que aquelas são necessárias para obter poder e legitimidade. No entanto, tanto uma como a outra nem sempre produzem os melhores resultados e são frequentemente associadas a um certo imobilismo e suavização de objetivos consentâneos com interesses de auto preservação.

As mudanças que, segundo Zald e Ash (1966), afetam as OMSs (conservadorismo, deslocamento em direção à manutenção da organização, oligarquização) surgem, conforme mencionado na secção 1.2.2 (parte II), mescladas muitas vezes e podem incluir também o aparecimento de fações. As últimas colocam em evidência os efeitos produzidos pelas fontes de tensão internas.

Os vários casos discutidos nesta secção fornecem elementos elucidativos acerca das estratégias e dinâmicas mencionadas e permitem estabelecer a sua ligação com a existência de um contexto externo particularmente difícil.

A PIEA e a formação de um novo sindicado: o Cena

A criação do sindicato Cena – Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual - em Dezembro de 2011 foi o culminar da trajetória seguida pela PIEA. Ocorreu em um contexto marcado por um recuo muito significativo dos direitos dos trabalhadores e pelos sintomas de crise do movimento sindical. É um caso *sui generis*

pois o novo sindicato surgiu a partir da fusão de organizações com tipologias bastante diferentes, o que, à partida, é pouco comum, principalmente tratando-se uma delas de um sindicato, outra de uma OMS, e a terceira de uma associação profissional com estatutos e personalidade jurídica.

A ideia da constituição de um novo sindicato partiu do Sindicato dos Músicos e foi motivada pela necessidade de alargar o seu âmbito a outras profissões relacionadas com as artes e a cultura. Juntamente com a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA) e com o Centro Profissional do Setor Audiovisual (CPAV)[202], o Sindicato dos Músicos lançou um projeto que pretendia ser abrangente e passou a designar-se Cena. O percurso até à constituição do novo sindicato não foi isento de algumas dificuldades e polémicas. É importante referir que, institucionalmente, os estatutos do Cena começaram a ser construídos com o Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos (STE) e o Sindicato dos Músicos, e, informalmente, com a PIEA e o CPAV. Foi um processo que demorou largos meses e que envolveu questões controversas, o que levou o STE a desistir da fusão[203]. Uma das questões estava relacionada com o direito de tendência[204]. Da parte do futuro Cena foi feita pressão no sentido de uma maior abertura, o que ia contra as pretensões do STE[205].

Em termos estratégicos, as linhas de ação do Cena estruturaram-se em torno de quatro questões: meta de 1% do Orçamento de Estado para a cultura, segurança social, contratação, e certificação profissional. A questão da segurança social é uma consequência direta da precariedade do emprego que atinge os trabalhadores do setor. A insegurança a

[202] Organização profissional dos profissionais dos setores do cinema, televisão e publicidade. Tinha como objetivos contribuir para a defesa e valorização profissional dos seus membros e dos padrões de qualidade na produção audiovisual nacional.

[203] Apesar de o STE ter desistido do processo de fusão, o Cena mantém com ele uma relação de cooperação.

[204] O direito de tendência é consagrado na Constituição da República. É justificado pela necessidade de garantir a unidade sindical e a democraticidade interna das organizações sindicais, apesar de não ser definido um modelo estatutário para o mesmo. Essa opção é deixada aos estatutos sindicais. Está consagrado nos estatutos da CGTP, mas não está regulamentado e não é exercido de forma aberta. O Artigo 13º dos estatutos da central sindical declara que a mesma reconhece a existência no seu seio de diversas correntes de opinião político-ideológicas cuja organização é, no entanto, exterior ao movimento sindical e da exclusiva responsabilidade dessas mesmas correntes de opinião.

[205] Tendo em conta a oposição do STE quanto a essa questão, foi encontrada uma solução intermédia que contemplava a possibilidade de as instalações do sindicato serem utilizadas pelas tendências existentes, muito embora o documento seja omisso no concernente à utilização dos meios de comunicação do sindicato. No momento em que a informação foi recolhida esse problema não se colocava na prática pois não existiam tendências no interior do Cena.

que se encontram votados impede-os frequentemente de cumprirem as obrigações contributivas. A regulamentação da contratação no setor é por isso um objetivo central do sindicato. O panorama da contratação coletiva é muito complicado, sendo praticamente inexistente em algumas áreas artísticas. Nesse sentido, o Cena elaborou uma proposta de contrato coletivo para teatro[206]. Quanto à questão da certificação profissional e de forma a regular o mercado de trabalho, o sindicato defendia a criação de carteiras profissionais para as várias áreas artísticas. A necessidade de certificação entronca com a questão da formulação do Estatuto do Intermitente e da luta por um regime específico de contribuições para o Sistema de Segurança Social - o objetivo principal da PIEA. Há uma continuidade clara entre os objetivos gerais do novo sindicato e os objetivos específicos de cada uma das organizações que estiveram na sua origem.

As fusões entre OMSs ocorrem, como vimos, quando as perspetivas de alcançar os objetivos ou de alargar a base de recursos aumentam com a mesma. Segundo Zald e Ash (1966), permitem angariar recursos e coordenam planos mas também implicam a supressão das identidades das organizações envolvidas. As características das três tipologias envolvidas na fusão que deu origem ao novo sindicato eram manifestamente diferentes, o que torna o processo interessante pois permite retirar algumas ilações acerca dos efeitos sobre as identidades originais de cada uma das organizações envolvidas no processo, sobretudo no caso da PIEA.

Como acarretam consequências que podem ser negativas para uma das OMSs envolvidas, as fusões só ocorrem quando as lideranças reconhecem que se confrontam com dificuldades. A fusão representa a possibilidade de restaurar a vitalidade perdida ou de atingir o sucesso desejado. Dado que as fusões são menos comuns em organizações exclusivas (como os sindicatos), no caso do Sindicato dos Músicos, a fusão e a formação do novo sindicato constituíram estratégias para fazer face ao declínio. Com um número de associados reduzido, a integração de outros setores das artes e do espetáculo era uma fonte importante tanto de potenciais associados como de financiamento. A fusão

[206] Essa proposta foi elaborada em 2012. Além das normas contratuais comuns, contemplava outras questões relacionadas com o funcionamento do mundo artístico, como por exemplo os procedimentos no caso de cancelamento de espetáculos. O esboço desse contrato coletivo foi redigido com base em contratos coletivos similares existentes em Espanha, Inglaterra, EUA e França.

representava um novo impulso, tanto pela via da inclusão de novas categorias profissionais na formulação dos seus objetivos, como pela transformação da estrutura burocrática pois existia o potencial de inclusão de novas estratégias de ação. No fundo, o sindicato ofereceu a sua estrutura às restantes organizações envolvidas, que por sua vez "ofereciam" as suas bases sociais de apoio (potenciais sócios do novo sindicato). Sendo a PIEA uma OMS inclusiva, não era de esperar uma oposição ao processo de fusão dado que as OMSs desse tipo não se opõem e são mesmo mais propensas a esses processos por norma. Na verdade, tendo em conta que apresentava objetivos muito definidos, como a criação do Estatuto do Intermitente e a regulamentação do exercício profissional no setor, e que os mesmos se coadunavam com os objetivos do novo sindicato, a PIEA nada tinha a perder com a fusão. Aliás, esta permitiria aos membros da PIEA adquirir legitimidade e meios acrescidos para levar a cabo a ação em torno desses mesmos objetivos. Por outro lado, a capacidade de interlocução com o poder, nomeadamente com o poder legislativo mas também com os empregadores, sairia obviamente reforçada[207].

A fusão acarretou a supressão da identidade para duas das organizações envolvidas. A PIEA deixou de existir como uma plataforma agregadora de várias organizações e o CPAV transferiu as suas funções de associação profissional representativa de um segmento particular para novo sindicato. Em termos de funcionamento, a PIEA foi certamente a que sofreu a maior transformação, com a substituição da sua estrutura horizontal pela vertical característica dos sindicatos. Já o Sindicato dos Músicos manteve a sua forma original de sindicato, apesar de ter alterado alguns aspetos do cânone ao permitir a sindicalização de trabalhadores a recibos verdes, dando assim um primeiro passo em direção ao objetivo de proporcionar representação sindical à totalidade da classe artística. É importante referir que tanto a PIEA como o CPAV prescindiram das suas dinâmicas de funcionamento sem problemas assinaláveis pois existia a convicção que a nova morfologia aumentaria as probabilidades de concretização dos objetivos.

[207] Quanto ao CPAV, os seus objetivos de defesa e valorização profissional dos seus membros e dos padrões de qualidade na produção audiovisual nacional em nada colidiam com os objetivos específicos quer da PIEA quer do Sindicato dos Músicos. Além disso, o novo sindicato respondia às necessidades dos profissionais do audiovisual.

De uma forma geral, a fusão cumpriu os objetivos de alargamento da base social de apoio e de aumento dos recursos disponíveis para a luta em tornos dos objetivos que moviam o conjunto das organizações envolvidas. Em particular, a criação do Cena permitiu reunir todas as vertentes profissionais do setor das artes e do espetáculo numa organização sindical só e conferiu mais força à sua ação. Tendo em conta que, separadamente, as três organizações tinham objetivos idênticos (podendo diferir quanto às estratégias utilizadas) e o contexto tendencialmente adverso, a fusão pode ser vista como um passo estratégico lógico. As identidades coletivas unificaram-se em torno de uma nova identidade sindical muito mais abrangente que aquelas que estiveram na sua origem. Outro fator que terá contribuído para o sucesso da fusão foi o facto de as três organizações terem como alvo o mesmo grupo profissional sensivelmente, o que preveniu a emergência de conflitos relacionados com diferendos setoriais. O reforço dos objetivos comuns através do alargamento da base social de apoio e do aumento dos recursos disponíveis colocou o novo sindicato em melhor posição para desempenhar a função de interlocução com o poder. No entanto, os próprios membros do Cena anteviam alguns contratempos, decorrentes das dificuldades de filiação devido à falta de meios económicos mas também por se tratar de um sindicato recém-constituído. Era necessária uma consciencialização da importância da sindicalização. Temiam que o Cena sucumbisse à incapacidade de captar novos membros, "tornando-se um sindicato que se mantem apenas porque sim, com uma ação pontual e sem nenhuma força política para intervir de uma forma mais sólida"[208].

A Associação de Combate à Precariedade-Precários Inflexíveis (ACP-PI)

A ACP-PI foi criada em Julho de 2012. A constituição de uma associação era um projeto muito antigo do PI e o período do ciclo de protesto foi considerado ideal para o fazer tendo em conta as exigências que eram colocadas pela difícil conjuntura política, económica e social decorrente da imposição das *sociedades de austeridade*. Os ataques ao trabalho com direitos e o ritmo e abrangência da precarização do emprego constituíram mudanças desfavoráveis que potenciaram o interesse da sociedade em relação a uma

[208] Fragmento de uma entrevista a um dirigente do Cena realizada em Fevereiro de 2012.

organização como o PI. Ao mesmo tempo realçaram a necessidade da OMS evoluir para um formato organizacional que lhe permitisse responder melhor à ofensiva em curso. Por outro lado, a ação desenvolvida pelo PI estava enraizada, contando com uma rede ampla de contactos e aliados, e tinha sido consolidada em torno de objetivos muito concretos. Depois de ter conseguido tornar-se, como explicou um dos fundadores do PI, "um movimento mais abrangente, que representa mais, que se cruza com outras lutas e com as lutas mais gerais"[209], existiam condições para uma expansão sustentada. Assim, pode ser dito que a decisão de levar a cabo o projeto de uma associação foi influenciada tanto por fatores externos como internos.

Uma estrutura formal permitiria a expansão do PI como ator social e a sua legitimação como interlocutor político. Transformá-lo-ia em uma organização mais ampla, mais participada, de âmbito nacional, no seio da qual seriam conferidos direitos e deveres aos seus associados. Tal era fundamental dado o reconhecimento de que a ação no campo das relações laborais era uma matéria difícil, envolvendo vários atores – sociais, económicos e políticos – de maior ou menor peso. Nesse sentido, adotar uma estrutura que lhe permitisse agir em representação (legítima) dos trabalhadores precários era um passo fundamental. Havia também a expectativa de que a nova configuração tornasse os Precários Inflexíveis mais "atrativos" para novos membros, muito embora essa formalização também pudesse afastá-los ao colocar os perigos da burocratização e oligarquização.

Os objetivos da nova associação podem ser reconduzidos à produção de mudanças nas esferas legislativa e administrativa do sistema político de uma forma geral, o que corresponde, segundo a tipologia de Kriesi *et al.* (1995), à busca de impactos substantivos (mudanças de política), e à construção de uma opinião pública informada e de uma comunidade política preocupada com a questão da precariedade, assimilável à expectativa de impactos de sensibilização em termos de agenda política sistémica e institucional e das atitudes públicas. A perspetiva de conseguir esses resultados foi portanto o que conduziu o PI a enveredar pelo processo de constituição da associação, confirmando-se assim a tese

[209] Entrevista a um membro fundador do PI em Janeiro de 2012.

de Piven e Cloward (1977) de que a procura de concretização de objetivos legislativos pode levar à opção por uma estrutura mais formal e robusta que dote a organização de movimento das ferramentas necessária para tal.

A partir dos estatutos da associação[210] é possível constatar que a transição para essa forma de organização não acarretou uma alteração dos objetivos do PI em termos qualitativos. Implicou antes um alargamento pois para além da defesa dos direitos dos trabalhadores precários e da ação voltada para o esclarecimento da opinião pública, o relacionamento ativo com movimentos, associações, sindicatos e comissões de trabalhadores nacionais e internacionais passou a ser contemplado explicitamente. Em termos práticos, o âmbito de ação estendeu-se também à luta em torno da qualidade da democracia, um ponto que não podia ser deixado de fora após o protesto da Geração À Rasca. Nesse aspeto, a participação ativa no ciclo de protesto antiausteridade contribuiu para a concretização da expansão das áreas de intervenção. A partir do seguinte depoimento é possível identificar com clareza a estratégia que foi perseguida:

> Temos de estar onde está a mobilização, em todos os sítios em que ela acontece (…) e fazer a interlocução entre essas mobilizações, o movimento sindical e o restante movimento social. E é assim que nós olhamos para isso. (Entrevista a um membro da ACP-PI, Janeiro de 2013, Lisboa)

A dimensão da participação dos Precários Inflexíveis em redes internacionais de cooperação e mobilização saiu reforçada com a constituição da associação, muito embora possa ser afirmado que essa participação já ocorria anteriormente. Vale a pena destacar, no período pós-constituição, o seu envolvimento em redes e espaços de debate e mobilização internacionais contra a imposição de um regime de austeridade na Europa, e em particular nos países do Sul, e em defesa da democracia. Essas redes e espaços buscavam o reforço da capacidade de ação no sentido da conceção de uma estratégia comum à escala europeia. A título de exemplo, pode ser mencionada a participação na

[210] Os estatutos da ACP-PI podem ser consultados em http://www.precarios.net/.

Cimeira Alternativa (*Alter Summit*) de Atenas, onde também estiveram presentes ativistas e sindicalistas de diferentes organizações portuguesas[211].

Consequências da constituição da associação

A criação de uma associação constitui um desenvolvimento que exige alguma consolidação da estrutura organizativa, podendo por isso acarretar fenómenos de oligarquização e concentração de poder, conservadorismo e deslocamento dos objetivos em direção à manutenção da organização (Zald e Ash, 1966). Por outro lado, existe a espectativa que o crescimento de uma OMS tenda a abrandar ou mesmo cessar a partir do momento em que encontra ou cria o seu nicho.

A constituição da associação foi acompanhada da formalização da liderança do PI, com a definição da sua direção e a designação de um presidente. Na verdade, a constituição da associação teve um efeito particular no respeitante à liderança pois proporcionou o momento ideal para a sua substituição. Foi referido que a liderança do PI se concentrou informalmente na figura de um membro específico durante praticamente durante toda a trajetória da OMS[212]. A opção de propor para presidente alguém que esteve ligado ao PI desde o início mas que nunca assumiu um papel de destaque foi inesperada e neutralizou os efeitos do protagonismo verificado anteriormente. Como nunca ocorreu uma mudança de liderança no período pré associação não foi possível validar as previsões de um impacto maior da substituição de um líder nas organizações pouco burocráticas comparativamente às burocráticas.

Até ao momento da conclusão da recolha de elementos empíricos, a atividade dirigente era exercida em regime de voluntariado. Esse regime é congruente com o papel

[211] A Cimeira Alternativa decorreu entre os dias 7 e 9 de Junho de 2013. Sob o lema "Acabar com a austeridade antes que a austeridade destrua a democracia. Por uma Europa democrática, social, ecológica e feminista", a cimeira pretendia fortalecer o trabalho em rede que vinha a ser desenvolvido pelo conjunto de movimentos sociais, associações, coletivos e sindicatos de 20 países europeus. Além da ACP-PI, participaram as seguintes organizações portuguesas: Attac Portugal; sindicato CENA; Clube Safo; Cultra; Fenprof; Habita-Coletivo pelo Direito à Habitação e à Cidade; IAC – Iniciativa Pela Auditoria Cidadã à Dívida; Marcha Mundial das Mulheres Portugal; Panteras Rosa; Plataforma Guetto; SOS Racismo; SPGL – Sindicato de Professores da Grande Lisboa; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

[212] Ver secção 3.4 da parte III.

central dos incentivos de solidariedade no funcionamento do PI. O caráter voluntário do exercício da atividade dirigente também correspondeu a uma necessidade uma vez que a associação se mantinha independente de financiamento externo, o que aliás diminuiu a sua exposição a pressões externas.

Através das ações levadas a cabo, o PI criou um nicho de intervenção sobre a temática da precariedade, mas ao contrário do sugerido pela teoria, isso não significou o seu abrandamento ou estagnação do crescimento. A criação desse nicho de intervenção favoreceu tanto a validação social da ação do PI como a sua intensificação. Por outro lado, a procura de impactos substantivos não abriu as portas a cisões e tampouco é possível falar de desvios dos objetivos iniciais ou de perda de força decorrentes da nova forma organizativa. Pelo contrário, a constituição da associação fortaleceu a posição do PI, colocou à sua disposição outras ferramentas de intervenção, legitimou a ação e conferiu-lhe uma capacidade de pressão maior no plano institucional. Porém, as ações assumiram um caráter mais normativo em alguns aspetos, confirmando-se as expectativas inerentes à formalização da estrutura quanto a esse aspeto.

A criação da ACP-PI influenciou de forma decisiva o percurso do Ferve[213]. O projeto da associação previa uma expansão nacional, incluindo a criação de um núcleo no Porto, cidade onde o Ferve dominava o espaço da luta contra a precariedade. A criação desse núcleo levantava por isso uma questão fulcral: não fazia sentido a existência de duas OMSs com objetivos similares na mesma cidade pois criaria condições para uma competição interorganizações, fragmentando a luta contra a precariedade. Existindo, como demonstrei, relações muito próximas entre as duas OMSs, que se materializaram inclusive em várias coligações, o Ferve foi informado da intenção do projeto de constituição de uma associação de âmbito nacional. O conhecimento do projeto chegou aos membros do Ferve de forma faseada e seletiva. Não obstante a criação de uma associação não surpreender e ser vista favoravelmente, a perspetiva da criação de um núcleo na cidade do Porto gerou reações negativas pois acarretaria a desagregação inevitável do Ferve na opinião de alguns

[213] O percurso do Ferve é analisado na secção 3.2 de parte III.

membros. Essa perceção era sustentada pois, conforme sublinhado anteriormente, o Ferve apresentava fragilidades e capacidade de mobilização reduzida.

O processo de criação da ACP-PI Porto pautou-se pela presença de um conjunto de tensões. Ao ser apresentada como algo que independia da existência e do futuro do Ferve, a formação do novo núcleo potenciou sentimentos negativos e gerou desconfiança. Na prática, a única opção existente era a de uma fusão entre o Ferve e a ACP-PI que transformaria o primeiro no núcleo do Porto da nova associação. Vários factos indiciavam esse desfecho. Em primeiro lugar, o Ferve sempre dependeu muito do ciberativismo e, diferentemente do PI, nunca conseguiu traduzir a grande atividade do blogue em mobilização presencial. Por isso, se o Ferve continuasse em atividade, a constituição do núcleo PI-Porto teria efeitos negativos à partida pois colocava-se a hipótese de as duas organizações competirem pelas mesmas bases de apoio. Tendo em conta a experiência do PI em Lisboa, era de esperar uma nova dinâmica que provavelmente captaria novos membros com mais facilidade. Também existia a possibilidade de, perante as perspetivas de uma nova dinâmica e também de concretização de objetivos, alguns membros do Ferve optarem por desenvolver o seu ativismo na nova associação.

Em linha com o exposto, um dos principais argumentos a favor da fusão era a reconhecida perda de dinâmica, de capacidade de mobilização e de ação. Existia e expectativa de a fusão imprimir um novo rumo ao ativismo na cidade do Porto. Esses argumentos não satisfizeram a totalidade dos membros apesar das evidências proporcionadas pelas várias tentativas de relançamento do Ferve. Em segundo lugar, a continuidade do Ferve como OMS independente opunha-se à orientação mais geral de alargamento e de concentração das energias na atividade de uma estrutura nacional em vez da normal dispersão e particularização em pequenas OMSs. Na ótica de alguns ativistas, essa estratégia seria a única forma de resistir às novas dinâmicas impostas pelas alterações ao Código do Trabalho. Previsivelmente, algumas dessas alterações esvaziariam as reivindicações de OMSs com objetivos muito específicos, retirando-lhes capacidade de ação.

A forma como se desenrolou o processo de fusão gerou desconforto a uma parte dos membros do Ferve, que o considerou pouco claro e alicerçado em decisões unilaterais,

e provocou uma divisão entre os "pró" e os "contra" a fusão. Curiosamente, foi possível constatar que uma parte desse desconforto teve origem em diferendos pessoais que opuseram alguns membros, bem como na defesa de uma perspetiva de autonomia que seria posta em causa pela suposta ligação entre o PI e um partido político, o BE. Essa postura de independência face a forças partidárias era também congruente com a matriz de autonomia subjacente aos protestos que marcavam o contexto da altura, apesar de não ser provável que os últimos tenham tido uma influência naquele caso concreto. Os membros do Ferve foram convidados a integrar o núcleo da associação, o que, no caso de a fusão não se concretizar, depauperaria a OMS e conduziria ao seu enfraquecimento. Na prática, o Ferve acabaria por desaparecer, tal como aconteceria no caso de a fusão prosseguir. Alguns membros abandonaram o ativismo, enquanto outros optaram por integrar a associação recém-formada.

O processo que conduziu à suspensão da atividade da OMS não foi pacífico e tornou manifestas posturas bastante antagónicas que permaneciam latentes. Essas tensões diziam respeito a dois aspetos em particular. Em primeiro lugar, concerniam o imobilismo já referido. Em segundo lugar, a influência exercida pelo PI sobre o Ferve tornava-se mais evidente e incómoda para alguns ativistas. Era percecionada como uma tentativa de manipulação/instrumentalização. O sentimento de desconforto chegou a assumir formas agudas, como é possível perceber a partir das declarações seguintes:

> Então, porque é que temos de andar sempre a reboque? Porque é que são sempre eles a decidir quando e como? O Ferve existe! Não é um braço do PI! Se tentarmos, se arranjarmos tempo, também podemos fazer coisas. (Fragmento do diário de campo, Maio de 2012)

O fragmento transcrito ilustra um tipo de discurso que se tornou recorrente a partir de um certo momento e remete para o caráter problemático que as afinidades partidárias podem assumir no plano das relações entre OMSs. No caso do Ferve, a perceção de instrumentalização transformou-se em foco de controvérsia e em questão fraturante dada a grande valorização da ideia de autonomia, face a partidos políticos ou a qualquer outra força. Temia-se também que um núcleo do Porto tivesse um peso reduzido e pouca autonomia nas decisões, apesar das garantias que a estrutura da nova associação fornecia em termos de democracia interna.

A fusão conduziu à supressão da identidade organizacional do Ferve e levou à saída de alguns ativistas. Teoricamente é sugerido que a OMS que resulta de um processo do género pode parecer mais pequena a partir do exterior pois apenas uma das organizações passa a assumir o papel de porta-voz. Foi o que aconteceu pois a ACP-PI assumiu o papel de porta-voz, desaparecendo quaisquer menções ao Ferve. Contudo, na medida em que a associação adquiriu uma dimensão nacional e se assumiu como a única organização no âmbito da luta contra a precariedade exterior ao movimento sindical, a ACP-PI conseguiu alargar a sua base social de apoio. O crescimento não ocorreu ao ritmo perspetivado pois a luta contra a austeridade, mais imediata e sob a forma de manifestações muito participadas, absorvia grande parte dos recursos humanos que poderiam ser captados pela nova associação.

Os elementos apresentados sugerem algumas considerações. A fusão foi motivada pela conjugação de dois fatores. Por um lado, o imobilismo de uma das OMSs envolvidas (o Ferve) e a incapacidade em concretizar os objetivos delineados e, por outro, a alteração da forma da outra OMS e o alargamento do seu âmbito geográfico. A sobreposição em termos geográficos e de objetivos suscitava a possibilidade de uma competição interorganizações que seria francamente prejudicial para ambas, para além de comprometer o projeto de unificação da luta contra a precariedade já mencionado. Assim, a decisão foi condicionada por essas pressões, não se colocando uma alternativa credível de manutenção da atividade da OMS mais pequena (o Ferve). Nesse sentido, da perspetiva do Ferve, a fusão não representou um meio de assegurar a viabilidade da organização, tal como previam Zald e Ash (1966) e McCarthy e Zald (1979). Já para a ACP-PI, a fusão foi a estratégia utilizada para expandir a sua esfera de influência e neutralizar as hipóteses de competição.

6.3 - As tensões entre as OMSs antiausteridade

No quadro das OMSs antiausteridade, as dinâmicas inter e intra organizações estiveram maioritariamente relacionadas com as estratégias de continuidade na sequência da mobilização obtida com os protestos. A disseminação dos protestos por vários pontos

do país teve consequências em termos das estratégias mencionadas. A descentralização forçou a autonomização dos núcleos e condicionou por completo uma estratégia geral ao nível nacional. Por outro lado, ao serem autonomizados, os núcleos com menos recursos humanos acabaram por desaparecer. Outro ponto que atuou como uma condicionante foi a matriz dos protestos: apartidários e autónomos face ao poder político. Tanto a abertura como a desconfiança face aos mecanismos da democracia representativa influenciaram a emergência de dinâmicas contraditórias que a curto prazo passaram a representar focos de tensão.

Um exemplo particularmente evidente em relação ao referido ocorreu na sequência do protesto da Geração À Rasca. Associada a uma comunicação deficitária, a autonomização dos núcleos de organização das várias cidades abriu espaço para a emergência de novos núcleos que apenas tinham em comum a utilização da expressão "Geração À Rasca". Essa proliferação escapou ao controlo dos organizadores originais e motivou medidas com vista a salvaguardar a utilização da denominação "geração à rasca", como por exemplo o seu registo como marca. Os quatro organizadores iniciais (que convocaram o protesto no *facebook*) fundaram também o Movimento 12 de Março (M12M).

As duas decisões causaram algum desconforto, principalmente entre os organizadores do protesto no Porto. Foram consideradas unilaterais pois o conjunto mais alargado de organizadores não foi consultado. Não foi questionado o seu conteúdo mas sim a forma como foram tomadas, bem como a legitimidade dos protagonistas. Uma grande parte dos críticos do M12M afirmou que se consultado, concordaria com a criação da nova organização de movimento:

> Deram um passo errado. (…) não se toma uma decisão dessa magnitude sem contactar todas as pessoas que estão envolvidas no processo, ainda para mais tendo em conta que os argumentos são suficientemente sólidos para nós dizermos que sim sem grande discussão" (Excerto de uma entrevista a um organizador da Geração À Rasca – Porto, Junho de 2011).

A criação da nova OMS agravou as tensões latentes (relativas, por exemplo, ao conteúdo do manifesto da Geração À Rasca) e conduziu a uma espécie de rutura entre os núcleos do Porto e Lisboa. A criação do M12M e as divergências no contexto do processo

da ILC despoletaram a formação do Coletivo de Intervenção Popular (CIP) na cidade do Porto. Foi a resposta dos organizadores daquela cidade ao que consideravam ser a sua subalternização em relação aos organizadores de Lisboa. O CIP promoveu algumas iniciativas – em concreto, um debate que juntou alguns dos candidatos às eleições legislativas de 2011 – e participou na mobilização para a manifestação de 15 de Outubro de 2011. As tensões mencionadas podem ser reconduzidas à heterogeneidade em termos ideológicos da base ativista que participou na organização do protesto da Geração À Rasca, por um lado, e a uma espécie de ressentimento proporcionado pela preponderância assumida pelo núcleo de Lisboa na condução do processo, por outro. As dinâmicas sublinhadas contradizem a previsão teórica de que as OMSs inclusivas quanto à filiação e ideologicamente flexíveis são mais resistentes a separações. Tanto no caso do CIP como do M12M, a separação proporcionou maior consenso interno.

O caso do 15O é particularmente útil no que diz respeito à identificação de tensões proporcionadoras de cisões ou emergência de fações porque a partir dele é possível salientar o papel desempenhado pela oposição entre fundamentalismo e realismo. Vale a pena por isso recuperar as fontes de tensão enunciadas na secção 5.2 do capítulo anterior. Principalmente no contexto do ciclo de protesto antiausteridade, a diversidade ideológica presente nos núcleos de organização constituiu uma fonte de tensão. A conflitualidade interna e diferenças entre núcleos organizadores contribuíram para que, no contexto de alargamento da plataforma, a diversidade potenciasse o exacerbamento dessa conflitualidade.

O processo de organização do 15O nem sempre foi pacífico, principalmente em Lisboa. A abertura das reuniões de organização do protesto propiciou a manifestação de interesses e de ideias bastante díspares e muitas vezes inconciliáveis. O debate em torno da oposição entre perspetivas revolucionárias/autonomistas e perspetivas reformistas da ação coletiva contribuiu para a formação de fações que transformaram as reuniões em contextos bastante complicados e pautados por impasses frequentes. Contrariamente às previsões de Zald e Ash (1966), a formação dessas fações não esteve ligada ao questionamento das bases da autoridade e do seu exercício mas sim à existência de perspetivas díspares acerca dos objetivos da ação. A questão da autoridade tampouco se

colocava dada a matriz horizontal da OMS. Mas o confronto entre perspetivas não se verificou somente no interior dos núcleos de organização. Também foi visível na relação entre núcleos. Materializou-se em um diferendo a propósito do conteúdo do manifesto proposto pelo núcleo de organização principal.

O núcleo do Porto optou por não aderir ao manifesto proposto pois os seus membros não se reviam em alguns pontos. Consideravam que se tratava de um "manifesto fraco que dizia uma série de banalidades e de lugares comuns, com medo claro e objetivo de assumir uma postura política digna desse nome"[214]. As principais críticas estavam pois relacionadas com o caráter vago e generalista das ideias propostas. Os organizadores do Porto decidiram optar por uma formulação mais contundente que tomou como base os manifestos dos 15O espanhol (da *Plaza del Sol*) e grego (da Praça Sintagma). Apresentaram propostas mais concretas e também mais radicais, relacionadas com a expulsão do FMI, nacionalização da banca, auditoria à dívida, entre outras coisas. A formulação dessas reivindicações foi um processo complicado porque coexistiam posições muito divergentes, sendo que a conciliação só foi possível após a saída de alguns elementos.

Em relação à existência de um manifesto alternativo, a postura oficial do núcleo de Lisboa era que a plataforma o via com toda a naturalidade pois era difícil um só grupo enunciar todas as reivindicações. Assim, não foram levadas a cabo tentativas de construção de um manifesto único, até porque a complexidade do funcionamento do núcleo de Lisboa colocava entraves:

> Muita gente já requer muito trabalho e torna-se difícil fazer as pontes para fora, embora seja um objetivo de longo prazo, não só para fora de Lisboa mas também para fora do país. (Declarações de um ativista do 15O Lisboa, Dezembro de 2011)

A polémica em torno do manifesto teve consequências. As organizações de Lisboa e do Porto tornaram-se cada vez mais autónomas e vieram à tona algumas animosidades. O núcleo do Porto ressentia-se da postura do núcleo de Lisboa e procurou por isso afirmar a sua independência durante o processo de mobilização.

[214] Opinião emitida por um ativista da Geração À Rasca e do 15O no Porto, no contexto de uma entrevista realizada em Dezembro de 2011.

*

Tanto a petição como a ILC sublinham a importância da estrutura de oportunidades políticas de um país no que concerne a escolha de estratégias pelos movimentos sociais e suas organizações. Ambas foram possíveis porque, em termos de estruturas institucionais, Portugal conta com uma arena democrática direta institucionalizada, o que permite aos cidadãos ou, neste caso, aos movimentos sociais colocar diretamente as suas reivindicações na agenda política e exigir a sua discussão. Nesse sentido, as duas iniciativas foram importantes como momentos de afirmação da capacidade das organizações de movimento em levarem a cabo uma estratégia que envolvia o campo institucional. Também permitiram desconstruir até certo ponto a irrelevância e/ou incapacidade que muitas vezes lhes era atribuída.

As duas iniciativas demonstraram também a assunção de uma postura realista/reformista, no sentido da pulsão plebeia voltada para a efetivação e ampliação dos direitos sociais sublinhada por Braga (2015), o que contraria a visão desses movimentos sociais como agentes refratários ao envolvimento na política institucional por princípio.

As dinâmicas inter e intra organizações de movimento respondem a variações tanto no contexto externo como interno. Os casos apresentados sublinharam a importância dessas variações, bem como dos constrangimentos provocados pela forma assumida pelas organizações de movimento. Somadas à matriz de autonomia, essas variações e constrangimentos foram particularmente visíveis nas organizações de movimento antiausteridade e acabaram por configurar fontes de tensão que influenciaram de forma indelével o seu percurso.

Capítulo 7 - O movimento sindical, os movimentos de combate à precariedade e antiausteridade e a crise

O período de 2010 a 2013 foi particularmente crítico para o movimento sindical do ponto de vista económico e político. A conjugação entre mudanças na organização do trabalho, crise do sindicalismo e expansão da precariedade colocou obstáculos de várias ordens à ação sindical[215]. Nesse contexto de crise, uma crise que atingiu dimensões europeias, foi possível identificar três tipos de respostas do movimento sindical em termos globais: radicais/conflituais, centradas num reforço da cooperação e associação, e uma combinação de ambos (Bernaciack *et al.*, 2015). Em Portugal, tal como no nível europeu, a estratégia mais visível e mediática foi a utilização da greve como resposta e demonstração de força. Conforme a hipótese 1, concatenou-se com uma outra, menos visível, que contemplou o estabelecimento de alianças com outros atores sociais e a expansão da esfera de influência tradicional do movimento sindical.

A literatura sobre os temas da renovação do sindicalismo e dos movimentos sociais em rede fornece indícios de que a construção de alianças não passa apenas por uma adaptação das estruturas sindicais às novas realidades do mundo do trabalho, através, por exemplo, da inclusão dos setores precarizado e pela incorporação de novas questões, no sentido da construção de um sindicalismo de movimento social nos moldes enunciados na secção 3.4 da parte I. Contempla também a atualização das modalidades de ação das estruturas sindicais, impondo-se por isso não só a reformulação da postura de isolamento e de afirmação do protagonismo mas também uma maior aposta nas novas tecnologias de informação. A luta antiausteridade representou um enorme desafio para o conjunto das forças sociais que se lhe opunham e, nesse sentido, constituiu um terreno propício à implementação de estratégias e mudanças dos tipos referidos.

Tanto o movimento de combate à precariedade como o movimento antiausteridade estruturaram-se em torno do conflito entre capital e trabalho. Com a evolução económica e política da sociedade portuguesa, esse conflito tornou-se, conforme

[215] Alguns desses obstáculos foram já explorados. Ver capítulo 2 da parte I.

a tipologia fornecida por Kriesi *et al.* (1995)[216], uma clivagem aberta e não pacificada com um potencial de mobilização inclusivo. Deu origem a novos grupos sociais, como o precariado, e despoletou mobilização política em grande escala e com recurso a repertórios não convencionais, como o comprovam a formação de várias OMSs e as inúmeras mobilizações promovidas pela sociedade civil no período de 2011 a 2013. Porém, esse potencial de mobilização inclusivo implica um grau de competição elevado não só entre as organizações que tradicionalmente mobilizam em torno da clivagem em questão mas também entre essas e os atores coletivos emergentes. A verificação de dinâmicas de competição e conflitos mas também a constituição de alianças são assim hipóteses prováveis. Na realidade, vêm a configurar-se desde meados dos anos 2000, com a emergência das primeiras OMSs de combate à precariedade, mas adquiriram uma visibilidade maior no período de imposição das sociedades de austeridade.

O reforço da cooperação e associação através da busca de alianças e da construção de coligações foi, como referi há pouco, uma das estratégias adotadas pela CGTP no contexto da crise europeia. Conforme as hipóteses formuladas no capítulo 1 da parte III, ao mesmo tempo que são perspetivadas complementaridades, podem também ser antecipadas fontes de tensão no que concerne as relações entre a CGTP e os movimentos de combate à precariedade e antiausteridade. O movimento sindical é, no contexto deste estudo, restringido à figura da CGTP, sendo sobre essa central sindical que se centra a análise efetuada. É por isso necessário ressalvar que a central sindical não é aqui identificada com a totalidade do movimento sindical português.

O setor dos movimentos sociais também abraçou estratégias de cooperação e associação perante o agravamento da crise e das condições de vida. Essas estratégias enquadravam a luta contra a precariedade e anti austeridade de forma alargada, em estreita conexão com outras lutas contra a opressão, e contemplaram a articulação entre organizações de movimento e com o movimento sindical (especificamente com a CGTP). Conforme a hipótese 2, as relações entre as estruturas sindicais e os novíssimos movimentos sociais são afetadas por fontes de tensão que podem ser reconduzidas a dois

[216] Ver secção 1.3 da parte II.

aspetos em particular: 1) diferenças no que concerne as características organizacionais dos atores coletivos, e 2) o movimento sindical como "interlocutor social" privilegiado e a sua afinidade com a ação institucional e estratégias convencionais.

As alianças e coligações com outros atores sociais são tidas como atrativas para o movimento sindical não só porque podem incrementar o acesso a grupos distantes e assim reverter o défice de filiação, mas também porque conferem mais legitimidade às campanhas e reivindicações sindicais, fortalecendo assim a capacidade de mobilização [217]. Segundo a hipótese mencionada no parágrafo anterior, no contexto da crise do sindicalismo e da sua renovação, a cooperação com os novíssimos movimentos sociais de combate à precariedade e antiausteridade representou uma oportunidade de as organizações sindicais concretizarem a necessária abertura e ampliação do escopo do seu interesse público, bem como o reforço da capacidade de mobilização. Não pode ser esquecido que a incapacidade do movimento sindical e suas estruturas captarem os setores mais jovens da população, que são também os mais atingidos pela precarização do trabalho e do emprego, é um dos fatores críticos da crise do sindicalismo. Comparativamente às estratégias adotadas em outros países europeus no que concerne esse aspeto, as medidas implementadas pela CGTP foram de alguma forma limitadas. A mesma hipótese 2 sublinha a prevalência de especificidades, decorrentes da história da central sindical e da configuração da sua agenda ao longo das últimas quatro décadas, que constrangem ou podem vir a constituir um impedimento a uma realização plena das intenções de colaboração/articulação colocadas pela central sindical nos planos de ação saídos dos congressos.

As clivagens tradicionais podem ser consideradas relevantes a esse nível pois são um elemento que pode restringir a mobilização em torno de novas clivagens, ou seja, os grupos mobilizados apenas por clivagens tradicionais como o conflito entre capital e trabalho não estão disponíveis em princípio para serem mobilizados por novos movimentos sociais (NMSs). Tendo isso em conta, bem como o facto de estarmos a lidar com um potencial de mobilização que pode suscitar dinâmicas de competição/conflito entre

[217] Ver capítulo 3 da parte I.

organizações, uma consequência passível de ser antecipada é que a CGTP procurará impor a sua posição (dominante) no contexto das relações estabelecidas. À partida, essa tentativa de definir o quadro ideológico, objetivos e estratégias de ação colide com a matriz dos movimentos de combate à precariedade e antiausteridade. Dado o enquadramento de ambos no espectro dos novíssimos movimentos sociais em rede da era da internet, a matriz mencionada assenta em parte na afirmação do princípio da autonomia que, na ótica de Castells (2013), se manifesta em relação às instituições da sociedade, desafiando a política formal. Essa autonomia concerne também a neutralização de tendências oligárquicas e de burocratização. Assim, a probabilidade de os movimentos mencionados, principalmente de o movimento antiausteridade, assumirem uma atitude refratária em relação a essas instituições é grande.

Se teoricamente é expectável uma tentativa de imposição dos termos do conflito por parte da CGTP, por outro lado, também teoricamente, é esperado que os dois movimentos e as suas OMSs se oponham a essa imposição e que procurem articular o conflito entre capital e trabalho de uma forma autónoma, isto é, com base em objetivos e estratégias de ação próprios. Recuperando as propostas de Standing (2011) e Braga (2015), o dilema coloca-se entre a assunção de uma postura refratária ou de uma postura reformista no sentido de uma atitude colaborativa. Enquanto Standing se inclina para a primeira, Braga identifica indícios da existência de uma atitude colaborativa. Esse dilema configura uma tensão permanente entre os benefícios proporcionados pela articulação com o campo institucional e as exigências de autonomia e condiciona as relações de colaboração/articulação dos movimentos sociais em causa com o movimento sindical.

Por sua vez, no que diz respeito às relações de colaboração/articulação, a postura e ações da CGTP são influenciadas por um aspeto fundamental: a autoimagem do movimento sindical como o ator histórico, ou privilegiado, que age em representação da classe trabalhadora (o seu representante legítimo) e que defende os seus interesses. Da perspetiva da CGTP, a ação do movimento de combate à precariedade surge "atrás" da levada a cabo pelo movimento sindical e as organizações de movimento não estão formalmente legitimadas para exercerem o papel de representação. O papel privilegiado

assumido pelo movimento sindical delimita um espaço de intervenção específico e reservado, o que pode justificar o olhar displicente sobre os atores coletivos emergentes.

As dinâmicas de colaboração/articulação entre a CGTP e os movimentos de combate à precariedade e antiausteridade e respetivas organizações de movimento são o foco deste capítulo. O seu escrutínio permitirá elaborar acerca das fontes de tensão que constituem obstáculos à sua concretização e refletir sobre a dialética entre ação "organizada" e "não organizada". São privilegiados os contextos gerais da consolidação de uma sociedade precária (2002-2011) e o regime da austeridade (a partir de 2011)[218], bem como a interação estabelecida entre aqueles atores no quadro da principal estratégia de luta do movimento sindical no contexto da crise europeia, a greve geral.

7.1. A CGTP e as organizações de movimento de combate à precariedade: as relações de colaboração/articulação

A emergência de um movimento social que reclamava o reconhecimento da centralidade do problema da precariedade e que pretendia impulsionar medidas no âmbito do seu combate comportou uma crítica à abrangência e ao funcionamento das estruturas sindicais. O facto de os objetivos do movimento sindical e do movimento de combate à precariedade serem similares – ambos abraçavam objetivos gerais de luta pelo trabalho digno e de justiça social e tinham o propósito de "organizar" trabalhadores - e de atuarem em um mesmo contexto (o das relações laborais em Portugal) criaria, em teoria, as condições para uma competição interorganizações. De certa forma, ambos competiam pelo mesmo tipo de apoios e também de militância – a sociedade no geral e os setores mais jovens e precarizados. Os últimos constituíam o alvo principal do movimento de combate à precariedade e interessavam de sobremaneira ao movimento sindical tendo em conta as dificuldades que enfrentava (em particular, o decréscimo da filiação). Teoricamente, a possibilidade de competição gera sentimentos de desconfiança que comprometem as políticas de alianças. No caso do movimento de combate à precariedade e das suas

[218] Ver Soeiro (2015).

organizações, não existia, como demonstrei, qualquer intenção de disputar o espaço institucional ocupado pelo movimento sindical ou de exercer o tipo de representação inerente ao último. No entanto, a questão assume contornos que vão além da sobreposição de objetivos gerais no interior de um mesmo contexto.

Conforme a hipótese 2, as diferenças entre movimento sindical e (novíssimos) movimentos sociais em termos da forma assumida pelas respetivas organizações são inegáveis. A estrutura em rede, sem centros identificáveis, lideranças formais ou hierarquias, e a natureza inclusiva (quanto à filiação) das organizações de movimento é manifestamente distinta da estrutura vertical, hierarquizada, burocratizada, exclusiva (quanto à filiação) e dominada pela lógica setorial das organizações sindicais. As OMSs de combate à precariedade reproduzem as características gerais atribuídas aos movimentos sociais em rede, diferenciando-se claramente das organizações sindicais. Tal pode ser constatado a partir da síntese fornecida pelo quadro 2.

QUADRO 2 - Síntese das características das OMSs de combate à precariedade e das organizações sindicais.

	PIEA	**Ferve**	**MayDay**	**PI**	**Organizações sindicais**
Filiação	Inclusiva/ múltipla	Inclusiva/múltipla	Inclusiva/ múltipla	Inclusiva/múltipla	Exclusiva
Participação	Inclusiva	Inclusiva	Inclusiva	Inclusiva	Exclusiva (só membros)
Liderança	Sem/informal	Sem/informal	Sem/informal	Sem/informal	Formal
Objetivos	Mudança social/objetivos setoriais	Mudança social	Mudança social	Mudança social	Mudança social/objetivos setoriais
Tipo de ativismo	(+) Ciberativismo (-) Ativismo presencial	(+) Ciberativismo (-) Ativismo presencial	(+) Ciberativismo (-) Ativismo Presencial	Equilíbrio entre ciberativismo e ativismo presencial	Ausência de ciberativismo

Características das ações	Arena democrática direta	Extrainstitucional Arena democrática direta Criatividade	Extra institucional Criatividade	Extra institucional Arena democrática direta Criatividade	Extra institucional Institucional (arenas parlamentar e administrativa)

O quadro apresentado revela o contraste existente entre as OMSs de combate à precariedade e as organizações sindicais em relação a algumas características consideradas centrais. O caráter inclusivo quanto à filiação e à participação das quatro OMSs opõe-se à exclusividade das organizações sindicais. O mesmo contraste pode ser observado em relação à liderança, informal ou inexistente no caso das OMSs mas sempre formal no contexto das organizações sindicais. Em relação ao tipo de ativismo desenvolvido pelos membros, é de salientar a total ausência de ciberativismo no âmbito da participação e ações desenvolvidas pelas organizações sindicais. No concernente às características das ações, com a exceção do *MayDay*, paralelamente à mobilização extrainstitucional, as OMSs utilizaram a arena democrática direta para colocarem as suas reivindicações no plano institucional.

Um aspeto que se destaca é que tanto as organizações de movimento como as organizações sindicais são orientadas para objetivos que concernem a mudança social. As diferenças existentes respeitam as características dos objetivos específicos. No caso das organizações sindicais, e também da PIEA, esses objetivos são setoriais enquanto nas restantes OMSs os objetivos específicos estão relacionados com a natureza do vínculo contratual, como ficou claro ao longo do capítulo 3 (parte III). As características mencionadas acima foram reforçadas pela matriz de autonomia subjacente aos movimentos em rede da era da internet. Recordo que essa matriz potencia atitudes de independência face à participação na esfera política institucional-formal e a uma relação com os seus atores. No entanto, apesar das diferenças apontadas (em termos, de filiação, participação liderança, etc.), podem ser assinaladas relações de colaboração/articulação entre os atores em questão.

Tendo em conta o tipo de objetivos avançados pelas OMSs de combate à precariedade e pelas organizações sindicais de uma forma geral, é possível falar na existência de perspetivas partilhadas. Por exemplo, as conceções de trabalho digno e de

justiça social são idênticas. Por outro lado, é importante salientar que nenhuma das OMSs de combate à precariedade foi criada com o intuito de constituir uma oposição às organizações sindicais. Todas veiculavam a visão que o movimento sindical apresentava limitações, em particular no que concernia o trabalho e trabalhadores precários, mas também sublinhavam o papel inultrapassável dos sindicatos como representantes dos trabalhadores e atores principais no quadro das dinâmicas do conflito entre capital e trabalho. Apenas pretendiam, conforme afirmado por vários membros das organizações de movimento contempladas, colmatar as falhas no domínio mencionado, assumindo assim um papel complementar.

A postura do PI é particularmente reveladora em relação a esse aspeto e espelha a atitude do conjunto das organizações do movimento de combate à precariedade face ao movimento sindical no geral e à CGTP em particular. Os sindicatos eram considerados atores incontornáveis, pelo que a relação com a CGTP foi sempre um ponto importante na sua trajetória. Reconhecia a importância da ação desenvolvida pelo movimento sindical e encontrava pontos em comum com a mesma. A verdade é que a sua visão da luta contra a precariedade como um campo alargado que envolvia vários atores coletivos lhe permitiu construir uma identidade própria que não entrava em confronto com a identidade sindical. A formulação que se segue sustenta essa interpretação:

> Há, digamos, uma cultura que eu acho que é geral dentro dos Precários Inflexíveis, na nossa forma de fazer a política, que é a de olhar para a luta dos trabalhadores como uma luta que está inserida naquilo que é uma história conhecida de desigualdade na sociedade, de diferenças fundamentais que hoje preconizam e que se concretizam numa degradação das relações laborais como nós hoje conhecemos, mas que têm uma história que nós reconhecemos [do movimento sindical] e que é uma referência para nós" (Fragmento de uma entrevista a um ativista dos PI, realizada em Janeiro de 2010)

A coincidência de objetivos gerais (objetivos de emancipação e de erradicação das desigualdades, a luta pelo trabalho com direitos) fomentou perceções de que as OMSs de combate à precariedade seriam indutoras de sectarismos que fragmentariam a classe trabalhadora, até porque supostamente competiriam com os sindicatos pelas mesmas bases de apoio. No entanto, essa ideia não só não se aplicava como era veementemente rejeitada tanto pelo Ferve como pelo PI: "nós não pretendemos de forma alguma substituir

os sindicatos"[219]. O objetivo era antes consciencializar os trabalhadores precários e a falsos recibos verdes da sua situação pois a ausência de consciência obstaculizava quaisquer perspetivas de ação coletiva, e assim promover a luta contra a precariedade, o que também podia funcionar a favor dos sindicatos. As duas organizações de movimento procuravam abranger os trabalhadores que enfrentavam dificuldades no que respeita a filiação sindical em virtude do vínculo contratual precário. A ação desenvolvida alertava os sindicatos para a necessidade de mudança e de abertura a novas realidades e tendências. Essa postura foi por vezes entendida como uma intenção de assumir o papel dos sindicatos, o que suscitou sentimentos de desconfiança congruentes com um cenário de competição interorganizações. Como será demonstrado ao longo do presente capítulo, se os objetivos gerais da CGTP e das organizações do movimento de combate à precariedade eram coincidentes, já as formas escolhidas para os concretizar diferiam em grande medida. A conceção de ação organizada levada a cabo estritamente por estruturas burocratizadas e exclusivas não encontrava ressonância no seio das OMSs de combate à precariedade, até porque as mesmas veiculavam uma crítica à atuação do movimento sindical.

É relevante recuperar novamente a dicotomia realismo/fundamentalismo (Scott, 1990) e as noções de radicalismo autolimitado (Cohen, 1985; Cohen e Arato, 2000) e de pulsão plebeia (Braga, 2015) pois ajudam a salientar a complementaridade de perspetivas no que concerne a aspiração por trabalho decente e com direitos. Como é possível verificar a partir dos elementos fornecidos ao longo do capítulo 3 (parte III), com a exceção do *MayDay*[220], as OMSs de combate à precariedade procuraram produzir impactos substantivos. Mobilizaram-se em torno de questões específicas relacionadas tanto com o âmbito setorial como com a natureza do vínculo contratual, sendo que muitas dessas questões integravam os objetivos específicos dos sindicatos e os planos de ação da CGTP-IN. Nesse sentido, é importante destacar dois aspetos.

Em primeiro lugar, três organizações de movimento – a PIEA, o Ferve e o PI – deram mostras de uma postura realista voltada para o exercício de influência sobre a esfera

[219] Entrevista a um ativista do PI em Abril de 2010.
[220] O objetivo principal do *MayDay* era produzir impactos de sensibilização ao nível da agenda política e das atitudes públicas.

institucional, nomeadamente através de meios políticos convencionais como a utilização da arena democrática direta, de que são exemplos a petição "Antes da Dívida, Temos Direitos!" e a "Lei Contra a Precariedade" (ILC) analisadas no capítulo precedente. Essa postura realista é coincidente com a assunção de ideias de reforma estrutural (procuraram levar o Governo a assumir novas políticas ou a reverter políticas consideradas negativas), voltadas para a efetivação e ampliação dos direitos sociais - a *pulsão plebeia* enunciada por Ruy Braga (2015), que se conjugaram com outras de autonomia e diferenciação em relação às instituições formais. Ao mesmo tempo que afirmavam essa autonomia, as OMSs não renunciaram às instituições formais (não colocavam em causa as funções dos partidos políticos ou dos sindicatos, por exemplo): o *radicalismo autolimitado*. Em segundo lugar, tendo em conta os elementos ainda agora apresentados, não era suscitada qualquer questão de princípio relativamente à colaboração/articulação com atores institucionais, nomeadamente com o movimento sindical e em particular com a CGTP.

À luz dos elementos teóricos apresentados anteriormente, a presença de uma pulsão plebeia comporta a possibilidade de uma atitude colaborativa entre movimento sindical e movimentos sociais. A evolução tanto da PIEA como do PI comprova a adoção de uma postura realista, bem como o reconhecimento de que uma estrutura organizativa mais formal pode trazer vantagens e facilitar a efetivação de alguns objetivos (como sabemos, a PIEA esteve na base da constituição de um sindicato e o PI evoluiu para a forma de associação[221]). A atitude colaborativa e postura realista foram visíveis no contexto de iniciativas que embora pudessem dizer respeito a setores de atividade concretos, tinham como questão transversal o vínculo contratual precário ou a possibilidade de precarização do vínculo existente. A sua materialização ocorreu de diferentes formas.

Concretizando a colaboração

A colaboração/articulação entre OMSs de combate à precariedade e a CGTP assumiu três formas: apoio a iniciativas, envolvimento direto e organização partilhada[222].

[221] Ver secção 6.2 (parte III).

[222] As três formas que apresento foram identificadas com base nos dados empíricos recolhidos durante o trabalho de campo realizado no âmbito deste estudo.`

Atendendo à tipologia de Zald e Ash (1966) fornecida anteriormente[223] e à forma como esses autores definiram a figura de cooperação, a última não se aplica às relações de colaboração/articulação contempladas dado que depende da necessidade e da disponibilização de competências especiais pelas organizações envolvidas. Ora, as relações entre movimentos sociais e CGTP não foram estabelecidas com o objetivo de um deles contribuir com uma competência desse tipo, nem tampouco se desenvolveu uma relação simbiótica entre os dois atores. Falar de coligações já seria possível se quiséssemos aplicar a tipologia supramencionada ao caso em questão, mas tal levantaria problemas uma vez que a mesma diz respeito a organizações de movimento e esse não é o caso da CGTP.

A efetivação da atitude colaborativa dependeu da verificação de algumas condições. Ocorreu porque as perspetivas de alcançar os objetivos aumentavam com a mesma e porque estava em jogo um objetivo ou posição indivisível, assemelhando-se às razões que podem levar à formação de coligações. As semelhanças estendem-se também aos fatores que podem limitar a concretização das relações de colaboração, que são a disponibilidade dos recursos necessários à ativação e manutenção da mesma, competição pelo mesmo tipo de recursos ou apoiantes, sentimentos de desconfiança, e ausência de perspetivas partilhadas. De forma a completar a lista de fatores, vale a pena retomar a hipótese 2 e aduzir as diferenças em termos das características organizacionais dos atores coletivos, bem como a (auto)perceção do movimento sindical como ator social privilegiado e a sua afinidade com a ação institucional e estratégias convencionais.

A Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual (PIEA) foi criada com o objetivo de reivindicar um modelo de contrato de trabalho com direitos mínimos e regras diferentes no respeitante às contribuições obrigatórias para os profissionais das artes e do espetáculo. Esse objetivo específico é claramente setorial e foi importante na emergência das relações de colaboração/articulação. Mas existem outros fatores a ter em conta na análise da relação estabelecida com a CGTP. Por um lado, sendo a precariedade algo desde sempre transversal às atividades das artes e do espetáculo, a questão ocupava um lugar de destaque nos objetivos dos sindicatos do setor. Por outro, como sublinhei

[223] Ver secção 1.2.2 da parte II.

anteriormente, a própria PIEA era integrada por três sindicatos afetos à CGTP - Sindicato dos Músicos, Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV) e Sindicato das Artes do Espetáculo (STE). Tendo em conta o último aspeto, além de não fazer qualquer sentido uma tentativa de sobreposição à ação sindical, estava garantida a correspondência de objetivos em termos de conteúdos. O caso da PIEA exemplifica uma estratégia de união e convergência em torno da problemática da precariedade em que entidades que representavam o setor oficial e oficiosamente se envolveram diretamente em ações que tiveram por base uma organização partilhada com vista a uma estratégia de combate à precariedade no setor. A luta pelo estatuto profissional das artes e do espetáculo[224] é ilustrativa a esse respeito. Por isso, a PIEA pode ser considerada "pioneira" no plano das atitudes colaborativas entre movimento sindical e movimentos sociais do tipo em causa.

O Ferve, o PI e o *MayDay* não contaram com o envolvimento de sindicatos na sua formação. Esse ponto estabelece a diferença principal entre a PIEA e as restantes OMSs de combate à precariedade. Apesar disso, em termos de características de organização de movimento não foram encontradas outras diferenças substanciais entre as quatro OMSs, como pode ser confirmado a partir do Quadro 2. É importante destacar a similitude entre as quatro organizações no que respeita a filiação (inclusiva), participação (inclusiva), liderança (informal), objetivos (mudança social) e tipo de ativismo (ciberativismo e ativismo presencial). Além do envolvimento de sindicatos, outras diferenças relevantes concernem os factos de a PIEA ser a única a apresentar objetivos setoriais e de as suas ações se concentrarem na arena democrática direta. A PIEA e o *MayDay* são as organizações de movimento que mais se afastam quanto ao tipo de ação adotado já que a ação do *MayDay* ficou circunscrita ao plano extra institucional.

Tanto o Ferve como o PI surgiram em um momento em que dominava a perceção de que a realidade do trabalho precário era negligenciada de certa forma pelo movimento sindical:

[224] Ver secção 3.1 da parte III.

> Decidimos fazer alguma coisa. Isto dos recibos verdes é uma tremenda injustiça e muita gente nem se apercebe disso. Acham que os recibos verdes são bons porque não pagam segurança social durante uns tempos ou porque o patrão assim até paga mais… Não se dão conta que lhes são alienados direitos, direitos que são devidos a quem trabalha a tempo inteiro, no mesmo local, obedece a uma hierarquia e tem um horário de trabalho definido. (…) os sindicatos estão mais preocupados com outras coisas, não somos trabalhadores dependentes formalmente, embora o sejamos na realidade. A prioridade dos sindicatos é outra (…) Mesmo que um trabalhador a recibo verde queira sindicalizar-se, como é que faz? Os sindicatos são para os trabalhadores dependentes e nós somos patrões de nós próprios…(risos) (Entrevista a um dos fundadores do Ferve, realizada em Março de 2010)

> Há um vazio no que diz respeito à ação contra o trabalho precário (…) Os sindicatos não estão a responder ao problema e é preciso fazer alguma coisa. Não é dizer que eles [os sindicatos] não estão preocupados com isso, é mais uma questão de "formatação" para outro tipo de problemas. (…) a verdade é que os trabalhadores precários têm dificuldade em encontrar um lugar nos sindicatos pelas mais variadas razões. (…) O propósito do PI é ajudar a organizar essa gente que está dispersa, que não sabe quem contactar ou o que fazer. (Entrevista a um membro do PI, realizada em Janeiro de 2010)

A visão de que o trabalho precário e/ou a organização dos trabalhadores precários não seria, pelo menos naquele momento, uma das prioridades do movimento sindical no geral e da CGTP em particular ficou patente nos fragmentos transcritos e foi corroborada por alguns discursos de elementos do campo sindical. Tal pode ser verificado a partir do depoimento que se segue:

> A prioridade tem de ser e é sempre defender o trabalho assalariado com direitos. A fasquia tem de estar alta, se não eles [patrões] começam a trepar por ali acima… Admitir os recibos verdes, dar atenção ao trabalho precário, tudo isso é admitir que existem e que podem existir. (…) Por isso, a prioridade é o trabalho com contrato e com direitos. (...) O contrato sem termo devia ser a norma. (…) Nós [os sindicatos] somos os representantes dos trabalhadores. Nós estamos organizados. Esses movimentos são o quê? São pessoas decidem agir à margem do quadro institucional. Não têm estrutura, não têm organização, não têm força. No fundo, a ação deles não pode mudar nada. Pela experiência sabemos que a luta tem de ser organizada para ter efeitos. Não é que façam qualquer mal… Mas duvido que alguma coisa saia dali. (Entrevista a um membro de um sindicato afeto à União de Sindicatos do Porto, Janeiro de 2010)

A postura era portanto uma de relativa indiferença *vis a vis* o movimento de combate à precariedade e suas organizações. Paralelamente também foi possível identificar opiniões que conformavam uma visão marcadamente negativa dos atores coletivos emergentes. Segundo as mesmas, esses atores representariam uma ameaça à unidade dos trabalhadores e colocariam em causa a força das suas estruturas de representação, não só porque ofereciam alternativas de organização, ainda que as mesmas não fossem efetivas de um ponto de vista formal, mas também porque afirmavam uma identidade de *trabalhador precário* que se opunha ou distanciava da de *trabalhador assalariado*, podendo por isso fragmentar a classe trabalhadora.

A indiferença e também desconfiança em relação aos novos atores emergentes pode ser explicada pelo potencial mobilização inclusivo do conflito entre capital e trabalho na sociedade portuguesa, que em princípio suscita um grau de competição elevado entre as organizações mobilizadas em seu torno. Foi possível verificar que esse grau de competição, ou a perspetiva da sua ocorrência, gerou sentimentos de desconfiança entre as organizações mobilizadas, sentimentos que afetaram de forma indelével a consolidação de uma atitude colaborativa e a concretização de estratégias de articulação com a CGTP, mas também, como foi constatado ao longo do capítulo 6, a formação de coligações entre OMSs e processos de fusão[225]. A (auto)imagem do movimento sindical como ator histórico e representante legítimo da classe trabalhadora ditou que a sua perspetiva da colaboração/articulação com o movimento de combate à precariedade tenha sido pautada pela secundarização do papel do último. Ou seja, a CGTP assumia ou procurava assumir o papel de "líder" das lutas ou ações em que as OMSs de combate à precariedade também participavam. Portanto, o envolvimento da CGTP enquanto estrutura dependeu sempre e foi limitada pela preservação da sua posição dominante como representante dos trabalhadores.

A ideia de que o trabalho precário e os trabalhadores precários não seriam o foco das preocupações dos sindicatos influenciou assim a criação tanto do Ferve como do PI. Devem ser no entanto sublinhados dois pontos. Primeiro, em relação à perspetiva das

[225] O processo de fusão em causa foi o ocorrido entre o Ferve e o PI.

organizações de movimento, a ausência relativa da temática da precariedade e das preocupações dos trabalhadores precários do discurso e práticas sindicais não retirou valor aos sindicatos enquanto peças fundamentais da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Apesar das desconfianças e resistências identificadas, o Ferve e o PI procuraram apoiar os sindicatos e contribuir para o reforço da ação sindical. Mesmo quando existiram manifestações de maior animosidade por parte de alguns membros das organizações de movimento, o discurso global continuou a enfatizar o papel desempenhado pelas organizações sindicais. Ou seja, a visão do ator sindical como anacrónico ou ultrapassado nunca teve uma expressão significativa no seio daquelas. Segundo, é necessário ter em conta que a centralidade conferida ao trabalho precário pelo movimento sindical na sua geralidade acompanhou a evolução mais recente das etapas de regulação laboral em Portugal[226]. A transição para a fase do regime de austeridade foi acompanhada por um reforço do discurso sindical em torno da questão da precariedade do trabalho e do emprego.

Foi demonstrado que as diferenças entre a CGTP e suas estruturas e as organizações do movimento de combate à precariedade em termos organizacionais eram inegáveis. Condicionaram as relações de colaboração/articulação estabelecidas de certa forma. No caso do Ferve, o seu modo de funcionamento impôs constrangimentos a uma interação consistente e regular com a CGTP e com os sindicatos. Essa interação estava alicerçada em dinâmicas de ciberativismo e centrou-se no apoio a iniciativas promovidas pelos últimos fundamentalmente. Eram comuns *posts* de apoio à luta empreendida por um determinado sindicato ou a uma resolução da CGTP. Uma participação mais ativa e dinâmica, sob a forma de envolvimento direto ou de organização partilhada, era difícil tendo em conta os recursos limitados da organização de movimento (em termos de recursos humanos mas também materiais). Nas situações em que ocorreu um envolvimento direto, o mesmo restringiu-se à presença de alguns membros munidos de material de divulgação (cartazes e/ou panfletos), tornando-se ainda mais raro à medida que ocorreu o esvaziamento da organização de movimento. No geral, a atitude colaborativa do Ferve cingiu-se a "responder" às estratégias e ações anunciadas pela CGTP e pelos sindicatos. Nesse aspeto,

[226] Ver Soeiro (2015).

assim como em outros, a postura do Ferve não era tão proactiva como a do PI. Embora reconhecesse a importância de um contacto e interação mais estreitos com as estruturas sindicais, o Ferve via-se irremediavelmente limitado pela sua realidade de "organização de movimento com debilidades várias":

> Em conversa com Z percebi uma coisa curiosa. Embora seja importante demonstrar que o Ferve está com os sindicatos – essa opinião é transversal a todos os membros -, a ideia de que alguma coisa pode correr mal, que a pessoa que ficou encarregue de determinada tarefa falha, que as coisas são planeadas mas depois não se concretizam, tem um efeito desmobilizador. Invariavelmente, os presentes manifestam os seus constrangimentos e indisponibilidades. São poucos. É natural que as tarefas recaiam sobre as mesmas pessoas. Nota-se por isso algum desconforto. A escolha parece ser entre 'ou se faz a sério ou não se faz' pois perante os sindicatos 'fica mal' a desorganização, isto é, proporem-se a algo e depois falharem. Parece demasiado sério e preocupante defraudar compromissos assumidos. Para Z, se o Ferve já tem pouca capacidade de intervenção, o falhar em alguma dessas tarefas irá desacreditá-lo perante o olhar dos sindicatos ou de outras estruturas mais formais. (Fragmento do Diário de Campo, Abril de 2010)

A colaboração/articulação mais consistente com as estruturas sindicais foi assim obstaculizada também pela própria perceção dos membros do Ferve de que poderiam falhar. Perante a possibilidade de fracasso, a escolha recaia sobre a inação muitas vezes. Essa postura era transversal à maioria dos membros. Gerou-se uma espécie de "desânimo apreendido". Além disso, também como forma de defesa contra o insucesso, os objetivos abraçados pela OMS não contemplavam como eixo de ação prioritário a colaboração/articulação com as estruturas sindicais no âmbito de uma estratégia de combate à disseminação dos falsos recibos verdes. Conforme afirmei na secção 3.2, as preocupações centrais eram a criação de um espaço de partilha e de denúncia e a promoção de um debate alargado de forma a conferir visibilidade à questão do falso trabalho independente. Ambas representavam passos em direção ao objetivo de irradicação dos falsos recibos verdes.

A indiferença relativa da CGTP em relação à atividade de denúncia desenvolvida pelo Ferve - não foram encontradas menções da CGTP, oficiais ou oficiosas, às atividades da OMS - não dissuadiu a organização de movimento de demonstrar o seu apoio às ações e iniciativas da central sindical (ou de sindicatos). No cômputo geral, o Ferve assumiu uma

postura que pode ser caracterizada como defensiva, no sentido em que procurou evitar situações que sublinhassem as suas limitações como OMS, mas também passiva pois colocou-se na posição de "apoiante" de ações promovidas pela central sindical ou por organizações de movimento congéneres, nomeadamente pelo PI. Essa postura teve reflexos sobre as possibilidades de colaboração/articulação com o movimento sindical. Atendendo às características das organizações sindicais e à sua (auto)imagem como representantes legítimos dos trabalhadores, era improvável que procurassem obter de forma ativa o apoio do Ferve, mesmo tendo em conta a projeção pública da organização de movimento. Comparativamente, o Ferve era "menor" que as estruturas sindicais e possuía uma capacidade de mobilização reduzida. Além do mais, ao longo do seu ciclo de vida (2007 – 2012), a ação do Ferve não se pautou pela constância, apresentando altos e baixos que se intercalaram com períodos de inatividade. Nesse sentido, a ação desenvolvida não estimulou suficientemente o interesse da central sindical.

O caso do PI é um pouco diferente. A colaboração/articulação com o movimento sindical era um objetivo desde a formação da organização de movimento. As entrevistas realizadas sublinharam a presença de uma perspetiva abrangente da luta contra a precariedade, que implicava a existência de várias frentes e o envolvimento de vários atores sociais, entre os quais os sindicatos. Portanto, o trabalho em conjunto com outras OMSs de combate à precariedade e com o movimento sindical fazia parte da sua estratégia de ação e de implantação no campo social e político. Diferentemente do Ferve, assumiu uma postura mais interventiva. Em casos específicos, de campanhas e de mobilizações, o PI construiu uma ligação com vários sindicatos que incluiu o envolvimento direto e a organização partilhada de iniciativas. Podem ser referidos os casos dos sindicatos da *Groundforce*[227] (as relações estabelecidas eram com as bases sindicais principalmente), dos Trabalhadores de *Call Centers*[228], do audiovisual (o SPAV[229]), e dos profissionais das artes e

[227] A *Groundforce* é uma entidade independente que surgiu com a autonomização do Departamento de Operações em Terra (DOT) da TAP.

[228] O Sindicato dos Trabalhadores de *Call Center* (STCC) foi criado em Abril de 2014. Na sua génese esteve um pequeno grupo de trabalhadores de *call center* de várias empresas que contestava a condição de precariedade e os abusos a que estavam sujeitos. Começaram por criar o boletim "Tás Logado?" que denunciava a precariedade do setor.

[229] Sindicato dos Profissionais do Audiovisual.

do espetáculo. Deve ser também sublinhada a relação bastante estreita que o PI manteve com o SPGL desde sempre.

Por razões que se prenderam com a indiferença do movimento sindical mencionada anteriormente, as relações entre o PI e a CGTP podem ser caracterizadas como "distantes" no início da trajetória da organização de movimento. A situação modificou-se com o passar do tempo, tendo evoluído para uma maior proximidade. Com a eclosão da crise, a qualidade e a intensidade dos contactos entre a central sindical e a OMS aumentaram. O avanço da austeridade e o agravamento das condições de vida e das perspetivas de futuro das populações terá servido de estímulo ao afastamento das desconfianças e à consolidação das relações de colaboração/articulação:

> Acho que as principais dúvidas estão dissipadas finalmente, em relação ao que é a nossa atuação e à natureza da nossa relação com a CGTP. É uma relação totalmente aberta e nós sempre tivemos esta ideia, nós sempre tivemos o rumo do não sectarismo, e portanto essa é a nossa linha política e continuará a ser. Não sabemos quais serão as alterações, mas penso que estão lançadas as bases para que cada vez haja menos resistência a uma ação coletiva. (Fragmento de uma entrevista a um membro dos PI em Julho de 2012)

A estratégia do PI era de unidade em torno dos principais problemas que afetavam não só os trabalhadores precários mas também a totalidade da classe trabalhadora, uma vez que as tendências de precarização das relações laborais vinham a tornar-se hegemónicas. Daí que quaisquer sectarismos fossem veementemente rejeitados pela organização de movimento, assim como o eram estratégias que colocassem em causa a sua identidade. A unidade tinha de ser compatibilizada com a autonomia enquanto organização de movimento, de uma forma que salvaguardasse quer a democracia interna quer horizontalidade da organização, bem como as formas de ação habitualmente adotadas. Nesse sentido, a colaboração/articulação com a CGTP podia enfrentar obstáculos de várias ordens, não só pelas características organizacionais da última, conotadas com um grau elevado de formalidade, mas também devido à tendência de imposição dos termos do conflito mencionada anteriormente. Esses obstáculos foram contornados: por um lado, o crescimento do PI em termos do número de ativistas, bem como o elevado nível de comprometimento dos mesmos em relação aos objetivos delineados, permitiu compensar os constrangimentos que podem resultar da estrutura totalmente horizontal e informal; e,

por outro, o PI conquistou um espaço de intervenção crescente e provou ter uma capacidade de mobilização e de ação consistentes, estáveis no tempo e voltadas para a consecução de objetivos bastante concretos a curto e médio prazo e que acompanhavam a evolução política e económica do país. Em particular, o último fator granjeou-lhe o respeito e reconhecimento da CGTP.

As relações de colaboração/articulação entre a plataforma *MayDay* e a CGTP constituem um caso particular entre as OMSs de combate à precariedade. É importante reforçar que a plataforma se apresentou sempre como uma alternativa complementar à mobilização do movimento sindical no Dia do Trabalhador. Diferentemente do ocorrido em outras cidades europeias, onde a componente festiva sobressaia, em Portugal o *MayDay* assumiu um pendor político e de afirmação, associando crítica social e crítica estética. A perceção dos ativistas era a seguinte:

> O *MayDay* conseguiu produzir um agente aglutinador de vários movimentos de trabalhadores precários que hoje estão consolidados, e que têm uma interlocução pública na sociedade portuguesa. (Entrevista a um ativista do MayDay 2007, em Maio de 2010, Lisboa)

À conjugação dos dois tipos de crítica somou-se a assunção de uma perspetiva reformista no sentido do radicalismo autolimitado mencionado anteriormente. A colaboração/articulação com o movimento sindical centrou-se na figura da CGTP-IN, excluindo a UGT pois a plataforma nunca se propôs a integrar as comemorações do Dia do Trabalhador promovidas por aquela central. Restringiu-se à integração da marcha *MayDay* nas comemorações do Dia do Trabalhador promovidas pelas estruturas da CGTP, uma integração que acontecia independentemente de o *MayDay* ser veículo de uma crítica à atuação do movimento sindical no que dizia respeito à questão da precariedade.

A relação estabelecida entre a plataforma e a central sindical foi marcada por constrangimentos proporcionados pelas fontes de tensão identificadas anteriormente, que passo agora a sistematizar com mais clareza e tendo em conta as análises entretanto efetuadas. Se tentar enquadrar a CGTP na dicotomia reformismo vs fundamentalismo, é clara a opção pelo reformismo, tendo em conta as características da central sindical e o seu papel enquanto parceiro social. Nesse sentido, existindo uma fonte de tensão entre

reformismo e fundamentalismo no interior das organizações de movimento, isto é, prevalecendo algum tipo de indefinição ou oscilação quanto à perspetiva a assumir em relação ao meio institucional, a mesma vai colidir com a posição vincada da CGTP. Portanto, a primeira fonte de tensão no que diz respeito às relações entre movimentos sociais de combate à precariedade e antiausteridade e a CGTP pode ser enunciada da seguinte forma: reformismo vs radicalismo[230].

A segunda fonte de tensão está ligada à primeira de certa forma e traz para a discussão elementos importante enunciados na hipótese 3. A ideia de reformismo implica algum tipo de continuidade com o estado/ordem anterior, o que se reflete também nas formas de organização adotadas. Ora, sendo a CGTP um interlocutor social privilegiado, que exerce funções de representação formais no plano institucional, é indiscutível a sua afinidade com a ação institucional e estratégias convencionais. Tendo em conta a matriz de autonomia e a informalidade das organizações de movimento, as características da CGTP mencionadas conflituam com as das organizações de movimento e vice-versa. Esse embate ocorre porque, por um lado, os modos de funcionamento são diferentes – a CGTP tem dificuldades em lidar com indefinições e volubilidade, ambas frequentes no plano do interno das organizações de movimento, em particular das plataformas de mobilização, como foi possível verificar, enquanto as organizações de movimento rejeitam fatores que cerceiem a democracia interna (nomeadamente, a centralização do poder de decisão nas hierarquias); e, por outro, porque as organizações de movimento empreendem um esforço no sentido da manutenção da sua autonomia, acabando por exacerbar alguns posicionamentos e a sublinhar a heterogeneidade interna em oposição à homogeneidade, pelo menos aparente, das organizações sindicas. Uma dicotomia a ser extraída neste caso seria autonomia/horizontalidade vs formalismo/verticalidade. No entanto, a mesma apresenta vários problemas, como sejam o facto de presumir a existência de uma relação de causalidade entre os termos combinados, relação cuja demonstração não cabe no escopo deste estudo. Nesse sentido, a segunda dicotomia é aqui utilizada a título

[230] Atendendo ao significado e clareza dos termos, opto pelo termo radicalismo em vez de fundamentalismo.

meramente indicativo e particular no sentido em que apenas diz respeito ao universo do caso concreto sobre o qual recai a análise.

Até certo ponto, a relação estabelecida entre a plataforma *MayDay* e a CGTP pode ser perspetivada em termos do estabelecimento de uma coligação. No entanto, como referido, a figura da cooperação é excluída do quadro das relações de colaboração/articulação pois a plataforma não tinha a expectativa que a CGTP colocasse à sua disposição competências especiais de qualquer tipo. Aliás, para a própria plataforma as relações estabelecidas nunca foram encaradas como um objetivo fundamental:

> É possível extrair duas coisas da reunião: a marcha *MayDay* realizar-se-á com ou sem o apoio/assentimento da CGTP; e a principal razão para a reunião com a união de sindicatos é quase "diplomática". O Dia do Trabalhador e as suas comemorações são uma data e um espaço tradicionalmente do movimento sindical. Assim, realizar a marcha em um espaço físico próximo do ocupado pelo movimento sindical pode ser encarado como uma afronta se não houver uma reunião prévia onde sejam esclarecidas as intenções da plataforma e negociadas (até certos limites, até porque a plataforma é autónoma) as condições da integração do *MayDay* à manifestação organizada pela CGTP." (Excerto do Diário de Campo, Abril de 2010)

A colaboração/articulação teve efeitos práticos em termos da imagem pública transmitida que podem ser equiparados aos proporcionados por uma coligação. O facto de a marcha *MayDay* se realizar no mesmo espaço público e em simultâneo com a manifestação da CGTP transmitia uma imagem de alguma unidade que podia reforçar o significado das comemorações do Dia do Trabalhador. Assim, conforme a definição de coligação fornecida por Zald e Ash (1966), por um lado, aumentava as perspetivas de os objetivos serem alcançados; por outro, demontrava que se encontrava em jogo um objetivo ou posição indivisível – os dois atores manifestavam-se em prol dos direitos dos trabalhadores, pelo trabalho digno e contra as medidas que tivessem como consequência a degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. No entanto, a iniciativa de alargar as comemorações do Dia do Trabalhador partiu da plataforma e não do movimento sindical, o que remete para a já mencionada postura de relativa indiferença da central sindical em relação aos atores coletivos emergentes. A CGTP e as suas estruturas limitaram-se a aceder, com diferentes graus de aceitação, à proposta.

Nas cidades portuguesas onde tiveram lugar marchas *MayDay* ao longo dos últimos anos, Porto e Lisboa, os grupos organizadores solicitaram reuniões às respetivas uniões de sindicatos (União de Sindicatos de Lisboa - USL - e União de Sindicatos do Porto - USP) com o objetivo de informar oficialmente aquelas estruturas da realização da marcha e dos seus objetivos, mas também de discutir as condições da sua junção à manifestação promovida pela CGTP[231]. Ou seja, o contacto entre os grupos da plataforma e as estruturas sindicais visava mais a discussão de questões de ordem prática e de funcionamento que uma articulação em termos estratégicos. A fórmula seguida pelas reuniões, o contexto em que decorreram, os conteúdos abordados, bem como as decisões tomadas e a sua tradução prática, suscitam algumas considerações. De facto, a estrutura de oportunidades políticas influencia as estratégias adotadas pelos movimentos sociais e suas organizações bem como a forma como os atores políticos lidam com os primeiros. O caso do *MayDay* ilustra de forma cabal essa influência e ajuda a compreender as suas implicações. A integração da marcha *MayDay* na manifestação promovida pela CGTP foi condicionada por algumas características da referida estrutura de oportunidades. De acordo com os elementos apresentados na secção 1.3 (parte II) e no Anexo X, sendo Portugal um Estado forte e exclusivo, a CGTP estaria mais predisposta a apoiar as ações dos movimentos sociais desde que esse apoio fosse fornecido nos seus próprios termos, isto é, procuraria absorver a mobilização na sua estratégia e reformular as reivindicações de acordo com a matriz da luta de classes. O trabalho de campo realizado revelou que a CGTP equacionava a participação do MayDay em moldes de subalternidade, o que era também uma forma de cercear a "invasão" do seu campo de ação tradicional. Por exemplo, os elementos do MayDay deviam integrar a cauda da manifestação da CGTP, podiam utilizar as suas próprias palavras de ordem embora com algumas restrições de linguagem[232]. Ou seja, a partir do

[231]Nas reuniões eram transmitidas informações relevantes como o local da concentração inicial dos ativistas MayDay, horário previsto, trajeto da marcha, local de confluência com a manifestação da CGTP, e os meios sonoros de que dispunham. Tratava-se de planear a confluência das duas marchas de forma que não ocorressem perturbações ou situações geradoras de mal-estar.

[232] Estavam excluídas qualquer tipo de linguagem ofensiva bem como referências ao trabalho sexual pois esse assunto era tabu no interior da CGTP. Era considerado que tanto uma como a outra colocavam em xeque a imagem pública da CGTP.

momento em que se dava a confluência, a central sindical impunha a sua posição de comando.

A imposição dos termos do conflito ilustrada a partir do caso do *MayDay* teve como consequência a restrição das estratégias de protesto utilizadas em situações em que OMSs/movimentos sociais e estruturas sindicais se apresentaram em conjunto. Essas restrições abrangeram não só o tipo de linguagem utilizada, como referi acima, mas também elementos estéticos e a organização espacial das iniciativas[233]. Essa imposição foi acompanhada por uma aceitação tácita da posição de "comando" das estruturas sindicais por parte das organizações de movimento. A questão é indissociável de uma outra, sublinhada na formulação da hipótese 4, que concerne a opção dos movimentos sociais em rede da era da internet (como é o caso do *MayDay*) pela conquista de mediatismo. Essa opção está ligada à preponderância da *força da imagem*, uma preponderância que pode influir sobre a concretização das relações de colaboração/articulação na medida em que conflitua tanto com a abordagem convencional da CGTP em termos de estratégias e ações levadas a cabo como com o protagonismo assumido pela central sindical.

Os processos de colaboração/articulação voltados para a concretização de atos públicos como marchas de protesto desenrolaram-se de forma mais ou menos cordial de uma forma geral. No caso do Ferve e do PI, esses processos conformaram-se a partir da intervenção de interlocutores particulares. Foram estabelecidos com base em afinidades e favoreceram a existência de canais de comunicação privilegiados que possibilitaram articulação de posições e a coordenação de ações em situações concretas. Mas se as afinidades referidas favoreceram uma comunicação e articulação mais eficazes, a possibilidade da maior volatilidade tanto de lideranças como de estratégias ao nível das organizações de movimento limitaram o alcance dos mecanismos estabelecidos, para além de fazerem variar a intensidade e regularidade das relações de colaboração/articulação com a CGTP (e também com os sindicatos) consoante a OMS em causa. O caso do PI destaca-se no que diz respeito à regularidade e intensidade dessas relações.

[233] Por organização espacial refiro-me à ordem de apresentação das organizações em situações de marchas de protesto, ou seja, a posição relativa ocupada no espaço físico.

O caso do *Mayday* forneceu pistas importantes que permitem refletir acerca das relações entre movimentos sociais e movimento sindical no contexto da crise europeia. Nesse caso específico, ocorreram reuniões preparatórias entre as estruturas da central sindical e representantes da plataforma em que foi possível identificar sinais mais concretos do temor das estruturas e militâncias sindicais em relação à invasão do campo de ação tradicional. Não pode ser esquecido que as comemorações do dia 1 de Maio fazem parte do património histórico e identitário do movimento sindical. No entanto, a realidade do mundo do trabalho tem vindo a mudar, acusando a perda de hegemonia do trabalho assalariado e a tempo inteiro, exigindo por isso que o movimento sindical espelhe as novas tendências de uma forma crítica. Nessa perspetiva, a integração da marcha *MayDay* no âmbito das comemorações do Dia do Trabalhador além de fazer todo o sentido, chamou a atenção para os novos desafios. Desde a primeira edição da marcha em Portugal até ao tempo presente tem vindo a verificar-se uma aceitação cada vez maior da iniciativa por parte da CGTP e dos seus sindicatos.

Importa ainda chamar a atenção para outro aspeto que teve um peso decisivo em todos os processos de colaboração/articulação contemplados no presente estudo. Concerne a centralidade da componente de ciberativismo ao nível dos novos atores coletivos e o caráter menos preponderante da mesma no funcionamento das organizações sindicais, principalmente no contacto com atores externos ao seu universo. Em relação aos casos analisados, pode ser dito que o facto de a CGTP e das organizações sindicais no geral não apresentarem uma componente de ciberativismo desenvolvida condicionou as relações estabelecidas. A utilização das redes sociais do ciberespaço foi indispensável ao dinamismo das OMSs de combate à precariedade, constituindo o principal meio de transmissão de informação tanto internamente como para o exterior. O facto de a central sindical utilizar as ferramentas de ciberativismo de forma limitada (pode ser dito que a incorporação das mesmas na sua estratégia é ainda insuficiente) condicionou o seu envolvimento direto nos processos de mobilização orquestrados por organizações de movimento de uma forma geral.

A comparação entre as quatro organizações de movimento ressalta o facto de a PIEA ser única cuja natureza e objetivos podiam ser caracterizados como setoriais,

aproximando-se por isso das organizações sindicais quanto a esse aspeto, além de que a plataforma era integrada pelos principais sindicatos das artes e do espetáculo, filiados na CGTP, pelo que pode ser inferido que os objetivos e a ação da plataforma eram acolhidos pela central sindical. Acresce ainda que a PIEA esteve na origem da constituição do sindicato Cena, também ele membro da CGTP-IN. Relativamente às demais OMSs de combate à precariedade, as situações encontradas não se assemelham no que respeita quer a natureza setorial quer a presença de sindicatos como parte integrante das organizações de movimento. O Ferve, PI e plataforma MayDay acolhiam a luta contra a precariedade do trabalho e do emprego como objetivo principal mas tomavam-na desde o ponto de vista do vínculo contratual e das suas consequências para os trabalhadores.

Outro aspeto que sobressaiu é que os episódios de colaboração/articulação entre a CGTP (e também sindicatos específicos) e as OMSs ocorreram não obstante a oposição entre estrutura e informalidade ser uma realidade e influenciar as atitudes adotadas pelos dois atores. Por exemplo, no caso específico do Ferve os obstáculos a uma colaboração/articulação mais ampla quer com sindicatos quer com a CGTP decorreram diretamente da combinação entre informalidade e horizontalidade da organização e das dinâmicas de funcionamento interno. Já no caso do PI, o peso da "informalidade" foi de alguma forma contornado pelas afinidades mencionadas, que promoveram um contacto mais estreito. Por seu turno, a visibilidade que as duas OMSs vinham conquistando ao longo da sua trajetória, nomeadamente no espaço da comunicação social e das redes sociais, não foi despiciendo. Iniciativas como a petição "Antes da Dívida, Temos direitos!" (que resultou de uma coligação de OMSs) contribuiram para a credibilização daquelas organizações de movimento junto da CGTP e de alguns sindicatos pois alertou-os para o seu poder de mobilização crescente e capacidade de pressão sobre atores políticos e instituições[234]. Essa credibilização verificou-se principalmente no caso do PI pois foi a organização de movimento que melhor consolidou o campo e estratégias de intervenção.

[234] Ver capítulo 6 (parte III). No âmbito da petição, as duas organizações de movimento contribuíram decisivamente para a angariação das assinaturas necessárias e para a promoção de um debate importante no contexto da Assembleia da República que forçou os atores políticos a assumirem uma posição clara em relação à realidade dos falsos recibos verdes e à possibilidade de combater efetivamente a sua utilização. Em relação a outras ações do Ferve e do PI que foram relevantes e que tiveram uma influência positiva sobre esse reconhecimento, ver secções 3.2 e 3.4 (parte III).

De uma forma geral, as OMSs do movimento de combate à precariedade apoiaram os inúmeros protestos promovidos pela CGTP e pelas suas estruturas desde 2010 até 2013 (período coincidente com a mudança de paradigma para o regime da austeridade e sua consolidação[235]). Esse apoio incluiu além da expressão de solidariedade, o envolvimento direto na mobilização dos trabalhadores precários para a participação nos protestos da central sindical e das suas estruturas. Esse envolvimento direto enquanto agentes mobilizadores foi extremamente importante em diversas circunstâncias pois elevou os níveis de participação nas iniciativas sindicais, mas principalmente porque impulsionou a presença de um setor de certa forma arredio a essas iniciativas – os trabalhadores precários. Ficou também claro que as relações de colaboração/articulação contemplaram uma coordenação de planos que permitiu a conservação das identidades das organizações de movimento envolvidas.

7.2. A colaboração/articulação no período da austeridade

A crise e a imposição da austeridade ocasinaram vários protestos de massas e a emergência de novos atores coletivos. No capítulo 4 (parte III) foram apresentados os principais protestos convocados pela sociedade civil entre 2011 e 2013 em Portugal, que procuraram pressionar governos e instituições europeias a tomarem medidas que travassem os efeitos das medidas de austeridade[236]. Os níveis de participação de alguma forma inesperados tendo em conta a forma como os protestos foram convocados (via redes sociais) e a ausência de suporte organizativo no sentido tradicional, isto é, à margem de partidos políticos e de organizações sindicais, captaram a atenção da CGTP. O elemento-chave que permitiu a obtenção de níveis de participação inauditos (desde o período pós revolucionário) foi, como mencionei anteriormente, a presença de uma indignação e descontentamento que não estavam a encontrar a canalização adequada ou suficiente no plano das instituições da democracia representativa. Esses protestos constituíram

[235] Ver Soeiro (2015).

[236] São considerados os protestos da Geração à Rasca (12 de Março de 2011), do 15 de Outubro (15 de Outubro de 2011) e os dois protestos do Que Se Lixe a *Troika*! (15 de Setembro de 2012 e 2 de Março de 2013).

manifestações de um *radicalismo autolimitado*[237] que não tinha como objetivo derrubar o poder mas sim a efetivação e ampliação dos direitos sociais dentro do quadro do Estado capitalista – a pulsão plebeia de Braga (2015). Essa postura reformista criou o espaço para alianças com outros atores sociais com o propósito de antagonizar a instauração das *sociedades de austeridade*[238].

Em capítulos anteriores foram abordadas as consequências da austeridade para as condições de vida e perspetivas de futuro da população em geral e para a classe trabalhadora e segmentos precarizados em particular. O contexto de crise tornou a abertura à colaboração/articulação com outras forças sociais indispensável tanto para a CGTP como para os atores coletivos emergentes. A magnitude da ameaça da austeridade – sustentada por forças quer nacionais quer internacionais – e a dimensão das manifestações promovidas pelo setor dos movimentos sociais suscitaram o interesse dos atores políticos em relação aos novos atores emergentes, o que incluiu alguns setores do movimento sindical. Entre a CGTP e aqueles atores desenvolveu-se uma relação que influenciou a correlação de forças entre partidários e opositores da austeridade em determinados momentos.

Conforme a hipótese 1, o descontentamento expresso nas ruas durante o ciclo de protesto antiausteridade tinha na sua base o conflito entre capital e trabalho (em articulação com a questão dos limites da democracia representativa) e em particular as consequências do processo de precarização do trabalho e do emprego em marcha pois configurava um ataque feroz ao emprego estável e com direitos. A última questão esteve no centro das preocupações quer da CGTP quer das plataformas de mobilização envolvidas no ciclo de protesto (Geração À Rasca, 15 de Outubro – 15O, e Que Se Lixe a *Troika* – QSLT). A similitude das preocupações fez com que esses atores encarassem com alguma naturalidade, e apesar das diferenças de perspetivas identificáveis no seio de cada um, a possibilidade de estratégias de colaboração/articulação.

Tal como no caso das OMSs de combate à precariedade, as relações de colaboração/articulação entre organizações de movimento antiausteridade, que se

[237] Ver Cohen e Arato (2000).
[238] O conceito de *sociedades de austeridade* é da autoria de António Casimiro Ferreira (2012).

tratavam de plataformas de mobilização, e a CGTP assumiram três formas: apoio a iniciativas, envolvimento direto e organização partilhada. De forma mais exacerbada que nos casos anteriores, as relações de colaboração/articulação foram limitadas por fontes de tensão que podem ser reconduzidas de forma esquemática às oposições entre reformismo e radicalismo e entre formalismo/verticalidade e autonomia/horizontalidade. Nesse sentido, é importante examinar as características dos atores envolvidos nessas relações.

QUADRO 3 - Comparação entre as características das plataformas de mobilização para os protestos e as características da CGTP-IN.

	Geração À Rasca	**15 de Outubro (15O)**	**QSLT I[239]**	**QSLT II[240]**	**CGTP-IN**
Participação	Inclusiva	Inclusiva	Inclusiva	Inclusiva	Exclusiva (só membros)
Liderança	Sem liderança	Sem liderança	Sem liderança	Sem liderança	Formal
Objetivos	Mudança social	Mudança social	Mudança social	Mudança social	Mudança social/objetivos setoriais
Tipo de ativismo	Ciberativismo e ativismo presencial	Ciberativismo e ativismo presencial	Ciberativismo e ativismo presencial	Ciberativismo e ativismo presencial	Ausência de ciberativismo
Características das ações	Extrainstitucional	Extrainstitucional	Extra institucional Criatividade, originalidade,	Extra institucional Criatividade, originalidade	Extra institucional Institucional (arenas parlamentar e administrativa)

O quadro apresentado sumariza as principais diferenças encontradas em termos características das organizações e da ação desenvolvida. A CGTP atua nas arenas administrativa e parlamentar[241] e privilegia métodos convencionais de ação quando opta

[239] Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas!
[240] Que Se Lixe a *Troika*, O Povo é quem mais ordena!
[241] Essa caracterização baseia-se nos elementos do modelo de estrutura de oportunidades políticas proposto por Kriesi *et al.* (1995). Ver secção 1.3 (parte II).

pela ação extrainstitucional, diferindo claramente das organizações de movimento em causa quanto a esses dois aspetos. As últimas atuam preferencialmente na arena extraparlamentar, combinam repertórios tradicionais com formas de ação inovadoras, e afirmam a autonomia face à esfera política institucional-formal. Essas diferenças colocaram obstáculos à ação combinada da CGTP e plataformas de mobilização anti-austeridade em diversos momentos. Devem também ser referidas as diferenças em termos organizacionais, idênticas às verificadas no caso das organizações de movimento de combate à precariedade[242]. Recordo que o caráter inclusivo quanto à filiação e à participação das organizações de movimento opõe-se à exclusividade das organizações sindicais, neste caso da CGTP. O mesmo contraste é observável em relação à liderança e ao tipo de ativismo desenvolvido pelos membros. O peso das diferenças é revertido no que diz respeito ao tipo de objetivos pois os objetivos de mudança social predominam em todos os casos.

As características das organizações sindicais, em particular da CGTP, têm-se refletido no predomínio de uma lógica defensiva em dois domínios, conforme mencionado anteriormente: objetivos de defesa dos direitos dos trabalhadores assalariados e objetivos de manutenção das organizações sindicais. Essa lógica torna-as relutantes à incorporação de lutas externas na sua agenda, privilegiando as que dizem diretamente respeito à sua base social de apoio e filiados. Já as características das plataformas de mobilização que compuseram o movimento antiausteridade permitiram-lhes privilegiar a concretização dos objetivos, secundarizando as preocupações com a manutenção da organização (tal como no caso das OMSs de combate à precariedade). No contexto da imposição da austeridade, o princípio da autonomia exacerbou-se como consequência da crítica ao funcionamento das instituições da democracia representativa, o que diminuiria as probabilidade de essas organizações de movimento procurarem estabelecer relações de colaboração/articulação com estruturas como as organizações sindicais e ainda menos de serem incorporadas à esfera da política institucional. A essa questão associou-se uma outra, a da linguagem ou forma como questões e objetivos eram expressos por cada um dos atores.

[242] Essas diferenças foram estabelecidas na secção anterior.

A linguagem de “classe” difere da linguagem da “autonomia”, produzindo-se um afastamento que às vezes é difícil de reverter. A linguagem sindical é permeada de elementos ideológicos, estreitamente ligados às clivagens tradicionais, que muitas vezes não encontram ressonância no interior das organizações de movimento como as aqui retratadas. As últimas refletem a tendência de predomínio da autoexpressão e da participação direta. Essas diferenças de linguagem refletiram-se nos métodos de ação utilizados e na inovação das formas de protesto (por exemplo, as grandoladas), afastando-se do cânone sindical.

Apesar da ênfase na autonomia face ao meio institucional, o envolvimento de organizações de movimento que emergiram dos protestos antiausteridade (a Geração À Rasca Porto e o Movimento 12 de Março - M12M) na Iniciativa Legislativa de Cidadãos discutida na secção 6.1 (parte III) constitui um indício de que a atitude refratária às dinâmicas institucionais e a autonomia levada ao extremo que são muitas vezes imputadas aos movimentos sociais em rede não podem ser generalizadas sem reservas, principalmente quando o contexto externo é um de crise em vários domínios (económico, social e também político). Aquelas organizações de movimento participaram na construção e concretização da ILC, um mecanismo que concernia a arena democrática direta e portanto um envolvimento inquestionável com a esfera institucional. Relembro que a autonomia a que me reporto contemplava, por um lado, a autonomia face à organização como meio indispensável de afirmação e, por outro, a autonomia ideológica no interior dos movimentos sociais e em relação ao ambiente externo. As questões organizacionais e as relacionadas com a autonomia condicionaram a colaboração/articulação entre a CGTP e plataformas de mobilização antiausteridade e consequentemente o envolvimento da central sindical nos protestos convocados a partir da sociedade civil.

Afirmei anteriormente que a emergência de novos atores coletivos em torno do conflito entre capital e trabalho suscitou a desconfiança do movimento sindical e das suas organizações. De certa forma, os atores coletivos antiausteridade, portadores de um ímpeto reformista, foram vistos como uma ameaça à hegemonia dos sindicatos por razões que se prendem não só com a identidade e papel histórico do movimento sindical mas também com a estrutura de clivagens nacionais, o que levou a que a perspetiva da CGTP

da colaboração/articulação se tenha pautado pela secundarização do papel daqueles atores. Paralelamente, as características das organizações de movimento, como por exemplo a informalidade, também despertaram atitudes cautelosas da parte da central sindical[243]. Os dois aspetos contribuíram portanto para as fontes de tensão que limitaram as relações de colaboração/articulação estabelecidas.

O apoio da CGTP aos protestos antiausteridade

Podem ser distinguidos dois momentos quanto ao apoio da CGTP aos protestos antiausteridade e às plataformas de mobilização que os levaram a cabo: um primeiro momento em que a desvalorização coexistiu com um apoio subentendido (que podia ser inferido a partir de declarações públicas); e um segundo momento em que o apoio foi formulado abertamente. O primeiro momento teve início com o protesto da Geração À Rasca, ocorrido a 12 de Março de 2011, que abriu o ciclo de antiausteridade. Esse protesto não contou com o apoio formal da central sindical. A última era sensível aos motivos que tinham levado a população a sair à rua mas a "espontaneidade" da mobilização, a ausência do suporte de uma organização ou de quaisquer apoios, suscitou uma atitude cautelosa. O tipo de convocatória foi um fator importante, não só no caso da Geração à Rasca como também dos protestos subsequentes. Os protestos foram convocados via *facebook*, por indivíduos isolados (caso da Geração À Rasca) ou por grupos/plataformas informais, sem centros de poder ou lideranças identificáveis (protestos do 15O e QSLT). Principalmente no contexto da Geração À Rasca, a estratégia foi "passar a palavra e aparecer". Essas características suscitaram a desconfiança da CGTP, uma desconfiança que ficou bem patente na seguinte declaração:

> Não fazíamos a mínima ideia de quem eram e o que pretendiam (…) lembraram-se e convocaram a manifestação… não sabemos quem está por detrás destas coisas (Entrevista a uma ativista sindical, em Março de 2011, Porto).

[243] A informalidade e horizontalidade das plataformas de mobilização suscitavam preocupações relacionadas com o funcionamento e procedimentos internos como a inexistência de regulamentos ou estatutos que permitissem a responsabilização e conferissem um caráter vinculativo às decisões tomadas.

Por outro lado, o apartidarismo evocado na convocatória do protesto comportava uma ambiguidade que além de lhe conferir um caráter demasiado lato, abria as portas a manifestações "ideológicas" diversas que poderiam não interessar à CGTP . Somaram-se ainda as reivindicações vagas e a ausência de propostas, bem como a presença de uma crítica contundente ao funcionamento da democracia representativa e das suas instituições e atores, incluindo os sindicatos, crítica que também foi muito expressiva no protesto do 15O. Na medida em que limitaram a definição tanto de uma orientação específica como de objetivos concretos, essas características suscitaram a renitência e a desconfiança da CGTP. A central optou assim por distanciar-se da "Geração À Rasca", e, posteriormente, também do 15O, no sentido de uma desvalorização relativa que no entanto não condenava a iniciativa popular. No caso do 15O, vale a pena tecer algumas considerações adicionais.

Conforme o exposto na secção 5.2 (parte III), no âmbito da manifestação de 15 de Outubro de 2011, a CGTP e alguns sindicatos foram contactados a título informativo, não tendo ocorrido quaisquer reuniões no sentido de aferir a sua disponibilidade para participar no mesmo. Essa postura era de certa forma congruente com a matriz do protesto na medida em que aquele colocava em causa o funcionamento das instituições democráticas. Assim, pode ser dito que a CGTP foi afastada do envolvimento direto na organização e mobilização para o protesto do 15O. Mas a atitude de afastamento não se verificou apenas da parte do 15O. Na verdade, os testemunhos recolhidos junto de alguns ativistas sindicais apontaram para a desconfiança da CGTP em relação ao ator 15O. As principais razões prendiam-se com o caráter espontâneo, ausência de uma estrutura organizativa identificável, heterogeneidade interna, e radicalidade das propostas. A imprevisibilidade do que esses ativistas chamaram de "movimentos inorgânicos" levantava desconfiança e suspeição, essencialmente porque "não se sabe o que esperar deles"[244]. Um entrevistado referiu o seguinte:

> não sabemos quem eles são nem ao que vêm (…) até concordo com algumas das coisas que eles dizem mas as coisas não funcionam assim, tipo vamos acabar com o capitalismo e já está (…) e depois, um dia são uns, outro dia são

[244] Declarações de um ativista sindical proferidas durante uma entrevista em Dezembro de 2011.

> outros, não se percebe bem quem está lá e assim é mais difícil fazer alguma coisa em conjunto, até porque a maneira deles fazerem as coisas… não é assim à bruta (Entrevista a um ativista sindical em Dezembro de 2011).

O distanciamento da CGTP não só em relação às plataformas de mobilização antiausteridade mas também no que toca às organizações de movimento de combate à precariedade (apesar da ligação com o PI referida anteriormente) comportou no entanto elementos paradoxais. Se, por um lado, a CGTP desvalorizou o ator coletivo "Geração À Rasca" apesar de reconhecer a legitimidade do descontentamento e do protesto popular, por outro, logo após o protesto, deu sinais de uma preocupação maior que o habitual (no sentido da expressão pública) relativamente aos atores coletivos que atuavam em torno das questão da precariedade. O facto de manifestação nacional "Dia da Indignação e de protesto – Contra o desemprego, a vida cara e as injustiças. Mudança de Políticas", a 19 de Março de 2011, em Lisboa, ter contado com a designação de um ponto de encontro específico para os trabalhadores precários que quisessem juntar-se ao protesto suscita duas considerações. Primeiro, ficou patente que a central sindical estava atenta à cada vez maior incidência da precariedade sobre a população e às organizações informais de trabalhadores precários, reconhecendo o trabalho desenvolvido por algumas delas. Segundo, pode ser interpretado como um sinal de boa vontade e uma estratégia para "apalpar terreno", uma vez que o "Dia da Indignação e de Protesto" ocorreu dias depois da manifestação da Geração À Rasca. Não deixa de ser curioso que a CGTP tenha retomado a expressão "indignação" para dar o mote ao seu protesto dias depois de a Geração À Rasca ter tomado as ruas. Esse facto sugere que a central queria assumir a condução da indignação, ou seja, queria "impor os termos do conflito".

A postura da CGTP em relação ao protesto de 15 de Outubro e à plataforma de mobilização subjacente reproduziu o afastamento e desconfiança associados ao protesto anterior. As razões para tal não foram muito diferentes mas vale a pena enfatizar alguns pontos. O protesto deu voz a perspetivas mais radicais, ou fundamentalistas no sentido adotado por Scott (1990), que propugnavam por uma rutura profunda com o *status quo*, um pouco em linha com a crítica ao modelo de democracia representativa vigente e aos atores políticos veiculada pela Geração À Rasca, uma crítica que era de alguma forma

problemática pois também abrangia as estruturas sindicais. No entanto, diferentemente do protesto anterior, o 15O foi convocado por organizações ligadas à Esquerda radical (principalmente extraparlamentar). Uma vez que se verifica, como referi anteriormente, uma manutenção da direção partidária no sindicalismo português, a conotação com a Esquerda radical (principalmente extraparlamentar), ainda que hipotética ou não confirmada, representou um ponto sensível. Muito embora existam outras correntes no seu seio, a CGTP continua muito ligada ao PCP. Sendo um partido com uma existência longa, posições ideológicas bastante vincadas e um aparelho organizativo muito sólido, a abertura do PCP à ação de atores coletivos que se situam fora da sua esfera de influência pode ser complicada. Estava em jogo a própria conceção de ação política, organizada e dirigida por partidos políticos, bem como a legitimidade da representação dos interesses da classe trabalhadora que atribuia ao movimento sindical:

> Eles têm razão, eu concordo, e penso que as outras pessoas também, com a revolta deles, com o que exigem, mas não é assim que as coisas se fazem. Tem de haver maneira de trazer essa gente para a luta organizada, pois só através dela é que se consegue fazer coisas. (Entrevista a um militante do PCP, em Outubro de 2012)

Tendo em conta a não consolidação da autonomia da central sindical em relação ao partido político em questão, poder-se-ia especular a propósito da influência das ideias contidas nesta declaração sobre o posicionamento da CGTP e relacioná-las com os obstáculos colocados à colaboração/articulação com os atores coletivos emergentes. No entanto, não foram recolhidos dados que permitam proceder a generalizações seguras acerca do posicionamento do Partido Comunista em relação às plataformas de mobilização antiausteridade e aos protestos propriamente ditos. Portanto, quaisquer conclusões acerca da influência daquele partido político sobre a disponibilidade da CGTP para a colaboração/articulação com os novos atores coletivos seriam abusivas. O mesmo poderá ser dito em relação às organizações de movimento de combate à precariedade.

Ainda em relação ao protesto do 15O, o distanciamento da central sindical pode ser explicado também com base no caráter internacional do protesto. Essa dimensão não era tão apelativa para a CGTP pois o enfoque principal da central sindical continua a ser o espaço e as questões nacionais.

No período que mediou os dois protestos merecem destaque duas iniciativas promovidas pelo universo sindical, uma construída à margem da CGTP enquanto instituição e das suas correntes sindicais e a outra promovida pela central sindical, que constituíram sinais claros de que algo estaria a mudar na atitude do movimento sindical e da CGTP em relação aos atores coletivos emergentes. Trataram-se do manifesto "Contra a escalada neoliberal, por uma nova agenda sindical"[245] e do Piquenique contra a precariedade.

O manifesto[246] foi promovido por um grupo de cidadãos, sindicalistas, cientistas sociais e ativistas de movimentos sociais. Foi motivado pela constatação das dificuldades das organizações sindicais em fazerem uma reflexão e questionamento crítico a partir do seu interior, bem como pela óbvia impossibilidade de os investigadores sociais o fazerem isoladamente e sem relação com os ativismos do mundo do trabalho. Afirmava a importância do movimento sindical como obreiro da democracia e principal organização para a defesa dos trabalhadores no contexto da imposição de uma agenda neoliberal. Mas também assinalava a necessidade de uma nova agenda sindical que fosse além das estratégias meramente defensivas, com mais abertura, mais democracia e mais intervenção de base, propondo o reforço da relação entre sindicatos e outras organizações e associações da sociedade civil através da criação de sinergias e da efetivação de ações comuns. Em suma, propunha a afirmação de um sindicalismo de movimento social, conforme foi definido no capítulo 2 (parte I). Essa iniciativa transmitiu um sinal inequívoco de que as coisas estavam a mudar no interior da CGTP (alguns dos proponentes faziam parte da central), muito embora essa mudança não fosse transversal a toda a estrutura. A iniciativa foi inovadora também porque contou com a participação de ativistas do movimento de combate à precariedade, que foram convidados a envolver-se no projeto. A verdade é que "representavam" uma boa parte das gerações mais jovens de trabalhadores, essenciais ao futuro e à renovação do sindicalismo mas distantes dos sindicatos.

[245] O manifesto foi lançado no dia 10 de Junho de 2011 e no dia 18 do mesmo mês decorreu o seminário que contou com a presença de representantes e elementos do Ferve, PI e PIEA.

[246] Ver anexo VIII.

O Piquenique contra a precariedade[247], em Julho de 2011 (Lisboa), foi uma iniciativa que pode ser considerada um exemplo de organização partilhada tanto da perspetiva da CGTP como das outras organizações envolvidas, sendo que uma delas era uma organização de movimento. Foi organizado pela Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), CGTP-IN/Interjovem, Juventude Operária Católica (JOC) e Movimento 12 de Março (M12M)[248]. Teve como mote a máxima "Tomemos nas nossas mãos o destino das nossas vidas!". São vários os aspetos a assinalar no que respeita essa iniciativa. Em primeiro lugar, o facto de ter sido organizada pela CGTP/ Interjovem e por estruturas de alguma forma próximas ao Partido Comunista Português (a ABIC e a JOC). Tendo em conta que a influência do PCP no interior da central sindical é ainda tida como significativa, esse aspeto pode ser importante em alguma medida. Por outro lado, um quarto interveniente era o M12M, saído do protesto da Geração À Rasca que, como sabemos, foi muito crítico em relação à atuação dos partidos políticos e das instituições da democracia representativa. Porventura teria sido mais evidente levar a cabo a organização do evento com, por exemplo, o PI, uma vez que existia já um histórico de apoio da OMSs a iniciativas quer da CGTP quer das suas estruturas e também um posicionamento explícito relativamente às ligações entre precariedade e juventude. Na escolha do M12M como parceiro terá pesado o impacto mediático do protesto da Geração À Rasca. Nessa medida, a CGTP, na figura da Interjovem, procurou capitalizar a capacidade de mobilização e projeção alcançadas pelo protesto da Geração À Rasca mas também demonstrar que não estava alheada do descontentamento e indignação expressos nas ruas.

A passagem para o segundo momento no que diz respeito ao apoio da CGTP aos protestos e plataformas antiausteridade – momento em que o apoio passou a ser formulado abertamente - coincidiu com o agravamento das condições políticas e económicas suscitadas pela aplicação do programa de ajustamento financeiro. A crise e a agressividade das medidas de austeridade proporcionaram a aproximação das reivindicações da CGTP e das plataformas de mobilização antiausteridade. No primeiro

[247] A iniciativa contou com um piquenique, debates, música, performances, e mesas redondas.
[248] Ver secção 6.3 (parte III).

caso, as reivindicações passaram a incluir a demissão do Governo, que pode ser considerada um objetivo mais radical. No segundo, as reivindicações foram definidas com mais clareza. De uma forma geral, foi adotada uma base comum: as ideias do fim da austeridade, queda do governo e exigência de um governo de Esquerda.

O facto de à reivindicação da queda do Governo se ter somado, também no âmbito dos protestos do QSLT, a de um Governo de Esquerda colheu a simpatia da CGTP pois correspondia às suas aspirações. Esse foi um primeiro aspeto que influenciou a postura da CGTP. Em segundo lugar, a evolução do ritmo e intensidade dos protestos levaram a central sindical a reavaliar a sua postura relativamente às plataformas de mobilização, mais concretamente no que diz respeito ao Que Se Lixe a *Troika* (QSLT). Perante a capacidade de mobilização que demonstravam, a CGTP não podia ficar indiferente. Essa reavaliação fez-se sentir na oficialização do apoio (no sentido de torná-lo público) da central sindical às mobilizações da sociedade civil. A CGTP reconheceu o seu potencial para a formação de uma frente popular que rejeitasse a austeridade, de uma espécie de bloco contra-hegemónico capaz de desconstruir o consenso em torno da ideia de inevitabilidade.

Apesar da desconfiança suscitada pelas características das plataformas de mobilização, a CGTP acabou por expressar o seu apoio aos protestos antiausteridade. Para tal foi também decisivo o facto de ter ocorrido uma reversão do discurso "anti instituições" como partidos políticos e sindicatos, bem como a adoção de objetivos mais "reformistas" por aqueles atores coletivos. Assim, da parte da CGTP, vale a pena sublinhar o apelo à participação de todos os que se opunham às políticas de austeridade na manifestação de 2 de março de 2013, o "Que Se Lixe a *Troika*, O povo é quem mais ordena!", proferido pelo Secretário-Geral da Intersindical durante o discurso de encerramento do protesto nacional promovido pela CGTP em 16 de fevereiro desse ano em Lisboa.

Colaboração ou autonomia? O comportamento das plataformas de mobilização face à CGTP

Um ponto que fornece pistas importantes acerca do comportamento das plataformas de mobilização no âmbito das relações de colaboração/articulação com a

CGTP está relacionado com o contacto com outros atores relevantes no momento em que foram lançadas as convocatórias para os protestos. Na secção 5.2 (parte III) foram fornecidos alguns elementos que é importante explorar agora.

Não obstante a crítica contundente em relação ao sistema e atores políticos, os elementos que levaram a cabo a mobilização para o protesto da Geração À Rasca incluíram a CGTP e outras organizações sindicais no rol de atores relevantes a contactar. Porém, esse contacto cingiu-se ao fornecimento de informação. Não era esperado que as organizações sindicais se fizessem representar e aquelas tampouco o fizeram. Os moldes em que o protesto foi concebido não deixavam espaço para a articulação com o universo sindical, nem era esse o objetivo. A postura era portanto de autonomia total mas não refletia uma qualquer estratégia pois a intenção era tão-somente "protestar contra o estado de coisas". O facto de a CGTP e alguns sindicatos terem sido informados enquanto os partidos políticos foram deixados de fora demonstra que os primeiros não estavam excluídos de uma lista de potenciais aliados, muito embora a importância que lhes era concedida fosse algo marginal.

O contexto do 15O não foi muito diferente, no entanto, no curso do próprio protesto, milhares de pessoas apelaram à realização de uma greve geral. O facto de o terem feito representou um recuo na postura anti sindical assumida anteriormente. Quando a greve de 24 de Novembro foi convocada, pouco depois do protesto do 15O, muitos ativistas encararam a convocatória como uma resposta das centrais sindicais ao apelo. Nesse sentido, a grande adesão ao protesto teria "empurrado" as centrais sindicais para a convocação da greve geral[249]. Tanto no caso da Geração À Rasca como no do 15O não foram solicitadas reuniões às estruturas da CGTP nas cidades onde iriam ter lugar os protestos. Distinguiram-se portanto do *MayDay*, caso em que a solicitação dessas reuniões era um procedimento de rotina. De certa forma, a CGTP e as suas estruturas foram

[249]A participação expressiva na manifestação poderá ter influenciado a decisão de convocar a greve pois deixou patente a continuação do descontentamento manifestado em 12 de Março, transmitindo um sinal inequívoco às centrais sindicais. O facto de milhares de pessoas terem apelado a uma greve geral conferia um grande apoio popular à mesma. Porém, a necessidade da sua convocação seria já óbvia tanto para a CGTP como para a UGT. Para além de possuírem agendas próprias, as centrais sindicais procuraram sempre afirmar o seu papel de referência na condução da expressão do descontentamento, pelo que é pouco provável que tenham sido motivadas de forma determinante pelo apelo do 15O.

afastadas do envolvimento direto naqueles protestos, o que reflete uma postura de autonomia forte da parte das plataformas de mobilização.

Com o agravamento da austeridade, o 15O intensificou os apelos dirigidos à CGTP, principalmente em torno da convocação de novas greves gerais[250]. Também não deixou de apoiar as convocatórias daquela central sindical e de optar pelo envolvimento ativo em situações específicas, como aconteceu no contexto de greve geral de 24 de Novembro de 2011[251]. A formulação desses apoios confirma que o discurso anti sindical tinha sido revertido. Porém, no plano interno, a postura era ambivalente pois não existia unanimidade relativamente ao contacto/relações com a CGTP. A heterogeneidade que caracterizava a plataforma era um terreno fértil em matéria de conflitos e tensões, nomeadamente no que dizia respeito à atitude perante a esfera institucional e atores políticos, incluindo a CGTP, dividindo-se entre o fundamentalismo da rutura com o sistema e o realismo ou radicalismo autolimitado, reformismo no fundo, que conferia aos sindicatos um papel fundamental na dinâmica do conflito entre capital e trabalho e como atores da transformação social, como referi anteriormente. Essa heterogeneidade e consequente volubilidade em termos de posicionamentos não oferecia segurança à CGTP, apesar de os comunicados oficiais da plataforma serem sempre de apoio às ações da central sindical. Para o exterior, a atitude da plataforma não era refratária à ação sindical.

Vale a pena destacar ainda que o apoio a iniciativas e o envolvimento direto da plataforma (duas formas de colaboração/articulação) foram praticados no quadro das greves gerais pois aquelas eram perspetivadas como a resposta mais radical da CGTP à crise e portanto a que mais se enquadrava na perspetiva de luta e de mudança rumo a "um outro sistema" do 15O.

[250] Em janeiro do ano seguinte, a plataforma enviou uma carta às centrais sindicais onde apelava à convocação de uma greve geral contra o "acordo da *Troika"*, as privatizações, a nova lei dos despedimentos, a precariedade, e as medidas de austeridade impostas pelo governo. Apelava também à preparação, junto com outros sindicatos e centrais sindicais europeias, de uma Greve Geral Europeia.

[251] O envolvimento da Plataforma 15O nas greves gerais será abordado na próxima subsecção. A classificação do tipo de envolvimento da plataforma tem por base a tipologia das relações de colaboração/articulação entre organizações de movimento antiausteridade e a CGTP que apresentei anteriormente. Segundo a mesma, essas relações podem assumir três formas: apoio a iniciativas, envolvimento direto e organização partilhada.

Assim, tal como no caso da CGTP, o agravamento das medidas de austeridade também levou as plataformas de mobilização a repensarem a sua estratégia de autonomia (no sentido de uma autonomia total, próxima do isolamento) face aos atores políticos e meio institucional. Os contactos com outros atores sociais cujo posicionamento era contrário à imposição da austeridade, nomeadamente com a Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), ganharam um caráter prioritário. Ganharam-o não só porque se impunha uma política de alianças mas também porque a central sindical dava sinais inequívocos de se afastar das políticas de austeridade do Governo, como a não subscrição do Acordo de Concertação Social de janeiro de 2012. Esse facto reforçou a ideia da CGTP como aliado potencial do movimento antiausteridade.

A perspetiva da central sindical como um aliado foi acolhida pelas plataformas de mobilização. O caso do QSLT é ilustrativo quanto a esse aspeto. Apesar de subsistirem diferentes tendências no interior dos núcleos de organização, prevaleceu uma postura "mais reformista" na medida em que eram consideradas pertinentes relações de convivência "saudável" ou mesmo alianças com a CGTP e também com o espectro da Esquerda política. Assim, no contexto do primeiro protesto do QSLT, os contactos com sindicatos e Uniões de Sindicatos foram encetados de imediato nas cidades de Lisboa e Porto. No entanto, só proporcionaram reuniões em Lisboa pois no Porto, como afirmou um ativista que integrou esse núcleo de organização, "o protesto foi convocado de um dia para o outro, nem houve tempo para respirar"[252]. A União de Sindicatos do Porto foi informada do protesto via correio eletrónico e instada a participar. Em Lisboa, onde o processo foi também rápido mas mais consistente pois foi de onde emanou a convocatória do protesto, teve lugar uma reunião com responsáveis da União de Sindicatos de Lisboa (USL). É importante sublinhar que a solicitação de uma reunião prévia à realização de um protesto ou manifestação não era uma novidade. No quadro do MayDay, esse era um procedimento normal dado que interferia com a dinâmica (sindical) das comemorações do 1 de Maio. Numa perspetiva comparada, os contactos com o movimento sindical terão sido mais consistentes no contexto do segundo protesto do QSLT.

[252] Afirmação no contexto de uma entrevista a um ativista que integrou o núcleo de organização do protesto "Que Se Lixe a *Troika*, Queremos as nossas vidas!" no Porto, em Novembro de 2012.

Em termos globais, a resposta pública do movimento sindical ao repto lançado foi bastante favorável à organização do protesto tanto em Lisboa como no Porto. Um fator que contribuiu decisivamente para tal foi o já mencionado apelo do Secretário-Geral da CGTP durante o protesto nacional de 16 de fevereiro. O movimento sindical participou amplamente na manifestação, embora não estivesse identificado visualmente. Também vários partidos políticos do espectro da Esquerda o fizeram nos mesmos moldes. Esses apoios foram fundamentais pois deram um grande impulso à mobilização em torno do protesto do QSLT. O apoio da CGTP funcionou como elemento legitimador do QSLT e das suas reivindicações.

No quadro do protesto de 2 de março de 2013 – o "Que Se Lixe a *Troika*, O Povo é quem mais ordena", que foi o maior do ciclo, verificaram-se dinâmicas de organização partilhada entre as plataformas de mobilização QSLT e estruturas sindicais. Um caso específico foi o da "Maré da Educação", que foi projetada como um espaço de confluência de pessoas e profissionais movidos pela defensa da Escola Pública no contexto de "emagrecimento" do Estado Social. A iniciativa gizou-se em primeira mão entre a plataforma QSLT de Lisboa e o Sindicato de Professores da Grande Lisboa (SPGLT), estendendo-se posteriormente à plataforma do Porto. Foi redigido um manifesto (ver anexo XIX) onde membros de organizações como sindicatos, associações, plataformas, movimentos sociais e também estudantes incitavam à participação na manifestação do QSLT, que seria um momento em que a comunidade educativa se uniria a outros setores afetados pelas políticas de austeridade do governo de coligação PSD / CDS-PP. A maré teria um ponto de encontro e confluiria posteriormente com o corpo geral da manifestação.

Foram organizadas outras "marés" relacionadas com setores de atividade e reivindicações específicas. Para além de dar mais visibilidade a essas reivindicações, o objetivo era também criar um efeito visual: várias manifestações a partirem de diferentes pontos da cidade e a confluírem num "corpo" geral. Importa destacar dois aspetos em relação às "marés". Um primeiro aspeto está relacionado com a componente visual da confluência das manifestações e corrobora a hipótese 4 que salienta a importância da *força da imagem* nas formas de protesto público dos novos atores coletivos. O movimento das várias "marés" em direção a um centro e o desfile conjunto transmitia uma ideia de força

e unidade. O segundo aspeto prende-se com a reprodução da lógica setorial típica do movimento sindical. As "marés" eram, na sua essência, setoriais. Procuravam captar a adesão de setores específicos, alguns eram dos mais afetados pelos cortes decorrentes das medidas de austeridade, através da ideia que as preocupações de cada setor estariam representadas e teriam visibilidade.

Os elementos apresentados levam a destacar alguns pontos. De uma forma geral, a CGTP teve mais dificuldades em "impor" os termos do conflito, ou seja, as suas estratégias, no contexto das relações de colaboração/articulação com o movimento antiausteridade e as suas organizações de movimento. Esses atores tinham conquistado um grande apoio popular, o que legitimou tanto os seus objetivos como as formas de ação adotadas. Na esteira do combate à imposição da austeridade verificou-se uma grande aproximação entre as questões relativas ao conflito tradicional entre capital e trabalho e as questões articuladas pelos atores coletivos emergentes. Na verdade, eram coincidentes. As implicações ambivalentes que essa aproximação comporta acabaram por se verificar. No entanto, é importante destacar que o agravamento da imposição da austeridade proporcionou a aproximação de objetivos e a suavização de algumas posturas mais fundamentalistas, bem como o reconhecimento do potencial de mobilização de alguns daqueles atores pela CGTP. Não existia portanto uma contradição insuperável entre os interesses de uns e de outros.

As relações de colaboração/articulação entre a CGTP e os atores coletivos emergentes expandiram-se apesar de reservas de ambas as partes, que relevavam dos âmbitos organizacional e estratégico bem como ideológico e que condicionaram a amplitude dessas relações. No caso da CGTP, vale a pena conferir destaque à assunção de uma posição de protagonismo e à tentativa de delimitação do seu campo de ação. Já no que diz respeito aos atores coletivos emergentes, impõe-se a referência ao princípio da autonomia, que influenciou a adoção de objetivos e de estratégias que os distanciava da esfera institucional e dos atores políticos tradicionais. Contudo, o agravamento da situação económica e social, bem como a redefinição do quadro político e dos posicionamentos assumidos por governo, partidos da oposição e centrais sindicais obrigaram a uma reformulação da estratégia seguida pelos novos atores coletivos e também pela CGTP.

Por último, é importante retomar alguns aspetos abordados anteriormente. Conjuntamente com os agora avançados, esses aspetos sublinham o facto de, conforme a hipótese 6, as origens da dificuldade de diálogo entre o movimento sindical, em específico a CGTP, e os movimentos sociais, especialmente o movimento antiausteridade na figura das plataformas de mobilização que lhe deram corpo, bem como a criação de alianças poderem ser situadas no ambiente do caos político e ideológico do pós-25 de Abril. A análise efetuada na secção 5.2 sublinhou a diversidade ideológica e a heterogeneidade interpessoal e de culturas de mobilização que era possível encontrar no interior das plataformas de mobilização e dos seus núcleos (em cada cidade) e o facto de ambas constituirem fontes de tensão. A mais importante dessas fontes de tensão desenhou-se entre as ideias de reforma e de "revolução" ou rutura com a conceção de democracia representativa e seus atores e materializou-se na ênfase na democracia participativa ou "direta" (como se lhe referiam ativistas e algumas tendências no interior das plataformas de mobilização). Ora, olhando os elementos relativos aos movimentos sociais no período pós revolucionário fornecidos na secção 2.3 (parte III) é possível encontrar pontos de continuidade entre aqueles e o movimento antiausteridade e suas plataformas de mobilização, como seja essa tensão entre "reforma" e "revolução". As utopias de antanho foram reintroduzidas no âmbito da luta contra a austeridade e configuraram constrangimentos às relações de colaboração/articulação com a CGTP. Embora a última possa ser considerada a mais combativa das duas centrais sindicais portuguesas, é também uma estrutura burocratizada e um ator institucional que defende o modelo de democracia representativa e os seus mecanismos. Nesse sentido, as tensões e consequentes dificuldades no trabalho de colaboração/articulação eram (e continuam a ser) expectáveis. Foram particularmente evidentes no caso da plataforma 15O e começaram a atenuar-se com o primeiro protesto do QSLT graças à maior definição das reivindicações e ao seu pendor reformista.

7.2.1. As greves gerais entre 2010 e 2013

Entre 2010 e 2013 ocorreu um reforço do recurso à greve, destacando-se a greve geral como principal forma de confrontação utilizada pelo movimento sindical. O crescimento na utilização das várias formas de greve foi, conforme Dornelas (2000), a forma de o movimento sindical compensar a perda de capacidade de afirmação no campo da negociação coletiva e da regulação laboral. O cenário de crise proporcionou inúmeras e importantes greves de âmbito setorial e nacional, como por exemplo no setor dos transportes, dos professores, dos enfermeiros, entre outros. No entanto, as greves gerais assumiram maior destaque graças ao seu simbolismo – é um tipo de greve agregador da indignação geral (Costa, Dias e Soeiro, 2014) - e ao impacto que produzem. Foram cinco as greves gerais que tiveram lugar durante o período mencionado.

A semelhança dos contextos em que foram convocadas as cinco greves gerais é um aspeto que merece atenção. A luta contra a austeridade foi sem dúvida o denominador comum. Ao longo dos anos em causa sucederam-se Orçamentos de Estado e Orçamentos Retificativos orientados pela estratégia de consolidação das contas públicas exigida pela austeridade, que se traduziram em cortes nos salários, nomeadamente na função pública, congelamento e cortes nas pensões, aumento de impostos, entre outras coisas, e que corresponderam a uma degradação das condições de vida das populações. Essas medidas de austeridade foram complementadas por alterações ao Código do Trabalho no sentido da sua flexibilização, e portanto precarização, e também de mudanças importantes no regime de contratação da Função Pública. De uma forma geral, as greves gerais foram convocadas em reação ao anúncio de novas medidas de austeridade.

Sendo o movimento sindical português um movimento dividido, fragmentado em termos ideológicos, o recurso à greve geral por parte das duas centrais sindicais teve contornos distintos, refletindo estratégias diferenciadas face à imposição da austeridade por parte das duas centrais. O objetivo de combater a austeridade e a degradação das relações laborais colocou-as lado a lado por diversas vezes entre 2010 e 2013. Tal aconteceu não obstante as diferenças inegáveis em termos ideológicos e estratégicos que as separam e o facto de assim ter sido assume um significado particular. De uma forma

geral, pode ser dito que as estratégias da CGTP privilegiam a dimensão conflitual enquanto as da UGT estão mais centradas na negociação. Essa diferença na orientação estratégica pode colocar obstáculos a uma estratégia concertada, o que aliás aconteceu. Das cinco greves gerais que tiveram lugar entre 2010 e 2013, três foram convocadas pelas duas centrais sindicais.

As duas centrais e as greves gerais: em conjunto ou separadas?

A greve geral de 24 de Novembro de 2010, a sexta desde a revolução de 25 de Abril de 1974, foi a segunda vez que CGTP e UGT se associaram num protesto nacional[253] e a primeira em que foi emitido um pré-aviso de greve conjunto. Na base da convocatória esteve a necessidade de uma mobilização forte que travasse os intentos do executivo em funções (Partido Socialista). Em causa estavam medidas consideradas profundamente injustas e que assentavam na imposição de sacrifícios às camadas mais desfavorecidas da população. Contudo, a decisão de levar a cabo uma greve geral conjunta não partiu de um posicionamento comum em relação à austeridade. Diferentemente da CGTP, a UGT reconhecia a necessidade de medidas de austeridade, apesar de discordar do grau de aplicação imposto pelo governo. Enquanto a CGTP recusava a austeridade, a UGT era capaz de aceitar uma austeridade "mais suave", "mais justa". Tratava-se de uma "velha" questão de fundo: o embate entre conflito e negociação.

Precisamente um ano depois, a 24 de Novembro de 2011, as duas centrais levaram a cabo a terceira greve geral em conjunto e a última com os respetivos secretários-gerais em funções[254]. No centro estiveram as novas medidas de austeridade do Orçamento de Estado (OE) para 2012[255]. Para a CGTP, tudo se condensava na máxima "contra o aumento da exploração e do empobrecimento". Contrastando com a rejeição veemente da inevitabilidade da austeridade, o discurso da UGT indiciava que a adesão à greve geral só

[253] A primeira greve geral convergente realizou-se em 1988, contra o pacote laboral do governo de Cavaco Silva.
[254] Manuel Carvalho da Silva (CGTP) e João Proença (UGT).
[255] A data escolhida para a greve teve um simbolismo particular pois coincidiu com o primeiro dia da votação na especialidade do OE 2012.

acontecia porque tinham sido transpostos limites inultrapassáveis: não era questionada a necessidade de sacrifícios mas sim a forma como eram distribuídos. A opção da UGT pode também ser interpretada como um sinal de uma posição negocial enfraquecida, sem conquistas em termos de ganhos concretos nas rondas negociais, optando, perante a gravidade das novas medidas, por abraçar a estratégia mais conflitual da CGTP.

A última greve geral do período 2010 – 2013 teve lugar a 27 de Junho de 2013. As duas centrais sindicais apareceram unidas pela quarta vez. Inicialmente uma greve convocada por alguns sindicatos da Função Pública[256], a nova greve geral transformou-se rapidamente numa paralisação geral dos trabalhadores de todos os sectores e áreas de atividade. Foi convocada pela CGTP em primeira mão e tinha o propósito de unir o movimento sindical em torno da rejeição do Orçamento Retificativo de 2013 e das alterações da legislação laboral aplicável à função pública. As reivindicações davam continuidade às formuladas nas greves gerais anteriores: fim da austeridade e novas políticas económicas e sociais, demissão do governo de coligação e eleições antecipadas, e novas políticas económicas e sociais.

Motivada pelos ataques à concertação social e pela intransigência negocial do Governo perante uma austeridade fracassada, a UGT associou-se à convocatória lançada pela CGTP. Incorporou a palavra insubmissão no seu discurso mas continuou a defender que o caminho da negociação era o adequado. Como sublinhado anteriormente, a postura das duas centrais sindicais face às políticas de austeridade era diferenciada. A decisão da emissão de pré-avisos de greve autónomos foi determinada por duas questões. Por um lado, os conteúdos da legislação laboral resultantes do Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego assinado pela UGT suscitavam a discordância veemente da CGTP. A central rejeitava qualquer participação no que considerava serem "falsos consensos". Por outro, o facto de a Intersindical reivindicar a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas colidia com a postura assumida pela UGT.

Além das três greves gerais conjuntas foram ainda convocadas duas outras pela CGTP: as greves gerais de 22 de Março e de 14 de Novembro de 2012. A UGT manteve-se

[256]As três estruturas sindicais da Função Pública anunciaram em 31 de Maio de 2013, em comunicado, a realização de uma greve para o dia 27 de junho. O pré-aviso da CGTP surgiu dias depois, a 7 de Junho.

à margem dessas convocatórias após o envolvimento nas duas greves gerais anteriores, o que evidenciou quer a sua postura face à situação política e económica quer as fontes de tensão que subjaziam às relações entre as duas centrais.

A greve geral de 22 de Março foi apresentada como uma greve geral que pretendia ser o mais possível abrangente, como pode ser verificado a partir das palavras do secretário-geral da intersindical: "uma greve geral de todos e para todos, não é só da responsabilidade da CGTP, queremos que seja partilhada pelo maior número de trabalhadores independentemente da sua filiação sindical"[257]. A ideia subjacente era que a adesão à greve geral representava um investimento no futuro pois era cada vez mais real a possibilidade de perpetuação de cortes e de políticas que transformariam radicalmente as oportunidades concretas dos portugueses. Era também evidente a disponibilidade da CGTP para estabelecer consensos que pudessem proporcionar mudanças políticas. No entanto, esses consensos excluíam a central congénere. A CGTP havia anunciado que não pretendia discutir a possibilidade de uma nova greve conjunta com a UGT tendo em conta as posições assumidas pela mesma relativamente às reformas em curso. A postura da CGTP pode por isso ser considerada ambígua dado que ao mesmo tempo que convocou uma greve "de todos para todos", rejeitou a possibilidade de o fazer em conjunto com a outra central sindical. Não obstante, abriu a porta ao envolvimento de todas as estruturas sindicais desde que o fizessem de forma autónoma, sem a tutela da UGT.

Um segundo facto corrobora a ambiguidade detetada: previamente à decisão do Conselho Nacional da CGTP quanto ao agendamento da paralisação foram estabelecidos contactos com sindicatos da UGT, nomeadamente do sector dos transportes, sendo que os mesmos se mostraram disponíveis para participar no protesto. Assim, a CGTP demarcou-se claramente de quaisquer concessões face às imposições do governo e da *troika*. A greve geral realizou-se menos de dois meses após a eleição do novo secretário-geral da Intersindical, podendo ser em parte encarada como uma forma de o mesmo vincar a sua posição, de mostrar ao que vinha.

[257]Declarações de Arménio Carlos em conferência de imprensa. Extraídas de http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2309175&page=1, consultado a 17/02/2012.

Por seu turno, a UGT também se excluiu da nova greve geral pois considerava tratar-se de

> uma *pseudo* greve geral, na medida em que é uma greve de protesto, sem objetivos definidos (…) uma estratégia muito bem pensada de avançar para a luta pela luta, para o confronto pelo confronto[258].

A nova greve geral era considerada sem sentido e contrária à estratégia de negociação que privilegiou desde sempre, contrastando claramente com a anterior (24 de Novembro de 2011) que teve um objetivo claro de reforço do diálogo. Assim, a UGT escudou-se no acordo de concertação social assinado por ela própria, Governo e confederações patronais. A prioridade da central sindical era o seu aprofundamento, recusando-se a tomar parte do "conflito pelo conflito".

A greve geral de 14 de Novembro de 2012 foi uma greve particular pois, sob a coordenação da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), ocorreu simultaneamente em vários países (Portugal, Espanha, Grécia, Chipre, Malta e Itália). Em Portugal, foi convocada pela CGTP. A UGT demarcou-se da nova greve – que considerava ser divisionista, sectária e uma greve política contra o Governo -, o que não só prejudicou a sua imagem pública de certa forma como também enfraqueceu greve geral. Curiosamente, à revelia da orientação geral da estrutura, alguns sindicatos da UGT optaram por aderir. Oficialmente, a central sindical assumiu uma posição neutra apesar de ser evidente que estava contra, como é possível depreender a partir de declarações do seu secretário-geral: "espero no dia da greve geral dizer que nenhum sindicato da UGT aderiu"[259].

A "Greve Geral Ibérica", pois também foi decretada na vizinha Espanha, representou uma resposta conjunta e articulada dos movimentos sindicais de um conjunto de países. Foi assumida uma posição conjunta fundamental de rejeição das políticas austeridade por parte dos trabalhadores dos países envolvidos não só perante os governos nacionais mas também perante a União Europeia (EU). A jornada de luta convocada pela

---

[258] Declarações de João Proença à Agência Lusa. Extraídas de http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2309175&page=1, consultado a 17/02/2012.

[259] Declarações de João Proença à Agência Lusa. Extraídas de http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2309175&page=1, consultado a 17/02/2012.

CES podia ter conformado uma rede de resistência contra a austeridade, materializando de alguma forma as expectativas de um verdadeiro internacionalismo que fosse além da retórica habitual e da circunscrição a práticas de recorte nacional, conforme colocado anteriormente (ver capítulo 3, parte I). Tratou-se realmente de uma articulação entre planos nacional e transnacional mas não deixou de ser circunscrita no tempo quando as dificuldades colocadas pela imposição da austeridade exigiam a manutenção da articulação de planos. No nosso país, a continuidade da experiência da Greve Geral Ibérica foi cerceada pela agenda nacional e afinidade com estratégias convencionais da CGTP. Recuperando um aspeto a que aludi anteriormente, a Política de Relações Internacionais (PRI) da CGTP, a não continuidade de ações do tipo em causa é congruente com a prevalência de uma PRI de alguma forma limitada pela primazia do espaço e das questões nacionais[260].

As organizações de movimento e a participação nas greves gerais: qual o alcance da colaboração/articulação?

As greves gerais entre 2011 e 2013 usufruíram do contexto proporcionado pelos protestos promovidos pelas plataformas de mobilização anti-austeridade. Esse contexto era bastante intenso em termos de mobilização e de contestação. A única exceção foi a greve geral de 24 de Novembro de 2010 pois precedeu a onda de protestos. A greve geral de 24 de Novembro de 2011 ocorreu após os protestos da Geração À Rasca e do 15O, a de 14 de Novembro de 2012 seguiu-se à primeira manifestação do QSLT, a 15 de Setembro, e à jornada de luta nacional de 29 de Setembro convocada pela CGTP[261] , e a de 27 de Junho de 2013 foi antecedida pelas manifestações "Que Se Lixe a Troika, O Povo é quem mais

[260] Ver secção 2.2 da parte III.

[261] Tanto uma como a outra mobilizaram milhares de pessoas. O QSLT – "Queremos as nossas vidas!" foi uma manifestação precedida por um processo de mobilização intenso em várias cidades do país, extremamente participada, e que se diferenciou quer da Geração À Rasca quer do protesto do 15O. A manifestação da CGTP a 29 de Setembro respondeu ao anúncio de novas medidas de austeridade pelo Governo e foi igualmente muito participada, com a presença de milhares de pessoas que encheram o Terreiro do Paço no final da manifestação. No final da mesma, o secretário-geral da central sindical anunciou a realização de um Conselho Nacional extraordinário que tinha como objetivo discutir a "elevação e ampliação da luta organizada", colocando a possibilidade de uma nova greve geral.

ordena!" e "Povos Unidos contra a *Troika*!"[262]. De uma forma geral, os impactos produzidos pelos quatro protestos foram predominantemente de sensibilização, tanto ao nível da agenda política nas suas duas vertentes, sistémica e institucional, como das atitudes públicas. As últimas em particular influenciaram as atitudes da CGTP e de outras estruturas sindicais.

As greves gerais forneceram um contexto para a construção/reforço de relações de colaboração/articulação entre a CGTP e as organizações de movimento de combate à precariedade e plataformas de mobilização anti-austeridade. Em termos substantivos, os objetivos da CGTP e daquelas organizações de movimento eram os mesmos: alterar o rumo imposto pelo governo, travar o avanço das medidas de austeridade. O quadro que se segue fornece uma caracterização das cinco greves gerais levadas a cabo entre 2010 e 2013 tendo em conta as reivindicações subjacentes às greves gerais, centrais sindicais envolvidas, participação das organizações de movimento social e a presença ou ausência de uma manifestação.

QUADRO 4 - Caracterização das greves gerais (2010 – 2013) quanto a atores, reivindicações e ações.

	Convocatória	Reivindicações	OMSs	Ações	Manifestação
24 Nov 2010	CGTP e UGT	Contra mediadas de consolidação das contas públicas (corte de 5% nos salários da função pública, congelamento das pensões, o aumento do IVA para 23%)	Ferve PIEA PI	Comunicados de apoio Divulgação/distribuição de propaganda Piquetes de greve próprios/participação em piquetes da CGTP Concentrações Ações diretas Sessões de esclarecimento	Sem manifestação

[262] Dezenas de cidades portuguesas aderiram ao protesto europeu "Povos Unidos contra a *Troika*", em 1 de Junho de 2013. Realizada em 102 cidades europeias de 18 países, a manifestação visava contestar as políticas impostas pelo Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional. Milhares de manifestantes desfilaram em Lisboa. "FMI fora daqui", "*Troika* escuta, o povo está em luta" e "Fora daqui, a fome, a miséria e o FMI" foram as palavras de ordem mais ouvidas.

24 Nov 2011	CGTP e UGT	Contra medidas de austeridade OE 2012 (cortes nos subsídios de Natal e de férias)	PI Ferve Plataforma 15O	Participação nos piquetes de greve Comunicados, declarações de apoio Concentrações	Manifestação (convocada por Plataforma 15O) Concentrações convocadas por OMSs Concentrações em 40 cidades (CGTP)
22 Mar 2012	CGTP	Contra pacote da exploração e empobrecimento Mudança de política	Ferve PI Plataforma 15O M12M	Divulgação Participação em piquetes de greve da CGTP Ações diretas	Manifestação (CGTP) Concentrações (CGTP e OMSs)
14 Nov 2012	CGTP; 31 sindicatos da UGT e 28 sindicatos independentes	Greve geral por uma mudança política na Europa Contra as políticas de destruição social e económica da austeridade; OE 2013	ACP-PI Estudantes Pela Greve Geral; Plataforma 15O, QSLT Movimento Sem Emprego, Indignados de Lisboa	Reuniões abertas Ações diretas Distribuição de propaganda Divulgação nas redes sociais Cartaz de apoio à greve geral	Manifestações (CGTP, Porto e Lisboa) Concentrações (CGTP e OMSs)
27 Jun 2013	CGTP e UGT	Fim da austeridade e rejeição do OE Retificativo 2013 Rejeição das mudanças na função pública Demissão do governo Eleições antecipadas Novas políticas económicas e sociais	ACP-PI Plataforma 15O QSLT	Divulgação e mobilização Participação em piquetes de greve da CGTP	Manifestações e concentrações nas capitais de distritos e nas regiões autónomas (CGTP) Manifestação convocada pelo 15O

A greve geral de 24 de Novembro de 2010 foi a primeira em que os "segmentos sociolaborais não organizados" (Estanque, 2012a, 2012b) participaram de forma "organizada" em uma greve geral. Ou seja, as OMSs de combate à precariedade declararam

publicamente a adesão à greve geral. Logo nos primeiros dias de Novembro, o Ferve, a PIEA e o PI emitiram um comunicado conjunto onde afirmavam terem todas as razões para participar no protesto e que tudo fariam para contribuir para "uma mobilização que precisa de criar pontos de encontro para ser forte e inequívoca"[263], ficando bem patente a intenção de se aliarem às centrais sindicais naquele momento de luta. Foram guiadas pela convicção que a greve geral era um direito de todos os trabalhadores, precários incluídos, que independia da condição de sindicalizado. Procuraram por isso realizar um trabalho de consciencialização, principalmente dos trabalhadores mais fragilizados, para o direito inalienável à greve e denunciaram os obstáculos que se colocavam ao seu exercício. Os *slogans* de exortação à greve geral - "Todos à greve geral!" e "A Greve não é um direito, são muitos!" - chamavam a atenção para a importância daquela forma de luta, principalmente num contexto político e económico adverso. A frase "Se queres lutar contra a precariedade e não sabes para onde te hás-de virar, junta-te a nós!"[264] apresentava as organizações de movimento de combate à precariedade como uma alternativa complementar ao movimento sindical. Reconhecendo que a greve geral era um instrumento do movimento sindical, o movimento de combate à precariedade procurou dar-lhe força e captar para a mesma as franjas da população distantes das organizações sindicais.

Os apelos à participação na greve geral lançados por aquelas organizações de movimento enquadram-se na tipologia de formas de colaboração/articulação proposta anteriormente, especificamente na categoria do apoio a iniciativas. Esse apoio foi muito importante e consistiu no lançamento de comunicados com declarações explícitas de apoio e de exortação à greve geral. As relações de colaboração/articulação entre organizações de movimento e CGTP também contemplaram o envolvimento direto das primeiras na mobilização e concretização da greve geral. Participaram em muitas das iniciativas que ocorreram durante as 24h de paralisação por todo o país. O PI foi uma das OMSs mais ativas.

---

[263] Excerto do "Apelo dos movimentos de trabalhadores precários à Greve Geral", disponibilizado no Anexo II.

[264] Essa frase foi utilizada pelo PI no contexto daquela greve geral.

As características da participação do PI na greve geral de 24 de Novembro de 2010 fornecem o enquadramento do envolvimento direto das organizações de movimento no contexto das greves gerais[265]. O PI abriu-se à participação de todos que quisessem ajudar a preparar a greve geral. Forneceu um espaço de intervenção coletiva que enquadrava a participação individual nas atividades preparatórias da greve geral, dirigido principalmente a quem não estava abrangido pelo movimento sindical. O envolvimento direto na greve geral deu-se segundo quatro modalidades. A primeira contemplou a realização de uma cobertura informativa extensa de todos os acontecimentos que a marcaram e a atualização constante das adesões. O objetivo era registar o descontentamento geral, mostrá-lo a todo o país e assim provar que era possível fazer greve geral e que as pessoas estavam a aderir, o que também era uma forma de mobilizar os indecisos e de desmistificar os números fornecidos pelo Governo e outras entidades.

Apelaram ao envio de testemunhos sobre o que estava a acontecer em cada cidade, local de trabalho, sobre a existência de pressões ou chantagens, e a adesão registada. A informação recolhida era publicada sob a forma de *posts* e vídeos que pretendiam demonstrar a dimensão real da greve geral[266]. Todos os desenvolvimentos podiam ser acompanhados em tempo real através do *site*, *facebook* ou *twitter*. Além de envolver os cidadãos na construção da narrativa da greve geral, essa foi uma forma de contornar enviesamentos possíveis da comunicação social. A segunda modalidade de envolvimento direto respeitou a mobilização ativa para a greve geral, através da distribuição/divulgação de propaganda e comunicados, organização de concentrações[267], tanto autonomamente como em conjunto com outras organizações de movimento de

[265] Por ter sido o envolvimento direto mais rico permitiu que fosse extraido um número maior de características gerais.

[266] Também foi disponibilizada informação acerca das reações internacionais à paralisação.

[267] Um exemplo foi a concentração de 6 de Novembro na Praça de Camões (Lisboa), com música, bancas de várias associações e movimentos e microfone aberto para a realização de intervenções. No dia da greve geral, o PI e a PIEA promoveram uma concentração de trabalhadores precários no centro da cidade de Lisboa, no Rossio, onde à música se juntaram várias intervenções acerca da greve, da precariedade e dos cortes na cultura, ao mesmo tempo que uma banca do PI fornecia informações e apoio jurídico. O Rossio foi um centro nevrálgico da greve geral pois a União de Sindicatos de Lisboa tinha ali um ponto de informação e mobilização. A meio da tarde, o palco das atividades transitou para a Praça da Figueira onde o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), da CGTP, organizou um concerto.

combate à precariedade, e de ações mais inovadoras como a invasão de um *call center* do BES[268].

A terceira modalidade consistiu na presença nos locais onde a greve estava a ocorrer. O PI esteve nas ruas de Lisboa a "fazer intervenção para a construção da Greve Geral, a contribuir para a paralisação"[269]. Concentrou a atenção nas ações de greve desenvolvidas por trabalhadores precários com o intuito de dar mais força às suas reivindicações e de as levar para o espaço público. Levou a cabo sessões de esclarecimento e marcou presença em *call centers* de Lisboa e junto a zonas de comércio e centros comerciais. O objetivo era promover o contacto direto com trabalhadores precários no seu local de trabalho e assim levar a greve geral aos locais onde a precariedade colocava obstáculos à sua realização. A quarta modalidade compreendeu a participação em inúmeros piquetes de greve da CGTP e a organização de piquetes próprios. Por exemplo, o PI juntou-se aos sindicatos e aos trabalhadores no piquete de greve no Aeroporto de Lisboa que marcou o início da greve geral. Os seus membros aderiram a piquetes dos transportes públicos, nos CTT[270], juntaram-se aos trabalhadores da agência Lusa, acompanharam o encerramento de faculdades e a participação de estudantes na greve[271].

De uma forma geral, o envolvimento direto do PI, e também das restantes organizações de movimento, centrou-se numa franja da população ativa que estava algo afastada do movimento sindical e que não era encarada como uma prioridade naquela altura. Nesse sentido, a ação do PI e das suas congéneres diferenciou-se da ação sindical e simultaneamente complementou-a. O facto de CGTP e organizações de movimento se terem apresentado no mesmo plano de ação – a greve geral – não configurou uma situação de competição interorganizações e conferiu uma amplitude maior à greve geral pois foi

[268] Banco Espírito Santo.
[269] Frase extraída de http://www.precarios.net/?p=2134, consultado a 30/11/2010.
[270] Correios de Portugal.
[271] Conforme referi, as OMSs de combate à precariedade tiveram um envolvimento direto significativo naquela greve de um modo geral. Por exemplo, a PIEA organizou "micro piquetes" em alguns locais de produção cultural e uma marcha de protesto pelo centro da cidade. No Porto, o FERVE promoveu uma concentração na Avenida dos Aliados.

feito um esforço, por parte das organizações de movimento, para envolver as franjas mais precarizadas, contrariando assim o seu afastamento habitual.

No caso da greve geral de 2011, o contexto político e económico era mais grave e o social era, como referido, de mobilização generalizada. Da perspetiva das OMSs, a situação geral exigia a mobilização total da sociedade portuguesa em prol de alternativas sociais e políticas. Por isso, desencadearam um processo que contemplou o estabelecimento de relações de colaboração/articulação com a CGTP. O mote que lançaram foi "24 de Novembro, faz greve, e sai à rua. Usa a Democracia para demonstrar a tua indignação…", sendo clara a referência à indignação demonstrada nas manifestações da Geração À Rasca e do 15O. A greve geral era a forma de canalizar essa indignação através do exercício de um direito democrático consagrado. Na perspetiva daqueles atores coletivos, a luta contra a austeridade era também uma luta pela democracia.

Apelaram à mobilização do conjunto da sociedade portuguesa, o que se enquadra no apoio a iniciativas enquanto forma de colaboração/articlação. Esse apoio foi muito importante e consistiu no lançamento de comunicados com declarações explícitas de exortação à greve geral. Por exemplo, o Ferve enviou mensagens de congratulação pela convocatória tanto à CGTP como à UGT, colocando-se à disposição das centrais sindicais para ajudar na mobilização de mais trabalhadores. As estratégias de apoio não diferiram portanto das utilizadas no âmbito da greve geral anterior. O envolvimento direto também foi adotado pelas organizações de movimento de combate à precariedade e pelas plataformas de mobilização anti austeridade. Tal como na greve geral anterior, contemplou as quatro modalidades enunciadas anteriormente, a saber: cobertura informativa de todos os acontecimentos (levada a cabo principalmente pelo PI); mobilização ativa através da distribuição/divulgação de propaganda[272], organização de concentrações[273] e de ações mais inovadoras; presença nos locais de greve; e participação em piquetes de greve da CGTP[274] e organização de piquetes "independentes". Entre as organizações de movimento

[272]Por exemplo, o Ferve publicou um cartaz a apelar à greve geral que continha uma referência direta à questão dos falsos recibos verdes no seu blogue.
[273] O Ferve marcou duas concentrações de trabalhadores precários para o dia da greve geral, por exemplo.
[274]Alguns dos piquetes de greve foram bastante duros e incluíram episódios de resistência à ação policial.

referidas, a plataforma 15O foi a que teve porventura maior destaque. Vale a pena por isso votar mais atenção às características da colaboração/articulação nesse caso concreto.

A plataforma 15O anunciou o seu apoio à greve geral e também a realização de uma manifestação no dia da greve, o que era algo inédito. Lançaram uma convocatória aberta que apelava à participação dos movimentos sociais e dos cidadãos na manifestação, fossem eles (os cidadãos) "mais e menos precários, com e sem emprego, já reformados ou ainda estudantes – todas as vítimas do regime da austeridade são importantes nesta jornada"[275]. De certa forma, a plataforma propunha a formação de uma frente popular que antagonizasse a imposição da *sociedade de austeridade* de Ferreira (2012). Ao convocar uma manifestação para o dia da greve geral, a plataforma 15O introduziu um elemento novo no processo normal de uma greve geral em Portugal pois o movimento sindical costuma cingir-se à realização de concentrações no contexto desse tipo de paralisação. Verificou-se a criação de uma nova oportunidade através da inovação do repertório de ação[276], uma inovação que imprimiu uma nova dinâmica à greve geral como forma de confrontação. A plataforma tomou a decisão de convocar a manifestação pois tinha a expectativa de assim conferir mais força à greve geral mas também de atrair mais participantes para a concentração marcada pela CGTP[277].

Na perspetiva da plataforma 15O a greve geral era uma forma de combater a austeridade, a destruição dos postos de trabalho e dos direitos laborais e de rejeitar a ausência de alternativas mas também de defender a democracia. Nesse sentido, o seu objetivo era transformar a greve geral em uma "greve social" que unisse todos os cidadãos em torno dos propósitos de derrotar a austeridade e de resgatar a democracia, onde

> [T]rabalhadores desempregados caminhem ao lado de trabalhadoras efetivas, onde reformadas caminhem ao lado de trabalhadores precários, onde imigrantes caminhem ao lado de estudantes. (Excerto do comunicado emitido em 18 de Novembro pela Plataforma 15O acerca da greve geral de 24 de Novembro de 2011, ver Anexo IV)

[275] Excerto do comunicado emitido em 18 de Novembro pela Plataforma 15O acerca da greve geral de 24 de Novembro de 2011. O comunicado é reproduzido na íntegra no Anexo IV.
[276] Ver Piven e Cloward (1977).
[277] A manifestação partiu do Marquês de Pombal (Lisboa) com direção ao Rossio, onde se juntou à concentração de trabalhadores organizada pela CGTP. Posteriormente, CGTP e 15O seguiram para São Bento.

Não obstante a plataforma ter apoiado explicitamente a greve geral, no seu seio não existia um consenso relativamente a esse apoio e às modalidades da sua concretização. Anteriormente, a ausência de consenso interno já se tinha refletido no tipo de contacto estabelecido com a CGTP e com alguns sindicatos no âmbito da mobilização para o protesto do dia 15 de Outubro. Foi já sublinhada existência de duas fontes de tensão que moldaram as relações de colaboração/articulação: a tensão entre ideias de reforma, estrutural e das instituições, ou de rutura com o sistema existente; e a tensão proporcionada pela heterogeneidade de culturas políticas e de mobilização no plano interno. Ambas dificultaram a construção de consensos quanto à adoção de uma postura reformista que contemplasse a implementação de relações de colaboração/articulação com a CGTP no âmbito da greve geral. Contudo, verificou-se o envolvimento direto da plataforma através das quatro modalidades enunciadas anteriormente - realização de uma cobertura informativa, mobilização ativa através da distribuição/divulgação de propaganda, presença nos locais onde a greve estava a ocorrer, participação em piquetes de greve da CGTP -, somando-se uma quinta, a saber, a convocação da manifestação. O seu envolvimento e comprometimento com a greve geral constituíram evidências de uma postura reformista.

A greve geral de 24 de Novembro de 2011 não dissipou as desconfianças existentes de parte a parte (Plataforma 15O e CGTP) . As resistências à CGTP (ao movimento sindical de uma forma geral) no interior da plataforma encontravam correspondência no seio da central sindical. No caso da plataforma, essas resistências foram evidentes nas reuniões preparatórias da greve geral, tanto no Porto como em Lisboa. Vários elementos exprimiram o seu desagrado ou recusaram integrar as atividades organizadas pela CGTP. Também por causa disso, para acautelar sensibilidades mais fortes, o termo articulação foi substituído por o de diálogo pois seria menos vinculativo. Os argumentos “anti articulação” estavam relacionados com a suposta tendência da CGTP em “controlar” as manifestações. Uma parte dos ativistas rejeita veementemente qualquer tipo de controlo sobre a sua ação, privilegiando a dimensão da autonomia. Apesar disso, alguns grupos da plataforma construíram pontes e superaram as diferenças pois reconheciam ser necessária uma ação conjunta, no sentido da criação de “uma frente comum, popular, do trabalho,

principalmente das classes mais baixas"[278], para fazer face à ofensiva em marcha. Tendo esse objetivo em mente, foram levadas a cabo reuniões com estruturas diretivas das duas centrais sindicais, que decorreram normalmente e sem grande conflitualidade. A novidade foi o envolvimento da UGT nesse processo de diálogo, apesar de ter sido bastante limitado.

As resistências da CGTP decorreram fundamentalmente dos aspetos enunciados no ponto 7.2, que tornariam a Plataforma 15O mais "incontrolável"[279]. Essas características levaram a central sindical a adotar uma postura cautelosa e defensiva, apesar de o 15O ter abraçado, na opinião de um ativista, "uma linguagem cada vez mais de classe, em defesa do trabalho e dos direitos"[280]. Apesar de subsistirem posturas refratárias ao movimento sindical no seio da plataforma, esse tema fraturante foi mantido de lado a partir do momento em que se impôs a assunção de um posicionamento público em relação à greve geral.

No cartaz que se multiplicou por todo o país, a CGTP anunciou a greve geral de 22 de Março de 2012 como uma greve de todos e para todos os trabalhadores e fazia alusão à realização de concentrações de "trabalhadores em greve, com vínculo efetivo e precário, desempregados e reformados"[281]. Podem ser retiradas algumas ilações a esse propósito. Em primeiro lugar, tratava-se de uma greve que pretendia ser o mais possível abrangente. Foi anunciada como uma greve geral "de todos e para todos", depreendendo-se que uma das ambições seria captar outros setores e franjas da população que por norma não faziam greve. Segundo, o facto de serem nomeados explicitamente os trabalhadores com vínculo precário, desempregados e reformados era um apelo claro a setores da população em franca expansão e normalmente à margem das ações sindicais. Esses elementos indiciam uma mudança na estratégia seguida pela central sindical em direção à abertura a setores não sindicalizado e/ou não sindicalizáveis.

[278] Excerto de uma entrevista a um membro da Plataforma 15 de Outubro, realizada em Dezembro de 2011, em Lisboa.
[279] São de referir o caráter espontâneo, ausência de uma estrutura organizativa identificável, heterogeneidade interna, e radicalidade das propostas.
[280] Excerto de uma entrevista a um membro da Plataforma 15 de Outubro, realizada em Dezembro de 2011, em Lisboa.
[281] As concentrações foram convocadas em 37 cidades por todo o país.

A greve geral de 22 de Março de 2012 pautou-se por alguns elementos inovadores, nomeadamente o facto de a CGTP ter avançado de mote próprio para a convocação de uma manifestação no dia da greve geral[282]. Foi convocada ao mesmo tempo que a greve geral, o que pode ser atribuído a dois fatores. Por um lado, na greve geral anterior ficou claro que a convocação de uma manifestação imprimia uma outra dinâmica à contestação e à própria greve. Por outro, se a CGTP não convocasse a manifestação, qualquer uma das OMSs envolvidas na contestação o faria com toda a certeza. É importante discutir o significado da utilização do elemento manifestação pela CGTP. Tal como as anteriores, a greve geral de 22 de Março fez parte de um ciclo de protesto mais alargado que abarcou a atividade dos movimentos de combate à precariedade e antiausteridade. A incorporação da figura da manifestação no repertório "sindical" da greve geral ocorreu a partir da disseminação da sua utilização pela Plataforma 15O no contexto da greve geral anterior. Tendo em conta que tanto as greves gerais desde 2010 até 2013 como as OMSs do movimento antiausteridade se inserem no mesmo ciclo de protesto, a disseminação da estratégia e sua apropriação pela CGTP representou uma inovação do repertório de ação da central sindical. Ao incorporá-la, a CGTP legitimou a utilização da manifestação no contexto das greves gerais.

Da mesma forma que nos casos anteriores, o conjunto das organizações de movimento de combate à precariedade e antiausteridade apoiaram e envolveram-se na nova greve geral. Logo após a sua convocação, o PI publicou um *post* que condensava o essencial da sua perspetiva bem como das suas congéneres:

> Acreditamos que a greve é um processo que, partindo do movimento organizado de trabalhadores, deve abrir e envolver os outros sectores da sociedade com menos representação ou organização. A Greve Geral não é um momento de defesa corporativa, é antes um momento de afirmação geral, sobre as várias perspetivas das lutas que se juntam devido á austeridade agressiva. Neste dia, as organizações sociais e de trabalhadores que lutam pela democracia, pela justiça laboral e social, só podem estar abertas a todas as uniões e a toda a sociedade. É a responsabilidade máxima aquela que se exige a todos os que protagonizam a resposta social: só a democracia pode combater o autoritarismo da austeridade, é a democracia que reclama a

[282] Normalmente, a central sindical evocava o cansaço dos ativistas sindicais integrados em piquetes de greve e outras dificuldades logísticas como justificação para convocar apenas concentrações.

> mobilização e participação aberta, a união de todos os que à sua maneira, lutam do mesmo lado[283].

É importante destacar alguns aspetos do trecho reproduzido. Em primeiro lugar, a formulação "partindo do movimento organizado de trabalhadores" remete para o reconhecimento do caráter insubstituível do movimento sindical, nomeadamente em processos como o de convocação de greves gerais. Segundo, quando é afirmado que a greve geral deve "envolver os outros sectores da sociedade com menos representação ou organização (…) não é um momento de defesa corporativa", torna-se claro que é necessário que o exercício de greve deixe de restringir-se a determinados setores profissionais e principalmente à população sindicalizada, até porque essa terá tendência a diminuir. Em último lugar, destaco a caracterização da greve geral como um "momento de afirmação geral" que a conecta à sociedade no seu todo e ao conjunto das lutas que se ligam, nos termos de Laclau e Mouffe (2010) e de Laclau (2010, 2011) numa cadeia de equivalências que antagoniza a austeridade e que luta pela emancipação.

A máxima "não aceitamos ficar sem futuro!" guiou a participação das organizações de movimento na greve geral. A mensagem centrou-se na necessidade de exigir ao governo um investimento maior em áreas basilares de forma a superar a crise e a promover as condições de vida das populações. O regime de austeridade, a degradação dos direitos do trabalho e o desemprego, nomeadamente o desemprego jovem, eram vistos como os principais problemas do país e exigiam uma resposta forte e concertada, no sentido de "um movimento nacional, de sindicatos, mas também de movimentos e cidadãos, pela defesa dos direitos essenciais de todos"[284].

As formas de colaboração/articulação postas em prática no âmbito da greve geral não diferiram das anteriores. A formulação do apoio à greve geral foi transversal a todas as organizações de movimento. O envolvimento direto contemplou as quatro modalidades: cobertura informativa de todos os acontecimentos; mobilização ativa através da distribuição/divulgação de propaganda, organização de concentrações e de ações mais

[283] Disponível em http://www.precarios.net/ , consultado a 29 de Abril de 2012.
[284] Afirmação extraída de http://www.precarios.net/?p=812, consultado em 2 de Abril de 2012.

inovadoras; presença nos locais de greve; e participação em piquetes de greve da CGTP e organização de piquetes "independentes". A quinta modalidade que surgiu com a greve geral anterior, a organização de manifestação, não esteve presente pois, como mencionei, a CGTP convocou uma manifestação.

Importa salientar alguns pontos em relação à concretização das modalidades de envolvimento direto no caso concreto da greve geral de 22 de Março. A mobilização ativa através da distribuição/divulgação de propaganda foi muito forte. As várias organizações de movimento produziram cartazes de apelo à participação na greve geral que foram disseminados um pouco por toda a parte[285]. O cartaz do PI por exemplo apelava à utilização da greve geral como arma contra a austeridade: "A Austeridade é a Arma Deles!, Parar é a Tua! Pelo nosso futuro. Por ti"[286]. Essa organização de movimento foi, como de costume, uma das mais ativas, ou mesmo a mais ativa, em termos de envolvimento direto.

Os ativistas do PI participaram em grande número nos piquetes organizados pela CGTP. Promoveram ações inovadoras (modalidades de mobilização ativa e de presença nos locais onde a greve estava a acontecer) como a invasão de um *call center* da Portugal Telecom no centro de Lisboa, onde muitos dos trabalhadores eram contratados através de ETTs. Essa ação teve como objetivo contactar com os trabalhadores e denunciar as pressões a que estavam submetidos. Distribuíram panfletos, abriram uma faixa de apoio à Greve Geral e apelaram à participação nas expressões de rua da greve. No dia da greve geral, o PI promoveu uma concentração no Rossio, local de onde partiria a manifestação convocada pela CGTP. A intenção era de contribuir para a participação na manifestação, um sinal claro da atitude colaborativa da organização de movimento[287]. O objetivo da manifestação que

[285] Os cartazes foram disseminado nas redes sociais e nas ruas. Estavam disponíveis no *facebook* para *download*. Ativistas e outros cidadãos a favor da greve eram incentivados a imprimirem o cartaz e a divulgarem a greve geral autonomamente. Tal permitiu o alargamento do envolvimento no processo de mobilização.

[286] O Ferve també produziu um cartaz que remetia para a mobilização para a greve geral centrada na questão dos falsos recibos verdes.

[287] A greve geral foi pontuada por um incidente que pode constituir um sinal de que nem todos os níveis da estrutura da CGTP eram favoráveis à colaboração/articulação com o PI e organizações congéneres. À entrada da Praça de S. Bento, elementos do serviço de apoio da CGTP impediram a entrada a vários ativistas do PI e de outras organizações. Em resultado, várias pessoas ficaram feridas e um membro do PI necessitou de assistência hospitalar. O PI repudiou o acontecimento mas não hostilizou a CGTP enquanto organização, até porque da cúpula da estrutura surgiu um pedido de desculpas. Este episódio pode apontar para coexistência

juntou CGTP e organizações de movimento de combate à precariedade e antiausteridade era conferir mais força à greve geral, dar-lhe visibilidade e fornecer o espaço para os trabalhadores e a população expressarem a vontade de mudança. Por exemplo, centenas de jovens manifestaram-se sob o mote "Ocupar Tudo". Por último, não podem deixar de ser mencionadas as expressões internacionais de apoio à greve. Foram importantes na medida em que lhe conferiram mais força e legitimidade[288].

Em termos de formulação de apoio e envolvimento direto, também merecem destaque o Movimento 12 de Março (M12M) e a Plataforma 15O. O primeiro associou a greve geral às questões da prática democrática ("pôr a democracia em prática é fazê-la") e da oposição à censura, o que conduziu a formulação do seguinte mote: "faz-te ouvir, faz democracia, faz Greve"[289]. A segunda convocou uma manifestação para o dia da greve geral, não obstante a CGTP o ter feito também. A manifestação juntou centenas de manifestantes e culminou na Assembleia da República com a realização de uma assembleia popular. Pode ainda ser referida a participação de estudantes universitários através da organização de piquetes de greve em conjunto com professores, mantendo assim algumas faculdades praticamente desertas, e da convocação de concentrações.

A greve geral ibérica de 14 de Novembro de 2012 foi uma greve com características particulares dado o seu caráter internacional e que se diferenciou pela elevada adesão de trabalhadores do setor privado, bem como pela participação numerosa

---

de posturas diferenciadas em relação às OMSs de combate à precariedade e antiausteridade no seio da CGTP. No caso concreto, a diferença verificou-se entre as bases e a cúpula.

[288] Um exemplo concreto foi a manifestação de solidariedade com o povo português na Greve Geral, junto à embaixada de Portugal em Paris, passando depois diante da embaixada da Grécia. A manifestação terminou junto à sede do FMI. Claramente, o percurso estava carregado de simbolismo. A manifestação foi acompanhada do apelo "22 de Março: Somos todos portugueses" lançado na internet, em várias línguas. A convocatória foi subscrita por vários movimentos e organização: *Le Mouvement du 12 Mars – Paris* (Movimento 12 de Março – Paris), *L'initiative des étudiants et des travailleurs grecs à Paris* (Iniciativa dos Estudantes e dos Trabalhadores Gregos em Paris, *Les Indignés* (Os Indignados), *"Bloc de Esquerda" - France*, *SUD - Solidaires* (Solidários, Unitários, Democráticos; parte da união de sindicatos francesa *Solidaires*), *Europe Écologie - Les Verts* (Ecologia Europa – Os Verdes), *Les marches européennes contre le chômage, la précarité et les exclusions* (Marchas europeias contra o desemprego, a precariedade e as exclusões), AC!, ATTAC, *Alternative Libertaire* (Alternativa Libertária), *Parti de Gauche* (Partido de Esquerda), STCDE (Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas de Portugal no Estrangeiro).

[289] As razões para tal estiveram relacionadas com a criminalização de vários ativistas envolvidos na organização da manifestação convocada pela Plataforma 15O no contexto da greve geral de 24 de Novembro de 2011 (essa manifestação não estaria autorizada).

e heterogénea ao nível das concentrações e manifestações convocadas. Esses factos fomentaram a perceção que o protesto popular estava a ganhar cada vez mais força e que podia ter um impacto substantivo, isto é, podia forçar a alteração do rumo das políticas adotadas pela UE no geral e pelo governo PSD/CDS-PP em particular. Contou com o apoio e envolvimento ativo das OMSs de combate à precariedade e antiausteridade[290] e também de estudantes, principalmente do ensino superior[291]. Os apelos das organizações de movimento centraram-se nos segmentos dos trabalhadores precários, desempregados e estudantes. Por exemplo, a mobilização ativa da Plataforma 15O e do Que Se Lixe a *Troika* (QSLT) na modalidade de distribuição/divulgação de propaganda orbitou em torno dos motes "A nossa luta é internacional!" e "Façam greve: é por nós e por vocês", aludindo claramente à dimensão internacional da crise e necessidade de uma estratégia de resistência. A greve geral ibérica era vista como um momento decisivo na luta contra a austeridade. Importa salientar algumas iniciativas inovadoras que se gizaram no âmbito do apoio e envolvimento direto das organizações de movimento e plataformas de mobilização.

Uma iniciativa bastante interessante foi a levada a cabo pela entretanto constituída Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis (ACP-PI). Convocou reuniões aberta***s*** com o mote "Como participamos e nos preparamos para esta Greve Geral?"[292] que tinham como objetivo, como o nome indica, preparar a greve geral que se aproximava. Foi uma forma de envolver ativamente pessoas normalmente afastadas tanto do sindicalismo como do circuito do ativismo. Outro exemplo foi uma ação de protesto em uma loja dos supermercados Pingo Doce em Lisboa no dia da greve geral ibérica, também levada a cabo pela ACP-PI. O objetivo era denunciar a estratégia de exploração perpetrada pelo grupo

[290] O Movimento Sem Emprego e os Indignados de Lisboa contam-se também entre os atores coletivos envolvidos.

[291] Importa dar destaque ao envolvimento dos estudantes na greve geral. Os estudantes do ensino superior solidarizaram-se com a greve geral, apelaram à paralisação de professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e eles próprios aderiram também à greve geral, não indo às aulas. Aquela era uma greve também pelo futuro e contra a precariedade no Ensino Superior. O grupo "Estudantes pela Greve Geral" apresentou cinco razões pelas quais os estudantes deviam fazer greve: pelo direito a estudar, pelo direito à mobilidade, pelo direito ao ensino e investigação científica pública, pelo direito ao emprego e pelo direito a ter direitos.

[292] No total, foram três, duas em Lisboa e outra no Porto (já tinha sido criado o núcleo ACP-PI Porto).

económico responsável pela cadeia de supermercados. Os ativistas desdobraram uma faixa, distribuíram panfletos de apoio à greve no interior da loja e leram uma mensagem que denunciava a situação de exploração e os seus responsáveis.

As organizações de movimento e plataformas de mobilização, bem como outros grupos, participaram amplamente na manifestação convocada pela CGTP. A presença dos estudantes também se fez sentir com muita força. Empunhavam cartazes com mensagens interessantes, como: "É preciso refundar este Governo", "A *troika* ou a vida", "Ulrich, não aguento", "Crato: és um bom aluno da austeridade". Proferiram *slogans* como "chega, basta de estudar à rasca" e "Eu tenho o sonho de ser feliz em Portugal". Durante o trajeto alguns participantes entraram em lojas e dependências bancárias e incitaram quem se encontrava no interior a tomar parte da manifestação promovida pela CGTP. É interessante verificar a mobilização generalizada em torno da iniciativa da central sindical. Apesar das divergências existentes no interior das plataformas de mobilização[293], o clima político e económico atuou como um fator de unidade.

A greve geral de 27 de Junho de 2013 foi a última do período abrangido por este estudo. Motivou o lançamento de um apelo à participação por um conjunto de doze organizações[294]. Tratou-se de um apelo heterogéneo, que reuniu sindicatos, associações e organizações de movimento numa ação de convergência em torno de uma greve geral que consideravam ser essencial para derrotar a austeridade. As adesões atravessaram toda a sociedade e o resultado foi a paralisação de inúmeros setores de atividade (público e privado), com especial destaque para os transportes. Os trabalhadores precários aderiram em grande número. Foi uma greve geral que se destacou também pelo facto de ter sido acompanhada de concentrações e manifestações da CGTP em todas as capitais de distrito e nas regiões autónomas. A manifestação que teve lugar em Lisboa juntou setores profissionais bastante heterogéneos, trabalhadores precários, estudantes, pensionista e

[293] Essas divergências concerniam, como referi anteriormente, a postura a assumir face ao movimento sindical no geral e à CGTP em particular.

[294] As doze organizações foram o SPGL, sindicato CENA, ATTAC Portugal, Associação de Estudantes do ISCTE, Associação de Profissionais do Regime de Amas, Associação Comunidária, SOS Racismo, UMAR, Não te prives, Panteras Rosa e a ACP-PI.

movimentos sociais, em protesto contra a austeridade e a pedir a demissão do governo, o que foi sem dúvida uma expressão política importante da greve.

As organizações de movimento e plataformas de mobilização reviram-se sem dificuldades na convocatória ampla lançada pela CGTP[295] e anunciaram o seu apoio. Como nas situações anteriores, foram estabelecidas relações de colaboração/articulação que comtemplaram o apoio a iniciativas e o envolvimento direto em quatro das suas modalidades, a saber: cobertura informativa dos acontecimentos; mobilização ativa através da distribuição/divulgação de propaganda, organização de concentrações e de ações mais inovadoras; presença nos locais de greve; participação em piquetes de greve da CGTP e organização de piquetes "independentes". Um caso de mobilização ativa que contemplou uma ação inovadora (embora já anteriormente utilizada) foi a promoção de uma assembleia destinada a organizar a participação na Greve Geral – "Pensar para Parar". Foi promovida pela ACP-PI em conjunto com a Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!) e com a Artigo 74º[296]. Essa iniciativa destinava-se a pensar como poderiam outros setores contribuir para o sucesso da greve geral e como os mobilizar. A ACP-PI promoveu também sessões de construção de materiais para a greve geral, como pancartas e faixas[297]. Outra forma de mobilização ativa partiu do QSLT. Consciente dos impedimentos à adesão à greve enfrentados pelos trabalhadores, a plataforma lançou o apelo"Dia 27 de Junho faz greve geral e social!" e sugeriu uma série de comportamentos que podiam contribuir para o crescimento da greve geral (por exemplo, não comprar nada, não tomar café, etc.). Cabe ainda apontar um caso de envolvimento direto sob a modalidade de organização de manifestação (a quinta modalidade). Apesar de a CGTP ter convocado uma manifestação em várias cidades, a plataforma 15O lançou uma convocatória independente, à qual aderiram o QSLT, a ACP-PI, entre outras. O trajeto do Rossio até à Assembleia da República foi percorrido sob o mote "Todos/as a São Bento".

[295] Recordo que a convocatória partiu da CGTP. A UGT associou-se posteriormente.
[296] Trata-se de uma organização cuja esfera de ação se situa na luta pelo direito à educação.
[297] Outra modalidade de apoio a iniciativas utilizada pela ACP-PI foi a participação em piquetes de greve da CGTP. Os seus membros e simpatizantes integraram vários piquetes de greve, nomeadamente nos serviços de recolha do lixo da cidade de Lisboa e no metro.

Sob a influência das imagens das mobilizações em outros países como o Brasil[298], a perspetiva da plataforma 15O era que a sua convocatória viesse reforçar a ação das centrais sindicais no dia da greve geral, apesar de poder ser questionada a utilidade da convocação de uma manifestação paralela.

Houve um ponto que conferiu um destaque negativo a duas das greves gerais ocorridas no período em causa: a verificação de episódios de violência. As greves gerais de 22 de Março e de 14 de Novembro de 2012 sobressaíram também pelos episódios de repressão ocorridos. Esses episódios podem ser lidos à luz das estratégias prevalecentes em Portugal[299]. Em teoria, o Estado português utiliza predominantemente estratégias exclusivas para lidar com os oponentes que podem chegar a assumir a forma de repressão. Foi o que aconteceu no contexto das duas greves mencionadas, sendo que no caso da segunda a repressão atingiu níveis superiores[300]. Esses episódios verificaram-se em contexto de piquetes de greve e também de concentrações e manifestações. A atuação repressiva da polícia indicia várias coisas. Por um lado, que o Estado já não tinha capacidade de ignorar os protestos, como muitas vezes os Estados fortes são capazes de fazer, dado que a contestação social se estendia a vários setores da população. A demonstração do descontentamento no espaço público subia de tom, sendo por isso necessário o emprego de estratégias de contenção mais eficazes. Por outro, o emprego de estratégias repressivas é justificado pela adoção de comportamentos mais violentos ou disruptivos por parte dos manifestantes.

O último argumento teve consequências importantes. Ao serem imputados comportamentos disruptivos aos manifestantes, as organizações e movimentos a que estavam ligados foram descredibilizados. A opinião pública foi afetada pela imagem depreciativa da ação coletiva extra partidária e extra sindical transmitida pela comunicação

[298] Em Junho desse ano de 2013, o Brasil foi assolado por uma onda de protestos.
[299] As estratégias prevalecentes são um dos elementos compõem a estrutura de oportunidades políticas de cada país, como referido anteriormente (ver secção 1.3 da parte I e Anexo X).
[300] No piquete de greve dos autocarros da Carris, na estação da Musgueira, em Lisboa, ocorreram confrontos com a polícia e foram feitas detenções. Também o piquete da CP, na estação da Pampilhosa, foi marcado por tumultos entre as forças de segurança e os piquetes de greve.

social, condicionando assim o apoio fornecido. No entanto, no geral, a repressão não teve um efeito desmobilizador e fortaleceu até uma identidade coletiva "anti sistema"[301].

*

As características das OMSs de combate à precariedade e antiausteridade suscitaram atitudes cautelosas por parte do movimento sindical na sua generalidade. Ficou patente o desconforto das organizações sindicais, burocratizadas e hierarquizadas, perante a necessidade de uma postura mais flexível face a estratégias mais ousadas e à imprevisibilidade características das organizações de movimento. No contexto analisado, a informalidade perturbou as relações de confiança entre as organizações de movimento e a CGTP de certa forma. Os movimentos sociais e suas organizações também demonstravam renitência ao envolvimento em relações de colaboração/articulação com a CGTP e suas estruturas. Os obstáculos de parte a parte resultam de duas fontes de tensão que podem ser reconduzidas de forma esquemática às oposições entre reformismo e radicalismo e entre formalismo/verticalidade e autonomia/horizontalidade.

Apesar da influência das fontes de tensão enunciadas, as relações colaboração/articulação ocorreram e favoreceram uma aproximação aos objetivos. Foram bastante expressivas no contexto das greves gerais. No entanto, o alcance dessas relações foi de alguma forma limitado. Apesar da convergência de perspetivas e do contexto (unificador, pois proporcionou essa convergência) da crise, as desconfianças e renitências não foram totalmente dissipadas.

[301]Por exemplo, para a ACP-PI, a escalada repressiva colocava como exigência uma maior convergência na resposta popular contra a política do Governo e da *troika*.

CONCLUSÃO

"Precários portugueses não querem mudar o *status quo*, mas sim beneficiar dele" é o título de uma peça publicada recentemente num jornal de referência[302]. A ideia central subjacente abre uma discussão importante que se concatena com as linhas principais do presente estudo. Apesar de as referências a uma rutura com o sistema surgirem com alguma frequência, os protestos que tomaram as ruas no nosso país no período entre 2011 e 2013 procuraram no essencial defender um conjunto de conquistas e de direitos sociais adquiridos na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974. No fundo, tratava-se de assegurar a manutenção do ideal da sociedade salarial, uma sociedade comprometida com uma dinâmica que associava o crescimento económico ao desenvolvimento socia, o progresso e a melhoria das condições de vida, e que oferecia uma série de garantias associadas ao estatuto do emprego.

As mudanças impulsionadas pela reestruturação produtiva e pela aplicação das novas tendências de organização do trabalho transformaram de forma inequívoca as relações laborais. A flexibilização e precarização do trabalho e o desemprego elevado combinam-se com o movimento de retração do Estado social, contribuindo para a erosão da sociedade salarial em favor da conformação de um regime de risco. Uma das implicações é o desaparecimento da base que sustentou as perspetivas de mobilidade ascendente partilhadas por vários segmentos da população.

O regime de risco, fortemente marcado pela precariedade do trabalho e do emprego, transcende os limites do campo das relações laborais e revela os seus efeitos tanto no plano individual como no coletivo. Os vínculos contratuais precários produzem trajetórias profissionais incertas e descontínuas que definem (ou minam) identidades e modos de vida e constrangem as perspetivas de futuro. A precariedade tem uma incidência expressiva sobre as franjas mais jovens da população, denunciando a existência de uma relação "privilegiada" entre precariedade e juventude, apesar de ser também evidente a sua expansão a outros setores, sendo de destacar a precarização das classes médias.

[302] Jornal Público, edição de 26/07/2016.

No plano coletivo, os efeitos da precariedade têm sido particularmente problemáticos para o movimento sindical. Ao potenciar a fragmentação da classe trabalhadora, influi negativamente sobre a solidariedade sindical, ao mesmo tempo que as dificuldades de filiação enfrentadas pelos trabalhadores precários, no quadro de expansão dessas formas de emprego, coloca problemas acrescidos no que concerne às taxas de sindicalização e à sustentabilidade financeira das organizações sindicais. Esses e outros fatores têm contribuído para as dificuldades crescentes do movimento sindical em atuar no contexto presente. Em meados dos anos 2000, essas dificuldades e limitações estiveram intimamente associadas à emergência de vários atores coletivos – organizações de movimento – que configuraram um movimento de combate à precariedade cujo objetivo era colmatar, de certa forma, as lacunas na representação dos trabalhadores precários.

O período de 2010 - 2013 foi particularmente crítico do ponto de vista económico e político para o sindicalismo. Enfrentou ataques à negociação coletiva e alterações profundas ao código do trabalho que exprimem já referida expansão da precarização do trabalho. No seu conjunto, esses fatores traduziram-se em limitações à ação sindical. Tal cenário arrastou consigo o descontentamento generalizado em relação às instituições da democracia representativa e à forma como a representação dos cidadãos era operada, o que de certa forma afetava também as estruturas sindicais. Esse contexto de crise(s) funcionou como uma espécie de "gatilho", como uma "oportunidade" em certo sentido. Despoletou respostas radicais/conflituais por parte do movimento sindical, bem como a emergência de novos atores coletivos que se insurgiam contra a destruição das perspetivas de futuro associadas ao desmantelamento do Estado social. Esses novos atores assumiram a forma de plataformas de mobilização, pautadas pelo funcionamento em rede e pela heterogeneidade, e conformaram o movimento antiausteridade.

Perante condições cada vez mais adversas, atores sindicais e movimentos sociais foram "empurrados" para estratégias que, fazendo ou não parte dos seus planos e aspirações, poderiam amplificar a resposta à expansão da precariedade e à imposição da austeridade e potenciar os resultados ou impactos obtidos. Não obstante as suas características bastante diferenciadas, esses atores eram, em última análise, movidos pela mesma

preservação do *status quo* no que toca às funções do Estado Social e ao emprego estável e com direitos. O conflito entre capital e trabalho é um aspeto central a todos eles. No caso da CGTP e dos movimentos de combate à precariedade e antiausteridade, essa centralidade conferiu um caráter ambíguo às relações que se gizaram entre ambos. Se a similitude de preocupações e objetivos proporcionou a existência de perspetivas de complementaridade, a centralidade do trabalho também gerou tensões que colocaram constrangimentos a essas relações.

O estudo realizado permitiu identificar três formas de colaboração/articulação entre movimento sindical e movimentos sociais a partir das relações estabelecidas entre CGTP e organizações de movimento de combate à precariedade e antiausteridade: o apoio a iniciativas, o envolvimento direto e a organização partilhada. Um aspeto que mereceu particular atenção reporta-se às greves gerais desse período, a esse respeito foi possível distinguir cinco modalidades de envolvimento direto entre as estruturas sindicais e os atores aqui em análise (a que apliquei o conceito de "organizações de movimento"), a saber: (1) cobertura informativa de todos os acontecimentos; (2) mobilização ativa através da distribuição/divulgação de propaganda, organização de concentrações e de ações mais inovadoras; (3) presença nos locais de greve; (4) participação em piquetes de greve da CGTP e organização de piquetes "independentes"; (5) e organização de manifestações. As três primeiras modalidades são aplicáveis a outros contextos de ação além do de greve geral, como por exemplo ações de luta. O apoio a iniciativas e o envolvimento direto foram as formas de colaboração/articulação mais utilizadas pelas organizações de movimento de combate à precariedade (utilizadas desde a sua formação, no período que antecedeu o ciclo de protesto) e antiausteridade de uma forma geral.

Essas relações foram condicionadas por fontes de tensão que de forma esquemática podem ser reconduzidas às oposições entre formalismo/verticalidade e autonomia/horizontalidade, por um lado, e reformismo e radicalismo, por outro. No plano concreto, essas fontes de tensão influenciam-se mutuamente e são condicionadas por um conjunto intrincado de fatores. No caso da CGTP, pode ser referida a presença de uma tendência que condicionou de forma inequívoca e em diferentes graus as relações

estabelecidas. Verificou-se uma tentativa constante, mais ou menos explícita, de afirmar a sua posição de ator formalmente investido do papel de representação de todos os trabalhadores. Essa posição revelou-se na sua propensão para impor os termos da colaboração/articulação. Apesar da postura identificada ter evoluído no sentido do maior reconhecimento da importância daqueles atores coletivos, e da formulação de um apoio explícito que acompanhou o endurecimento das condições externas e o desenrolar dos protestos, nunca chegou a diluir-se completamente.

O facto de a diluição nunca ter ocorrido de forma definitiva colidiu com a matriz ou princípio de autonomia das organizações de movimento, especialmente no caso das plataformas de mobilização antiausteridade. Os movimentos sociais e as suas organizações procuram colocar em prática as suas próprias estratégias e conservar uma liberdade de ação que deixe espaço à originalidade, que é no fundo o que os distingue de estruturas sindicais como a CGTP e é atrativo para os desiludidos com as dinâmicas de funcionamento de partidos políticos e sindicatos. As diferenças no que concerne às características das organizações mencionadas tiveram, no caso dos movimentos sociais, um papel secundário em termos das limitações que impuseram. Mais especificamente, a leitura que foi feita pelas organizações de movimento e plataformas de mobilização estava subordinada à questão da autonomia: a estrutura em rede, informal e totalmente horizontal foi uma forma de afirmação do princípio da autonomia e de se diferenciarem dos atores que criticavam. De uma forma geral, as organizações de movimento enfrentam o dilema da escolha entre os benefícios proporcionados pela articulação com o campo institucional e as exigências de autonomia. Já no caso da CGTP e das suas estruturas, as características acima mencionadas suscitam em geral desconfianças e propiciaram atitudes cautelosas. Apesar de não terem impedido a existência de relações de colaboração/articulação, condicionaram-nas de certa forma. Os elementos enunciados dizem respeito às tensões entre formalismo/verticalidade e autonomia/horizontalidade.

Foi possível identificar a presença da segunda fonte de tensão, reformismo/radicalismo, tanto nas relações entre a CGTP e as organizações de movimento (e plataformas de mobilização) como no interior das últimas. Os movimentos sociais em rede da era da internet, como é o caso dos movimentos aqui considerados, não rejeitam

necessariamente o envolvimento com a esfera política institucional/formal, pelo menos não em toda a linha, como é comprovado pelos objetivos e ações dos movimentos sociais de combate à precariedade e anti austeridade. Os objetivos de preservação do Estado social e do emprego estável e com direitos ditaram que fosse assumida uma visão mais pragmática, não obstante a defesa da autonomia. Apesar de essa posição já ser congruente com a perspetiva acolhida pela CGTP e de as relações de colaboração/articulação se terem intensificado a partir do momento que os movimentos sociais e suas organizações assumiram um maior pragmatismo nas suas reivindicações, mostrando-se também menos refratários aos atores institucionais, as desconfianças prevaleceram, ainda que em menor grau. Isso indicia que os obstáculos se situam a um nível mais profundo.

As relações de articulação/colaboração são influenciadas por aspetos estruturais e por tradições e conflitos políticos ancorados historicamente, ao mesmo tempo que se inserem no contexto mais geral em que ocorre a sua concretização. Assim, o quadro com que nos deparamos é imensamente complexo e as alterações possíveis no sentido de levar mais longe as possibilidade de colaboração/articulação são até certo ponto limitadas, até porque, como referi, esses processos não deixam de ter um substrato "histórico". Nomeadamente, foi possível identificar uma continuidade em relação ao período pós revolucionário no que diz respeito à disputa por conceções contrastantes de democracia e à heterogeneidade ideológica principalmente ao nível das plataformas de mobilização antiausteridade. Essas características tiveram um peso significativo ao nível das tensões que limitaram a colaboração/articulação.

A perceção generalizada dos atores emergentes e protestos ocorridos como inconsequentes, por um lado, e como veículos de visões de rutura total com o sistema e com as formas convencionais de fazer política, por outro, foi um obstáculo que se interpôs entre a CGTP e aqueles atores. No entanto, um conjunto de iniciativas levadas a cabo por organizações de movimento de combate à precariedade e anti austeridade demonstraram que muito embora a imagem transmitida pudesse ser outra, correspondente a expressões não maioritárias no plano interno das plataformas de mobilização, a tendência global era de adoção de uma postura reformista perante o sistema, no sentido de uma "pulsão plebeia". As coligações que essas organizações de movimento formaram no âmbito de duas

iniciativas específicas foram importantes como momentos de afirmação da capacidade das organizações de movimento em levarem a cabo uma estratégia que envolvia o campo institucional. Colocaram formalmente as suas reivindicações na agenda política, participaram da sua discussão na arena parlamentar e dialogaram com partidos políticos e grupos parlamentares. Tal refuta em definitivo a sua irrelevância e/ou incapacidade, sublinhando também que afinal esses atores abraçam atitudes reformistas, não sendo portanto o radicalismo da rutura com as instituições da democracia representativa a perspetiva dominante. Dizer que as ideias de rutura não foram dominantes é também dizer que existiram apesar de tudo. Por outro lado, a capacidade de mobilização demonstrada e a maior definição das reivindicações formuladas também contribuíram para desconstruir a inconsequência que lhes era atribuída.

A organização partilhada foi o tipo de colaboração/articulação mais raro pois exigia da parte da CGTP um reconhecimento maior (também em termos públicos) da ação desenvolvida por aqueles atores coletivos. No que concerne às organizações de movimento, a mesma colidia com o princípio da autonomia pois podia obrigar à gestão de constrangimentos à ação, como por exemplo a imposição de uma postura de "comando" da parte da CGTP, uma tentação que, como se sabe, é recorrentemente apontada a esta confederação por via, nomeadamente, do poder hegemónico do PCP nas suas estruturas dirigentes. A organização partilhada só surgiu uma vez e o contexto foi de excecionalidade, tendo sido motivada pela novidade das situações de mobilização extrainstitucional à margem de partidos políticos e sindicatos.

O apoio a iniciativas, ou o apoio de uma forma geral, da CGTP às organizações de movimento de combate à precariedade só foi formulado explicitamente em relação aos Precários Inflexíveis. Nesse caso específico também se desenvolveram contactos mais diretos que se pautaram pela informalidade. Foram estabelecidos com base em afinidades e favoreceram a existência de canais de comunicação privilegiados que possibilitaram articulação de posições e a coordenação de ações em situações concretas. No caso de uma outra organização de movimento, o Ferve, a articulação de posições e coordenação de ações também ocorreu, embora com uma frequência muito menor, mas o reconhecimento

nunca foi formulado. Esses factos remetem para a importância do tipo de objetivos específicos, dinâmicas internas e projeção mediática das organizações de movimento no quadro das relações de colaboração/articulação com estruturas sindicais.

O esforço de clarificação e sistematização realizado não esgota a totalidade dos ângulos de análise possíveis. No entanto, proporciona a formulação de pistas que permitem contornar alguns dos obstáculos à colaboração/articulação entre os campos sindical e dos movimentos sociais que foram identificados. Contornar é a palavra adequada pois suprimir ou ultrapassar no sentido de fazer desaparecer acarretaria uma transformação radical dos atores envolvidos que tampouco é possível pois envolve a alteração de identidades e de processos enraizados historicamente, como já referi. A aproximação não pode exigir uma transfiguração no sentido de um corte radical com aquilo de faz daqueles atores o que são, quer a CGTP, quer as "organizações de movimento" ou as "plataformas de mobilização". Uma solução desse tipo não deixaria de comprometer a manutenção das suas bases sociais. Uma vez que vários atores funcionam através de dinâmicas sociais em rede, captam apoios e mobilizam diversos setores e camadas sociais, justamente por serem caracterizados pela informalidade, fluidez e instabilidade. Nesse sentido, quero sugerir alguns pontos que podem potenciar o alcance da colaboração/articulação a que tenho vindo a referir-me.

Em primeiro lugar, na esteira das propostas em torno de um sindicalismo de movimento social, é necessária uma efetivação real da abertura do movimento sindical e das suas estruturas a novas causas mas também a novos atores que articulam o mesmo tipo de objetivos ou as mesmas reivindicações que o campo sindical. Essa abertura só será efetiva quando não mais depender (no sentido de ser ativada por) de conjunturas específicas ou acontecimentos particulares e se transformar numa atitude geral. Todavia, sabemos bem que é precisamente a dinâmica social e sociolaboral, ou seja, são as tensões e conflitos inerentes à conjuntura sociopolítica que podem (ou não) "obrigar" a uma redefinição de estratégias que se traduza numa outra atitude de abertura que favoreça uma cooperação mais efetiva entre estes diferentes atores do campo laboral. A efetivação da abertura mencionada também se aplica ao campo dos movimentos sociais e suas organizações. Mesmo tendo em conta que a efemeridade é uma característica possível

desses atores, isso não invalida que exista pelo menos um diálogo proporcionador de um conhecimento mais aprofundado de posições e perspetivas, no sentido do revigoramento tanto do sindicalismo como dos movimentos e da sociedade civil em geral.

Em segundo lugar, a construção desse diálogo exige, de parte a parte, a disponibilidade para aproximações e reaproximações. A continuidade é nesse sentido construída de forma a acomodar as especificidades dos atores envolvidos. Através dela podem ser esbatidas as desconfianças decorrentes de características marcadamente diferenciadas.

Em terceiro lugar, a continuidade, também no sentido de regularidade, é importante no funcionamento interno das organizações de movimento e plataformas de mobilização. Não sendo desejável a diluição da heterogeneidade que as caracteriza de uma forma geral, a continuidade e a regularidade podem fomentar dinâmicas proporcionadoras de uma harmonização de posições que contrarie os fatores de entropia conducentes ao desaparecimento. Podem também favorecer a formulação de objetivos claros que forneçam uma base para o referido diálogo.

Olhando o atual panorama sociolaboral em Portugal e na Europa do Sul, é inquestionável que o mundo do trabalho perdeu estatuto como principal fonte de dignidade e reconhecimento. A presente tese procurou mostrar a natureza contraditória e complexa das relações de trabalho e das modalidades de ação coletiva com que se confrontam hoje em dia, quer o movimento sindical quer as restantes modalidades de organização e mobilização associadas às tendências recentes de precariedade e de retrocesso dos direitos do trabalho assalariado. Tendo embora a consciência de que as conclusões apresentadas recobrem apenas uma pequena parte do objeto de estudo sobre o qual incidem, espera-se que esta reflexão possa constituir um contributo para que sindicalistas, ativistas e restantes atores sociais que sofrem diretamente com a reconfiguração em curso das relações de trabalho e do mercado de emprego em geral prossigam uma reflexão e crítica construtiva capaz de favorecer a revitalização do sindicalismo e do associativismo sociolaboral.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abercrombie, Nicholas; Urry, John (1983) *Capital, labour, and the middle classes.* London, Boston: G. Allen & Unwin.

Aglietta, Michel (1987) *A Theory of Capitalist Regulation: The US Experience.* London: Verso.

Almeida, António José; Cordeiro, João Pedro; Fernandes, Paulo (2010) "A negociação coletiva ao nível da empresa: o caso da Volkswagen/Autoeuropa." *Sociedade e Trabalho*. 40, 7-19.

Almeida, Paulo Pereira de (2009) *O Sindicato-Empresa: uma nova via para o sindicalismo.* Lisboa: Bnomics.

Alves, N. A.; Batista, I.; Carmo, R .M. (2011) *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, quotidiano e futuro.* Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Alves, Giovanni (2007) *Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de sociologia do trabalho.* 2ª edição. Londrina: Praxis.

Antunes, Ricardo (2013) *Os Sentidos do Trabalho. Ensaios Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.* Coimbra: Edições Almedina.

Antunes, Ricardo (2005) *O caracol e sua concha. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.* São Paulo: Boitempo Editorial.

Antunes, Ricardo; Alves, Giovanni (2004) "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital." *Educação & Sociedade*. Vol. 25, n. 87, 335-351. http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf [9 de Maio de 2011]

Antunes, Ricardo (2003) "A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas." *In* Marco Aurélio Santana; José Ricardo Ramalho (orgs.) *Além da*

Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 213-224.

Antunes, Ricardo (2002), *Adeus Ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª edição. São Paulo, Campinas: Cortez Editora, Editora da Unicamp.

Bagguley Paul (1995) "Middle Class Radicalism Revisited." *In* Tim Butler; Mike Savage (eds.) *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press, 293-309.

Baumgarten, Britta (2013), "Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011", *Current Sociology,* 61(4), 457‑473.

Barker, Colin; Dale, Gareth (1998) "Protest Waves in Europe: A critique of 'New Social Movement Theory.'" *Critical Sociology*. 4 (1-2), 65 -104.

Beaud, S.; Pialoux, M. (1999) *Retour sur la Condition Ouvrière.* Paris: Fayard.

Beck, Ulrich (2000) *The Brave New World of Work.* Cambridge: Polity Press.

Beck, Ulrich (1998) *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós.

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (1994) *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Stanford: Stanford University Press.

Beluzzo, Luiz Gonzaga (2013), *O Capital E Suas Metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP.

Bernaciak, Magdalena; Gumbell-McCormic; Hyman, Richard (2015) "El Sindicalismo Europeo: De La Crisis A La Renovación?" *Cuadernos* nº 40, Marzo 2015, Fundación 1 de Mayo. www.1mayo.ccoo.es

Béroud, Sophie (2009) "Organiser les inorganisés: Des expérimentations syndicales entre renouveau de pratiques et échec de la syndicalisation"*. Politix.* 22 (85), 127-146.

Bihr, Alain (1991) *Du "grand soir" à "l´alternative": le movement ouvrier européen en crise*. Paris: Editions Ouvrières.

Blumer, Herbert (1937) *Symbolic Interactionism: perspective and method.* Chicago: University of Chicago Press.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (2009) *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Bourdieu, Pierre (2011), *O Poder Simbólico.* Lisboa: Edições 70.

Braga, Ruy (2015) *A Pulsão Plebeia. Trabalho, Precariedade e Rebeliões Sociais.* São Paulo: Alameda.

Braga, Ruy (2014) "Precariado e sindicalismo no Sul global", *Revista Outubro*, n. 22, 37-61.

Braga, Ruy; (2009) "A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo." *In* Ricardo Antunes; Ruy Braga (eds.) *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual.* São Paulo: Boitempo Editorial, 59-88.

Braverman, Harry (1974) *Labor and Monopoly Capital*. New York: Monthly Review Press.

Burawoy, Michael (2014) *Marxismo Sociológico. Quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica.* São Paulo: Alameda.

Burawoy, Michael (1991), "The extended case method". *In* Michael Burawoy *et al., Ethnography Unbound: power and resistance in the modern metropolis.* Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 271-287.

Burawoy, Michael (1985) *The politics of production.* London: Verso.

Burawoy, Michael (1979) *Manufacturing Consent - Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism.* Chicago: The University of Chicago Press.

Cardoso, Gustavo (2014) *O Poder de Mudar. Crise, Autonomia, Escolha.* Lisboa: Tinta-Da-China.

Caria, Telmo H. (2003), “A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras”. *In* Caria, Telmo H. (org.) *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 9-21.

Caria, Telmo H. (2000a), "O olhar sociológico sobre a etnografia", *in A Cultura Profissional dos Professores — o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 29-65.

Caria, Telmo H. (2000b), "A mediação intercultural no debate sobre a relação ciência e acção social". *Educação, Sociedade & Culturas*, nº14, pp.89-102.

Casaca, Sara F. (2012) “Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes”, *in* Casaca, Sara Falcão (coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Género*. *Novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 9-50.

Casaca, Sara F. (2009) “Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho.” SOCIUS. Lisboa, n. 4.

Castel, Robert (2010) *El ascenso de las incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Castel, Robert (1998) *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Castells, Manuel (2013) *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

Castells, Manuel (2006) “A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política”. *In* Castells, Manuel; Gustavo Cardoso (eds.) *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 17-30.

Castells, Manuel (2000) *A Sociedade em Rede*. Vol 1. 8ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Cerdeira, Maria da Conceição (2004) *Dinâmicas de transformação das relações laborais em Portugal*. Lisboa: MAET/DGERT.

Cerdeira, Maria da Conceição (1997) "A sindicalização portuguesa de 1974 a 1995." *Revista Sociedade e Trabalho.* 1, 46-53.

Cohen, Jean L.; Arato, Andrew (2000) *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica.

Cohen, Jean L. (1985), "Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements." *Social Research: An International Quarterly*. 53 (1), 663-716.

Costa, Hermes Augusto; Dias, Hugo; Soeiro, José (2014) "As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições." *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 103, 173-202.

Costa, Hermes Augusto (2011) "Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas". *In* Elísio Estanque; Hermes Augusto Costa (org.). *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina/CES, 13-48.

Costa, Hermes Augusto (2008) *Sindicalismo Global ou Metáfora adiada: Discursos e Práticas Transnacionais da CGTP e CUT.* Porto: Edições Afrontamento.

Costa, Hermes Augusto (2005) "A política internacional da CGTP e da CUT: Etapas, temas e desafios." *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71, 141-161.

Dagnino, Evelina (1998) "Culture, Citizenship, and Democracy: Changing Discourses and Practices of the Latin America Left". *In* Alvarez, Sonia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (eds.) *Cultures of Politics, Politics of Cultures. Re-visioning Latin American Social Movements.* Boulder, Oxford: Westview Press, 33-63.

della Porta, Donatella (2012) "Cercando la política: protesta e democracia", *La Rivista Il Mulino,* 2, 314‑320.

della Porta, Donatella; Diani, Mario (1999) *Social Movements. An Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

Diogo, Fernando (2012) "Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos". *Observatório das Desigualdades*. http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=129 [25 de Junho de 2014].

Doeringer, Peter B.; Piore, Michael (1971), *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Lexington, MA: Heath.

Dornelas, A. (coord.), Ministro, A., Lopes, F. R., Albuquerque, J. L., Paixão, M. M. e Santos, N. C. (2010), *Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal*. *www.gep.msess.gov.pt/edicoes/outras/ecctpmpp.pdf* [15 de Setembro de 2015].

Dornelas, António (2009) "Relações laborais na empresa", *in* Freire, João (ed.) *Trabalho e relações laborais.* Lisboa: ICS.

Dornelas, António (2000) "Os sindicatos e as relações industriais em Portugal (1974-1996), *in* Caetano, António; Vala, Jorge (eds.) *Gestão de Recursos Humanos: contextos, processos e técnicas.* Lisboa: RH Editora.

Drago, Ana (2005) *Agitar Antes de Ousar. O movimento estudantil "antipropinas".* Porto: Afrontamento.

Duarte, A. M. (2009), "Significados e contornos sociais da precariedade" in *Ferve, Dois anos a Ferver: retratos da luta, balanço da precariedade*, Porto, Afrontamento, pp. 43-47.

Dussel, Enrique (2009) *Política de la Liberación. Arquitectónica*. Vol. 2. Madrid: Editorial Trotta.

Eckert, Cornélia; Rocha, Ana Luiza Carvalho da (2008), "Etnografia: saberes e práticas". *In* Céli Regina Jardim Pinto, Céli Regina Jardim; e César Augusto Barcellos Guazzelli, César

Augusto Barcellos (orgs.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 9-24.

Eder, Klaus (1995) "Does Social Class Matter in the Study of Social Movements? A Theory of Middle-class Radicalism" *in* Maheu, Louis (ed.) *Social Movements and Social Classes. The Future of Collective Action.* London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 21-54.

Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

Eisenger, Peter K. (1973) "The Conditions of Protest Behaviour in American Cities", *American Political Science Review*. 67, 11-28.

Esping-Andersen, Gøsta (1993) *Changing Classes. Stratification and Mobility in PostIndustrial Societies.* Londres: Sage/ISA.

Estanque, Elísio (2015), *Classe Média e Lutas Sociais. Ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho da (2015) "O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica." *In* Freire, André (org.) *O Futura da Representação Política Democrática.* Lisboa: Nova Vega.

Estanque, Elísio (2014) "Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011 - 2013)". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 53-80.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2013) "O sindicalismo europeu no centro do vulcão: desafios e ameaças", *JANUS 2013*. http://janusonline.pt/2013/2013.html [3 de Agosto de 2013].

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Soeiro, José (2013) "The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case". *Journal of Social Science Education.* 12(1), 31‑40.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012a) “Labour relations and social movements” *in* Denis Erasga (ed.) *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends.* Rijeka/Croacia: INTECH/ Open Access Publishing, 257-282 http://www.intechopen.com/articles/show/title/labour-relations-and-socialmovements

Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (2012b) “Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais”, *in* Casaca, Sara Falcão (coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Género*. *Novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 165-203.

Estanque, Elísio (2012a) “Trabalho, classe média e sindicalismo”, *in* Estanque, Elísio e Silva, Leonardo Mello (eds.) *Facetas do Trabalho na Contemporaneidade: Diálogos Luso-Brasileiros.* Curitiba: Editora Appris.

Estanque, Elísio (2012b) *A classe média. Ascensão e declínio.* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Estanque, Elísio (2009) “Trabalho, desigualdades e sindicalismo em Portugal”, *in* Buiza, Alfredo; Perez, Enrique (eds.) *Relaciones Laborales y Ación Syndicale. Relaciones Laborales Transfronterizas, Portugal-España.* Valladolid/ Granada: Instituto de Estudios Europeos, 127-150.

Estanque, Elísio (2008b) “Entre os velhos e os novos activismos (II).” *JANUS 2008 – Anuário de Relações Internacionais.* Lisboa: UAL, 186-187.

Estanque, Elísio (2008a) “Sindicalismo e movimentos sociais (I).” *JANUS 2008 – Anuário de Relações Internacionais.* Lisboa: UAL/ Jornal Público, Janeiro de 2008, 184-185.

Estanque, Elísio (2006), "A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo", *Revista Finisterra*, vol. 55-56-57, 77-99.

Estanque, Elísio (2005) “Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo.” *Revista Crítica de Ciências Sociais.* 71. Coimbra: CES, 113-140.

Estanque, Elísio; Ferreira, António Casimiro; Costa, Hermes e Lima, Teresa Maneca (orgs.) (2005) *Sindicalismo, Diálogo Social e Relações Laborais: Para o Aprofundamento da Democracia no Trabalho*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Estanque, Elísio (2004), A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global, *in* Boaventura S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os novos caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 297-334.

Fernandes, António Teixeira (1993) "Conflitualidade e Movimentos Sociais." *Análise Social*. vol. XXVIII (123-124) 4º - 5º, 787-828.

Ferreira, António Casimiro (2012) Sociedade de Austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vida Económica – Editorial SA.

Fitoussi, Jean-Paul; Rosanvallon, Pierre (1997) A Nova Era das Desigualdades. Oeiras: Celta Editora.

Fominaya, Cristina F.; Cox, Laurence (2013) (eds.) Understanding European Movements. New social movements, global justice struggles, anti-austerity protest. London, New York: Routledge.

Fraser, Nancy (1990), "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy." *Social Text.* 25/26, 56-80.

Gamson, William A.; Meyer, David S. (1996) "Framing Political Opportunity." *in* McAdam, Doug; Mcarthy, John D., Zald, Mayer (eds.) *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures*, *and Cultural Framings.* Cambridge: Cambridge University Press, 275-290.

Garfinkel, Harold (1967) *Studies in Ethnometodology.* New York: Prentice Hall.

Gerlach, Luther P. (1983) “Movements of Revolutionary Change: Some Structural Characteristics.” *In* Freeman, Jo (ed.) *Social Movements of the Sixties and Seventies*. London: Longman, 122-147.

Gerlach, Luther P.; Hine, Virginia H. (1970), *People, Power, Change: Movements of Social Transformation*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

Giddens, Anthony (1996) *As Consequências da Modernidade*. Lisboa: Celta Editora.

Gohn, Maria da Glória (2003) *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Goodwin, Jeff; Jaspers, James M. (1999) “Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory.” *Sociological Forum*, Vol. 14, No. 1, 27-54.

Gorz, André (1997[1982]) *Farewell To The Working Class*. *An essay on Post-Industrial Socialism*. London: Pluto Press.

Gorz, André (1999) *Reclaiming Work. Beyond the Wage-Based Society.* Cambridge: Polity Press.

Gramsci, António (1999), *Cadernos do cárcere*. *Vol*. *I: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, António (1974) *Obras Escolhidas. Vol. I.* Lisboa: Editorial Estampa.

Gramsci, António (1971) *Selections from the Prison Notebooks*. Translated and edited by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers.

Habermas, Jürgen (2009) *A Ciência e a Técnica como Ideologia.* Lisboa: Edições 70.

Habermas, Jürgen (1984a) *The theory of communicative action. Reason and the rationalization of society.* Vol. 1. London: Heinemann Educational Books; Cambridge: Polity Press.

Habermas, Jürgen (1984b) *The theory of communicative action. Lifeworld and system: a critique of functionalist reason.* Vol. 2. London: Heinemann Educational Books; Cambridge: Polity Press.

Harvey, David (2012) *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.* São Paulo: Edições Loyola, 23ª edição.

Harvey, David (2007) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.

Harvey, David (1982) *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell.

Hirata, Helena (2002), "Reorganização da produção do trabalho: uma nova divisão sexual", in Cristina Bruschini, Sandra G. Unterhaum (orgs.), Gênero, democracia e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora 34, Fundação Carlos Chagas, 337-353.

Hofstede, Geert (1984) *Culture's Consequences: International Differences in Work Related Values*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

Hyman, Richard (2005) "Europeização ou erosão das relações laborais?" *In* Elísio Estanque, Leonardo Mello e Silva, Roberto Véras, António Ferreira e Hermes Augusto Costa (eds.) *Mudanças No Trabalho e Ação Sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez Editora, 15-44.

Hyman, Richard (1994) "Changing Trade Union Identities and Strategies." *In* Hyman, Richard; FERNER, Anthony (Org.). *New Frontiers in European Industrial Relations*. Oxford: Blackwell, 108-139.

Hyman, Richard (1975) *Industrial Relations. A Marxist Introduction.* London, Basingstoke: The Macmillan Press LTD.

Huws, Ursula (2009) "A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real." *in* Antunes, Ricardo; Braga, Ruy (eds.) *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual.* São Paulo: Boitempo Editorial, 37-58.

INE (2014), *Anuário Estatístico de Portugal 2013*

www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=139722&PUBLICACOESmodo=2 [15 de Agosto de 2015]

INE (2013), *Anuário Estatístico de Portugal 2012*
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=209570943&PUBLICACOESmodo=2 [12 de Março de 2014]

INE (2012), *Anuário Estatístico de Portugal 2011*
www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=134725522&PUBLICACOESmodo=2 [30 de Outubro de 2013]

Inglehart, Ronald (1977) *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics.* Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Kauffman, L. A. (1990) "The Anti-Politics of Identity." *Socialist Review*. 20, 67-80.

Kitschelt, Herbert P. (1986) "Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies." *British Journal of Political Science*. 16, 57-85.

Klandermans, Bert (1988) "The Formation and Mobilization of Consensus." *In* Klandermans, Bert; Kriesi, Hanspeter; Tarrow, Sidney (eds.) *From Structure to Action: Social Movement Participation across Cultures.* International Social Movement Research, vol.1. Greenwich, Conn.: JAI Press.

Koopmans, Ruud (2004) "Political Opportunity Structure: Some Splitting to Balance the Lumping." *in* Goodwin, J.; Jasper, J. (eds.) *Rethinking Social Movements*. Lanham: Rowman and Littlefield.

Kovács, Ilona e Lopes, Margarida Chagas (2012) "A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade", *in* Casaca, Sara Falcão (coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Género*. *Novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 51-86.

Kovács, Ilona; Casaca, Sara Falcão; Ferreira, José Maria Carvalho; Sousa, Maria Teresa de (2006) "Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias", *in SOCIUS Working Papers*, 8/2006.

Kovács, Ilona (2005) "Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projecto de investigação", *in* Kovács, Ilona *et al*., *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta, 11-53.

Kovács, Ilona (2002), *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*. Oeiras: Celta.

Kovács, Ilona; Castillo, Juan José (1998), *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*. Oeiras: Celta.

Kriesi, Hanspeter (2004) "Political Context and Opportunity." *in* Snow, David A.; Soule, Sarah A.; Kriesi, Hanspeter (eds.) *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell Publishing, 67–90.

Kriesi, Hanspeter; Koopmans, Ruud; Duyvendak, Jan Willem; Giugni, Marco G. (1995) *New Social Movements in Western Europe: A Comparative Analysis.* London: UCL Press.

Laclau, Ernesto (2011) *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Laclau, Ernesto (2010) *La Razón Populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A.

Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (2010) *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 3a edição.

Lança, Florival (2010) *Inter Nacional*. Porto: Profedições.

Leite, Jorge; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho da; Almeida, João Ramos de (2014) "Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho". *In* José Reis

(org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES, 127-188.

Lima, Maria da Paz Campos (2014) "A reconfiguração neoliberal do regime de emprego e de relações laborais, no período de intervenção da Troika". Paper presented at the A transferência de rendimentos do trabalho para o capital, Lisboa. http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Transferencia_trabalho_capital_19junho_MPazCL.pdf [10 de Janeiro de 2015]

Lima, Maria da Paz Campos; Artiles, Antonio Martin (2014), "Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social". *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 103, 137-172.

Lojkine, Jean (1995) *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez.

Louçã, João Carlos Anacleto (2012) "Nós callcentristas somos o novo proletariado. Identidades e resistências do trabalho em call center." http://hdl.handle.net/10362/9166 [2 de Julho de 2015].

Maheu, Louis (1995) "Introduction". *In* Maheu, Louis (ed.) *Social Movements and Social Classes*. *The future of collective action.* London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 1-17.

Marcuse, Herbert (2002), One-Dimensional Man. Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society. *London, New York: Routledge.*

Marques, Ana Paula; Alves, Mariana Gaio (orgs.) (2010) *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Martins, Heloísa Helena T. de Souza (2004), "Metodologia qualitativa de pesquisa". *Educação e Pesquisa*, v.30, n.2, 289-300.

Mateus, Jorge; Ramalho, Tiago (2013), *O Sistema de Partidos em Portugal.* CIES e-Working Paper N.º 151/2013.

Mattos, Carmem L. G. (2011), "A abordagem etnográfica na investigação científica". In Mattos, Carmem L. G.; CASTRO, Paula A. (orgs.), *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 49-83. http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf [20 de Maio de 2014].

McCarthy, John D.; Zald, Mayer N. (1979) "Social Movement Industries: Competition and Cooperation among Movement Organizations" https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50975/201.pdf?sequence=1 [15 de Abril de 2014]

McCarthy, John D.; Zald, Mayer N. (1977) "Resource mobilization and social movements: a partial theory." *American Journal of Sociology*. 82, 1212-1241.

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney; Charles Tilly (2001) *Dynamics of Contention.* Cambridge: Cambridge University Press.

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney; Charles Tilly (1996) "Conceptual Origins, Current Problems, Future Directions." *in* McAdam, Doug D.; McCarthy, J. and Zald, M. (eds.) *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 23–40.

McIlroy, John (1997) "Still Under Siege: British Trade Unions at the Turn of the Century." *Historical Studies in Industrial Relations*. 3, 93-122.

Méda, Dominique (1999) *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.

Melucci, Alberto (1996) *Challenging Codes. Collective action in the information age.* Cambridge: Cambridge University Press.

Melucci, Alberto (1995) “The New Social Movements Revisited: Reflections on a Sociological Misunderstanding.” *in* Maheu, Louis (ed.) *Social Movements and Social Classes*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 107-119.

Melucci, Alberto (1989) *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. London: Century Hutchinson.

Mészáros, István (2004) *O Poder da Ideologia.* São Paulo: Boitempo Editorial.

Michels, Robert (2001) *Para Uma Sociologia Dos Partidos Políticos Na Democracia Moderna.* Lisboa: Antígona.

Moody, Kim (1997) *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. London: Verso.

Mouffe, Chantal (2005) *On The Political.* London, New York: Routledge.

Mouffe, Chantal (2000) *The Democratic Paradox*. London, New York: Verso.

Nunes, Adérito Sedas (1994 [1971]), *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Nunes, João Arriscado; Serra, Nuno (2003) “Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal.” *In* Santos, Boaventura Sousa (ed.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Porto: Edições Afrontamento, 215-245.

Oberschall, Anthony (1993) *Social Movements: Ideologies, Interests and Identities*. New Brunswick: Transaction Books.

Oberschall, Anthony (1973) *Social conflicts and social movements*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.

Offe, Claus (1992) *Partidos Politicos Y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Editoral Sistema.

Offe, Claus (1986) *Disorganized Capitalism: Contemporary Transformations of Work and Politics.* Cambridge: Polity Press.

Offe, Claus (1985) "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics." Social Research. 52 (4), 817-868.

OIT (2013) "Global employment Trends for Youth 2013." http://www.ilo.org/washington/areas/youth-employment/WCMS_212423/lang--en/index.htm [1 de Julho de 2014].

OIT (2011) Global "Employment Trends for Youth update." http://www.ilo.org/washington/resources/selected-ilo-publications/WCMS_165455/lang--en/index.htm [25 de Outubro de 2013].

Olson, Mancur (1998) *A Lógica da Acção Colectiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos.* Oeiras: Celta Editora.

Ortiz, Isabel; Burke, Sara; Berrada, Mohamed; Cortés, Hernan (2013) *World Protests2006-2013*. New York: Friedrich Ebert Foundation.

Pakulski, Jan (1995) "Social Movements and Class: The Decline of the Marxist Paradigm." *in* Maheu, Louis (ed.) *Social Movements and Social Classes. The Future of Collective Action.* London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 55-86.

Parkin, Frank (1968) *Middle Class Radicalism. The Social Bases of the British Campaign for Nuclear Disarmament.* Manchester: Manchester University Press.

Paugam, Serge (2000) *Le Salarié de la Précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle.* Paris: Presses Universitaires de France.

Piven, Frances Fox ; Cloward, Richard (1977) *Poor People's Movement : Why They Succeed, How They Fail.* New York : Vintage Books.

Queirós, João; Rodrigues, Vanessa (2006), «Não, não somos jornalistas». Uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica". Comunicação

apresentada na Conferência Etnografias em Contexto Urbano: quatro estudos de caso, organizada pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 8 de Março de 2006. Disponível em http://www.isociologia.pt/App_Files/Documents/working14_101019094320.pdf [1 de Setembro de 2011].

Rebelo, Glória (2004), *Flexibilidade e precariedade no trabalho: análise e diagnóstico*, Lisboa, Fundação Para a Ciência e Tecnologia.

Regini, Marino (1992) "Introduction. The past and the future of social studies of Labour movements." *In* Regini, Marino (ed.) *The Future of Labour Movements*. London: SAGE Publications, 1-16.

Ribeiro, Gustavo Lins (1998) "Cybercultural Politics: Political Activism at a Distance in a Transnational World." *in* Alvarez, Sonia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (eds.) *Cultures of Politics, Politics of Cultures. Re-visioning Latin American Social Movements.* Boulder, Oxford: Westview Press, 325-352.

Rifkin, Jeremy (1995) *The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era.* New York: G. P. Putman's Sons.

Rootes, Christopher A. (1999) "Political Opportunity Structures: promise, problems and prospects." *La Lettre de la maison Française d'Oxford*. 10, 75 – 97.

Rootes, Christopher A. (1995) "A New Class? The Higher Education and the New Politics." *in* Maheu, Louis (ed.) *Social Movements and Social Classes. The Future of Collective Action.* London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 220-235.

Rosa, Maria Teresa (coord.); Pegado, Elsa; Saleiro, Sandra; Gonçalves, Fortunata; Duarte, Rosa (2000), *Trabalho precário, perspectivas de superação*, Lisboa, Observatório do Emprego e da Formação Profissional.

Sampaio, Ricardo Manuel Roumeliotis (2010) *MAYDAY! MAYDAY! Jovens Precários em acção. Uma abordagem antropológica de um novo movimento social.* Tese de Mestrado. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3298 [25 de maio de 2012]

Santana, Vera e Centeno, Luís Gomes (coord.) (2000) *Formas de trabalho, trabalho temporário, subcontratação*, Lisboa: Observatório do Emprego e da Formação Profissional.

Santos, Boaventura de Sousa (2005) *O Fórum Social Mundial. Manual de Uso.* Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa; Costa, Hermes Augusto (2004) "Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário." *In* Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Trabalhar os Mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário.* Porto: Edições Afrontamento, 17-61.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2003) "Introdução: para ampliar o cânone democrático." *in* Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.* Porto: Edições Afrontamento, 35-69.

Santos, Boaventura de Sousa (2002) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 8ª Edição. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1998) *A Reinvenção da Democracia*. Lisboa: Gradiva.

Santos, Boaventura de Sousa (1989) *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.* Porto: Afrontamento, 6ª Edição.

Santos, Boaventura de Sousa (1988) *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 15ª Edição.

Scott, Alan (1990) *Ideology and Social Movements*. London: Unwin Hyman.

Sennett, Richard (2009) *A corrosão do caráter*. 14ª Edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record.

Silva, Manuel Carvalho da (2007) *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização. Reflexões e Propostas*. Mafra: Círculo de Leitores.

Slater, David (1998) "Rethinking the Spatialities of Social Movements: Questions of (B)orders, Culture, and Politics in Global Times." *in* Alvarez, Sonia E.; Dagnino Evelina; Escobar, Arturo (eds.) *Cultures of Politics, Politics of Cultures. Re-visioning Latin American Social Movements.* Boulder, Oxford: Westview Press, 380-401.

Schmitt, Carl (2007) *The Concept of the Political*. *Expanded Edition.* Chicago, London: University of Chicago Press.

Soeiro, José (2015) *A Formação do Precariado. Transformações no Trabalho e Mobilizações de Precários em Portugal.* Tese de Doutoramento. Policopiado.

Sousa, Henrique (2011*) Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos*. Lisboa: FCSH, Universidade Nova.

Standing, Guy (2011) *The Precariat. The new dangerous class.* London, New York: Bloomsbury Academic.

Standing, Guy (2009) *Work after Globalisation: Building Occupational Citizenship*. Cheltenham: Edward Elger.

Stoleroff, Alan (1988) "Sindicalismo e relações industriais em Portugal." *Sociologia: problemas e Práticas*. 4, 147-164.

Supiot, Alain (1999) *Au–delà de l'emploi. Transformations du travail et devenir du droit du travail en Europe.* Paris: Flammarion.

Tarrow, Sidney (2005) *The New Transnational Activism*. New York, Cambridge: Cambridge University Press.

Tarrow, Sidney (1998) *Power in Movement. Social Movements and Contentious Politics.* 2a Edição. New York, Cambridge: Cambridge University Press.

Tarrow, Sidney (1995) "Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention." *in* Traugott, Mark (ed.) *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham, Duke University Press, 89-116.

Taylor, Verta; Whittier, Nancy E. (1992) "Collective identity in social movement communities: Lesbian feminist mobilization." *in* Morris, Aldon D.; Mueller, Carol McClurg (eds.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven, CT, US: Yale University Press, 104-129.

Theborn, Göran (2012) *Do Marxismo Ao Pós-Marxismo?* São Paulo: Boitempo Editorial.

Theborn, Göran (1999) *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. London: Verso.

Tilly, Charles (2004) *Social Movements, 1768-2004*. Boulder, London: Paradigm Publishers.

Tilly, Charles (1978) *From Mobilization to revolution*. Reading: Addison- Wesley.

Tilly, Charles; Tilly, Louise; Tilly, Richard (1975) *The Rebellious Century, 1830-1930*. Touraine, Alain (1997) *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

Touraine, Alain (1997) *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

Touraine, Alain (1996) *O Retorno do Actor. Ensaio sobre sociologia.* Lisboa: Instituto Piaget.

Touraine, Alain (1982) *Pela Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Touraine, Alain (1981) *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

Visser, Jelles (1994) "European Trade Unions: the Transition Years." *in* Hyman, Richard; Ferner, Anthony (ed.) *New Frontiers in European Industrial Relations*. Oxford: Blackwell, 80-105.

Waddington, Jeremy (2005) “What Difference Has the Merger Process Made?” *in* Jeremy Waddington (ed.), *Restructuring representation: the merger process and trade union structural development in ten countries*. Bruxelas: PIE-Peter Lang, 375-411.

Waterman, Peter (2004) “Emancipar o Internacionalismo Operário.”, *in* Santos, Boaventura de Sousa (ed.) *Trabalhar o Mundo: Os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário.* Porto: Afrontamento, 337-378.

Waterman, Peter (2002) “O internacionalismo sindical na era de Seatle.” *Revista Crítica de Ciências Sociais.* 62, 33-68.

Waterman, Peter (2001) *Globalization, Social Movements, and the New Internationalism*. London, New York: Continuum.

Weber, Max (2000) “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais.” *In* Cohn, Gabriel (coord.) *Weber*. 7ª Edição. São Paulo: Editora Ática.

Weber, Max (1982), *Ensaios de Sociologia.* 5ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Webster, Edward; Lambert, Rob (2004) “Emancipação social e o novo internacionalismo operário: uma perspetiva do Sul.” *In* Santos, Boaventura de Sousa (ed.) *Trabalhar o Mundo: Os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário.* Porto: Afrontamento, 65-111.

Wood, Ellen Meiksins (2003) *Democracia Contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico.* São Paulo: Boitempo Editorial.

Wright, Erik Olin (2012) “Class Struggle and Compromise in the Era of Stagnation and Crisis”.http://www.transform-network.net/en/yearbook/journal-112012/news/detail/Journal/class-struggle-and-class-compromise-in-the-era-of-stagnation-and-crisis.html [20 de Abril 2013]

Zald, Mayer N.; Ash, Roberta (1966) “Social Movement Organizations: Growth, Decay and Change.” *Social Forces.* 44(3), 327-341.

Zizek, Slavoj (2013) *O Ano Em Que Sonhámos Perigosamente*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

ANEXOS

Manifesto

Nós, desempregados, "quinhentoseuristas" e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal.

Nós, que até agora compactuámos com esta condição, estamos aqui, hoje, para dar o nosso contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país. Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados. Estamos aqui, hoje, porque nos esforçamos diariamente para merecer um futuro digno, com estabilidade e segurança em todas as áreas da nossa vida.

Protestamos para que todos os responsáveis pela nossa actual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – actuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável.

Caso contrário:

a) Defrauda-se o presente, por não termos a oportunidade de concretizar o nosso potencial, bloqueando a melhoria das condições económicas e sociais do país. Desperdiçam-se as aspirações de toda uma geração, que não pode prosperar.

b) Insulta-se o passado, porque as gerações anteriores trabalharam pelo nosso acesso à educação, pela nossa segurança, pelos nossos direitos laborais e pela nossa liberdade. Desperdiçam-se décadas de esforço, investimento e dedicação.

c) Hipoteca-se o futuro, que se vislumbra sem educação de qualidade para todos e sem reformas justas para aqueles que trabalham toda a vida. Desperdiçam-se os recursos e competências que poderiam levar o país ao sucesso económico.

Somos a geração com o maior nível de formação na história do país. Por isso, não nos deixamos abater pelo cansaço, nem pela frustração, nem pela falta de perspectivas. Acreditamos que temos os recursos e as ferramentas para dar um futuro melhor a nós mesmos e a Portugal.

Não protestamos contra as outras gerações. Apenas não estamos, nem queremos estar à espera que os problemas se resolvam. Protestamos por uma solução e queremos ser parte dela.

Anexo II – Apelo dos movimentos de trabalhadores precários à Greve Geral de 24 de Novembro
Fonte: http://www.precarios.net/?p=2177

Apelo dos movimentos de trabalhadores precários à Greve Geral

Nós, movimentos de trabalhadores precários, apoiamos a convocação da Greve Geral no próximo dia 24 de Novembro. Reforçamos o apelo da CGTP, à qual se juntou já a UGT e todo o movimento sindical. Apelamos à mobilização do conjunto da sociedade portuguesa, para exigir outras saídas e dar prioridade às vidas concretas de milhões de pessoas.

Nós, precárias e precários, cerca de um terço de todos os trabalhadores, somos particularmente prejudicados pela nossa condição. A nossa capacidade de mobilização depara-se muitas vezes com a chantagem e a arbitrariedade nos locais de trabalho e nas relações laborais. Trabalhadoras/es a recibos verdes, contratados a prazo, intermitentes, desempregados, bolseiros, temporários, temos todas as razões para participar neste protesto e tudo faremos para contribuir para uma mobilização que precisa de criar pontos de encontro para ser forte e inequívoca.

Uma mobilização contra as mentiras e as falsas inevitabilidades. Em Portugal, como em muitos outros países europeus, a factura da crise está a ser paga pelos mais fracos. A ganância e a irresponsabilidade do sistema são a origem e o combustível da crise que estamos a atravessar. A austeridade é dirigida a quem trabalha e, em particular, pesa mais sobre quem já está em dificuldades, enquanto os privilegiados continuam a salvo. Porque não tem de ser assim, é preciso afirmá-lo em conjunto.

A austeridade não é solução, porque é contra a vida das pessoas. Sabemos que a austeridade não tem fim à vista. Esta é a nova política para nos pôr a pagar os erros e as exigências de uma minoria. Mas, mais do que isso, é a forma como nos estão a levar os salários, os apoios sociais, os serviços públicos e os direitos. A austeridade é a precariedade acelerada, para toda a gente, e é ainda mais brutal. Porque não tem de ser assim, é preciso afirmá-lo em conjunto.

Os trabalhadores precários sabem bem o que é a austeridade. O desemprego e a precariedade andam de mãos dadas, atingindo cada vez mais pessoas e sectores da sociedade. A crise é a chantagem que precariza ainda mais as relações laborais e pressiona o conjunto dos trabalhadores: quem é precário aceita cada vez mais precariedade perante o receio de cair no desemprego, quem cai no desemprego sabe que a precariedade o espera. A austeridade é a resposta contrária à vida das pessoas: quanto mais precário, menos apoios sociais; quanto menos direitos, maior a perseguição. A austeridade escava ainda mais fundo o que a precariedade já aprofundava: a desigualdade, a discriminação e a injustiça social. Tiram-nos tudo. Sem trabalho, sem saber, sem ciência, sem cultura, sem arte, sem lazer, ficamos

Anexo II – Apelo dos movimentos de trabalhadores precários à Greve Geral de 24 de Novembro
Fonte: http://www.precarios.net/?p=2177

sem nada. Mas não nos resignamos. Porque não tem de ser assim, é preciso afirmá-lo em conjunto.

A resposta do conjunto dos trabalhadores e do conjunto da sociedade é a única forma de contrariar este caminho.

Juntamo-nos, portanto, ao apelo para uma grande mobilização na Greve Geral do próximo dia 24 de Novembro.

FERVE - Fartas/os d'Estes Recibos Verdes
Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual
Precários Inflexíveis

Lei Contra a Precariedade

Exposição de motivos

«Nós, desempregados, "quinhentoseuristas" e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal»: assim começava o manifesto que convocou a maior mobilização social dos últimos anos, que levou centenas de milhares pessoas às ruas de várias cidades do país e do estrangeiro. Esta mobilização é um sinal inequívoco que reclama uma mudança e um combate efectivo à precariedade.

A precariedade atinge hoje cerca de 2 milhões de trabalhadores em Portugal e o seu crescimento ameaça todos os outros. Com a situação actual, defrauda-se o presente, insulta-se o passado e hipoteca-se o futuro. Desperdiçam-se as aspirações de toda uma geração de novos trabalhadores, que não pode prosperar. Desperdiçam-se décadas de esforço, investimento e dedicação das gerações anteriores, também elas cada vez mais afectadas pelo desemprego e pela precariedade. Desperdiçam-se os recursos e competências, retiram-se esperanças e direitos e, portanto, uma perspectiva de futuro.

É necessário desencadear uma mudança qualitativa do país. É urgente terminar com a situação precária para a qual estão a ser arrastados os trabalhadores, que legitimamente aspiram a um futuro digno, com direitos em todas as áreas da vida.

Assim, a presente "Lei Contra a Precariedade" introduz mecanismos legais de modo a evitar a perpetuação das formas atípicas e injustas de trabalho, incidindo sobre três vectores fundamentais da degradação das relações laborais com prejuízo claro para o lado do trabalhador: os falsos recibos verdes, a contratação a prazo e o trabalho temporário.

Nos termos, da Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, e do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa, o presente grupo de cidadãos e cidadãs apresenta a seguinte Iniciativa Legislativa de Cidadãos:

Artigo 1.º
Objecto e âmbito

A presente lei institui mecanismos de combate ao falso trabalho independente, limita o tempo permitido para os contratos a termo e promove a integração dos trabalhadores temporários nas instituições para as quais realizam a sua actividade.

Artigo 2.º
Fiscalização do Trabalho Independente

1 – No âmbito dos seus poderes de fiscalização, sempre que a Autoridade para as Condições do Trabalho verifique a existência de indícios suficientes de situação em que trabalhadores por conta de outrem prestem actividade sob a forma de trabalhado independente, fica obrigada a comunicar ao Tribunal de Trabalho competente, no prazo máximo de 72 horas, relatório fundamentado onde conste indicação dos indícios verificados e instruído com os elementos probatórios recolhidos.

2 – Recebido o relatório, o Tribunal de Trabalho inicia procedimento urgente para reconhecimento da relação laboral, notificando o empregador e o trabalhador para se pronunciarem sobre o relatório no prazo de 10 dias, juntando os elementos de prova.

3 – Recebidas as respostas do empregador e do trabalhador o Tribunal, no prazo de 5 dias, decreta o reconhecimento da relação laboral, desde que conclua pela probabilidade séria da existência de relação de trabalho subordinada.

Artigo 3.º
Duração do contrato de trabalho a termo

1 - O contrato de trabalho a termo certo pode ser renovado até três vezes, não podendo exceder, na totalidade, a duração máxima de 18 meses;
2 - Findo o período de 18 meses, ou após três renovações, o contrato de trabalho a termo certo é automaticamente convertido em contrato de trabalho sem termo;
3 - Se, findo o período de 18 meses, ou após três renovações, o empregador denunciar contrato com o trabalhador fica inibido de contratar para o mesmo posto ou funções durante o período de 2 anos;

Artigo 4.º
Trabalho temporário

O utilizador da actividade, ou empresas do mesmo grupo económico, de um trabalhador com contrato de trabalho temporário ou contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária por um período superior a um ano, ou que acumule vinte meses de trabalho no período de dois anos, fica obrigado à celebração de contrato de trabalho, desde que tal corresponda à vontade do trabalhador e sempre em condições iguais ou mais favoráveis do que aquelas em que é prestada a actividade.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 90 dias após a data da sua publicação.

Anexo IV - Comunicado do 15O em relação à Greve Geral de 24 de Novembro de 2011

Fonte: https://www.facebook.com/15deOutubro

Comunicado do 15 de Outubro em relação à Greve Geral de 24 de Novembro de 2011

Manifestação 24 de Novembro! O país pára e o povo sai à rua

A 'Plataforma 15 de Outubro' marcou nova manifestação para o próximo dia 24 de Novembro, coincidente com o dia da Greve Geral Nacional. A concentração para a manifestação far-se-á às 14h30, no Marquês de Pombal e percorrerá a Avenida da Liberdade, desaguando no Rossio, onde fortalecerá o encontro marcado pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses [CGTP], previsto para o local.

No entender da 'Plataforma 15 de Outubro', a democracia está moribunda e deixou de servir os cidadãos, os seus representantes fingem não ouvir as vozes na rua e procuram silenciar quem exerce o seu direito básico de protesto. Por isso, o propósito de fazer parar a produção no próximo dia 24 de Novembro é uma forma de combater os 'senhores' que lucram com a miséria e impõem uma austeridade que 'os' faz enriquecer, cada vez mais.

Mas, fazer greve não é ficar em casa – é sair à rua e, enquanto pára o país, fazer ouvir a voz do descontentamento! Porque o governo defende que o país tem de empobrecer, que os cidadãos têm de emigrar, que pagar a dívida é o objectivo único de uma economia em queda e que a alternativa a esse cenário seria a ruína do país.

As medidas de brutalidade deste governo prometem destruir centenas de milhares de postos de trabalho e destruir os direitos daqueles que ainda trabalham, factos que fazem reclamar pelo direito ao trabalho com direitos, pela suspensão do pagamento da dívida, pela execução de uma auditoria cidadã à mesma e pelo direito a manter o 13.º e o 14.º salários.

No dia 15 de Outubro, em Assembleia Popular frente ao parlamento, foi feito um apelo às centrais sindicais para a convocação de uma Greve Geral. A resposta foi afirmativa. Dia 24 de Novembro, a 'Plataforma 15 de Outubro' apela ao povo português que se junte, que pare o país, que se manifeste, que faça uma verdadeira Greve Social, onde

Anexo IV - Comunicado do 15O em relação à Greve Geral de 24 de Novembro de 2011

Fonte: https://www.facebook.com/15deOutubro

trabalhadores desempregados caminhem ao lado de trabalhadoras efectivas, onde reformadas caminhem ao lado de trabalhadores precários, onde imigrantes caminhem ao lado de estudantes.

Façamos ouvir a nossa voz! A Democracia está em causa. É hora de lutar!

Anexo V – Manifesto "Que se Lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!"
Fonte: http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/

Que se Lixe a Troika! Queremos as nossas Vidas!

É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. Este silêncio mata-nos. O ruído do sistema mediático dominante ecoa no silêncio, reproduz o silêncio, tece redes de mentiras que nos adormecem e aniquilam o desejo. É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade colectiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calámos e, sós, desistimos.

O saque (empréstimo, ajuda, resgate, nomes que lhe vão dando consoante a mentira que nos querem contar) chegou e com ele a aplicação de medidas políticas devastadoras que implicam o aumento exponencial do desemprego, da precariedade, da pobreza e das desigualdades sociais, a venda da maioria dos activos do Estado, os cortes compulsivos na segurança social, na educação, na saúde (que se pretende privatizar acabando com o SNS), na cultura e em todos os serviços públicos que servem as populações, para que todo o dinheiro seja canalizado para pagar e enriquecer quem especula sobre as dívidas soberanas. Depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspectivas, as perspectivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores.

A austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia. Quem se resigna a governar sob o memorando da troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade.

Grécia, Espanha, Itália, Irlanda, Portugal, países reféns da Troika e da especulação financeira, perdem a soberania e empobrecem, assim como todos os países a quem se impõe este regime de austeridade.

Anexo V – Manifesto “Que se Lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”
Fonte: http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/

Contra a inevitabilidade desta morte imposta e anunciada é preciso fazer qualquer coisa de extraordinário.

É necessário construir alternativas, passo a passo, que partam da mobilização das populações destes países e que cidadãs e cidadãos gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e todas as pessoas se juntem, concertando acções, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes.

Se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta. Queremos tomar nas nossas mãos as decisões do presente para construir um futuro.

Este é um apelo de um grupo de cidadãos e cidadãs de várias áreas de intervenção e quadrantes políticos. Dirigimo-nos a todas as pessoas, colectivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias.

Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!

Anexo VI – Manifesto "que se Lixe a Troika, O Povo É Quem Mais Ordena!"
Fonte: http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/2013/01/que-se-lixe-troika-o-povo-e-quem-mais.html

Em Setembro, Outubro e Novembro enchemos as ruas mostrando claramente que o povo está contra as medidas austeritárias e destruidoras impostas pelo governo e seus aliados do Fundo Monetário Internacional, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu – a troika.

Derrotadas as alterações à TSU, logo apareceram novas medidas ainda mais gravosas. O OE para 2013 e as novas propostas do FMI, congeminadas com o governo, disparam certeiramente contra os direitos do trabalho, contra os serviços públicos, contra a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde, contra a Cultura, contra tudo o que é nosso por direito, e acertam no coração de cada um e cada uma de nós. Por todo o lado, crescem o desemprego e a precariedade, a emigração, as privatizações selvagens, a venda a saldo de empresas públicas, enquanto se reduz o custo do trabalho.

Não aguentamos mais o roubo e a agressão.

Indignamo-nos com o desfalque nas reformas, com a ameaça de despedimento, com cada posto de trabalho destruído. Indignamo-nos com o encerramento das mercearias, dos restaurantes, das lojas e dos cafés dos nossos bairros. Indignamo-nos com a Junta de Freguesia que desaparece, com o centro de saúde que fecha, com a maternidade que encerra, com as escolas cada vez mais pobres e degradadas. Indignamo-nos com o aparecimento de novos impostos, disfarçados em taxas, portagens, propinas… Indignamo-nos quando os que geriram mal o que é nosso decidem privatizar bens que são de todos – águas, mares, praias, território – ou equipamentos para cuja construção contribuímos ao longo de anos – rede eléctrica, aeroportos, hospitais, correios. Indignamo-nos com a degradação diária da nossa qualidade de vida. Indignamo-nos com os aumentos do pão e do leite, da água, da electricidade e do gás, dos transportes públicos. Revolta-nos saber de mais um amigo que se vê obrigado a partir, de mais uma família que perdeu a sua casa, de mais uma criança com fome. Revolta-nos o aumento da discriminação e do racismo. Revolta-nos saber que mais um cidadão desistiu da vida.

Tudo isto é a troika: um governo não eleito que decide sobre o nosso presente condicionando o nosso futuro. A troika condena os sonhos à morte, o futuro ao medo,

a vida à sobrevivência. Os seus objectivos são bem claros: aumentar a nossa dívida, empobrecer a maioria e enriquecer uma minoria, aniquilar a economia, reduzir os salários e os direitos, destruir o estado social e a soberania. O sucesso dos seus objectivos depende da nossa miséria. Se com a destruição do estado social a troika garante o financiamento da dívida e, por conseguinte, os seus lucros, com a destruição da economia garante um país continuamente dependente e endividado.

A 25 de Fevereiro os dirigentes da troika, em conluio com o governo, iniciarão um novo período de avaliação do nosso país. Para isto precisam da nossa colaboração e isso é o que não lhes daremos. Porque não acreditamos no falso argumento de que se nos “portarmos bem” os mercados serão generosos. Recusamos colaborar com a troika, com o FMI, com um governo que só serve os interesses dos que passaram a pagar menos pelo trabalho, dos bancos e dos banqueiros, da ditadura financeira dos mercados internacionais. E resistimos. Resistimos porque esta é a única forma de preservarmos a dignidade e a vida. Resistimos porque sabemos que há alternativas e porque sabemos que aquilo que nos apresentam como inevitável é na verdade inviável e por isso inaceitável. Resistimos porque acreditamos na construção de uma sociedade mais justa.

A esta onda que tudo destrói vamos opor a onda gigante da nossa indignação e no dia 2 de Março encheremos de novo as ruas. Exigimos a demissão do governo e que o povo seja chamado a decidir a sua vida.

Unidos como nunca, diremos basta.

A todos os cidadãos e cidadãs, com e sem partido, com e sem emprego, com e sem esperança, apelamos a que se juntem a nós. A todas as organizações políticas e militares, movimentos cívicos, sindicatos, partidos, colectividades, grupos informais, apelamos a que se juntem a nós. De norte a sul do país, nas ilhas, no estrangeiro, tomemos as ruas!

QUE SE LIXE A TROIKA. O POVO É QUEM MAIS ORDENA!

Anexo VII – Manifesto do 15 de Outubro
Fonte: https://acampadalisboa.wordpress.com/2011/08/29/manifesto-15-de-outubro-2011-%E2%80%93-a-democracia-sai-a-rua/

Manifesto do 15 de Outubro

Pela Democracia participativa.

Pela transparência nas decisões políticas.

Pelo fim da precariedade de vida.

Somos 'gerações à rasca', pessoas que trabalham, precárias, desempregadas ou em vias de despedimento, estudantes, migrantes e reformadas, insatisfeitas com as nossas condições de vida. Hoje, vimos para a rua, na Europa e no Mundo, de forma não violenta, expressar a nossa indignação e protesto face ao actual modelo de governação política, económica e social. Um modelo que não nos serve, que nos oprime e não nos representa.

A actual governação assenta numa falsa democracia em que as decisões estão restritas às salas fechadas dos parlamentos, gabinetes ministeriais e instâncias internacionais. Um sistema sem qualquer tipo de controlo cidadão, refém de um modelo económico-financeiro, sem preocupações sociais ou ambientais e que fomenta as desigualdades, a pobreza e a perda de direitos à escala global. Democracia não é isto!

Queremos uma Democracia participativa, onde as pessoas possam intervir activa e efectivamente nas decisões. Uma Democracia em que o exercício dos cargos públicos seja baseado na integridade e defesa do interesse e bem-estar comuns.

Queremos uma Democracia onde os mais ricos não sejam protegidos por regimes de excepção. Queremos um sistema fiscal progressivo e transparente, onde a riqueza seja justamente distribuída e a segurança social não seja descapitalizada; onde todas as pessoas contribuam de forma justa e imparcial e os direitos e deveres dos cidadãos estejam assegurados.

Anexo VII – Manifesto do 15 de Outubro
Fonte: https://acampadalisboa.wordpress.com/2011/08/29/manifesto-15-de-outubro-2011-%E2%80%93-a-democracia-sai-a-rua/

Queremos uma Democracia onde quem comete abuso de poder e crimes económicos e financeiros seja efectivamente responsabilizado por um sistema judicial independente, menos burocrático e sem dualidade de critérios. Uma Democracia onde políticas estruturantes não sejam adoptadas sem esclarecimento e participação activa das pessoas. Não tomamos a crise como inevitável. Exigimos saber de que forma chegámos a esta recessão, a quem devemos o quê e sob que condições.

As pessoas não são descartáveis, nem podem estar dependentes da especulação de mercados bolsistas e de interesses financeiros que as reduzem à condição de mercadorias. O princípio constitucional conquistado a 25 de Abril de 1974 e consagrado em todo o mundo democrático de que a economia se deve subordinar aos interesses gerais da sociedade é totalmente pervertido pela imposição de medidas, como as do programa da troika, que conduzem à perda de direitos laborais, ao desmantelamento da saúde, do ensino público e da cultura com argumentos economicistas.

Os recursos naturais como a água, bem como os sectores estratégicos, são bens públicos não privatizáveis. Uma Democracia abandona o seu futuro quando o trabalho, educação, saúde, habitação, cultura e bem-estar são tidos apenas como regalias de alguns ou privatizados sem que daí advenha qualquer benefício para as pessoas.

A qualidade de uma Democracia mede-se pela forma como trata as pessoas que a integram.

Isto não tem que ser assim! Em Portugal e no Mundo, dia 15 de Outubro dizemos basta!

A Democracia sai à rua. E nós saímos com ela.

Anexo VIII Manifesto Nova Agenda Sindical 2011
Fonte: Seminário Internacional sobre Socialismo (Lisboa-Junho 2011)

Contra a escalada neoliberal por uma nova agenda sindical

MANIFESTO

Na última década, no quadro das novas condições da globalização, o capital multinacional e os governos neoliberais desencadearam uma nova fase de liberalização, de privatizações, de ataques sistemáticos ao Estado Social e aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores. Na Europa, boa parte das medidas anti-sociais e anti-laborais foi justificada em nome dos critérios de convergência para a moeda única e em nome da defesa da estabilidade financeira da zona euro.

A crise financeira global que emergiu em 2007-2008, em vez de constituir uma oportunidade para os governos e instâncias supranacionais repensarem os tremendos riscos sociais e políticos do liberalismo de mercado, introduzindo mecanismos de regulação e reorientação das políticas económicas, teve um resultado bem diferente. Com efeito, os Estados acorreram a salvar os sistemas financeiros, injectando somas colossais, sem lhes fazer exigências ou introduzir penalizações. Não impondo a regulação que se impunha, colocaram-se à mercê dos mercados financeiros, da sua voracidade e das suas condições de financiamento, que penalizam dramaticamente os países em situação mais frágil.

As instâncias da União Europeia tremeram pelo Euro e sucumbiram à chantagem fazendo suas as condições das instituições financeiras. As regras da zona Euro quanto ao controlo do défice e da divida têm vindo a constituir o pretexto para propostas de políticas que visam cumprir integralmente a agenda neoliberal, salvaguardando os interesses dos ricos e poderosos e penalizando brutalmente os trabalhadores e demais cidadãos. No quadro da escalada da crise, em 2010, a UE reforçou os constrangimentos e pressões sobre os estados membros, processo que se acentuou recentemente com a cimeira do Conselho Europeu de 24 e 25 Março.

Os países do sul da Europa (Espanha, Grécia e Portugal) e a Irlanda, incluídos na zona Euro, têm sofrido as consequências da tripla pressão FMI/ Agências privadas de rating/ União Económica Monetária, levando ao corte dos salários dos trabalhadores do sector público, ao corte do investimento público no sector produtivo, a novas privatizações, à redução da protecção social, incluindo o congelamento ou diminuição das pensões e benefícios sociais e a multiplicação das restrições ao seu acesso, bem como a limitação dos subsídios de desemprego e a facilitação dos despedimentos.

As consequências desta tripla pressão são dramáticas, visto que põem em causa o Estado Social e os direitos laborais duramente alcançados, promovendo a desigualdade e a exclusão social e, em vez de promoverem o crescimento e o desenvolvimento económico, aprofundam a crise económica através de uma política fortemente recessiva. No plano político, fragilizam-se as bases da democracia e do exercício da cidadania, enfraquecendo também o poder de decisão dos parlamentos nacionais.

Na Europa, em muitos países, os trabalhadores e demais cidadãos, os sindicatos e variadas organizações da sociedade civil, têm vindo a reagir fortemente contra as políticas de austeridade, com greves gerais, manifestações e outras formas de contestação, incluindo a adesão às iniciativas de

Abel Macedo, Coord SPN

Adriano Campos, Membro do FERVE - Fartos/as d'Estes Recibos Verdes

Alan Stoleroff, Prof Univ ISCTE-IUL

Américo Monteiro, Sind Com Braga

André Freire, Politólogo, Professor do ISCTE-IUL

António Avelãs, Pres SPGL

António Brandão Moniz, Prof Univ

António Chora, CT Autoeuropa

António Nabarrete, Vice Pres SPGL

Bruno Cabral, Membro da Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e Audiovisual

Carlos Trindade, Exec CGTP

Conceição Rodrigues, Exec CGTP

Constantino Alves, Padre, Pós graduado em Serviço Social, Ex sindicalista

Diamantino Elias, Pres SIFAP

Elísio Estanque, Sociólogo, CES/ /Universidade de Coimbra

Emídio Martins, Sindicalista Jubilado

Fernando Gomes, Exec CGTP

Florival Lança, Sindicalista Jubilado

Francisco Alves, Dirigente Sind Metalurgicos

Guadalupe Simões, Dirigente SEP

Heloisa Perista, socióloga, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Henrique Borges, Dirigente SPN

Henrique Sousa, Investigador em Ciência Política

Hermes Costa, CES/Univ de Coimbra

Hugo Dias, Doutorando de Sociologia da Fac Economia da UC

Ilona Kovacs, Prof Univ, ISEG

João Correia, Advogado

João Cunha Serra, Pres Cons Nac FENPROF

João Lourenço, Exec CGTP

João Nunes Rodrigues, dirigente da FNAM e do Sind dos Médicos da Zona Centro

João Rodrigues, CES/Univ de Coimbra

Joaquim Pilo, Dirigente Sind Pescadores

Jorge Bateira, Economista, PhD Manchester Business School

protesto da Confederação Europeia dos Sindicatos. Em Portugal, os trabalhadores do sector público e do sector privado, os precários e não precários, têm vindo a exigir uma viragem nas políticas nacionais e europeias. Em Portugal, a greve geral do sector público e privado de 24 de Novembro de 2010, juntando a CGTP e a UGT, constituiu uma resposta unitária massiva aos planos de austeridade dos vários PEC e do Orçamento para 2011. A manifestação de 19 Março de 2011 promovida pela CGTP contra o mais recente PEC 4 insere-se também neste movimento. A extraordinária mobilização do 12 de Março, ao apelo dos jovens, mostrou a quem tinha dúvidas a profunda vontade de mudança no sentido da justiça social.

Os sindicatos estão numa situação crítica sem precedentes, em Portugal e na Europa, confrontados com sucessivos planos de austeridade que representam um verdadeiro retrocesso social. Simultaneamente são atacados como estruturas corporativas que defenderiam interesses instalados ou como obstáculos ao livre funcionamento do mercado de trabalho. São acusados de pactuar com o desemprego quando defendem a estabilidade do vínculo laboral. São acusados de aprofundar a crise quando defendem salários decentes e o Estado Social. São pressionados a aceitar mais e mais flexibilidade e insegurança. Em suma, são pressionados a deixar de desempenhar o seu papel como sindicatos.

Nas últimas duas décadas os sindicatos definiram em grande medida as suas estratégias e práticas numa lógica defensiva face à agenda liberal. A crise actual e o que se anuncia exige uma profunda reflexão, ancorada é certo nas aquisições da experiência sindical passada, mas capaz de promover novas agendas, estratégias e práticas que reforcem a capacidade dos sindicatos de influenciar realmente os acontecimentos. A ancoragem nas aquisições da experiência sindical passada é fundamental, sobretudo tendo em atenção uma lição fundamental: a construção da capacidade de mobilização dos trabalhadores e de inscrição na sua vida colectiva é uma fonte essencial do seu poder de negociação e do seu poder de alcançar resultados.

À deriva burocrática e rotineira, é preciso responder com o reforço da democracia interna e com a ampla discussão envolvendo a base. Ao fechamento dos sindicatos é preciso responder com a abertura e diálogo com outras organizações e associações da sociedade civil, criando sinergias e potenciando a acção comum efectiva. A relação dos sindicatos com os partidos políticos, que foi sendo historicamente uma constante do movimento dos trabalhadores, tem de ser repensada, reforçando a autonomia e independência dos sindicatos, mas permitindo a acção conjunta quando a natureza transversal do combate político e social o exigir.

A reflexão impõe-se para uma acção esclarecida e coordenada a nível nacional e europeu. E certamente também no plano internacional. Com o desmantelamento dos direitos sociais e laborais na Europa não é só a Europa e os países que dela fazem parte que têm a perder. A sua defesa na Europa é um capital de esperança para os trabalhadores e cidadãos de todo o mundo, incluindo nos países onde milhares e milhares de trabalhadores ingressando agora nas empresas industriais subcontratadas ou deslocalizadas da Ásia começam a fazer as primeiras experiências de acção colectiva, ainda sem sindicatos livres e independentes.

Nós, sindicalistas, cidadãos envolvidos em diferentes organizações e movimentos sociais, e cientistas sociais, decidimos tomar em mãos algumas iniciativas para contribuir para esta reflexão urgente, porque sentimos que é exigido o concurso de todos e a partilha de experiências e pontos de vista para aprofundar o diagnóstico, encontrar respostas e formular acções, no quadro da liberdade de expressão e discussão. Este manifesto é o nosso ponto de partida.

Jorge Rebelo, Dirigente SEP

José Carlos Martins, Pres SEP

José Maria Castro Caldas, CES/Universidade de Coimbra

José Reis, Prof Univ, da FEUC

Júlio Gomes, Prof Univ

Luis Costa, Consultor

Manuel Carlos Silva, sociólogo, professor universitário

Manuel Grilo, Vice Pres SPGL

Manuela Mendonça, Coord SPN

Manuela Silva, Prof Univ Jubilada

Marco Marques, Membro dos Precários Inflexíveis

Margarida Maria Simões Chagas Lopes, Profª Univ

Maria da Paz Campos Lima, Prof Univ ISCTE

Maria Merlinde Madureira, Pres do Sind dos Médicos do Norte e Vice-Pres da FNAM

Mário Jorge, Pres do Sind Médicos da Zona Sul e Vice-Pres da FNAM

Mário Murteira, Prof Univ

Óscar Soares, Pres Cons Jurisd CGTP

Paulo Granjo, Antropólogo - ICS

Paulo Sucena, Pres do Cons Geral do SPGL, ex SG FENPROF e CE da CGTP

Raquel Rego, investigadora auxiliar, SOCIUS-ISEG-UTL

Rui Brites, Sociólogo, Prof Univ

Sara Falcão Casaca, Prof Univ, ISEG-UTL

Sara Rocha, Membro dos Precários Inflexíveis

Sérgio Esperança, Pres da FNAM e Pres do Sind dos Médicos Zona Centro

Ulisses Garrido, Exec CGTP

Contra a escalada neoliberal por uma nova agenda sindical

Anexo XIX – Manifesto da Maré da Educação
Fonte: https://www.facebook.com/events/559016870784554/

Manifesto da Maré da Educação

Sem Educação de qualidade não há país que sobreviva à crise. Mas o governo da troika insiste em penalizar o povo, encarando a escola pública como mais uma despesa a cortar. Não foram os alunos, nem as famílias, nem os professores, os responsáveis pela dívida que aumenta todos os dias e cujo abuso dos juros anuais supera o orçamento para a Educação.

Portugal está muito atrasado e o Governo quer empurrar-nos ainda mais para trás: só 32% da população portuguesa tem o ensino secundário contra 72% no conjunto dos países da OCDE. A taxa de licenciados continua muito baixa e somos dos países com as propinas mais elevadas da Europa. Investir nas pessoas é investir no país de forma responsável, mas tudo está a ser feito ao contrário.

Disseram que a intervenção externa era para nos salvar…mas não há salvação possível quando se atacam os serviços públicos, quando se faz disparar o desemprego, quando se empobrece a escola pública. Em vez de investir no que pode levantar o país, o Governo ataca a Educação. O investimento neste sector desceu de 5,9% para 3,8% do PIB em dois anos, menos de metade da média do investimento nos países da OCDE. O ataque à escola pública faz-se sentir todos os dias: dezenas de milhares de professores ficaram sem trabalho, o número de alunos por turma aumentou, milhares de estudantes do ensino superior abandonam as universidades por não poderem pagar ou endividam-se cada vez mais. Perante a ausência de apoios sociais dignos que garantam a igualdade de oportunidades, as escolas e as universidades elitizam-se. A inclusão de agentes externos, nomeadamente bancos, nos conselhos de gestão das universidades prova a intenção do governo em subjugar o Ensino a uma lógica de mercado e não de conhecimento e cidadania.

Para o governo e para a troika isto ainda não é suficiente: ameaçam com mais horas de trabalho, com mais precariedade e despedimentos de professores, propinas ainda mais caras e desde o secundário. Querem criar uma educação para ricos e outra para pobres.

Não aceitamos que um bem público seja posto à venda!

Anexo XIX – Manifesto da Maré da Educação
Fonte: https://www.facebook.com/events/559016870784554/

No próximo dia 2 de Março tem lugar a manifestação “Que se Lixe a Troika – O povo é quem mais ordena”. Essa é a ocasião para que toda a comunidade educativa se manifeste em unidade com todos os sectores da sociedade atacados pela política do actual governo.

Convocamos pais, alunos, pessoal não docente, professores e todos/as os que querem defender a escola pública para integrarem a Maré da Educação!
2 de Março, 14h – Ministério da Educação, na Av. 5 de Outubro.
Juntamo-nos em seguida ao povo inteiro, para a manifestação Que se Lixe a Troika, do Marquês de Pombal ao Terreiro do Paço.

Caracterização da estrutura de oportunidades políticas portuguesa

A estrutura de oportunidades políticas influencia e condiciona a escolha de estratégias e o impacto dos movimentos sociais no contexto em que se desenvolvem, pelo que é importante caracterizar o contexto português a esse respeito. Essa caracterização apoiar-se-á no modelo fornecido por Kriesi *et al.* (1995) e apresentado no capítulo 1 da Parte II. É integrado por quatro componentes: estrutura de clivagens nacionais, estrutura institucional formal, estratégias prevalecentes e procedimentos informais, e estrutura de alianças. As três primeiras correspondem às componentes estáveis do modelo ao passo que a quarta é a mais instável.

Estrutura de clivagens nacional

No que respeita a estrutura de clivagens nacional, pode ser dito que os dois conflitos políticos que tradicionalmente dominaram a sociedade portuguesa, a clivagem entre Esquerda e Direita e o conflito entre capital e trabalho, ainda não se encontram pacificados. No caso do conflito entre capital e trabalho, apesar do papel cada vez mais relevante da negociação e do compromisso, o conflito de classes continua ativo e está na base das identidades políticas de Esquerda. A velha Esquerda, na qual enquadro o Partido Socialista e o Partido Comunista Português, tampouco está pacificada. Para além de subsistirem velhas clivagens ou conflitos, alguns dos quais insuperáveis, somam-se agora outros relacionados com a oposição à lógica da austeridade. A persistência de clivagens ou conflitos tradicionais coloca, de acordo com o modelo considerado, constrangimentos à mobilização de novos atores. Para além disso, a sua persistência reflete-se também na ação e atitudes do movimento sindical pois este mobiliza-se em torno do conflito entre capital e trabalho, demonstrando por isso uma atitude refratária aos NMS, o que condiciona o seu apoio e a participação das suas bases sociais nos mesmos.

Estruturas institucionais

As estruturas institucionais determinam substancialmente a abertura dos canais de acesso ao Estado e a capacidade deste agir nas arenas parlamentar (cujos parâmetros de caracterização incidem sobre o sistema eleitoral e o sistema partidário), administrativa, e democrática direta. Ambas dependem portanto da força de um

Estado que é determinada pelo grau de centralização (territorial) e pelo grau de separação funcional do poder. Nesse sentido, Portugal pode ser considerado um Estado centralizado que conta com um grau de separação funcional do poder elevado. Por sua vez, o grau elevado de separação é tido como um fator que contribui para a abertura do sistema político a novas reivindicações. Trata-se de uma situação ambígua pois se por um lado a centralização limita o grau de acesso formal e aumenta a sua capacidade de ação independentemente do contexto externo, por outro, o facto de os poderes legislativo, executivo, e judicial estarem bem delimitados amplia o grau de acesso formal e limita a capacidade de atuação do Estado como um todo.

Teoricamente, a proporcionalidade do sistema eleitoral favorece o aumento do número de partidos e, consequentemente, as possibilidades de acesso ao Estado pois quanto maior o número de partidos, maior a probabilidade de os movimentos sociais encontrarem aliados no seio do sistema partidário. O sistema eleitoral português é proporcional ou consociativo[1] (Pinto, 2011). O sistema de partidos é multipartidário desde 1976. É polarizado em torno de cinco partidos políticos com relevância eleitoral (PS, PPD/PSD, PCP, CDS/PP e BE), destacando-se a bipolarização entre o PS (centro-esquerda) e o PSD (centro-direita) (Mateus e Ramalho, 2013). Não sendo um sistema extremamente centrífugo, segundo Kriesi *et al.* (1995), é mais fácil reduzir as reivindicações aos interesses articulados por esses partidos políticos. Para efeitos de caracterização, considero que o sistema partidário português é composto maioritariamente por partidos disciplinados e unitários, contando também com a presença de um partido heterogéneo, o Bloco de Esquerda.

A capacidade do sistema político em proceder à conversão das reivindicações em políticas públicas afeta a mobilização e tem impacto sobre os movimentos sociais. Apesar de as políticas nacionais serem implementadas com mais eficácia no caso de

[1] É composto por 22 círculos eleitorais plurinominais que elegem 230 deputados e a distribuição de deputados é proporcional ao número de eleitores de cada círculo. Estende-se pelo sufrágio de dois órgãos de soberania, o Presidente da República e a Assembleia da República. São ainda elegíveis as assembleias legislativas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, os órgãos das autarquias locais e os deputados ao Parlamento Europeu. Na eleição para o Presidente da República, o sistema consagrado na Constituição da República Portuguesa é o maioritário a duas voltas. Nas eleições para a Assembleia da República e para os órgãos das regiões autónomas e do poder local, o sistema adotado é o de representação proporcional, fazendo-se a conversão em mandatos segundo a aplicação do método de Hondt.

aparelhos de Estado centralizados, no caso de Portugal essa autonomia é limitada pela obrigatoriedade de respeitar regulamentos e compromissos europeus. Assim, a sua capacidade de implementação de políticas é limitada. A existência de um sistema de intermediação de interesses – a Concertação Social - não tem proporcionado uma abertura maior à intervenção dos movimentos sociais por parte do Estado tampouco. A arena democrática direta constitui um canal de acesso ao Estado sob a forma de petições e de iniciativas legislativas dos cidadãos. Está institucionalizada em Portugal e permite aos movimentos sociais colocar reivindicações na agenda política e exigir a sua votação. No entanto, as propostas que materializam as reivindicações são trabalhadas pelas comissões parlamentares correspondentes após a entrada no órgão de soberania, podendo ou não resultar num projeto-lei.

Procedimentos informais e estratégias prevalecentes

Tomando como exemplo as estratégias que foram utilizadas pelo Estado para lidar com o movimento sindical ao longo do tempo, pode ser dito que em Portugal tem predominado a utilização de estratégias exclusivas (repressivas, de confrontação, ou polarizadoras). Assim, em consonância com o que é apanágio dos países onde as estratégias exclusivas são predominantes, são esperadas coligações governamentais ideologicamente homogéneas e uma polarização mais acirrada entre o governo e a oposição. Em um contexto desse tipo, o cenário estrutural provável para a mobilização política é um de exclusão seletiva, que combina um Estado forte com a utilização de estratégias exclusivas.

Os cenários estruturais afetam diretamente os custos e benefícios da ação coletiva, sendo pertinente fazer a distinção entre fatores que influenciam os custos e benefícios da ação coletiva (“meios”) e os relacionados com os seus objetivos. Em Portugal, tendo em conta as características identificadas, a repressão é um cenário provável no que diz respeito aos “meios”. No que concerne os “fins”, dada a força e a exclusividade que caracterizam o Estado português, as probabilidades de sucessos quer reativos quer proativos são muito baixas. O facto de ser um Estado forte elava as probabilidades de situações de reforma/ameaça, bem como de maiores flutuações da mobilização, com mobilizações fortes em períodos em que predomina a ameaça e uma diminuição pronunciada da mobilização em períodos de reforma.

Estrutura de alianças

Esta componente do modelo apoia-se na distinção entre *velha* e *nova* Esquerda. Neste documento clarificarei em que moldes essa distinção se aplica ao caso português. Esses elementos serão utilizados nas análises desenvolvidas no texto da dissertação.

Em Portugal, atendendo à força do Estado, ao cenário estrutural de exclusão seletiva e ao facto de tanto os partidos políticos como o movimento sindical estarem incluídos na esfera institucional, a ação extraparlamentar e extrainstitucional, como é o caso da levada a cabo pelos movimentos sociais, é vista como algo que enfraquece a posição dos partidos e do movimento sindical. Por outro lado, a configuração do sistema de partidos português leva a esperar uma polarização mais acirrada entre o governo e a oposição.

Em relação às configurações da *velha* e da *nova* Esquerda no nosso país devem ser referidos alguns elementos pertinentes. Em primeiro lugar, de acordo com as propostas do modelo, pode ser dito que a velha Esquerda não está pacificada, tratando-se de uma *velha* Esquerda militante. O conflito de classes continua ativo e está na base das identidades políticas de Esquerda. Tendo em conta a estrutura, características ideológicas e estratégias de ação dos três principais partidos do espectro da Esquerda em Portugal - PS, PCP e BE -, para efeitos de análise considero o PS e o PCP como partidos da *velha* Esquerda e o BE como um partido que assume características da *nova* Esquerda, o que significa que, em princípio, o BE emprega estratégias semelhantes às dos NMS e luta pelas mesmas bases sociais de apoio.

Comparativamente aos partidos da *nova* Esquerda, os partidos da velha Esquerda conseguem fazer valer os seus princípios e valores democráticos com maior ênfase (Belchior, 2008). No caso do PS, este parece revestir-se de maior plasticidade e adaptação às condições sociais e do ambiente que rodeia todo o processo político (idem). Como partido do chamado arco da governação, o PS sentirá, à partida, uma necessidade maior de adaptar as suas posições de forma a colocar-se na frente da competição interpartidária. Sendo Portugal um Estado forte e exclusivo, enquanto partidos da *velha* Esquerda, o PCP e o PS, bem como a CGTP, estarão mais dispostos a apoiar as ações dos movimentos sociais à partida. No entanto, esses partidos apenas considerarão fornecer apoio nos seus próprios termos, isto é, procurarão absorver a

mobilização nos seus próprios termos e procurarão reformular as reivindicações segundo a matriz da luta de classes.